

ANTOLOGIA

DA LITERATURA DRAMÁTICA DO
RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XIX)



VOLUME III

O JESUITISMO
NA ALÇA DE MIRA

ANTENOR FISCHER

ANTOLOGIA

DA LITERATURA DRAMÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XIX)

Produzida ao longo de um Estágio Pós-Doutoral, realizado no PPGL da PUCRS, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Maria Eunice Moreira, em 2009, a presente Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (século XIX) faz parte de uma série de estudos acadêmicos realizados por Antenor Fischer, nos Programas de Pós-Graduação em Letras da PUCRS e da UFRGS, entre 2002 e 2011.

A Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (cujos ensaios introdutórios, em seu conjunto, constituem e/ou proporcionam uma visão sociológica do Rio Grande do Sul oitocentista, a partir do teatro nele produzido), foi precedida pelos seguintes estudos: A literatura dramática do Rio Grande do Sul, do século XIX – Subsídios para uma história (Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2003) e A literatura dramática do Rio Grande do Sul – de 1900 a 1950 (Tese de Doutorado, PUCRS, 2007, 2 volumes).

A esses estudos, o autor acrescentaria o Dicionário de autores da literatura dramática do Rio Grande do Sul, produzido ao longo de novo Estágio Pós-Doutoral, agora no PPGL da UFRGS, sob a supervisão do Prof. Dr. Luís Augusto Fischer, em 2011. A obra, que reúne 900 verbetes de autores, foi considerada, pelo crítico teatral Antonio Hohlfeldt, “o principal livro publicado no Rio Grande do Sul, em 2014, sobre teatro”.

Radicado em Porto Alegre, desde 1978, Antenor Fischer nasceu na Linha Vista Alegre, Crissiumal, RS, a 26/10/1959. Passou a infância e a juventude em Palmitos e Cunha Porã, municípios do Oeste de Santa Catarina. Ex-ator do “Caixa de Pandora” (grupo teatral porto-alegrense, que integrou ao longo de quase dez anos), diretor de teatro, historiador da literatura dramática gaúcha, escritor e bancário aposentado (CEF), Fischer, como é conhecido, é Bacharel em Artes Cênicas – Direção Teatral, pelo DAD-UFRGS (1997), Mestre e Doutor em Letras, pela PUCRS (2003 e 2007, respectivamente), com Pós-Doutorado, na mesma área, pela PUCRS (2009) e pela UFRGS (2011).

Além do Dicionário de autores da literatura dramática do Rio Grande do Sul (Porto Alegre: FischerPress, 2014, 350 p.), publicou as seguintes obras: A república dos miseráveis – Ascensão e queda do Reich da Modernidade (2000); A odisseia de H.Romeo (2005); A primavera de Praga (2006); Que mistifório é este? – Crônica, poesia, teatro & Cia. (em parceria com César Dias da Silva, 2008); Era uma vez no Leste – Impressões de uma viagem a República Tcheca, Polônia, Repúblicas Bálticas e Rússia (2010); Em busca do sentido perdido – No Caminho de Santiago (2012); e Do outro lado do mundo – Crônicas da Ásia e da Oceania (2015).

Antenor Fischer

ANTOLOGIA
DA LITERATURA DRAMÁTICA
DO RIO GRANDE DO SUL
(SÉCULO XIX)

VOLUME III
O JESUITISMO NA
ALÇA DE MIRA

1ª Edição

Porto Alegre

P | Fischer
Press

2015

Copyright@ 2015 por Antenor Fischer

Título Original

Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (Século XIX)

Editor

Antenor Fischer

Projeto Gráfico, Capa e Editoração Eletrônica

Daniel Scheer

Ilustração da Capa

Gilmar Fraga

Bibliotecária Responsável

Ginamara de Oliveira Lima – CRB 10/1204

Catálogo na Fonte

F529a

Fischer, Antenor

Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (século XIX) /
Antenor Fischer. – Porto Alegre : FischerPress, 2015.
8 v. ; 21 cm.

Conteúdo: v.1. Autores primordiais e textos fundadores. – v.2. A desonra como *Machina Fatalis*. – v.3. O jusuitismo na alça de mira. – v.4. O divórcio em cena. – v.5. O drama abolicionista. – v.6. O ideal republicano. – v.7. A mulher como autora. – v.8. A comédia.

ISBN: 978-85-68558-02-7 – Coleção

978-85-68558-03-4 – v.1

978-85-68558-04-1 – v.2

978-85-68558-05-8 – v.3

978-85-68558-06-5 – v.4

978-85-68558-07-2 – v.5

978-85-68558-08-9 – v.6

978-85-68558-09-6 – v.7

978-85-68558-10-2 – v.8

1. Literatura Brasileira - Teatro. 2. Literatura Sul-rio-grandense - Teatro.
3. Literatura Dramática do Rio Grande do Sul. 4. Teatro do Rio Grande do Sul. 5. Dramaturgia brasileira. 6. Dramaturgia gaúcha. I. Título.

CDD 869.99209

Antenor Fischer

fischerpress@gmail.com

www.fischerpress.com.br





SUMÁRIO

O jesuitismo na alça de mira	07
Notas sobre os autores	45
<i>Os jesuítas ou O bastardo do rei</i> (1846), de José Manuel Rego Vianna	53
<i>Os lazaristas</i> (1875), de Antonio Ennes	123
<i>Deus e a natureza</i> (1882), de Arthur Rocha	181
Bibliografia	223



O JESUITISMO NA ALÇA DE MIRA

Desde o advento do cristianismo, pela presença marcante em considerável parcela dos fatos que mereceram registro na longa trajetória da humanidade, a história da Igreja Católica e Apostólica Romana, muitas vezes, confundiu-se com a própria história do mundo ocidental. Apesar disso, e de haver marcado, com sua doutrina calcada nos valores e ensinamentos de Cristo, de forma indelével e profunda a sociedade cristã ocidental – seja na estruturação da família, seja nas relações sociais, seja na fixação de uma ética –, nas peças teatrais em que ocorrem críticas à prática religiosa, os alvos são, invariavelmente, os mesmos: a Igreja Católica e seus doutrinadores.

Não foi à toa, parece, que essa instituição religiosa tratou o teatro, ao longo de séculos, como um de seus principais inimigos. Raimundo Magalhães Júnior (1980, p. 8-10) lembra que, na Idade Média, a Igreja, excessivamente severa para com as paixões humanas, não via com bons olhos “a concorrência que os espetáculos, jogos e diversões de toda espécie faziam às festividades religiosas”, fato que a levou a tentar, por todos os meios, acabar com a forma clássica de entretenimento inventada pelos egípcios e desenvolvida pelos gregos da Antiguidade: além de fechar os teatros, proibiu as encenações, combateu e impediu o aparecimento de novos dramaturgos e novas formas de criação teatral. Os atores do teatro profano, que se apresentavam em praça pública, eram vistos como a encarnação do demônio e as atrizes passaram a ser equiparadas às prostitutas. A exemplo das bruxas, eram caçados e condenados a morrer queimados numa fogueira.

Foi o papa Inocêncio III (1198 a 1216) quem introduziu os tribunais eclesiásticos, exatamente quando o poder temporal da Igreja Católica chegava ao ápice, em princípios do século XIII. Foi diante desses tribunais, mais conhecidos como Santa Inquisição e que julgavam os crimes de heresia – cujas punições incluíam o exílio, a morte na fogueira e o confisco dos



bens do réu que, em geral, eram transferidos para a Igreja –, que, nos séculos XVI e XVII, viriam a sucumbir homens geniais como Nicolau Copérnico (1473-1543) e Galileu Galilei (1564-1642).¹

Já que nosso objeto de estudo, aqui, é um dos principais suportes do teatro (o texto dramático) e, principalmente, para que tenhamos presente um pouco da realidade que levou não só os dramaturgos, mas parcela expressiva da intelectualidade gaúcha e brasileira, do século XIX, a combater, senão a Igreja, pelo menos o jesuitismo, não custa recuperarmos um pouco mais da história desse período.

A inexistência de espetáculos teatrais, aliado ao fato de que a vida das pessoas se resumia em trabalhar e descansar, por falta de qualquer opção de entretenimento, fez com que, nos primeiros tempos do período medieval, o ritual da missa adquirisse grande importância social. Além de sua significação religiosa, o ritual oferecia aos fiéis uma forma rudimentar de “representação”. Não podendo assistir a um teatro verdadeiro, as pessoas viam na missa uma espécie de espetáculo cênico.

Com o passar do tempo, porém, os fiéis começaram a exigir inovações. Não bastaram os acréscimos ao ritual litúrgico (que teve aumentado consideravelmente seus diálogos), o abandono do latim e o uso das línguas vulgares na encenação (a maioria não entendia latim), a introdução de trajes, de símbolos e objetos que facilitassem o reconhecimento das figuras bíblicas, já então transformadas em “personagens”. Não bastou nem mesmo as encenações do altar ganharem a praça pública:

¹ O primeiro, padre, médico, jurista e, principalmente, astrônomo, ousou discutir uma questão que a Igreja apresentava como Verdade indiscutível e absoluta: o fato de que a terra seria o centro do universo, cuja descoberta viria a influir nos trabalhos de astrônomos e físicos como Kepler, Galileu e Newton, constituindo a base sobre a qual se montaria, nos séculos seguintes, o edifício científico da astronomia. O segundo, considerado o pai da ciência moderna, endossou a opinião de Copérnico, aderindo cada vez mais ao heliocentrismo e entrando em conflito com as autoridades religiosas, devido à interpretação de certos textos bíblicos, que pareciam ensinar o geocentrismo. Aos 70 anos de idade, e diante da perspectiva de passar o resto da vida na cadeia, Galileu Galilei viu-se, a exemplo de Copérnico, obrigado a fazer uma retratação pública, negando tudo quanto suas experiências científicas haviam demonstrado.



os rituais religiosos ainda deixavam a desejar, como espetáculo, e os fiéis exigiam mais.

Essa exigência, aliada ao enfraquecimento da monarquia e do poder da própria Igreja, possibilitaria que a vingança de Dionísio – o deus do teatro – pudesse se concretizar: a arte da representação (que nunca deixara de existir completamente) ressurgia, no início do século XVII, dentro da própria Igreja Católica.

A abolição dos ritos teatrais, no decorrer dos tempos, afastara os fiéis. Para reconquistá-los, a instituição religiosa vira-se obrigada a recorrer ao teatro. De volta às praças, o teatro moderno, que nasceu então, reabilitando, inclusive, o riso, concentraria seu interesse exatamente nos temas rejeitados pela Igreja, na Idade Média: o amor, as paixões e as grandes lutas do homem.

Sofrendo seus maiores abalos, na Idade Média, com a decadência do sistema feudal (os antigos valores começavam a cair por terra) e com a Reforma² liderada por Martinho Lutero, a Igreja Católica viria a experimentar novo baque, com o surgimento do Iluminismo, no século XVIII.

O pensamento socrático entrava em seu mais crítico momento de contestação. O homem exigia cada vez mais explicações e foi essa busca que culminou com o advento do movimento iluminista, que apregoava o culto às ciências, à razão e ao progresso. A política de vários países passou a orientar-se para esses ideais. Criou-se uma expectativa de que todos os problemas, em todos os setores, viessem a ser esclarecidos, elucidados, iluminados. Em lugar dos mistérios, das crendices, da cega submissão à autoridade, instalou-se o domínio da razão, que, para o pensamento filosófico, representava o fim da ignorância e da superstição.

Apesar de todas as atrocidades cometidas pela Igreja Católica, é impossível não lhe atribuir, pelo menos, alguns mé-

² À qual a Igreja Católica reagiu com a Contrarreforma, cuja decisão mais importante, na luta pela manutenção do poder, talvez tenha sido o fortalecimento da Sagrada Congregação da Inquisição Romana, que passou a funcionar permanentemente a partir de 1565 e que, na condição de organizadora do Índice, tinha o poder de condenar livros à destruição.



ritos – sendo o maior deles, talvez, o fato de ela ter oferecido um consolo à questão do sentido da existência humana, feito que a filosofia moderna não conseguiu. Foi graças à Igreja que a figura de Jesus Cristo e seus exemplos de caridade, perdão e amor ao próximo perpetuaram-se através dos séculos e continuam ainda vivos entre nós. Também não se pode deixar de creditar a ela a estruturação da célula mater da sociedade, a família, tal qual a conhecemos, bem como sua sobrevivência, até os dias de hoje.

O objetivo deste texto não é, evidentemente, o de analisar a práxis da Igreja Católica, ao longo dos tempos. Tudo que escrevemos até aqui foi com o intuito de nos possibilitar uma reflexão mais apurada sobre as razões que possam ter atizado a ira de seus adversários e a influência que o pensamento e o ensino religiosos possam ter tido sobre o comportamento ético da sociedade que se movimenta nas páginas do drama produzido no Rio Grande do Sul, no século XIX.

Em alguns dos textos dos autores dramáticos gaúchos, daquela centúria, percebe-se um clamor intenso no sentido de que a Igreja Católica deixasse de ser o instrumento de alienação e repressão, que foi ao longo de toda sua história. Como bem lembra Jorge Salis Goulart (1927, p. 56), “a formação do Rio Grande do Sul como parte do resto do Brasil foi um constante combate contra os jesuítas e contra o espírito espanhol que eles incutiam no seio dos povos indígenas”.

Sendo o catolicismo nossa religião oficial e tendo o Rio Grande do Sul, a exemplo do Brasil, uma população formada majoritariamente por católicos, qual era a origem, afinal, do clamor a que nos referimos?

O mesmo provinha de “uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos, na qual o *segredo* ocupa papel fundamental”, chamada Maçonaria – de forma mais específica, dos intelectuais maçons, adeptos do ideário liberal-cientificista –, que, na segunda metade do século XIX, transformara-se no principal baluarte de combate ao pensamento católico-conservador.

A questão que envolve a Maçonaria, apesar de não ser nova, parece ainda não ter sido discutida com a profundidade



merecida, principalmente se considerarmos a relevância da atuação que teve, entre nós, essa instituição, cuja história foi sendo construída a partir de polêmicas, antagonismos e mitos, nos espaços da política institucional e não institucional, da educação, da cultura e, também, da filantropia.

Apesar de sua presença marcante no cenário gaúcho, especialmente na segunda metade do século XIX, e de sua enorme contribuição para a formação de um tipo particular de cultura política, no Rio Grande do Sul – conforme demonstra, com ineditismo e consistência documental, Eliane Lucia Colussi, em sua obra *A Maçonaria gaúcha no século XIX* (2003) –, a Maçonaria só é mencionada pelos historiadores acadêmicos e tradicionais (com algumas exceções) quando tratam do período da Revolução Farroupilha (1835-1845).³

Surgida, na sua forma moderna, na aurora do século XVIII – mais precisamente em 1717, em Londres –, a Maçonaria é uma instituição internacional com quase três séculos de história, participante direta ou indireta dos principais movimentos ou acontecimentos políticos, sociais e culturais, principalmente nos séculos XVIII e XIX.

Segundo Tatiana Almeri (2007, p. 37), existem vários exemplos de participação da Maçonaria em acontecimentos políticos, a começar pela Revolução Francesa:

Em meados do século XVIII, a então Maçonaria dos Aceitos consegue se difundir em todas as classes sociais: nobreza, clero, burguesia, militares, serventuários da justiça, parlamentares e intelectuais. Eles admitem que afirmar que a Revolução Francesa deveu-se a uma exclusiva obra maçônica é inverdade, mas estão certos de que a Maçonaria funcionou como um veículo político das ideias liberais, que, encontrando terreno fértil no desenvolvimento causado pelas crises

³ Referimo-nos, evidentemente, à historiografia regional, na qual Dante de Laytano talvez seja o autor que mais tenha conferido espaço ao tema, na seguinte obra: *História da República Rio-Grandense* (1835-1845). Porto Alegre: Globo, 1936. De acordo com Eliane Colussi (2003, p. 30), nas obras de historiadores brasileiros, “a presença maçônica é focalizada em dois únicos momentos: o primeiro é no processo da Independência e o segundo, quando da eclosão da questão religiosa, na década de 1870”.



sociais, econômicas e políticas, levou à eclosão da Revolução, marco histórico da ascensão da burguesia, da decadência da monarquia absoluta e de fatos de grandes consequências para todos os povos do mundo.

José Castellani (1982, p. 26) corrobora esse pensamento, ao afirmar que a Revolução Francesa “surgiu baseada nas ideias dos maçons Voltaire, Rousseau, Condorcet, D’Alambert, Turgot, Diderot, entre outros”.

Alguns desses pensadores tornaram-se bastante conhecidos no Brasil, como, por exemplo, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), autor de obras célebres como *Contrato social* e *Emílio* (nesta última, o francês assume o ponto de vista de que o homem é bom por natureza, pervertendo-se através do contato com a civilização e a cultura, crença da qual resultaria o “bom selvagem” do nosso Romantismo).

De Voltaire, pseudônimo de François-Marie Arouet (1694-1778), filósofo que criticou ostensivamente a “caça às bruxas”, ocorrida no contexto do Antigo Regime francês, caracterizado por uma violenta repressão política e social, merece ser citado, aqui, pela afinidade temática, o divertido romance *Cândido ou O otimismo*.

Publicado em 1759, o livro conta a história de Cândido, um rapaz cujo preceptor, o Doutor Pangloss, incutira no discípulo a crença otimista de Leibniz, de que o mundo em que vivemos é “o melhor dos mundos possíveis”.⁴ Voltaire conduz sua personagem, de desgraça em desgraça, pela Europa e pela América do Sul, diante das quais Cândido, invariavelmente, argumenta que as coisas não podem ser tão ruins assim, pois, afinal, Leibniz ensinara que este é o melhor dos mundos.

Segundo Flamarion Caldeira Ramos (2007, p. 12), as peripécias de Cândido permitem ao representante do pensamento iluminista, Diderot, “satirizar alguns aspectos obscuran-

⁴ Frase cunhada pelo filósofo racionalista cristão Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716), em sua *Teodiceia*, que, um século mais tarde, seria ironizada por Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo que, na sua visão desencantada da vida, estabeleceu a célebre fórmula: “A vida oscila, como um pêndulo, da direita para a esquerda, da dor ao tédio”. Com efeito, este não seria o melhor dos mundos e, sim, o pior mundo possível, já que uma outra existência ainda mais precária não seria sequer concebível.



tistas de sua época. Por exemplo, o rapaz e seu preceptor são condenados a morrer em um auto-de-fé, organizado pela Inquisição portuguesa para apaziguar os céus, depois que o terremoto de 1755 destruiu parte de Lisboa”. Ainda segundo Ramos, os jesuítas também são vítimas da ironia do autor: “Cândido visita as missões jesuíticas na América do Sul, onde seu guia americano comenta que os padres ‘por aqui fazem a guerra ao rei da Espanha e ao rei de Portugal e, na Europa, são confesores destes reis. Matam aqui os espanhóis e, em Madri, os mandam para o céu””.

O romancista, dramaturgo e, principalmente, filósofo, Denis Diderot (1713-1784), autor da volumosa *Encyclopédie* (composta por 28 volumes, em que procurou compilar todo o conhecimento até então produzido pela humanidade, que levaram 21 anos para serem editados [de 1750 a 1778] e que proporcionaram uma fortuna ao seu autor), era, a exemplo de outros tantos intelectuais e pensadores de sua época e, mesmo, de alguns que o antecederam⁵, inimigo declarado da nobreza e do clero. Seu pensamento, acerca de ambos, ele o exprimiu na seguinte frase: “O homem só será livre quando o último déspota for estrangulado com as entranhas do último padre”.

Também no Brasil, de acordo com Eliane Colussi (2003, p. 51), os exemplos da atuação da Maçonaria são abundantes: a Independência, a abdicação de Dom Pedro I, a questão religiosa, a luta pela separação Estado/Igreja, o abolicionismo, o movimento republicano, a difusão do pensamento liberal, entre outros.

Entre esses outros movimentos, poderíamos – avançando um pouco no tempo – incluir a participação da Maçonaria no golpe militar de 1964, conforme revela Tatiana Almeri (2007, p. 35-43), em seu ensaio intitulado “Guinada para a direita”. Um dos principais articuladores do golpe, o Coronel

⁵ Foi nos séculos XVI e XVII que apareceram os primeiros críticos à intolerância e ao fanatismo religioso, como os filósofos Montaigne, Roterdã, Montesquieu e Hume, além de escritores como Swift, Cervantes e Calvino. Os chamados filósofos iluministas combateram toda forma de fanatismo e as guerras religiosas, como aquelas ocorridas na França, entre católicos e protestantes.



Golberi do Couto e Silva, segundo ela, integrava a “elite orgânica” (formadora da opinião pública) da Maçonaria.

A mesma autora informa, também, sobre a participação de figuras ilustres, da história de nosso País, naquela instituição. “Acredita-se que o inconfidente mineiro [Tiradentes] fazia parte da irmandade”. José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patrono da Independência, e que, na qualidade de cientista progressista, coordenou alguns projetos de desenvolvimento no fim da época colonial, também era maçom. O próprio Jânio Quadros, que a Maçonaria ajudou a tirar do poder, era maçom da Loja “Libertas”, de São Paulo, da qual se afastou em 1947, retornando às atividades maçônicas em 1985.

Ainda que, em sua origem, a Maçonaria, que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino, se caracterizasse por não orientar política e religiosamente seus membros, já na metade do século XVIII, segundo Eliane Colussi (2003, p. 35-41), a instituição se dividiria em duas vertentes: uma ortodoxa, apolítica e arreligiosa (a inglesa), e a outra cada vez mais política e anticlerical (a latina).⁶

Recebendo forte influência da Maçonaria francesa, que, no transcorrer do século XIX, foi assumindo gradativamente posicionamentos políticos liberais, anticlericais, laicizantes e racionalistas, foi essa a vertente maçônica, na opinião de Eliane Colussi, que preponderou nos cenários brasileiro, na segunda metade do século XIX.

Tatiana Almeri (2007, p. 38) explica que o hábito de querer se manter secreta (que faz com que o grande público ignore os reais propósitos da Maçonaria e, mesmo, sua participação nos principais acontecimentos mundiais) fez com que, desde cedo, se armasse “um espírito de prevenção e até ojeriza à organização”. A instituição antimaçônica que assumiu essa

⁶ Tatiana Almeri (2007, p. 39) esclarece que a Maçonaria é dividida entre as Grandes Lojas, de origem inglesa, e Grandes Orientes, de origem francesa. Ambas as ordens consideram-se verdadeiras e invalidam a outra. Entretanto, cada Loja e cada jurisdição têm liberdade suficiente para considerar uma outra Loja como “amiga” e conduzir ações e rituais, lado a lado.



oposição explicitamente foi a Igreja Católica. De acordo, ainda, com Tatiana Almeri:

Isso ocorreu por desencontros de interesses e disputas pelo conhecimento na Idade Média e se perpetua nos dias de hoje. Oficialmente, por meio de avisos paroquiais, um fiel não pode ser maçom e, se assim se apresentar, será excomungado. Em contrapartida, a Maçonaria não obriga nem delimita a religião de seus pertencentes; o assunto “fé” não é discutido dentro da Loja.

Ainda que essa tolerância religiosa e a existência do *se-gredo* maçônico constituíssem uma afronta ao catolicismo, que, naquele contexto, se debatia com as *seitas* protestantes, a princípio, segundo Eliane Colussi (2003, p. 38-39), “a Igreja apenas condenava a Maçonaria por tudo aquilo que nela era desconhecido e duvidoso”.

Frente à eclosão de diversos movimentos políticos, em vários países da Europa, que puseram fim à predominância da Igreja em assuntos políticos, as primeiras condenações papais não demoraram, acirrando ainda mais o embate entre a Igreja Católica e a Maçonaria.

No caso específico do Rio Grande do Sul, essas duas instituições protagonizaram, a partir de meados do século XIX, um embate que se estenderia até as primeiras décadas do século seguinte, definindo muitas das características da sociedade gaúcha. Tal disputa teria na imprensa, sem dúvida, a sua mais forte representação. Face a essa assertiva, talvez convenha fazermos, aqui, mais um breve recuo no tempo.

A vinda dos jesuítas ao Brasil, como se sabe, ocorreu a partir do século XVI. No Sul do País, os membros da Companhia de Jesus tiveram uma atuação intensa, principalmente na região missioneira. Mas, apesar da empresa dos jesuítas espanhóis, nas Missões dos Sete Povos, a Igreja, que em outras regiões do Brasil cedo instruiu e educou as populações, erigindo escolas e colégios, teve dificuldades de cumprir essa missão em solo gaúcho, pelo menos até a Independência.



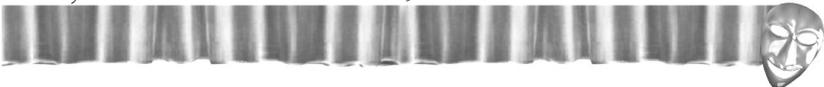
Guilhermino Cesar (1956, p. 35-6) explica que somente ao crescerem as populações é que os padres vieram para as capelas e curatos que os grandes proprietários fizeram erigir em seus domínios. “Como, porém, se achavam as igrejas muito espalhadas pelo território, não vemos como poderiam os párcos exercer entre as populações aquela influência e domínio de que gozaram em outras zonas do país. Ainda em 1812 a situação no tocante à assistência religiosa era de quase penúria, sobretudo na chamada campanha, onde até 1773 não fora criada uma só freguesia”.⁷

Para Sérgio da Costa Franco (1964, p. 3) também não passa despercebida essa fragilidade da presença da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, principalmente até e durante a primeira metade do século XIX, fato que a impedia de travar um combate mais acentuado com a Maçonaria. Desse modo, o confronto estabelecido entre as duas instituições, na Europa, no século XVIII, somente ganharia expressão, entre nós, na segunda metade do século XIX.

Segundo Franco (1964, p. 3), ao contrário do que ocorria no Norte do País, no Rio Grande do Sul “a religião era em geral considerada ‘coisa de mulher’, que um estancieiro nem pensava em praticar, sendo que o preconceito anticlerical ao que tudo indica foi sempre amplamente disseminado. Prova disso é a enorme importância que logo assumiu a Maçonaria em nossa vida social”.

Eliane Colussi (2003, p. 194) confirma essa visão acerca da fragilidade da Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, apontada por Guilhermino Cesar e Sérgio da Costa Franco. Para ela, “a pouca inserção do catolicismo institucional, observada nas práticas e comportamentos religiosos da população, assim como na ação de eclesiásticos voltados mais aos interesses mundanos do que às coisas da religião, caracterizava uma realidade de, no mínimo, indiferença à religiosidade”.

⁷ Em nota, Guilhermino Cesar (1956, p. 36) esclarece que, antes da chegada dos primeiros casais açorianos, somente quatro vilas haviam sido elevadas à condição de freguesia.



Tal situação, na opinião da mesma autora (2003, p. 327), facilitou a tarefa de cooptação da Maçonaria – que iniciou suas atividades, em solo gaúcho, na década de 1830⁸ –, resultando na “adesão de setores da elite política regional a posições ideológicas visivelmente anticlericais”, fenômeno comum, naquele século. Representando o espírito geral da intelectualidade gaúcha, “os maçons produziram e foram receptores de uma cultura elitista, tanto por sua origem social como por exclusão de uma maioria de analfabetos, visto que, via de regra, esses não eram convidados a participar da instituição”.

Os dados sobre o nível de escolaridade dos maçons, coletados por Eliane Colussi, enquadram a grande maioria deles, principalmente seus dirigentes, na categoria de homens cultos ou letrados. Possuidores, em sua maioria, de nível superior ou, no mínimo, formação de nível médio, exerciam profissões liberais, como as de advogado, médico, engenheiro, jornalista, professor, farmacêutico, entre outras.

A partir do início da segunda metade do século XIX, diversas iniciativas viriam alterar significativamente não só o nível de instrução da população gaúcha, mas também a disparidade existente entre a vida cultural e artística do centro do País e a do Rio Grande do Sul. Segundo Colussi (2003, p. 325),

tais evidências podem ser constatadas na crescente preocupação com o ensino, nas diversas iniciativas de criação de órgãos de imprensa, na difusão de casas de teatro, na capital e no interior, e no número de publicações, a princípio incipientes, mas que, gradualmente, foram tomando destaque. Cabe salientar, a título de exemplo, que, em termos de escolaridade, a Província, em comparação ao restante do Brasil do período em estudo, já se apresentava com números bastante positivos.

Com efeito, o Rio Grande do Sul, que vira a imprensa e a literatura darem seus primeiros passos no período pós-

⁸ A instalação oficial da primeira oficina, em Porto Alegre, ocorreu em 1832, bem mais tarde que em outros centros do Brasil, onde a Maçonaria estabeleceu-se nos primeiros anos do século XIX (COLUSSI, 2003, p. 44).



-Independência e a difusão de jornais, sobretudo a partir do período farroupilha (em que se criou uma certa tradição, em especial de imprensa política)⁹, assistiria, na segunda metade do século XIX, a três períodos distintos de sua literatura, se concordarmos com a divisão estabelecida por Guilhermino Cesar (1956, p. 19): de 1856 a 1869, período da floração romântica através do grupo da revista *O Guaíba*; de 1869 a 1884, fase que teve início com o aparecimento da *Revista Mensal* do Partenon Literário aos rebates iniciais do Parnasianismo; e de 1884 a 1902, período marcado pelo abandono paulatino do ideário romântico, com a adoção de formas próximas ao Realismo.

Apesar da importância que, via de regra, se atribui, com justiça, ao Partenon Literário, é indiscutível que na literatura do Rio Grande do Sul há já alguns fatos marcantes antes da constituição dessa sociedade, cujos integrantes, em sintonia com o projeto de uma literatura nacional, assumiram a tarefa de conferir formas definitivas e feição original à literatura sul-rio-grandense.

⁹ Durante a primeira metade do século XIX, a imprensa política foi o principal veículo dedicado à produção intelectual, no Rio Grande do Sul. No segmento intitulado “A imprensa e o jornalismo como ocupações preferenciais dos pedreiros-livres gaúchos”, Eliane Colussi (2003, p. 334) explica que é nesse contexto “que localizamos uma forte atuação de dirigentes e lideranças maçônicas, demonstrando que a imprensa rio-grandense foi um espaço de ampla e abrangente participação e influência maçônica”. Em sua pesquisa, a mesma autora (2003, p. 334-338) chegou a um total de 48 dirigentes maçons que, na capital ou no interior do Estado, mantinham, ao longo do século XIX (especialmente em sua segunda metade, já que o primeiro prelo aqui chegou somente em 1827), a par de outras atividades, a jornalística como uma de suas opções profissionais, fosse como diretores, editores, redatores ou, ainda, em muitos casos, simplesmente como colaboradores. Se na imprensa nacional destacaram-se figuras ligadas à Maçonaria, como Hipólito da Costa, Gonçalves Ledo, Quintino Bocaiuva, Venâncio Aires, entre outros; nos principais órgãos da imprensa gaúcha (principalmente nos jornais de cunho político-partidário e na imprensa dirigida à comunidade alemã) destacaram-se, entre outros, dirigentes maçons como Carlos von Koseritz (considerado o maior jornalista de origem alemã, do século XIX, em todo o Brasil), Carlos Jansen, Germano Hasslocher, Ramiro Barcelos, Apparício Mariense da Silva e Francisco Antônio Caldas Júnior. Fundador do *Correio do Povo* – jornal que causou espanto entre os gaúchos, em 1895, pela sua neutralidade política, num contexto em que a tradição ligava a grande imprensa a facções político-partidárias –, este último é considerado o mais importante dos maçons ligados ao jornalismo, pela sua atuação profissional, vinculada à própria história do jornalismo gaúcho.



Entre esses fatos, merecem destaque, principalmente, o surgimento, em Porto Alegre, do periódico literário e poético *O Guaíba* (1856), em torno do qual gravitou a primeira geração romântica local, e a *Arcádia*, fundada em Rio Grande, em 1867, órgão também dedicado exclusivamente à literatura. Os intelectuais reunidos em torno deste último periódico, a exemplo dos d'*O Guaíba*, demonstravam já a preocupação de dotar nossa literatura com formas mais definitivas, uma espécie de adaptação ao Romantismo nacional.

Quanto ao Partenon Literário, não convém nos estendermos, aqui, escrevendo sobre seus feitos e sua importância, posto que vários autores já se ocuparam, exaustivamente, dessa tarefa.¹⁰ Não nos furtaremos, porém, de alertar para o equívoco ou a inconveniência de se afirmar que o Partenon propugnava por esta ou aquela causa, haja vista a heterogeneidade, ou elitismo ideológico, que acompanhou a trajetória dessa associação literária, que reunia, especialmente nos primeiros anos, os mais diversos matizes do pensamento em voga. Nela conviviam, “numa camaradagem literária nunca antes ou depois vista por aqui”, nas palavras de Guilhermino Cesar¹¹, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas, maçons e católicos, materialistas e espiritualistas, jovens e velhos. Consequentemente, o Partenon abrigava quem defendesse a abolição da escravatura, o ideal republicano, a instrução da mulher,

¹⁰ Segundo Mauro Nicola Póvoas (2005, p. 97), “a prosa, a poesia e o teatro da sociedade já frequentaram variados estudos, os quais abordam tópicos como o temário romântico, o biografismo, a política, a questão da mulher, entre outros. Mesmo no século XXI, livros a respeito do Partenon continuam vindo à lume, o que prova o contínuo interesse dos pesquisadores, ligados a Universidades ou não, pelo assunto”. Além da obra de Mauro Nicola Póvoas (2005), podemos citar pelo menos outras duas obras importantes, em que o Partenon constituiu o objeto, neste princípio de século: Maria Eunice Moreira (Org.). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL; CORAG, 2002; e Benedito Saldanha. *A mocidade do Partenon Literário*. Porto Alegre: Alcance, 2003.

¹¹ O próprio Cesar (1956, p. 177) acrescentaria a esta frase: “Entretanto, sua convivência não foi invariavelmente tranquila e serena, como poderia parecer à primeira vista. Viveram eles amargos períodos de luta, de dissensões internas. Os heterodoxos, expulsos do grêmio, saíram para fundar associações semelhantes. Houve brigas, polêmicas, discussões violentas”.



o divórcio, etc., bem como quem fosse contrário a todas essas causas.

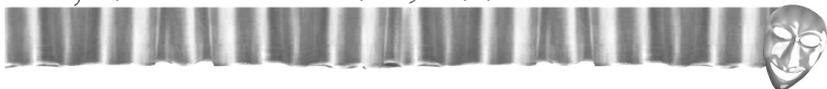
Eliane Colussi (2003, p. 352) chama atenção para a expressiva presença de dirigentes maçons, entre os integrantes do Partenon, e, também, para o fato de que o ecletismo característico desse grupo de intelectuais, “principalmente na literatura e na filosofia, não impediu uma predominância da tendência anticlerical durante a fase de existência do grupo”, tanto que “as principais teses apresentadas e defendidas nas sessões do Partenon eram as mesmas que frequentemente apareciam na imprensa maçônica”. Ainda de acordo com a mesma autora (2003, p. 353), “dos prováveis 138 sócios elencados durante o período de duração da sociedade, 33 foram dirigentes maçons, principalmente nos seus primeiros anos”.

Dentre os nomes por ela relacionados, segundo conseguimos apurar, apenas três produziram textos teatrais: Carlos Jansen (*Os dois duques*, comédia, 1856), Carlos von Koseritz (*Nini, Inês e Clara*, dramas de 1858) e Eduardo Salomé (*O livro de orações*, comédia, 1867).¹²

O teatro gaúcho – que, “em muitos momentos, foi utilizado pela maçonaria como instrumento de propaganda anticlerical” – merece menção especial, na opinião de Eliane Colussi (2003, p. 357-358), no conjunto das nossas atividades literárias e culturais. Na sequência, no entanto, ela ameniza essa importância, acrescentando:

Porém, o teatro, enquanto manifestação cultural ligada à produção literária e ao entretenimento, não encontrou espaço de muito destaque no século XIX. Isso porque as condições econômicas e sociais repercutiram também no âmbito das possibilidades de expan-

¹² Como se vê, os textos têm em comum o fato de haverem sido produzidos, todos, anteriormente à constituição do Partenon Literário. Outros maçons, não filiados a essa sociedade, como Félix da Cunha e Joaquim Alves Torres, também produziram sua dramaturgia antes (caso do primeiro) ou depois (caso do segundo) dos cerca de quinze anos de atuação do Partenon. A exceção parece ter ficado por conta do maçom Ernesto Silva, que escreveu pelo menos uma de suas peças teatrais na década de 1870 (*Segredo de carteira*, comédia, 1878).



são nesse campo; a economia periférica e pouco diversificada gerara uma elite pequena numericamente e com uma estratificação social ainda maior. Daí que o acesso ao consumo desse tipo de cultura, assim como dos demais, era privilégio, via de regra, dos poucos letrados gaúchos.

É possível que, nessa afirmativa, a autora esteja incorrendo no mesmo equívoco, que vem se perpetuando há quase um século – mais precisamente, desde que João Pinto da Silva publicou a primeira história literária do Rio Grande do Sul, em 1924 –, acerca da verdadeira dimensão do teatro e da literatura dramática produzidos em nosso Estado, no século XIX.

No parágrafo seguinte, a própria autora enfatiza o crescimento, no território gaúcho, da quantidade de casas de espetáculos, especialmente no decorrer da segunda metade daquele século, o que possibilitou que a arte do teatro se difundisse para um maior número de cidades e conquistasse um espaço permanente.

Se o drama produzido no Rio Grande do Sul, no século XIX (especialmente, o da segunda metade), é, quantitativamente, bastante expressivo (vide os números por nós apresentados no estudo introdutório do primeiro volume desta Antologia); se os edifícios teatrais começaram a proliferar, por todo o território gaúcho, naquele período; e se só Porto Alegre teve, no decorrer da segunda metade do século XIX, em torno de 40 sociedades dramáticas, soa-nos quase como um contrassenso a afirmativa de que o teatro não encontrou um espaço de muito destaque, entre nós, no século XIX, “enquanto manifestação cultural ligada à produção literária e ao entretenimento”.

Também a opinião de Colussi (2003, p. 358), no sentido de que a expansão na quantidade de casas de espetáculos consolidou-se apenas enquanto espaço elitizado, talvez mereça ser revista. No Brasil, segundo afirma Nelson Werneck Sodré (1992, p. 196), em sua *História da literatura brasileira*, “mais próximo da frequência popular, mais acessível à generalidade, o palco é o primeiro terreno da luta romântica”. Ao contrário do livro, um produto aristocrático e de acesso restrito, “o teatro, franqueado a todos, transferia ao auditório a participação”.



No Rio Grande do Sul, da segunda metade do século XIX, o quadro parece ter sido mais ou menos esse, principalmente se recordarmos que o Romantismo foi aqui introduzido tardiamente.

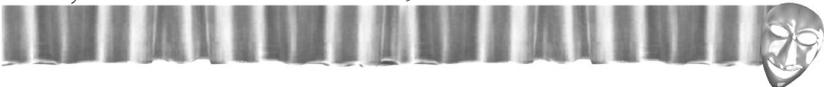
* * *

Ao tratar do teatro gaúcho, do período em foco, Guilherme Cesar (1956, p. 264) diz que o combate ao burguês endinheirado e à nobreza imperial – as maiores vítimas dos republicanos do teatro rio-grandense –, a par de servir à causa política da derrubada do trono (diretriz que se acentuou após 1870, com o fim da guerra do Paraguai), respondia ao dogma “socialista”, que – transmitido pela geração de Coimbra, notadamente Eça de Queirós e Oliveira Martins – sorrateiramente penetrara a mentalidade dos letrados da província sulina.

Esse fato, aliado à expansão do positivismo filosófico, fez com que se começasse “a ridicularizar também a concepção metafísica do mundo e do destino do ser humano, donde um tema fértil em sugestões para os combates que o teatro da época desferiu contra a Igreja, ali apresentada como índice de ignorância e obscurantismo”.

Além de representar o atraso, por se opor à evolução mental da população, o fato de misturar seu poder com o do Estado e, principalmente, o hábito de recorrer a métodos de fanatização dos fiéis, rendeu à Igreja vários inimigos, principalmente entre os seguidores da filosofia maçônica, cujo embate culminou na chamada “Questão religiosa”, que eclodiu em 1872, no Rio de Janeiro, e que teria fortes ecos na província sulina.¹³

¹³ Essa questão, que correu, lado a lado, com a “Questão militar” (problemas que deixariam exposta a fenda que aos poucos separou o Império da Igreja e do Exército), resultou de um incidente de pouca relevância, mas que acabou tomando uma dimensão inesperada e azedou as relações do Imperador com a Igreja. O motivo foi a suspensão do padre Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro, devido à sua participação em uma solenidade maçônica. Na época, o convívio entre católicos e maçons era uma coisa bastante comum no Brasil, e mesmo dom Pedro II tinha no rol de seus amigos pessoais e conselheiros políticos muitos maçons, que também eram católicos. Tudo poderia ter sido contornado facilmente se não tivessem se envolvido, na questão, os bispos de Olinda e do Pará, que decidiram interditar aos maçons os ofícios



Ainda que, na Província sulina, o embate entre os maçons e jesuítas tenha se tornado mais acirrado após a constituição da Sociedade Partenon Literário (1868), o fanatismo religioso mereceu referência já na primeira peça teatral publicada no Rio Grande do Sul, em 1834: o “novo entremez intitulado” *O político, e liberal, por especulação*, de 1832.¹⁴

Numa primeira passagem, a personagem Honório assim se expressa: “Aborreço as leis, aborreço a chicana, a imposição e o fanatismo religioso” (1834, p. 5). Outra menção ao fanatismo aparece no seguinte diálogo:

CHAVETA – Acabou-se este, e sai dali outro, que não sei que ofício tinha, e disse: que os médicos eram ma-ta-gente; os militares, déspotas; os sacerdotes, fanados...

HONÓRIO – Havia de ser fanáticos.

CHAVETA – Isso mesmo (p. 13).

Na segunda peça publicada no Rio Grande do Sul, o fanatismo religioso constitui a temática. Referimo-nos a *Os jesuítas ou O bastardo do rei* (1846), do português, naturalizado brasileiro, José Manuel Rego Vianna, drama resgatado no presente volume. A partir de meados da década de 1870, em que os ânimos entre maçons e jesuítas ficaram mais acirrados, vários outros textos avolumariam a dramaturgia gaúcha, nessa temática.

O fanatismo religioso e o comportamento dos sacerdotes eram também já alvos dos colaboradores da revista d’*O Guaíba* (1856-1858).¹⁵ O n. 7, de 14 de fevereiro de 1858 (p.

católicos. Usando dos direitos do regime de padroado, o Imperador determinou aos prelados que a interdição fosse suspensa, mas eles mantiveram suas posições e acabaram sendo presos em 1874, e condenados a trabalhos forçados. Embora dom Pedro II tivesse agido legalmente, a Igreja jamais o perdoaria pela condenação dos dois bispos.

¹⁴ Composta na cidade do Desterro, em 1832, a farsa seria publicada pelo seu autor, dois anos mais tarde, com o pseudônimo “Hum Militar Avulso” (Porto Alegre: Tipografia de Fonseca & Cia., 1834, 23 p).

¹⁵ Periódico de feição conservadora, dirigido pelo maçom Carlos Jansen, que, segundo Eliane Colussi (2003, p. 355), destoava da maioria de seus pares, por ser inimigo do pensamento racionalista, próprio dos séculos XVIII e XIX, além de defensor ardoroso da Igreja Católica.



49-50), por exemplo, traz na sua primeira página um texto intitulado “A Igreja”, no qual se pode ler a seguinte reprimenda: “O padre é este: não deve a sua mão ofender a face do seu irmão rebelde, mas ditar-lhe a coragem quando lhe vacilar o espírito nas vascas de uma cólera injusta (...). Mas o padre tem entre nós aberrado pelo caráter dos indivíduos a quem foram confiados os sacramentos da Ordem”.

No n. 23, de 4 de julho de 1858 (p. 177-178), *O Guaíba* apresenta, em sua página inicial, a primeira parte de um artigo intitulado “O fanatismo religioso”. Eis o primeiro parágrafo:

Entre tantos males que tem se arriagado [ou arraigado?] à espécie humana nos tempos históricos, isto é, desde que a história comemora os fatos relativos a cada povo, nenhum tem sido mais terrível do que o fanatismo religioso, que nos séculos anteriores causou os maiores danos aos povos, de concerto com a ambição, a ignorância e o despotismo, a que estava sujeita a Europa.

O artigo avança pelos números 24, 25 e 26 (de 11, 18 e 25 de julho de 1858, respectivamente), do referido periódico. No fim do texto deste último número consta a palavra “continua”; porém, por razão não explicada, o mesmo não teve sequência, restando inconcluso. De qualquer modo, em suas quatro partes publicadas, o autor anônimo do texto discorre sobre as atrocidades cometidas, ao longo dos séculos, em nome de Deus.

Na *Revista Mensal* do Partenon Literário, a religião e a prática doutrinária dos jesuítas foram motivos de frequentes debates. Já no seu segundo número, a Revista apresenta um “Parecer sobre a tese histórica – A vinda dos jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciosa?”, assinado por Achylles Porto Alegre (abril de 1869, p. 24-25).

Após uma interrupção de dois anos e meio, a *Revista Mensal* voltaria a ser publicada, trazendo em seus dois primeiros números, da nova série, um longo texto intitulado “A reli-



gião nas sociedades modernas”, assinado por Francisco Cunha¹⁶ (n. 1, julho de 1872, p. 32-36; e n. 2, 2ª série, agosto de 1872, p. 6-8).

No “Parecer sobre a tese – Quem revela mais abnegação no cumprimento de sua missão, o padre ou o soldado?”, José de Sá Brito (5º ano, n. III, mar 1876, p. 121) compara os ofícios do soldado de Deus e do soldado da Pátria e conclui: “Concedei-lhe [ao soldado], senhores, como eu acho de direito, como é de justiça – a primazia, pois que ele revela mais abnegação que o padre, no cumprimento de sua missão”.

Após outra interrupção de um ano (1878), a *Revista Mensal* retorna como *Revista Contemporânea*. Em seu primeiro número, da 4ª série (p. 37-38), inclui a biografia de José de Anchieta. As críticas ao jesuitismo, contidas no texto de Appolinário Porto Alegre, estendem-se para a sessão “Crônica”, assinada por Bernardot (pseudônimo, possivelmente, de José Bernardino dos Santos, que era, então, o redator e gerente da revista).

Na opinião pouco amistosa de Bernardot, “lembrar as virtudes evangélicas de homens como José de Anchieta é aferir o clero atual pelo que ele vale, pelo que, sem rebuço, cinicamente ele se confessa ser, insultando a religião e escandalizando a moral pública com editais, como este, que se lê no Jornal do Comércio do Alegrete”.

O texto segue, com a transcrição do longo edital, em que o vigário Antônio dos Santos Reis fixa e torna públicos os horários por ele destinados ao exercício dos atos de seu ministério. Por não concordar com o proceder da comunidade, que veria “na pessoa do vigário da freguesia um seu moleque”, exige pontualidade nos encontros marcados. E finaliza o edital, dizendo: “desde de que se ajustar uma hora, cada qual é obrigado a ser pontual, que o vigário não é *negro canguero*”.

Bernardot não alivia a pena em suas críticas ao referido vigário e, por extensão, aos jesuítas em geral:

¹⁶ Trata-se de Francisco Xavier da Cunha, irmão de Félix Xavier da Cunha, ambos dirigentes maçons e parlamentares da Assembleia Provincial, pelo Partido Liberal (o primeiro, em 1877-1878, e o segundo no período de 1863-1864).



A perfeita ignorância da sintaxe da língua vernácula, o estilo chulo próprio dos pulhas ou dos arrieiros, a sordida cupidez que se revela com o máximo cinismo na circular acima descrita, e a audácia com que esse ministro de Cristo se dirige a seu rebanho – só nos deixam acreditar que esse *reverendo* não é cangueiro, porque em vez do pau e da corda do negro de ganho, traz sobre as largas espáduas a isso talvez afeitas, ou para isso talhadas, um hábito que lhe deve sentar como a túnica de Nessus.

No n. 3, da 4ª série (junho de 1879, p. 111-113), o fanatismo religioso dos jesuítas seria assunto da *Revista Contemporânea* do Partenon Literário, pela última vez (a edição derradeira da revista, o n. 6, da 4ª série, sairia em setembro de 1879).

Num texto intitulado “Dezoito de junho”, em que se analisa a trajetória da Sociedade, que então completava onze anos, fica claro que os jesuítas haviam se constituído – pelas causas defendidas ou discutidas por integrantes do Partenon (a abolição da escravatura, a emancipação da mulher, o divórcio, etc.) – os principais inimigos, declarados, da sociedade literária:

E que lutas e que sacrifícios não teve a vencer, durante esse tempo, esta associação, que ainda hoje, no meio de seus triunfos vê erguer-se ante si esse inimigo minaz, surdo e traiçoeiro, que, apelando a sentimentos religiosos, que sempre acatou [ou atacou?] o Partenon, move contra ele uma propaganda odiosa, como essa que acaba de iniciar o *Deutsches Volksblatt*, órgão ultramontano dirigido pelos Jesuítas de S. Leopoldo! Ao entrar no duodécimo ano de existência, o Partenon Literário interrompe seus hinos festivos, com as notas do clarim convocando a guerra. Os bárbaros! Os bárbaros! – foi outrora o brado de horror; hoje – os Jesuítas! Será o nosso grito de alarma.¹⁷

¹⁷ Os jesuítas de São Leopoldo seriam, também, alvo dos ataques de Carlos von Koseritz, na folha maçônica *A Acácia* (1876, ano 1, n. 3, p. 1), órgão oficial da Maçonaria gaúcha, até 1879: “O *Volksblatt* é uma folha impressa em São Leopoldo em língua alemã. Ela é um órgão dos padres da Ordem de Jesus que em número de trinta e tantos assenhoram-se da consciência dos colonos católicos e monopolizam todas



* * *

São os seguintes os dramas gaúchos em que o combate ao jesuitismo constitui o foco central e sua temática: *Os jesuítas ou O bastardo do rei* (1846)¹⁸, de José Manuel Rego Vianna; *Os lazaristas* (1875)¹⁹, de Antonio José Ennes; *Em nome de Deus* (1876)²⁰, de Franco Bueno; *Deus e a natureza* (1882)²¹, de Arthur Rodrigues da Rocha; *Um jesuíta no lar doméstico* (1895)²², de José Pedro Franz; *Acácia e Roma* (1876)²³, de José de Sá Brito; *O maçom e o jesuíta* (1876)²⁴, de Francisco Lobo da Costa; e *Roma e a família* (1878)²⁵, de Colimério Leite de Faria

vigarias e curatos nas colônias. Não satisfeitos com isso mandaram vir cerca de vinte freiras e de parceria com estas, apoderam-se do ensino da mocidade católica nos núcleos coloniais [...]. Na questão dos bispos não teve essa folha mãos a medir em ataques ao Estado e à Coroa. Os maçons são diariamente apresentados aos colonos como assassinos e salteadores”.

¹⁸ Drama em cinco atos, representado pela primeira vez no Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em 21 de novembro de 1846. Publicado em Rio Grande: Tipografia de José Maria P. de Carvalho, 1848, 132 p.

¹⁹ Drama em três atos, representado pela Sociedade Dramática Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1876. Publicado em Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1875, 84 p.

²⁰ Drama em quatro atos – intitulados, respectivamente: “Juramento e desobediência”, “Rapto”, “Parricídio” e “Reabilitação e expiação” –, do qual a *Revista Mensal* do Partenon Literário publicou apenas o primeiro ato, no n. 5, 1876, p. 193.

²¹ Drama em quatro atos, publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva e A filha da escrava*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, em 1884), p. 89-136. A peça, que foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883, 1890, 1898 e 1899, foi encenada, também, no interior do Estado e no Teatro de Exposição do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1908.

²² Drama encenado em 7 de abril de 1895, em Pelotas, cidade em que seria publicado no mesmo ano (sem indicação de editora).

²³ Drama em quatro atos, representado em 1876 e 1877. É possível que tenha sido publicado, já que Athos Damasceno (1956, p. 164) faz a seguinte apreciação: “Essa peça, que reflete em seu entrecho, através de lances apaixonados, o aceso conflito político e social entre a Maçonaria e o Clero, agrada muito a um certo público e mantém-se em cartaz vários dias – coisa rara então”.

²⁴ Segundo consta na *Obra poética de Lobo da Costa* (Pesquisa, introdução, notas e glossário de Alice Campos Moreira. Porto Alegre: IEL, 1991, p.16), a peça estreou no Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em janeiro de 1876. Ao se referir a essa peça, Eliane Colussi (2003, p. 359) diz que “consta ter sido publicada na década de 1880, ‘dentro do espírito anticlerical vigente””.

²⁵ O drama é citado por Guilhermino Cesar (1956, p. 311) e A. Coutinho & J. Galante de Sousa (2001, p. 1266). Em outra obra de Galante de Sousa (1960, p. 424), a data do drama (prólogo e quatro atos) consta como 1880.



Pinto. Dessas peças, pelo menos as primeiras cinco chegaram ao prelo (a de Franco Bueno, de forma parcial), sendo que não foi possível localizar exemplar do drama de José Pedro Franz.

Algumas dessas peças mereceram anúncio na folha maçônica *A Acácia*. Segundo Eliane Colussi (2003, p. 359), a imprensa maçônica não divulgava peças teatrais de autores maçons, mas anunciava as peças em cartaz, quando eram propagadoras do ideário anticlerical. Como exemplo, ela cita a encenação da peça teatral *Os lazarentos*, ocorrida em Porto Alegre, no mês de setembro de 1876, que teve “a plateia quase exclusivamente formada por maçons”. Tal peça trataria das intrigas que os filhos de Loyola, os jesuítas, incentivavam.²⁶

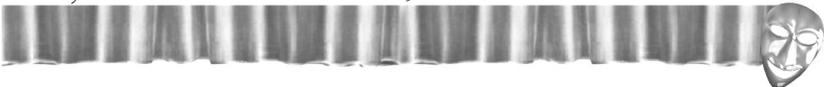
A mesma notícia, estampada na folha maçônica *A Acácia* (ano 1, n. 38, 1876, p. 4), traz a informação de que “a empresa Mayrinck estava ensaiando uma produção dramática de igual gênero sob o título *Os homens de Roma*, a qual já havia conquistado muitos aplausos na cidade de Pelotas, onde fora representada anteriormente”.

Entre as peças publicadas e que mereceram menção na imprensa maçônica, por girarem em torno da mesma temática e, invariavelmente, atacarem aqueles que eram considerados os piores inimigos da ordem, além de *O maçom e o jesuíta*, de Lobo da Costa, e *Acácia e Roma*²⁷, de José de Sá Brito, já citados acima, mais *O dever*, de Joaquim Alves Torres, de que falaremos adiante, Eliane Colussi (2003, p. 359-360) faz referência a *Um jesuíta no lar doméstico*, de José Pedro Franz, peça que “trata das repercussões da influência dessa ordem religiosa no seio da família e dos consequentes males gerados disso”.

Ainda que José Manuel Rego Vianna, Antonio Ennes e Arthur Rocha não tenham sido nada brandos em suas críticas

²⁶ Os fatos de que Eliane Colussi não cita o nome do autor e de não havermos encontrado, em nenhuma outra fonte, referência a texto com esse título, aliados à própria temática da peça e o ano de sua representação, nos levam a crer que se trata de *Os lazarentos*, de Antonio José Ennes, drama publicado em 1875 e representado pela Sociedade Dramática Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no ano seguinte.

²⁷ Eliane Colussi (2003, p. 360) grifa esse drama como *Mateus, Acácia e Roma*. *Mateus* é, na verdade, outra peça de José de Sá Brito, publicada na revista *Ensaio Literários* (Porto Alegre: n. 6 a 8, de set-nov/1875).



aos jesuítas, os dramas mais contundentes no combate ao jesuitismo foram os produzidos por Franco Bueno (*Em nome de Deus*, drama em quatro atos, 1876) e Joaquim Alves Torres (*O dever*, drama em quatro atos, 1901), autores integrantes da Sociedade Partenon Literário, dos quais o segundo era adepto da maçonaria.²⁸

O texto de Joaquim Alves Torres, como se pode ver, é uma produção que pertence já ao século XX. Do drama do alferes Franco Bueno a *Revista Mensal* publicou apenas o primeiro ato (e fica a interrogação do porquê, pois a revista não dá qualquer explicação para o fato, nas edições seguintes). Vejamos algumas passagens de *Em nome de Deus*.

Nesta primeira, o principal vilão, Frei Constâncio, em conversa com Carlos (seu pupilo), critica a Maçonaria e deixa claro que pretende se apoderar das riquezas de sua família:

Busquemos o exemplo do grande mestre, e nos unamos para resistir à torrente impetuosa dos demolidores da nossa santa religião! Eles fazem sessões misteriosas... têm também o seu templo de Salomão!... Pregam as suas doutrinas perniciosas... e desviam os incautos da senda da verdade! (...). Como eu dizia, meu filho, é tempo de abandonardes essas vestes mundanas... As tuas riquezas só servirão para perder-te mais depressa... Não as deixeis, porém, lá fora, em mãos dos nossos inimigos jurados [entre os quais, o pai de Carlos, simpatizante da Maçonaria]... É preciso que as resgateis e as depositeis nos cofres da comunidade: servirão para o serviço do altar... (Ato I, Cena II, p. 198-9).

Nesta outra cena, Frei Constâncio, “o diretor do convento das freiras do Carmo, que não permitem sua exoneração”, revela seu plano maquiavélico ao comparsa Frei Luís, o religioso que recebe “os mais galantes rostinhos em seu confessionário”:

²⁸ Na apresentação do autor, intitulada “A quem ler”, que antecede a publicação do primeiro ato de *Em nome de Deus*, Franco Bueno esclarece: “Completamente neutro na grande luta arrefecida, é certo, mas não extinta, entre a maçonaria e os jesuítas, pois não pertenço àquela, e não desconheço os serviços reais, grandiosos mesmo, praticados por alguns destes, eu sou de esperar que acreditem-me imparcial”.



FREI CONSTÂNCIO – Carlos tem, como sabeis, o seu pai e uma irmã... Torna-se preciso que ambos desapareçam da superfície da terra para que as suas riquezas revertam ao poder daquele, pois que assim ficarão em nossas mãos.

FREI LUÍS – Mas é preciso matar também uma mulher e isto é penoso, senhor Frei Constâncio.

FREI CONSTÂNCIO – Quem vos falou em matar? O pai de Carlos, esse Lúcio da Cunha, é por demais altivo e não transige com a honra... Fazei com que sua filha dê um passo errado no caminho da vida e ele a deserdárá; quanto a Lúcio, um pouco de arsênico caído por acaso numa xícara de chá...

FREI LUÍS – Nos livrará de muito trabalho...

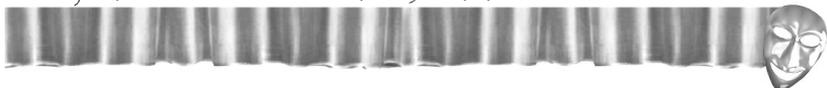
FREI CONSTÂNCIO – E todos dirão que ele morreu de vergonha pela desonra da filha! (Ato I, Cena IV, p. 202).

Ainda que dessa peça nos tenha ficado apenas um ato, localizamos pelo menos três dramas, completos, nessa temática, que tratamos de resgatar no presente volume da Antologia: *Os jesuítas ou O bastardo do rei* (1846), de José Manuel Rego Vianna, *Os lazaristas* (1875), de Antonio Ennes, e *Deus e a natureza* (1882), de Arthur Rocha.

No primeiro deles, ambientado em Portugal (a ação dos atos I, II e IV se passa em Coimbra; a dos atos III e V em Lisboa), temos um viúvo rico (Edmundo de Castro), que quer, a todo custo, que sua única filha (Leonor) dedique sua vida ao ofício religioso. Fanatizado pelo padre jesuíta Francisco Mansos, que conta com o auxílio do padre Nicolau Nóbrega em suas tramoiás, Edmundo de Castro manda a filha para o claustro; lega, em testamento, toda sua fortuna à Igreja; e entra, ele próprio, para o convento, para receber o hábito de Santo Inácio.

Quase ao fim do primeiro ato, e após um acirrado embate verbal com a empregada de Edmundo, que tenta impedir a ida de Leonor para o convento, o padre Francisco Mansos revela seu plano funesto:

E pude escutá-la!... Pude ouvir tantos insultos de um ente tão fraco como seja uma mulher!... Ficarei imóvel, sem que me vingue do seu arrojo!... Eu, que, pe-



los votos mais sagrados, pelas regras da minha Ordem, juro vingança contra os inimigos, hei de consentir que zombem impunemente de quem devem temer e respeitar!... Mulher imbecil!... Insensata mulher!... Que não pensas, que não meditas, que num átomo podes deixar de viver[,] por qualquer meio fácil e seguro de que lance mão!... Desculpo-te, porque és frágil, porque és mulher, é prerrogativa do teu sexo: a força nas palavras, e a fraqueza nas ações. Já triunfei! – Já colhi às mãos o tesouro que desejava! Eis o testamento de Edmundo!... Seu corpo em breve descerá a uma sepultura no claustro de Santo Antão, e depois seus bens pertencerão aos filhos de Santo Inácio! Leonor entrará para o convento, Afonso cairá morto, com um golpe de punhal, ou com um veneno nas entranhas! (Ato I, Cena XIII, p. 41).

Um aspecto marcante dessa peça é o fato de que quem mais fala mal dos jesuítas é exatamente um dos membros da Companhia de Jesus, o padre Francisco Mansos. Tome-se, como exemplo, a seguinte cena:

Sim, Aleixo de Miranda e Aires de Figueiredo serão o meu braço oculto. Miseráveis!... Que não se recordam, que somos terríveis inimigos, mais ainda que ambiciosos!... Pregamos[,] ao povo rude[,] máximas enganadoras e supersticiosas para o dispor a nossos bens, e este mesmo povo fanatizado por falsas doutrinas nos julga uns santos e oráculos de Deus!... Este mesmo povo se move à nossa voz empunhando armas para nos defender, sacrificando-se em favor dos filhos de Loyola... Oh[,] cegueira humana!... Oh[,] terrível fanatismo!... Quantas vítimas se têm imolado por tua causa! Enquanto os que conhecem nossa malícia, nossas maquinações, nos alcunham de idiotas, de sacrílegos, semeando cizânias e revoltas, nós tudo sofremos, mudos e quedos, com semblante sereno, e cheios de resignação nos preparamos para a vingança! No instante em que nos prostramos com a fronte no pó, é esse o terrível momento em que os nossos emissários nos vingam e pedimos perdão a Deus de assim o havermos feito (Ato III, Cena VI, p. 76).



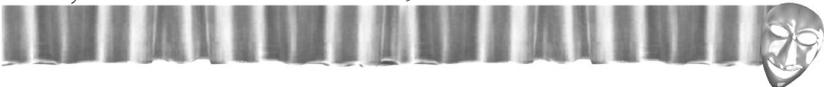


No texto intitulado “Sucessos pela primeira representação do drama”, que precede a edição de *Os jesuítas ou O bastardo do rei*, José Manuel Rego Vianna relata que “missionavam por esta ocasião nesta cidade [Rio Grande] dois padres da Companhia de Jesus, italianos de nação”, aos quais a representação do drama desgostou de tal modo que “empenharam o valimento de algumas pessoas”, para impedir a terceira apresentação. Segundo Vianna, “foram embalde as diligências dessas pessoas, e a autoridade policial, firme nos seus princípios, não anuiu às fortes requisições, que para tal fim se lhe faziam. Os periódicos, e outros impressos, tomaram a defesa do drama, e os padres jesuítas lhe deram um merecimento muito superior à sua realidade”.

Em *Os lazaristas* (1875), ambientado em Lisboa, temos uma jovem internada num colégio lazarista (Luísa), por iniciativa da irmã (Joaquina), que, após enviudar e desperdiçar todo seu patrimônio, decide – na ausência do pai, Carlos de Magalhães, que lhe concedera a guarda de Luísa, ao deixar Portugal por oito anos, para ser governador na Índia – se apoderar da fortuna da família. Interesse idêntico move o padre Bergeret, que deseja a herança de Luísa para sua Igreja. Com esse fim, faz uma verdadeira lavagem cerebral na jovem, confiando-a ao claustro.

Na realização de seu plano, Joaquina conta com a ajuda de seu amante, D. José de Melo. Ocorre, porém, que este é apaixonado pela Baronesa de Selgas e – diante da promessa que lhe faz o padre Bergeret, de que a Baronesa será sua esposa – não hesita em trair Joaquina, ajudando o padre a conseguir a assinatura de Carlos de Magalhães (que está de volta da Índia e encontra-se no leito de morte), num documento em que o mesmo abjura de suas crenças antijesuíticas.

Magalhães assina o documento crente de que o mesmo, conforme lhe prometera o padre Bergeret, liberará Luísa do juramento que fizera, de dedicar sua vida à Igreja, possibilitando seu casamento com o primo Ernesto, que é apaixonado por ela. Ernesto rasga o documento assinado pelo tio, salvando-lhe a honra.



Apesar de frustrar os planos do padre, reconhece que Luísa está irremediavelmente perdida “para o fanatismo”. Traída por D. José de Melo, Joaquina pede a Ernesto que a vingue. Este, libertando-se de Luísa, promete dedicar-se “a combater a Igreja e a salvar a liberdade”.

No drama de Antonio Ennes, as críticas mais contundentes aos jesuítas ficam por conta de Ernesto. A seguinte cena é exemplar:

ERNESTO – É[,] pois[,] certo que o fanatismo recobrou a presa, para ligá-la com rijas cadeias[,] que eu não possa espedaçar! Ah! Miseráveis, que vencestes por traição e eu nem posso vingar-me, porque não há justiça que castigue os sedutores de crianças, que revoltam as filhas contra os pais, e lançam a discórdia e a dor no seio das famílias! São uns monstros que planeiam a sangue frio e executam com serena ferocidade os crimes mais atrozes, os que torturam a alma, mas são invioláveis porque trazem à flor dos lábios o nome blasfemado de Deus! A sociedade vingar-me-ia se me roubassem a bolsa; quando me roubam a mulher que amo e com ela a ventura de toda a vida, a sociedade diz-me: resigna-te, porque foste espoliado em nome da religião! É um escárnio, é uma atrocidade! É bem verdade que somos fracos e impotentes contra os opressores das consciências!

BERGERET – O juramento que Luísa prestou foi voluntário, ela mesma lho dirá.

ERNESTO (*sem dar ouvidos a Bergeret*) – Mas por que foi este empenho, esta tenacidade em arrebatá-la? Seria vingança do ódio entranhado que votei aos hipócritas, como se adivinhasse que deles me adviria a desgraça?... Ah! Que já sei. Os aliciadores lançaram-lhe as redes para colherem um tesouro. A alma?... Que lhes importa a eles a alma? Ninguém os viu ainda nas enxovias exortando os criminosos ao arrependimento, nem nos prostíbulos lidando na regeneração das perdas. Apeteceram a riqueza de Luísa, os bandidos, e...

BERGERET – Fiz voto de pobreza, senhor!

ERNESTO – Para sugar como um parasita a riqueza alheia, bem sei. Fazeis voto de pobreza e arredai-vos



dos pobres como de leprosos, a vossa caridade só ameiga quem pode retribuí-la, não apareceis senão à cabeceira dos enfermos[,] só recrutais os ricos, e só têm entrada no vosso céu os que pagam luxuosamente a portagem! Ambiciosos, vorazes, sanguessugas, é que vós sois... (*Entram pelo fundo Luísa e Joaquina. À Luísa*). Luísa, Luísa, é verdade que este homem te seduziu para fugires da pátria, da família, de mim, e ires ser escrava de fanáticos em terra estranha?

LUÍSA (*confusa*) – Ernesto... Como está exaltado!... Modere-se!

ERNESTO – Fala, por Deus, que morro de angústia! É verdade que fizeste um juramento?

LUÍSA – Jurei... Sim... Por obedecer à vontade de Deus... E peço-lhe que respeite a minha deliberação.

ERNESTO – Está perdida sem remédio!... (Ato II, Cena VII).

Em *Deus e a natureza*, drama ambientado no interior da Província sulina, um jovem padre (Oscar) – destinado à Igreja em razão de uma promessa feita pela mãe fanaticamente religiosa, antes de seu nascimento –, ao reencontrar o amor de sua juventude, passa a se debater entre a batina e o amor, entre Deus e a natureza.

Nesse drama, a crítica se volta não apenas ao fanatismo religioso, que levou a mãe a definir o destino de seu filho, mesmo antes que esse nascesse, mas também à total falta de correspondência entre a pregação e a prática dos “religiosos” pais do padre.

Não há como não relacionar esse drama de Arthur Rocha com o romance *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, publicado um ano antes (1881). Se o autor maranhense demonstra explicitamente seu anticlericalismo (uma das marcas da época, em que predomina o cientificismo) através da funesta e inescrupulosa figura do cônego Diogo e da beata Maria Bárbara, que prefere a neta morta a vê-la casada com um mulato, o dramaturgo gaúcho lança mão do finado padre Astrogildo (segundo Leandro, “aquilo, sim, era homem. Quando a gente castigava um escravo rebelde ou fujão e mandava metê-lo no tronco, dizia ele sempre, para desfazer escrúpulos de consciência: *Castigar*



aos que erram, é uma das obras de misericórdia” – Ato II, Cena I, p 110) e de Oscar, religioso contra a vontade, graças ao fanatismo da mãe, D. Suzana.

Aliás, esta é semelhante, em sua prática e em seus preconceitos (no que é acompanhada pelo marido, Leandro), a outras duas personagens do romance de Aluísio de Azevedo: D. Quitéria, viúva que viria a se tornar esposa de José da Silva, pai do mulato Dr. Raimundo, que entendia, por exemplo, que “um escravo não é um homem, e o fato de não ser branco constitui só por si um crime”, e D. Amância Souselas, que se opunha ao progresso e não se cansava de reclamar: “Já não há cativo! É por isso que eles andam tão descarados! Chicote! Chicote, até dizer basta, que é do que eles precisam” (Azevedo, 1881, p. 85).

A seguinte cena de *Deus e a natureza* retrata, de alguma forma, o que estamos dizendo:

LEANDRO (*dentro*) – Deixa-te estar, patife, que amanhã receberás a paga de tudo... Põem de molho as costas, é o que te digo.

D. SUZANA – Céus! O que será? (*Voltando-se a Pedro*).

PEDRO – Nada, minha senhora; é naturalmente algum desgraçado que vai amanhã ainda uma vez suportar as *blandícias* do tronco...

D. SUZANA – Também são tão maus estes negros, que, só mesmo à força de rigor se pode tirar deles alguma coisa. Depois que chegou o Reverendo meu filho, ficaram muito confiados, porque foram suspensos os castigos. Mas as festas acabaram, e com elas as condescendências.

PEDRO – Em todo caso, eu sempre quero ver como pensa a este respeito o padre-mestre.

D. SUZANA – Ora, ora... Há de pensar como nós. Meu filho, conquanto sacerdote, não pode ser mais religioso nem mais temente a Deus do que nós; mas é o próprio Deus que manda castigar aos que erram.

(...)

LEANDRO (*Entrando, zangado*) – É um desaforo, em se lhes dando uma pouca de liberdade, adeus respeito... Decididamente, sem vergalho nada se faz (Ato I, Cena II, p. 94-95).



Esse mesmo escravo ameaçado de açoite, mais adiante se ficará sabendo, saíra às escondidas da fazenda, para uma ação humanitária, conforme revela o padre Oscar, ao retornar para casa, após ministrar a extrema unção a um seu velho mestre:

PADRE – Eu estranho que a alguns passos da fazenda das Flores, cujos proprietários são reconhecidamente as criaturas mais religiosas do lugar morresse um homem, por assim dizer, de fome, e uma cândida menina estivesse prestes a sucumbir com ele... (...) Perdoem-me. Sabiam, sim, sabiam... A verdade, porém, é que o proprietário da fazenda das Flores nunca pode perdoar o obscuro mestre-escola da vila a independência de seu caráter e o adiamento de suas ideias políticas. A verdade é que, por indicação de um chefe político, esse pobre professor, de quem recebi as primeiras luzes do saber, foi demitido depois de 30 anos de serviço abnegado e consciencioso. (*Olhando firmemente para o pai*). Não me disse o desgraçado o nome desse chefe... (...) Junto ao moribundo estava um preto velho, o mesmo que me acompanhava à escola quando eu era menino. Ao ver os cuidados de que cercava o moribundo, as lágrimas que chorava também e as preces que dirigia a Deus... não pude; abracei-o reconhecido e chorei com ele.

ARTUR (*ao pai*) – Esse preto é o tal, ameaçado de tronco por haver saído ocultamente da fazenda (Ato I, Cena III, p. 99-100).

É claro que o padre Oscar não apenas defenderá o velho escravo Antônio, por haver “praticado uma ação que o honra”, como ainda força seus pais a acolherem, em sua casa, a órfã Amélia (seu amor da adolescência e juventude). Diante da recusa do pai, ele ameaça: “Vou pedir ao político que cavou a ruína daquela família que recolha, por compaixão, a vítima de seus ódios... ignóbeis” (Ato I, Cena IV, p. 104).

Se os dois freis da peça de Franco Bueno (Constâncio e Luís) são acusados de se divertirem com as freiras do convento do Carmo e receberem “os mais galantes rostinhos em seu confessionário”, nesse drama de Arthur Rocha o falecido padre Astrogildo não escapa de ter lembrado por Pedro, em conversa com a mãe do Padre Oscar, uma de suas principais virtudes:



PEDRO – Eu lhe digo, minha senhora: o padre Astrogildo, *que Deus tenha no reino da glória*, muitos anos sem mim, era naturalmente inimigo dos livreiros cá da terra.

D. SUZANA – Que está o senhor para aí a dizer? Inimigos! Ele? Que era uma pomba sem fel... Coitadinho! Tão nosso amigo que era. Às vezes[,] passava os dias inteiros em nossa casa; o meu falecido pai, que lá está na eterna bem-aventurança, saía ao seu trabalho de inspeção da fazenda, e a minha mãe, que era uma santa, ficava horas perdidas no seu oratório, aprendendo doutrina com o padre Astrogildo.

PEDRO – Efetivamente! Santa criatura devia de ser o padre Astrogildo, *que Deus tenha em paz!*... Ao passo que santificava a senhora sua mãe, preparava o senhor seu pai para entrar no reino do céu...

(...)

D. SUZANA – Ah! Meu pai!... Quem me dera ter a cabeça que ele tinha...

PEDRO (*com intenção*) – Oh! Devia ser portentosa! (Ato I, Cena I, p. 92-93).

No terceiro ato da peça, a questão do “padre tartufo”, aquele que “vai ao seio da família e é o confessor da senhora de tal e da menina Sicrana”, é retomada. Nas palavras do padre Oscar,

esse tipo de religioso vai todos os dias, vai a todas as horas; demora-se quanto quer; tem toda a liberdade; fica infinitamente a confessar, no seu quarto, a sra. e a dar-lhe *salutares* conselhos. E quando o padre sai, deixando após si o adultério ou a sedução, diz o povo, descobrindo-se respeitosamente diante dele: Santo homem! Lá vem de casa da senhora Fulana, e vai para a igreja. Oh! Caiam sobre ele todas as benções do céu!... (Ato III, Cena III, p. 132).

O mesmo Oscar, que num monólogo que ocupa quase duas páginas, discorre sobre o que é ser padre, “aos 25 anos, no século XIX, em plena época de atividade, de movimento e de rumor” (Ato II, Cena VI, p. 121-3), no ato seguinte, diante de um crucifixo e na presença de Pedro, voltará sua bateria de





críticas aos dirigentes da Igreja romana – “a quem não convém, especialmente na atualidade, a discussão e o debate” –, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo fanatismo religioso que caracteriza seus seguidores:

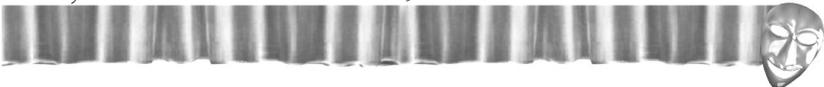
(*Para o Cristo*). Aí tens o que fizeram os teus pérfidos ministros dos santos preceitos da tua lei divina! Especularam com a tua moral para fanatizar o povo; aproveitaram-se da tua filosofia para arrastar a humanidade aos abismos da ignorância e do erro; corromperam as tuas palavras para intimidar os fracos; conspurcaram a tua doutrina para se elevarem, os ambiciosos! sobre os destroços da mentalidade humana ensandecida!... Oh! Mártir! Nunca o teu Templo precisou tanto como agora de ser expurgado dos míseros vendilhões que o desonram! (Ato III, Cena III, p. 127-8).

Na longa discussão, entre o padre Oscar e Pedro, que faz seguir a esse desabafo do primeiro, Arthur Rocha mostra toda sua erudição, acerca do assunto. É possível afirmar que em nenhum outro texto da nossa dramaturgia o dilema do padre, sufocado “pela túnica de Nessus, que traz sobre os ombros” e, constantemente, agitado e dividido entre Deus e a natureza, entre o dever e o amor e o desejo, é discutido com tanta franqueza e profundidade. Antes que Pedro conclua sobre a infelicidade do padre, este a confirma: “Olhe, senhor Pedro, se alguém lhe disser alguma vez: *É muito feliz o padre tal*, responda sem medo de errar: *Mentira! É muito desgraçado!*” (mesmos ato e cena, p. 133).

E é essa, efetivamente, a condição do padre Oscar, que se vê obrigado a abrir mão do amor de Amélia, para seguir o seu destino atroz: “o de ser padre, só padre, eternamente padre!”, conforme sentença seu pai, na fala final do drama.

No drama *Adelina* (1879)²⁹, de Damasceno Vieira, também é possível encontrar algumas críticas dirigidas à Igreja Católica. É o que se percebe, por exemplo, nesta fala da personagem Paulo: “Tu [para Otávio], como oficial de gabinete do

²⁹ Drama em três atos, representado no Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em 25 de outubro de 1879. Publicado em Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1880, 118 p.



Ministro do Império, é bem possível que estivesse tratando da eliminação dos padres, da supressão dos conventos, da secularização dos cemitérios e de muitos outros assuntos importantes, que presentemente se ventilam nas duas câmaras” (Ato II, Cena I, p. 72-3). Mais adiante, o mesmo Paulo propõe: “Levantemos um brinde à elegibilidade dos acatólicos!”³⁰ (Ato II, Cena I, p. 75).

Nesta outra passagem do drama *Adelina*, a personagem Alberto emprega o mesmo tom, em sua crítica aos sacerdotes:

Falando-lhes francamente, não poria dúvida em inscrever-me também no número de seus admiradores [refere-se às mulheres, em geral], se não votasse uma aversão instintiva ao casamento. Vou lá sujeitar-me a que um padre idiota, resmungando um latim que nem ele próprio compreende, queira intervir na minha existência tolhendo-me a liberdade e manietando-me por toda a vida? (Quadro I, Cena VII, p. 48).

Mais agressivo ainda é o tom empregado pela personagem Luís, que não apenas ataca o jesuitismo, mas faz também um brinde à Maçonaria:

Aos que combatem na sombra tão negra como a sotaina que os reveste, oponhamos a luz da nossa razão! Paladinos de uma brilhante cruzada, devemos todos unir esforços para que em breve se realize entre nós esta justa aspiração – *A Igreja livre no Estado livre!* Meus senhores, em nome do futuro engrande-

³⁰ Essas frases de Paulo estão bem de acordo com o que defendiam os maçons que integravam o Partido Liberal, na década de 1870. Segundo Eliane Colussi (2003, p. 228), “na busca de uma ampliação de suas bases políticas, o partido procurou cooptar os imigrantes/colonos alemães, majoritariamente protestantes, e que seriam beneficiados com o fim de uma religião oficial no Brasil. Corolário desta tomada de posição, foi a defesa que o Partido Liberal fez, do voto aos acatólicos naturalizados brasileiros”. Antes dessa defesa do voto para os acatólicos (que acabaria sendo promulgado na Lei Saraiva, em 1881), ainda segundo a mesma autora (2003, p. 229), “já havia uma mobilização dos liberais e, particularmente, dos maçons quanto à defesa da secularização dos cemitérios, isto é, de transferir para os poderes públicos a sua administração; com isso, retirar-se-ia da Igreja o monopólio exercido por ocasião de mortes e sepultamentos”.



cimento do Império do Cruzeiro, eu bebo à prosperidade da Maçonaria brasileira e à extinção dos jesuítas! (Ato II, Cena I, p. 70).

Os textos de combate ao jesuitismo ou ao fanatismo religioso, que nos restaram, estão bem de acordo com a imagem da Igreja Católica construída pela Maçonaria, que, apesar disso, “não dirigia seus ataques à religião, nem mesmo à católica, mas à Igreja institucionalizada e hierarquizada, especificamente ao papado”, conforme explica Eliane Colussi (2003, p. 329):

Tal representação baseava-se num tom frequentemente anedótico, folclórico e ridicularizante, ou seja, para a Maçonaria o papado se movia exclusivamente pelos interesses materiais, econômicos e políticos; a hierarquia católica discriminava e usava os fiéis para benefícios financeiros; os clérigos eram amorais, seduziam, tinham filhos ilegítimos, eram viciados em jogos, alcoólatras, etc.; os jesuítas, enfim, eram porta-vozes do conservadorismo, do fanatismo e ultramontanismo do papado, tendo, por isso, sido eleitos como os maiores inimigos da ordem.

No estudo biográfico sobre a vida de José de Anchieta, publicado no primeiro número da *Revista Contemporânea* do Partenon Literário (ex-*Revista Mensal*, 4ª série, abril de 1879, p. 9), Appolinário Porto Alegre confirma a ideia de que o que se combatia não era a Igreja Católica, mas, sim, o jesuitismo: “O que são os jesuítas? Há no português, uma palavra cujo tema é Jesus, o nome que sintetiza divinas virtudes, e cuja derivativa – jesuitismo – é a antítese negra. Notável metamorfose de um mesmo vocábulo! Por que o verbo mágico devia tornar-se a senha satânica?”

Conforme já dissemos, o conflito entre a Maçonaria e a Igreja Católica se estenderia até as primeiras décadas do século XX. O *Almanaque Enciclopédico Sul-rio-grandense*, de 1898 (ano I, p. 185), dirigido por Augusto Porto Alegre, contém a “Constituição apostólica referente à proibição e censura de livros”. À transcrição da “lei”, precede a frase “Está publicada a constituição apostólica refundindo a legislação do Índice”:



Os jornais, folhas e publicações periódicas, cujo desígnio é combater a religião ou os bons costumes, devem ser considerados como proibidos não somente pelo direito natural, mas ainda em face do direito eclesiástico. E que os ordinários, quando julgarem necessário, tenham o cuidado de advertir oportunamente os fiéis do perigo e dos perniciosos efeitos de uma tal leitura.

(...) São proibidos os livros ou escritos que relatem novas aparições, revelações, visões, profecias, milagres ou que preguem novas devoções, mesmo sob o pretexto de serem privados, se esses livros ou escritos são publicados sem uma permissão legítima dos superiores eclesiásticos.

Esse controle, que vinha de longa data, sobre o que os fiéis podiam ou não ler, conforme já referimos, parece ter tornado cada vez mais acirrado, também, o confronto entre a imprensa (grande parte dela em poder da Maçonaria) e a Igreja Católica.

O jornalista corrupto, Penacho, do drama *Ladrões da honra* (1875), de Appolinário Porto Alegre, aliás, opinara sobre a questão, há mais de duas décadas:

Por que a imprensa combate e há de sempre combater a Companhia de Jesus? Porque são dois adversários pujantes, com as mesmas aspirações, os mesmos desígnios; porque o mundo é pequeno para ambos; porque reinando juntamente, os atos de um nulificarão os atos do outro. Portanto, o aniquilamento ou a absorção foi uma necessidade. Venceu o jornalismo – o jesuíta sem roupeta cingiu na frente a estema do triunfo, e governa a tiara, os reis e o povo (Ato III, Cena VIII, p. 27).

No caso do teatro, o combate ao jesuitismo não chegaria ao fim com a dissolução da Sociedade Partenon Literário, em fins da década de 1870. O mesmo estendeu-se, pelo menos, até o raiar do século XX, conforme demonstra o drama *O dever* (1901), de Joaquim Alves Torres, e as mais de vinte páginas que antecedem sua edição, que reúnem, além de um longo pre-



fácio do autor (em que ele faz a análise crítica e psicológica de cada uma das personagens), discursos e numerosas opiniões da imprensa, acerca do conteúdo da peça e da encenação.

No drama *O dever*, a questão religiosa é, contudo, discutida sob uma ótica diferenciada, uma vez que o autor coloca, mais claramente, o catolicismo – uma religião – em confronto com a maçonaria – uma filosofia – e, também, em algumas passagens, com o espiritismo. O que se discute é qual das instituições, a Igreja Católica Romana ou a sociedade filantrópica secreta, é mais benéfica, principalmente, ao desenvolvimento mental da mulher na sociedade.

O grande conflito que se estabelece no drama, desde o princípio, não é outro senão a velha luta entre o bem e o mal; em outras palavras, a luta da Maçonaria – o bem, “que prega a verdade, a liberdade de pensamento, a igualdade e a fraternidade universais” – contra o catolicismo – o mal, “que enche a alma infantil de preconceitos tolos, de superstições banais, de crenças em deuses vingadores e em demônios” e que “fez do cristianismo uma ponte e passou do abismo do nada ao domínio das riquezas e do gozo”.

O bem aparece representado na figura do padre Rafael, que, apesar de não ser maçom, é “a encarnação das doutrinas puras de Cristo no que é possível ao ser humano a aproximação do maior vulto da história” e “cultua um Deus de bondade e de justiça”. Já o mal aparece representado no “funesto corvo da Igreja de Roma”, o padre Angelini, “o tipo do padre especulador e imoral”, representante de uma “negregada seita”, que prega “um Deus que castiga, fere e mata”.³¹

³¹ Antes, vimos a personagem Luís, do drama *Adelina*, dizer: “Aos que combatem na sombra tão negra como a sotaina que os reveste, oponhamos a luz de nossa razão!”. Aqui, temos o padre Angelini, o “funesto corvo da Igreja de Roma”, o representante de uma “negregada seita”. Esses eram, geralmente, os termos utilizados pelos maçons, quando se referiam aos jesuítas. Vejamos, a título de exemplo, a ata de uma das lojas maçônicas, de São Borja, datada de 21 de fevereiro de 1887, que contém uma moção, de iniciativa do dramaturgo Apparício Mariense da Silva: “O monarca atual tem a sua existência minada por uma enfermidade terrível e incurável, seus dias estão contados. Amanhã o trono, por uma lei absurda, pertencerá a Isabel. O jesuitismo invadirá o solo do Brasil e a serpente terrível enroscando-se no lar, no seio da família, contaminará a sociedade com seu veneno sutil, embrutecendo-a, fanatizando-a. O período da Regência foi um exemplo, a questão religiosa uma lição. É a Maçonaria, que é uma sentinela



A exemplo de Arthur Rocha, em *Deus e a natureza*, também Alves Torres parece haver-se inspirado na impagável e sub-reptícia figura do Cônego Diogo, do romance *O mulato* (1881), de Aluísio de Azevedo, para compor e caracterizar o seu vilão.

Em vários momentos, seja no drama propriamente dito ou nos elementos paratextuais, o autor deixa clara sua convicção de que a evolução mental da mulher haveria de passar, necessariamente, pela superação dos preconceitos religiosos.

Em carta à *Grande Associação Beneficente de Senhoras*, datada de 9 de agosto de 1901, o maçom Joaquim Alves Torres confessa haver escrito a peça com o “objetivo de pugnar pelos princípios do bem, da caridade, da honra e do trabalho e combater francamente o mal, a ignorância e a mentira religiosa”.

Na mesma carta, manifesta que, graças à mencionada Associação, “veio florescer em nosso meio social a esperança de que a mulher rio-grandense não longe conseguirá pela instrução e pelo bom senso desapegar-se por completo de preconceitos ridículos e das crendices que absolutamente nada significam, acarinhando, entretanto, em sua alma a religião pura pregada por Cristo”.

No prefácio (intitulado *Aos leitores*), Alves Torres diz que, antes de esboçar o drama *O dever* (1901, p. viii-ix), um elevado pensamento lhe preocupava o espírito:

Era a educação da mulher e como ideia correlata a – *Grande Associação Beneficente de Senhoras* – esse notável acontecimento de nossos dias no glorioso Estado do Rio Grande do Sul (...), que um dia, não longe talvez, há de forçosamente orgulhar a mulher brasileira, sobretudo a mulher rio-grandense que foi a primeira a dar tão gigantesco passo na senda da liberdade espiritual e da verdadeira caridade cristã.

postada para prevenir os assaltos dos corvos de sotaina, terá concorrido com sua indolência, para transformação da nossa vida social. É necessário que ela se levante, opondo-se fortemente, no caso fatal do Imperante, à sucessão de Isabel – a fanática” (COLUSSI, 2003, p. 236-237).



As opiniões da imprensa – Correio do Povo, Jornal do Comércio, Independente, Lábaro e Escrínio –, que se encontram reproduzidas na obra, dão conta do sucesso da peça *O dever* e são, independentemente do credo religioso ou da ideologia político-partidária de seus proprietários, elogiosas à criação de Joaquim Alves Torres.

A única celeuma é suscitada pelo Independente (8 de setembro de 1901), que não concorda com algumas afirmações feitas pelo seu rival, o Correio do Povo, mas, no entanto, confirma que “o drama escrito é de inteira atualidade no momento histórico porque atravessa o nosso país, tendo de um lado o jesuitismo alçando o solo e do outro a Maçonaria que vigorosa e altamente filantrópica bate-se em bem da humanidade”.³²

Na dramaturgia gaúcha da primeira metade do século XX, porém, não fosse por uma ou outra experiência isolada – entre elas, *Talita* (1906), de Arthur Pinto da Rocha (dramalhão à moda europeia da época, que trata da história de uma pobre menina cega, adotada por um padre, e cuja ação se passa em uma aldeia da Província de Trás-os-Montes, Portugal) e *Coração e dever* (1920), de Jorge Bahlis (nascido na Síria, esse autor, fazendo coro com a imprensa da época, denunciou a trágica situação vivenciada pelos cristãos armênios, numa província da Turquia) – e a temática religiosa teria saído completamente de cena.

³² Sabe-se que ainda na década de 1940 o clero procurava interferir, através da censura, na produção literária gaúcha. Caso bastante representativo é o de Erico Verissimo, que, segundo consta, resolveu deixar o País em razão da perseguição religiosa que lhe foi imposta, após a publicação do romance *O resto é silêncio*, em 1943.



NOTAS SOBRE OS AUTORES

1. MANUEL JOSÉ REGO VIANNA

Para Ari Martins (1978, p. 613), José Manuel Rego Vianna teria nascido em Porto Alegre, em 1809. Afrânio Coutinho & José Galante de Sousa, em sua *Enciclopédia da literatura brasileira*, contradizem essa informação, apresentando-nos outra mais completa – no que são acompanhados por Pedro Leite Villas-Bôas e Lothar Hessel & Georges Raeders. Segundo Coutinho & Sousa (2001, p. 1622) e Villas-Bôas (1974, p. 156), José Manuel Rego Vianna nasceu em Viana do Castelo, Portugal, em 23 de agosto de 1809, e morreu na cidade de Rio Grande, RS, em data não precisa. Villas-Bôas acrescenta, ainda, as seguintes informações: “Brasileiro naturalizado. Comerciante e teatrólogo”. Hessel & Raeders (1979, p. 217), ao se referirem à peça *Os jesuítas ou O bastardo do Rei* (1846), fazem seguir ao título: “drama do vianês José Manuel do Rego Viana (sic)”.

Para o teatro, Vianna escreveu as seguintes peças:

1) *Quarenta anos ou O negociante colono*, drama, 1836 (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622).

2) *Os jesuítas ou O bastardo do rei*, drama em cinco atos, 1846. Representado pela primeira vez no Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em 21 de novembro de 1846. Publicado em Rio Grande: Tipografia de José Maria P. de Carvalho, 1848. A Biblioteca Rio-Grandense, de Rio Grande, possui o único exemplar localizado desta peça.³³

3) *D. José II em Brandbury*, drama, sem data (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622).

³³ Com esse drama, José Manuel Rego Vianna tornou-se o primeiro autor a publicar um texto teatral no Rio Grande do Sul (a edição contém um texto intitulado “Sucessos pela primeira representação do drama”, em que o autor registrou a reação favorável do público, apesar da presença de dois padres missionários da Companhia de Jesus, de origem italiana, na plateia). Antes dessa peça, ocorreu a edição de um “entremez” ou farsa, em Porto Alegre, do qual se ignora o nome do autor, que o publicou com o pseudônimo “Hum Militar Avulso”: *O político, e liberal, por especulação*. Porto Alegre: Fonseca & Cia, 1834.



4) *Maria II restituída, ou trono de seus maiores, ou a restauração de Portugal*, drama, sem data (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622);

5) *Gomes Freire ou O reverendo patriota*, tragédia, sem data (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622);

6) *Malagrida ou A conjuração dos Távores*, drama histórico, sem data (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622);

7) *Moisés no Egito ou A passagem do mar vermelho*, drama sacro, sem data (Coutinho & Souza, 2001, p. 1622).

2. ANTONIO ENNES

Em seu blog na Internet, Susete Evaristo³⁴ informa que Antonio José Ennes nasceu em Lisboa, em 15 de agosto de 1848, e faleceu em Queluz, Portugal, em 6 de agosto de 1901. Jornalista, trabalhou na Gazeta do Povo e no jornal O Povo, afeto à corrente filosófica do “Partido histórico”, a que Ennes pertencia. Em 1880, foi eleito deputado, mas a câmara foi dissolvida. Em 1886, foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi eleito deputado para a legislatura de 1884-1887, e reeleito para as de 1888-1889 e 1890-1891.

Ainda segundo Susete Evaristo, após o ultimato britânico de 1890, Antonio Ennes foi nomeado Ministro da Marinha e do Ultramar (de 14 de outubro de 1890 a 25 de maio de 1891), sendo Presidente João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Em 1891, foi nomeado Comissário Régio em Moçambique, onde deu provas de grande saber e competência, deixando o seu nome ligado a notáveis obras e feitos naquele território. Em 1896, foi nomeado Ministro de Portugal no Brasil. Presidiu ainda o comitê que dirigiu os trabalhos do 5º Congresso da Imprensa, ocorrido em Lisboa, no ano de 1898.

Segundo Pedro Leite Villas-Bôas e Ari Martins (1968, p. 12), que não informam sobre a vida do autor mais que os anos de nascimento e morte, a obra teatral de Antonio Ennes é composta pelas seguintes peças:

1) *Os lazaristas*, drama em três atos, 1875. Representado no Ginásio Dramático de Lisboa, em 17 de abril de 1876, e,

³⁴ <http://queluz-monteabrao-massama.blogspot.com/2008/04/av-antonio-ennes.html>.



posteriormente, pela Sociedade Dramática Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no mesmo ano. Publicado em Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1875, 84 p. A Biblioteca Central da PUCRS possui exemplar da edição.

2) *Os saltimbancos*, drama em quatro atos, 1878. Representado no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, pela Cia. Guilherme Silveira, em data incerta. 1ª ed. Lisboa: Editora Antônio Maria Pereira, 1878, 172 p. Tem exemplar na Biblioteca da UFRGS.

3) *Os enjeitados*, drama, 1878. Representado pela Cia. Guilherme Silveira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1879. Voltou a ser representado pela Cia. Luso-Brasileira de Comédia, em Porto Alegre, em data incerta (Villas-Bôas & Martins, 1968, p. 12). Segundo consta no *Álbum de Família* (Ano I, n. 38, 22 de dezembro de 1878, p. 303) “*Enjeitados* é o melhor drama de Antonio Ennes, ainda que não seja, como os outros, isento de grandes defeitos. A tese é certamente importante, constitui uma questão de progresso e de civilização e foi bem desenvolvida e tocada pelo ilustre dramaturgo português”.

4) *A imigração*, drama inédito, sem data (Villas-Bôas & Martins, 1968, p. 12).

3. ARTHUR ROCHA³⁵

Arthur Rodrigues da Rocha nasceu em Rio Grande, em 1º de janeiro de 1859 e, segundo o jornal *O Mercantil* de Porto Alegre, morreu na mesma cidade, na madrugada de 26 de junho de 1888, de afecção pulmonar. Filho único do mulato José Rodrigues da Rocha, cobrador de bilhetes no teatro, que, para acompanhar o filho, fez-se ensaiador das sociedades dramáticas Luso-Brasileira, União Militar, Filhos da Talia e outras, que se apresentavam no Teatro São Pedro, de Porto Alegre (Múcio Teixeira, 1921, p. 281-285).

Arthur Rocha era filho de pais pobríssimos que não puderam proporcionar-lhe maior instrução, a não ser as primeiras letras, que “lhe foram dadas pelo professor, noutro

³⁵ Nas informações relativas às peças deste autor adotamos uma convenção, que se encontra ao fim desta sessão.



tempo público, Bibiano F. de Almeida”. Estudou no Colégio Gomes, de Porto Alegre (1872/1876). Foi funcionário postal, a princípio como carteiro (1876/1880), e depois como funcionário interno, encarregado da agência dos Correios, de Rio Grande (1880/1883), passando posteriormente a trabalhar na agência de Porto Alegre (19:72-74).

Rodrigues Till (1970, p. 19-29) informa que Arthur Rocha casou-se em agosto de 1885, com Maria Rico y Gonzáles, e dos filhos que teve sobreviveu apenas o primogênito, de nome Artur. A viúva faleceu no Rio de Janeiro, em 1894. Pery Borges (1961, p. 3-16) acrescenta que foram localizadas duas meio-irmãs de Arthur, filhas de um segundo casamento do velho José Rodrigues da Rocha. Segundo Borges, existe a cadeira Arthur Rocha na Academia Brasileira de Letras.

Dramaturgo, ator, comediógrafo, contista, cronista, poeta, crítico social e jornalista. Foi um dos fundadores do Partenon Literário e integrou a diretoria da Sociedade Ensaio Literários (2º orador), em 1878. Pertenceu à Sociedade Dramática Particular Luso-Brasileira e ao Ginásio Dramático, ambos de Porto Alegre. Foi diretor de *O Artista* (1881-1888), em Rio Grande. Em Porto Alegre, fundou e dirigiu uma folha diária para os períodos eleitorais (que foi órgão de dissidência do Partido Liberal) e dirigiu o *Correio da Tarde*, cujo número inicial apareceu em 08 de novembro de 1877.

Além de seu verdadeiro nome, usou na imprensa também os pseudônimos K. Zeca e E. de Mendonça. Publicou na *Revista Mensal* e em vários outros periódicos de caráter literário e instrutivo, como *Álbum Semanal* (1872 - ?); *O Mosquito* (1874); *Revista Ensaio Literários* (1875-1877); *Álbum de Domingo* (1878-1879); e *Revista Literária* (1881).

Na opinião de Guilhermino Cesar (1956, p. 267) Arthur Rocha, “nada precioso, nada pedante, mas patenteando evidentes ressentimentos íntimos por suas condições de cor e de fortuna, deu vazão à sua sede de justiça e de paz social. Combateu a escravidão com a maior veemência, participou das lutas de seu povo, não se deixou ficar, egoisticamente, no seu sonho de arte”. Sobre a literatura dramática gaúcha do século XIX e o legado deixado para as gerações futuras, Cesar (1956, p. 391-



392) é categórico: “o teatro oitocentista rio-grandense, que tivera auspicioso início, com Souza (sic) Bastos, terminou, assim, de modo magnífico, com um nome de alta categoria”. Esse nome é o do rio-grandino Arthur da Rocha.

Sua obra é composta pelas seguintes peças:

1) *O filho bastardo*, drama em três atos, de 1875. Peça de estreia do autor, de apenas 17 anos, “revelando-se de saída um vigoroso talento para o teatro” (13:163). Encenado pela S. D. P. Luso-Brasileira, no primeiro semestre de 1876 (13:163). Na sessão “Crônica”, da *Revista Mensal* (3ª série, setembro de 1877, n. 3, p. 72) consta: “No dia 8 a União Escolar representou, no salão da ‘Luso’, *O filho bastardo*, produção do talentoso rio-grandense Arthur Rocha”. O drama voltou à cena, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883, 1886 e, finalmente, em 1888, em homenagem ao autor, morto em junho, aos 30 anos incompletos, na cidade de Rio Grande. Drama publicado, inicialmente, na *Revista da Sociedade Ensaios Literários*, n. 10 a 12, de jan a mar de 1876 (o IHG do RS possui exemplares desses dois números), e, depois, juntamente com o drama *O anjo do sacrifício* e a comédia *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora* (*Teatro de Arthur Rocha*. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, 1876, p. 1-75).

2) *O anjo do sacrifício*, drama em três atos, 1876. Estreado no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no segundo semestre de 1876 (13:163-4). Foi representado em Taquari, entre 1891/1905 (1:161) e, em Triunfo, no biênio 1910/1911 (1:172). O texto foi publicado, juntamente com o drama *O filho bastardo* e a comédia *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora* (*Teatro de Arthur Rocha*. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, 1876, p. 79-154).

3) *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora*, comédia em um ato, 1876. Representada pela primeira vez, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no 2º semestre de 1876 (13:164). Voltou à cena em 1881 (13:191), 1882 (13:196) e 1889 (13:242 e 14:38). A comédia foi publicada juntamente com os dramas *O filho bastardo* e *O anjo do sacrifício* (*Teatro de Arthur Rocha*. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, p. 155-182).



4) *José*, drama em três atos e prólogo, 1877 (4:98, 13:236 e 16:101). Foi representado diversas vezes em Porto Alegre: em 1878, pela S. D. P. Ginástica Dramática (13:178); em 1880, pela Luso-Brasileira (13:185); em 1882, pela Sociedade Grêmio Dramático (13:197); e, em 1890, pela recém fundada Sociedade Dramática Arthur Rocha (13:254). Voltaria à cena no Teatro São Pedro, em 1901 (14:58). Representado também em Taquari,, entre 1891/1905 (1:161). Publicado originalmente na *Revista Mensal* do Partenon Literário (1879), o drama seria, posteriormente, publicado também em livro (Porto Alegre: Tipografia da *Deutsches Zeitung*, 1879, 64 p.).

5) *Lutar e vencer*, drama em cinco atos, 1877. Inédito (11:457). Na revista *O Colibri* (Ano 1, n. 2, de 15 de abril de 1877) consta crítica da peça.

6) *O distraído* ou *O esquecido*, comédia em um ato, 1877 (4:98). Na sessão “Crônica”, da *Revista Mensal* (3ª série, agosto de 1877, n. 2, p. 47), consta: “A União Escolar estreou no salão da Luso, com o drama *Segredos do coração*, trabalho do ilustre Sr. Sá e Brito, e a comédia *O esquecido*, do inteligente moço Sr. Arthur Rocha”. Lothar Hessel (1:72) esclarece que a comédia *O distraído* foi publicada sob o título *O esquecido*, na *Revista Mensal* (30 de agosto de 1877), por ocasião de sua estreia. Para Athos Damasceno (13:171), trata-se de uma “agradável e bem urdida peça em um ato”. A comédia foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1877: “Os atores da União Escolar exibiram o drama em 3 atos – *Segredos do coração* – e a comédia do meu simpático E. de Mendonça – *O esquecido*” (*O Colibri*, n. 21, 02 de setembro de 1877, p. 7).

7) *Os filhos da viúva*, drama em quatro atos, 1881 (13:171). Para 4:98 e 16:101, o drama seria de 1882. Encenado, pela S. D. P. Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em maio de 1882 (13:197) e em 1890 (13:254). Foi representado também em Rio Grande, na década de 1880. Publicado, juntamente com os dramas *Deus e a natureza* e *A filha da escrava*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 3-88. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.



8) *Deus e a natureza*, drama em quatro atos, 1882 (4:98 e 11:457). O drama foi representado, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883 (13:199), 1890 (13:254), 1898 (13:301) e 1899 (13:310). Representado também em Triunfo, em 1883 (1:170), e no Teatro de Exposição do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1908 (9:88). Publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva* e *A filha da escrava*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 89-136. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.

9) *A filha da escrava*, drama abolicionista em três atos, 1883 (11:457). Representado no Teatro São Luís, em 20 de setembro de 1883 (11:457). Moacyr Flores (4:83-7) procede à análise da peça. Publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva* e *Deus e a natureza*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 137-212. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.

10) *Não faças aos outros...*, comédia, 1883 (4:98). Inédita. Em 11:457, sem data. Athos Damasceno (13:236) diz tratar-se de *Vaudeville*, de 1883.

11) *Uma cena do futuro*, cena dramática, 1884. Representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1885 (13:220). Pery Borges (1961, p. 3-16) informa que a peça foi publicada em Porto Alegre: Oficinas do Jornal do Comércio, 1884; e que se trata de uma cena teatral em versos, que fala da luta pela emancipação dos escravos.



Para não repetirmos os nomes dos autores-fonte, nas notas, adotamos a seguinte convenção:

1. HESSEL, Lothar (1999).
2. PEIXOTO, Fernando (1993).
3. HESSEL, Lothar & RAEDERS, Georges (1979).
4. FLORES, Moacyr (1995).
5. CESAR, Guilhermino (1956).
6. SANTO, Qorpo (1998).
7. COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de (2001).
8. KILPP, Suzana (1987).
9. SILVA, Lafayette (1938).
10. MARTINS, Ari (1978).
11. SOUSA, J. Galante de (1960).
12. PEQUENO *dicionário do Rio Grande do Sul* (1999).
13. DAMASCENO, Athos (1956).
14. DAMASCENO, Athos, CESAR, Guilhermino et alii (1975).
15. GOLIN, Cida, CESAR, Guilhermino et alii (1989).
16. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (1997).
17. TORRES, Joaquim Alves (1989).
18. FORTES, Betty Y. B. Borges (1998).
19. HESSEL, Lothar & RAEDERS, Georges (1986).
20. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite & MARTINS, Ari (1968).
21. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite (1978).
22. HESSEL, Lothar, VILLAS-BÔAS, Pedro Leite et alii (1976).
23. FISCHER, Antenor (2007).

Exemplo: 4:78 = FLORES, Moacyr, 1995, p. 78. As informações bibliográficas completas, referentes às obras acima, encontram-se no espaço apropriado, na sessão final deste volume.



OS JESUÍTAS
OU
O BASTARDO DO REI

Drama original em cinco atos
Composto por
José Manuel Rego Vianna

RIO GRANDE
Tipografia de José Maria Perry de Carvalho
Rua da Alfândega, n. 8

1848³⁶

³⁶ Drama representado pela primeira vez no Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em 21 de novembro de 1846. A Biblioteca Rio-Grandense, de Rio Grande, possui em seu acervo o único exemplar localizado da edição (132 p.).



PERSONAGENS

ATORES/PESSOAS:

EDMUNDO DE CASTRO – CAVALEIRO PORTUGUÊS E PAI DE LEONOR (Sr. Bernardino de Sena)

LEONOR – ÚNICA FILHA DE EDMUNDO (D. Luiza Pontiroly)

MARGARIDA – ANTIGA CRIADA DE EDMUNDO (D. Tereza Eliza de Oliveira)

AFONSO PERES (Sr. Joaquim Augusto R. de Souza)

O CONDE DE CASTELO MELHOR (Sr. José Duarte da Rocha)

O JESUÍTA FRANCISCO MANSOS (Sr. Antônio José Areias)

O JESUÍTA NICOLAU NÓBREGA (Sr. Manoel José Pinto)

ROBERTO GONÇALVES (Sr. João Tomás Siroulo)

O INQUISIDOR (Sr. Pinto)

CATARINA – ABADESSA DAS FREIRAS DE SANTA CLARA (D. Amália Maria da Silva)

TERESA – NOVIÇA (D. Ana Maria da Silva)

ALBERTO – OITO ANOS, FILHO DE LEONOR (D. Carolina Pontiroly)

FREIRAS DE SANTA CLARA, PADRES JESUÍTAS, VERDUGOS E FAMILIARES DA INQUISIÇÃO, CRIADOS DE EDMUNDO E SOLDADOS.

O primeiro, segundo e quarto atos são passados em Coimbra; os outros, em Lisboa. A ação se figura no ano de 1686.



ATO I

A ENTREGA DO TESTAMENTO

Um gabinete com portas laterais e no fundo mesas e cadeiras: a um lado, uma mesa sobre a qual estarão³⁷ alguns livros e uma campainha, e ao lado da mesa uma poltrona.

Cena I

ROBERTO, conduzindo o pequeno ALBERTO.

ROBERTO (*olhando a cena com cautela[,] até que entra*) – Entremos sem receio, é aqui que devemos esperar.

ALBERTO – Estou bem cansado! É esta a casa aonde mora minha mãe?

ROBERTO – Sim, é esta mesma; hoje deveis estar muito contente, não é verdade?

ALBERTO – Muito, muito! É a primeira vez que eu venho ver a minha mãe.

ROBERTO – Ela estimará muito este momento. (*Repara*). Ninguém aparece!... Tudo tão deserto!

ALBERTO – Dizei-me, eu agora fico com minha mãe, não é assim?

ROBERTO – Não podeis ficar com ela.

ALBERTO – E por quê?

ROBERTO – Porque vosso pai não quer.

ALBERTO – Meu pai não quer?... Oh! Como ele é injusto!... Pois eu não a poderei deixar, quando me apertar em seus braços, quando eu lhe beijar a mão, e ela me deitar a benção.

ROBERTO – Ah! Que momento será esse para a infeliz Leonor!...

ALBERTO – Meu amigo, quero ver minha mãe: encaminhai-me a ela.

ROBERTO – Vossa mãe, meu pobre menino! que só pode ver-vos, e abraçar-vos em acautelados momentos!... Vossa mãe, que será mister abandonar-vos, para não expor-se às iras de seu pai!... Infeliz!... Eu o tomarei a meu cuidado; serei seu pai, seu amigo, e seu único amparo; os mesmos desvelos que empreguei com Afonso Peres, quando a infeliz Luísa Guiomar na sua derradeira hora mo entregou, empregarei também com ele. Há sete anos que vive em minha companhia sem conhecer outros mimos, mais que os do meu coração; por muitas vezes o embalei nestes braços; por muitas vezes com um sussurro de beijos e afagos lhe enxuguei as lágrimas que vertiam seus olhos!... Oh! Quão doces eram então esses momentos!... Meu caro Alberto, abraçai-me, abraçai-me, meu querido filho! (*No auge do seu transporte[,] abraça Alberto*).

³⁷ Na edição original: "estará".



ALBERTO – Aqui estou em vossos braços, meu pai Roberto, aqui está também um beijo. (*Dando um beijo em Roberto e abraçando-o*).

ROBERTO (*abraçado com Alberto*) – Meu Alberto, eu amo-vos tanto!

ALBERTO – E eu também vos quero muito, não é verdade?

ROBERTO – É verdade, que vós assaz me correspondeis.

ALBERTO (*já tem saído dos braços de Roberto*) – Mas onde está minha mãe?... Ela não aparece ao seu filho!... Oh! Meu amigo, sinto aqui uma coisa bater-me tanto!... (*Indicando o coração*).

ROBERTO – Ah! Meu caro menino, é o vosso coração que bate, que palpita de ternura!

ALBERTO – Dizeis bem, meu bom amigo; é o coração que pula de alegria.

ROBERTO – Essa linguagem, cujo instinto a natureza exprime; esse verdadeiro expressar da alma, que nos enche de gosto, e ventura, que nos dá alegria e pranto!...

ALBERTO – Essa linguagem que sai de nossa alma, acompanhada de prazeres que a vida nos oferece!... Oh, meu caro Roberto! Eu não sou de todo desgraçado!

ROBERTO – Infeliz! Que não sabes calcular as desgraças que a declaração do teu nascimento causaria a tua mãe!... Se Edmundo soubesse, que há oito anos desposada clandestinamente com Afonso Peres de Bragança!... Ah! Que terríveis castigos não sofreria a infeliz!... (*Repara*). Vem gente! Quem será?

Cena II

OS MESMOS e MARGARIDA.

MARGARIDA – Sejais bem vindo, senhor Roberto Gonçalves.

ROBERTO – Senhora Margarida, cumpri fielmente o vosso mandado.

MARGARIDA – Já vejo que trouxeste o menino Alberto.

ROBERTO – É verdade; o menino Alberto vem pela primeira vez abraçar sua mãe.

ALBERTO – Sim, a minha querida mãe, onde está ela?... Tenho muitos desejos de vê-la, e de lhe tomar a benção.

MARGARIDA – Em que ocasião! – Na proximidade da sua entrada para o convento!

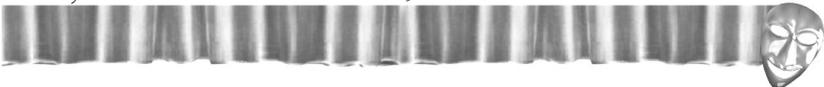
ROBERTO – Quê! A senhora Leonor já decidiu entrar para o convento?

MARGARIDA – É violentada por seu pai a esse rigoroso destino!

ROBERTO – Oh!... Quem tal pensaria, senhora Margarida!

MARGARIDA – Leonor no silêncio de um claustro!... Arrancada do mundo aonde havia empregado todos os seus pensamentos!... Arrancada dos braços de seu filho!... Do amor de seu esposo!... Oh! Que sorte horrível!

ROBERTO – Infeliz menino! (*Lançando um ar compassivo a Alberto*).



ALBERTO – Então, meu pai Roberto, onde está minha mãe?... Minha boa senhora, ide chamar-ma! Eu vos peço por Deus do céu, meu bom amigo[,] eu vos peço também pelo amor que vos tenho!

ROBERTO – Senhora Margarida, fazei-me a mercê de chamar D. Leonor, tenho a fazer-lhe importantes declarações... É mister que ela dê o último adeus a seu filho, que se despeça dele para sempre, e que neste momento lhe declare que é sua mãe.

ALBERTO – Ah! Minha mãe, cuja lembrança existe de contínuo no meu coração!... Minha boa senhora, não vos demoreis mais tempo, tende a bondade de ir chamá-la; eu também irei convosco.

ROBERTO – Parti, não vos demoreis!

MARGARIDA – E como poderei ir chamá-la? Meu amo está com ela no gabinete, e deveis saber que ninguém ousará falar-lhe para semelhante fim, estando seu pai presente.

ROBERTO – Então retiro-me, e Leonor não verá mais seu filho. Daqui a oito dias devo estar em Lisboa[,] sem falta.

MARGARIDA – Meu Deus, que embaraço! Demorai-vos alguns minutos[,] enquanto vou procurar meios de aqui conduzi-la. (*Sai*).

Cena III

ROBERTO e ALBERTO.

ROBERTO (*pensativo*) – Próxima a entrar num convento!... Leonor!... Leonor, que desconhece o sentimento de mãe!... Leonor que tem um filho! E que é esposa de Afonso!... Ah! Que terrível circunstância se lhe opõe!... Ocultar esta verdade à religião! Esconder um laço clandestino e o nascimento de um filho!... Ah!... Um filho cuja aparição pode um dia condená-la ao mais atroz suplício!... Um esposo e um filho no coração de uma mulher – uma mulher, que jurará perante Deus e o mundo a mais pura castidade!...

Cena IV

OS MESMOS e LEONOR.

(*As duas entram na cena e ficam no limiar³⁸ da porta[,] sem avançarem*).

MARGARIDA – Podeis ficar descansada; eu terei toda a cautela em observar vosso pai, e virei prevenir-vos quando assim se torne necessário.

LEONOR – Minha boa Margarida, descanso firmemente no vosso cuidado.

MARGARIDA – Fica tranquila. (*Sai e fecha a porta*).

³⁸ Na edição original: “lumiár”.



Cena V

OS MESMOS, menos MARGARIDA.

LEONOR – Oh, Deus! Protegei-me! (*Leonor desce para a cena e[,] ao ver o filho, corre com transporte a ele. Alberto, ao vê-la, corre com os braços abertos[,] caindo nos de sua mãe*). Ah! Meu querido filho!

ALBERTO – Eis os meus braços! (*Abraça-a*).

LEONOR (*com o filho nos braços, beijando-o*) – Meu querido Alberto!... Meu filho do coração!

ALBERTO (*como respirando de uma surpresa*) – Ah! Sois a minha boa mãe?... (*Encarando-a com ternura*). Sim, sois ela mesma! A verdade se manifesta no prazer que sinto neste momento!... Oh!... Nada mais desejo no mundo! Nada me pode fazer tão feliz como ver-me nos braços da minha boa mãe! (*Abraçando-a com transporte*).

LEONOR (*beijando-o e unindo-o a si com muita ternura*) – Meu filho!... Meu querido filho!

ALBERTO – Abraçai-me, fartai minha alegria com estes ternos e meigos transportes... Oh! Vós amais-me muito! Muito! Não é verdade, minha boa mãe?

LEONOR – E ainda duvidas que esse não seja o único sentimento que agora me acompanhe?...

ALBERTO – Ah! Que assaz o demonstraís!

LEONOR – Meu filho! Passaste os teus primeiros dias privado dos meus carinhos... Esses dias da tua infância[,] tão caros ao coração de uma mãe!... Essa inocência aonde os teus risos chamam risos, tuas lágrimas dor! Essa brilhante estação da tua vida, aonde os desvelos e carinhos de uma mãe vigoram a existência de seu terno filho!... Aonde unindo-te ao meu peito, alegre me recreara vendo o teu respirar brando e ledó[,] nesse sono da inocência em que o anjo da paz te guarda dos laços do demônio!

ALBERTO – Ah! Minha querida mãe!... Quantas vezes suspirei por esses momentos tão preciosos!... Agora é mais feliz o meu destino... Agora abraço a minha querida mãe!... Aquela por quem meu coração tanto suspirava.

LEONOR – Meu bom Roberto, como é encantador! (*Fita um olhar de contemplação e ternura, endireitando-lhe os cabelos e beijando-o*). Oh! E devo abandonar um filho tão amável, tão querido!

ROBERTO – Sereis bem cruel, se assim o praticardes.

LEONOR (*na mesma contemplação*) – Oh!... E hei de separar-me de ti, meu filho?!... Separar-me para sempre?!... Poderei abandonar-te, quando eu te amo com toda a força do meu amor?!

ROBERTO – Quando chegar o momento em que lhe sejam mister os afagos de uma terna mãe; como passará este pobre filho, vendo essa mãe em longa distância, sem lhe poder enxugar as lágrimas, e consolar sua dor?... Ah! Que será bem cruel esse momento!



ALBERTO – Oh! Minha mãe, nunca vos separeis de mim!

LEONOR – Ah! Fôra melhor que eu morresse na hora em que viste a luz.

ROBERTO – Meditai, D. Leonor; meditai no passo que ides dar.

LEONOR – Oh! Que martírio! (*Chorando*).

ROBERTO – Que pesar será o meu quando este menino me perguntar por vós... E que lhe responderei então?!

LEONOR (*desfeita em lágrimas*) – Que já não existo!... Sim, que sua mãe morreu de desgostos e de saudades!

ROBERTO – E terei ânimo de ver seu rosto banhado em lágrimas, quando lhe disser – Sois órfão, vossa mãe já não vive para vós!

LEONOR – Ah! (*O pranto tem aumentado[,] de forma que patenteia a dor em que existe*).

ROBERTO – Uma invenção, uma orfandade astuciosa para vos pôr a coberto dos anátemas da religião e dos ódios de um pai supersticioso!... Quereis, Leonor, que uma dor pungente lhe faça escoar do coração o último ai da sua desventura?!... Uma dor acerba, que lhe irá produzir a mais cruel aflição!!... Quando dentro do santuário, em frente dos seus altares, no meio das vossas irmãs, entoardes o cântico melodioso dos anjos para glorificardes os mistérios de Deus!... Quando nesse eco de fervorosas orações louvardes ao Eterno os bens que há derramado sobre a terra, como não estará vosso coração com a lembrança de um filho abandonado tão cruelmente por sua mãe?!

LEONOR – Meu bom Roberto... Oh! Basta de trazer-me à ideia tão funestas recordações!

ROBERTO – Elas são indispensáveis para vos salvardes. Não temeis que mesmo em frente da imagem de Deus[,] a quem tereis enganado, um desalento vital revele todas as vossas faltas, e que, arrebatada por um sentimento de amor, declareis com um entusiasmo magnético perante vossas irmãs: – Oh! Tende compaixão de uma pecadora! Meus crimes profanam este santo asilo da virtude!... Tenho um coração dilacerado de remorsos!... Sim! Tenho um esposo e também um filho!

LEONOR – Oh! Meu Deus!... Roberto, meu bom Roberto! Que devo fazer? Insinuai-me os meios; encaminhai-me, salvai-me dos males que me esperam... Ah! Tende compaixão do meu triste estado!

ROBERTO – Tendes a vosso arbítrio um meio eficaz.

LEONOR – E qual é ele?

ROBERTO – Declarai a vosso pai o nascimento deste menino.

LEONOR – Roberto! Semelhante declaração talvez me custasse a vida! Talvez custasse os dias do meu inocente filho! Vós assaz conheceis o fanatismo que tem presas as ações de meu pai à vontade dos Jesuítas. A minha cega obediência não ousa contravir seus mandados... É mister submeter-me a eles sem oposição.

ROBERTO – Submeter-vos sem oposição!



LEONOR – Sim, não há outro meio. Meu amigo, meu bom Roberto Gonçalves, vou confiar-vos um segredo de suma importância. O conde de Castelo Melhor é meu parente; ele exerce um alto emprego na Corte, e pode valer-me em tão triste situação; no entanto, é indispensável a minha entrada para o convento: tenho de nele passar um ano de noviciado; antes que este espaço finde, procurai o meu nobre parente, entregai-lhe esta carta; é a sincera confissão de toda a minha vida, e da disposição de meu pai em favor dos Jesuítas. Eu vou implorar o seu auxílio. Juntai alguns rogos à minha súplica! Falai-lhe também em meu favor... Vós, que sabeis de todos os meus passos com Afonso, contai-lhe também o que sabeis.

ROBERTO – Ficai tranquila.

LEONOR – Agora tenho a recomendar-vos o meu filho! O meu querido Alberto!

ROBERTO – É escusado, senhora, eu o amo tanto quanto vós.

LEONOR – Assaz o conheço, porém desculpai-me o recomendar-vos-lo, é um zelo ardente do amor que lhe consagro!

Cena VI

OS MESMOS e MARGARIDA, apressada.

MARGARIDA (*abrindo rapidamente a porta*) – Senhora, chegou neste momento o padre Francisco Mansos, e não tarda com vosso pai neste lugar.

LEONOR – Oh[,] céus! É mister separar-me!

ROBERTO – Que terrível momento!

LEONOR – Oh[,] bom Deus! Dai-me forças para resistir! (*Abraçando entre lágrimas o filho*). Meu caro filho!... Meu querido Alberto!... Adeus...

ALBERTO – Ah! Minha mãe!...

ROBERTO – Breve a tornareis a ver.

MARGARIDA (*na porta*) – Sai... Sai que ele não tarda!

ROBERTO – Adeus, senhora Leonor!

LEONOR – Esperai... Esperai! Este abraço só, só um beijo. É o beijo da despedida... (*Dá-lhe o filho*). Entrego-te o meu coração e a minha vida!... Oh[,] quanta desventura!... Adeus! (*Vai-se*).

ALBERTO (*querendo seguir sua mãe*) – Minha mãe!

Cena VII

O PADRE NICOLAU, e depois EDMUNDO.

(*O padre Nicolau entra cautelosamente, observando a cena; quando se oculta, sai Edmundo do interior da casa*).

PADRE NICOLAU – Ninguém viu a minha entrada... (*Repara*). Tudo só!... Oculto esperarei o padre Francisco. Sinto passos. (*Oculto-se*).



EDMUNDO (*sentando-se junto à mesa, toma um livro e lê*). Espírito diabólico que arrastas os corações fracos a todos os pensamentos, que a mais vil das paixões na alma sugere! Filósofos do inferno, inspirados por Satanás para arruinarem o majestoso edifício da cristandade, eu vos detesto! As fogueiras, decretadas pelo braço poderoso do Vaticano, farão que se destrua para sempre essa horda de infames ateístas, que insultam as regras da mais pura de todas as verdades! Eu vos condeno a um perpétuo desprezo, homens heréticos!... A maldição do Eterno caia sobre vós! (*Larga o livro e toca uma campainha*).

Cena VIII

O MESMO e MARGARIDA.

MARGARIDA – Chamastes, senhor Edmundo?

EDMUNDO – Minha filha[,] aonde está?

MARGARIDA – No gabinete, elevando a Deus os seus pensamentos.

EDMUNDO – Muito bem; é justo que uma boa contrição a vá preparando para receber o hábito da penitência.

MARGARIDA – E pretendeis, senhor, metê-la no convento?

EDMUNDO – Certamente. Leonor deve detestar os enganos que nos oferta o mundo[,] nessa grandeza falaz que nos abre muitas vezes as portas do inferno!

MARGARIDA – Ah!... Senhor Edmundo!...

EDMUNDO – Não admito uma só reflexão! Sou pai; tenho poderes legados pelo céu, para encaminhá-la a uma habitação santa e religiosa.

MARGARIDA – Porém, senhor, refleti, que a penitência forçada é uma ofensa a Deus!

EDMUNDO – O seu voto no claustro...

MARGARIDA – Um voto arrancado violentamente do coração! Sem que a vontade da alma presida a esse ato puramente santo e religioso!... Arrastar a vontade de uma mulher!... Constrangê-la a dar um juramento que a sua razão repele!... Sujeitá-la a outros laços!...

EDMUNDO – Laços, que o demônio tem formado para perder as almas virtuosas!... Esse amor, sentimento que tem causado a desgraça a tantas filhas, deve apagar-se no mesmo lugar aonde foi originado.

MARGARIDA – Que dizeis, senhor?!... Acaso o vosso desígnio busca impor-lhe uma lei, sem que para isso o céu, a natureza e a mesma razão vos dessem poder?!... Sufocar no coração paixões que a simpatia ali criara, não é para forças humanas! Os direitos de nossa alma são indisputáveis! Ninguém ousará opor-se a eles, sem que se torne um déspota! Um vil opressor!

EDMUNDO – Paixões que o coração alimenta para perdição da nossa alma! Paixões que originam desgraças e crimes!... Bem sei porque assim pensa[,] Margarida!... Leonor, esposa de Afonso!... Ah!... Nunca – nunca! Ligar-se a



um homem dominado pelo vício e libertinagem!... Um homem que não respeita o poder de Deus!... Um herege!... Um cismático³⁹!... Que não presta a menor reverência à religião de nossos pais!... Oh! Que desdouro... para a minha geração!

MARGARIDA – Estais iludido, senhor Edmundo. O senhor Afonso é cristão e verdadeiro cristão!

EDMUNDO – A sua ascendência é obscura, ignora-se de que família procede.

MARGARIDA – A sua ascendência é de nobres cavaleiros.

EDMUNDO – Não há quem o ateste.

MARGARIDA – Tem na Corte mui nobres parentes.

EDMUNDO – Tenha embora! Leonor jamais será sua esposa!

MARGARIDA – Refleti, que uma mulher exasperada é capaz de todos os atentados! Senhor Edmundo, desde a infância que vivo na vossa companhia; recebeste-me em vossa casa na época em que só uma mão piedosa me podia salvar das garras da fome e da miséria! Lembrai-vos da hora em que abraçastes vossa filha, e das palavras que então proferistes, lamentando a terrível sorte de tão cedo haver perdido sua mãe!

EDMUNDO – Nesse momento[,] lamentava a sua triste orfandade!... Meus olhos estavam cheios de lágrimas, por ver que tinha perdido sua mãe!

MARGARIDA – É verdade! A infeliz D. Isabel morreu para vós e para sua filha, na era em que só devia viver para ela!... Ainda me recordo das palavras que proferistes, quando, desfeito em pranto, estreitáveis ao peito a jovem Leonor! – Infeliz! Já não tens mãe!... A morte te a roubou para sempre! Findas estas palavras, a vossa mão comprimiu a fria mão do cadáver da infeliz Isabel!... E um minuto depois, outra mão fechou o ataúde, que para sempre guarda um túmulo de mármore!

EDMUNDO – Ah! (*Comovido*).

MARGARIDA (*ajoelhando*) – Meu bom amo! Abandonai o intento de encerrá-la numa clausura... A vossa filha! A única consolação da vossa idade! Deixai que ela respire um ar livre... Que viva em vossa companhia... Que vos abraçe... Que vos beije sempre a mão, bendizendo a vossa existência... É em nome de sua mãe... Da virtuosa Isabel... Que a vossos pés suplico.

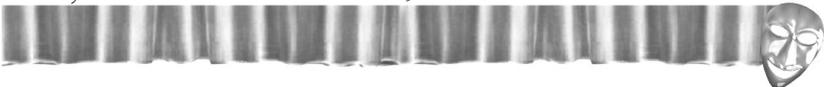
EDMUNDO (*possuído de uma resolução instintiva, levanta-se rápido*) – Está decidido! Leonor é destinada para o claustro, nada o poderá obstar. É uma resolução que a tua ignorância não sabe compreender!... Antes de três dias, Leonor receberá um hábito de religiosa no convento de Santa Clara.

MARGARIDA – Atendei que obrigais sua vontade... Que decerto ele rejeitará!

EDMUNDO – Se rejeitar o voto, a minha vingança, a ira do céu...

MARGARIDA – Fará que ela solte contra vós os mais terríveis impropérios! Fará que uma filha, exasperada pela pertinácia de um pai cego e supersticioso, maldiga sua existência!

³⁹ Que, ou aquele que se separou da comunhão de uma igreja.



EDMUNDO – Blasfemar contra mim... Maldizer-me! E não há cárceres!... Não há tormentos!... Suplícios! As chamas da Inquisição!...

MARGARIDA – A Inquisição!... Ah! E sereis assim bárbaro e cruel!... Sois pai, e tereis coração para ver uma filha arrojada a um cárcere, cercada de tormentos, sofrendo frios e fomes!... Seu corpo delicado estendido sobre as úmidas lajes de uma abóbada escura!... Seus pulsos fracos, e sem alento, suportando o peso de grossas cadeias!... Oh!... E há de um pai recrear-se neste quadro de horror e suplício para sua filha!!

EDMUNDO – Serei inexorável[,] se não obedecer-me. Sou pai!... Tenho um direito incontestável sobre sua vontade!

MARGARIDA – Porém, talvez antes de chegardes ao ponto de usar desse direito, pode a morte da infeliz embargar-vos os passos.

EDMUNDO – Se tal suceder, é a vontade de Deus que assim o ordena! Faça-se a sua vontade... Vai-te, e deixa-me só.

MARGARIDA *(ao retirar-se, lança um olhar de indignação)* – Pai tirano!

Cena IX

EDMUNDO, só.

(Edmundo vai sentar-se; lança mão do livro, lê um instante para si, e depois deixa-o, levantando-se possuído de um entusiasmo religioso).

EDMUNDO – Glória de Deus!... Triunfo da religião!... Vinde, ó apóstatas e ateístas, admirar as doutrinas que os apóstolos pregaram ao povo de Deus!... Tantos heróis da religião que fazem o ornamento da Igreja!... Tantas virgens!... Tantos mártires invocados no mundo cristão!... E não bastaram estes exemplos raros, para sujeitar minha filha às regras de uma penitência salvadora!!

Cena X

O MESMO e o PADRE FRANCISCO.

PADRE FRANCISCO – A paz e a misericórdia de Deus sejam convosco, meu irmão.

EDMUNDO – E a sua guarda venha na vossa companhia. *(Beijando-lhe o crucifixo).*

PADRE FRANCISCO *(lançando-lhe a absolvição)* – Amém. Tendes necessidade de algum auxílio espiritual[,] para resistir às tentações do demônio?

EDMUNDO – Por agora estou tranquilo, nada tenho que me inquiete a consciência.

PADRE FRANCISCO – Assim seja! Meu irmão, venho-vos dar uma nova, que muito vos deve agradar – preparei-vos para uma surpresa[,] que vos encherá de pasmo!





EDMUNDO – Meu bom Padre! Eu já começo a senti-la!... O meu coração já palpita de alegria!... Ah! Em nome de Deus[,] tirai-me da incerteza!

PADRE FRANCISCO – Escutai-me. O nosso virtuoso irmão, o padre Nicolau Nóbrega, que emprega todo o tempo em orar a Deus[,] pedindo auxílio e graça para os pecadores, hoje, pelas duas horas da madrugada, quando orava no coro e pedia por vós, um rápido clarão se abriu a seus olhos! E num círculo rodeado de resplandecentes luzeiros[,] que fulguravam num fogo tão vivo e divino, ele viu uma cruz resplandecente cegar-lhe a vista! (*Edmundo faz um gesto de surpresa e admiração*). Não é delírio da imaginação!... É uma verdade qualificada e documentada!... Absorto e extasiado, caiu por terra, e depois de um longo espaço se ergueu, achando escrito com sangue numa folha em branco do livro em que rezava, estas palavras – Edmundo é meu filho bem-aventurado!

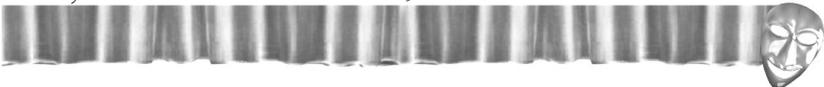
EDMUNDO (*com transporte, caindo de joelhos, erguendo as mãos*) – Santo Deus!

PADRE FRANCISCO – Silêncio! Aqui tendes. (*Mostra-lhe o livro*). Lede, engolfai-vos de alegria!... Derramai de vossa alma lágrimas de júbilo e prazer sobre estas palavras santificadas por Deus, e dizei com fervor santo – Deus meu!... Eu Vos rendo infinitas graças!

EDMUNDO (*tomando com muita crença o livro e o beija*) – Deus meu! Eu Vos rendo infinitas graças. (*Levanta-se, e dá o livro ao padre*). Padre, vós sois um anjo que da parte de Deus me anuncias a minha ventura eterna!... De hoje em diante principio a viver para Deus!... Vou entregar-vos tudo quanto posuo... Quero morrer pobre, morrer como morrem os indigentes sobre humildes palhas. A minha mortalha será um hábito de Santo Inácio; em lugar de um túmulo de mármore[,] que os meus ascendentes edificaram para os que lhes sucedessem, terei no vosso claustro uma sepultura. Os meus bens, a minha consciência, as minhas ações, tudo de hoje em diante será vosso. Leonor entrará para o convento de Santa Clara, e eu depois para o vosso colégio de Santo Antão!... Ali receberei o hábito de Santo Inácio, e vestirei a mortalha que há de levar meu corpo à sepultura. (*Vai a uma das gavetas da mesa e tira um testamento lacrado*). Eis aqui o meu testamento!... Eu vo-lo entrego. São os meus universais herdeiros os filhos de Jesus.

PADRE FRANCISCO – Eu vos rendo mil graças! Oh! Prodígio do céu! E duvidarei, meu irmão, que esta espontânea doação não seja uma inspiração divina?! Elegestes vossos herdeiros os filhos de Jesus, para bem distribuírem com os pobres os vossos bens, e vencestes as tentações de Satanás[,] que pretendia com suas infernais maquinações arredar vossa filha do caminho da penitência.

EDMUNDO – Meu bom padre, quanto tenho resistido a essas tentações!... O demônio tem formado laços bem terríveis para vencer-me, porém o poder de Deus tem feito que os desfaça!



PADRE FRANCISCO – São restos desse amor que ela ainda conserva por Afonso, esse moço estouvado, imbuído nas máximas pecaminosas de uma louca filosofia, que ainda combate o coração de vossa filha! Tomai em consideração o obrigá-la a entrar no convento!... A vossa alma e a dela podem perigar!... Satanás arma o inferno todo contra elas!... É mister vencer o anjo da maldição!

EDMUNDO – Descansa, meu padre, que hei de obrigá-la, e com auxílio de Deus vencer as tentações do demônio... Eu vos juro, meu irmão, por Santo Inácio juro, que Leonor será esposa de Deus! Se necessário for, sacrificarei sua vida!... Morrerá nos martírios para alcançar a palma do triunfo!... Glória da cristandade!... Uma nova virgem irá ornar as aras no santo tabernáculo do Deus de Israel!...

Cena XI

OS MESMOS e MARGARIDA, apressada.

MARGARIDA – Senhor!... Ah! Acudi... Acudi!

AMBOS – Que acontece?

MARGARIDA – A senhora Leonor!... Oh! Deus!...

EDMUNDO – Fala!...

MARGARIDA – Desmaiada... Sem sentidos!...

EDMUNDO – Acaba!

MARGARIDA – Caiu por terra; seus olhos querem chorar e não podem, seus lábios articular uma palavra e não se atrevem... Seu rosto pálido... O corpo lânguido e amortecido!... Ah! Acudi-lhe antes que expire!

EDMUNDO – Padre! Orai a Deus por ela! (*Vai-se apressado*).

Cena XII

O PADRE FRANCISCO e MARGARIDA.

MARGARIDA (*olhando com indignação Edmundo[,] que se retira*) – Pai cruel! Que assim sacrificas a existência de uma filha! (*Partindo*).

PADRE FRANCISCO (*A Margarida[,] que vai a retirar-se*) – Detende-vos um pouco; dizei-me, a senhora Leonor padece algum achaque?

MARGARIDA (*lançando-lhe um olhar sinistro*) – Se padece!... Oh! E sois vós que me perguntais se Leonor padece!?...

PADRE FRANCISCO – E por que vo-lo não devo perguntar? Tenho todo o direito para assim o fazer.

MARGARIDA – Tendes todo o direito, padre!... Ignoro o que ela padece.

PADRE FRANCISCO – Sois bem esquiva!

MARGARIDA – E vós, padre Francisco, bem curioso!

PADRE FRANCISCO – É preciso que me respeiteis!

MARGARIDA – Não me estou confessando.



PADRE FRANCISCO – Bem o sei; porém[,] o meu carácter infunde respeito e veneração; nesta mesma hora posso ser-vos útil, posso confessar-vos, e auxiliar-vos para não cairdes em algum pecado mortal.

MARGARIDA – Agradeço-vos, padre, não hei por ora mister do vosso auxílio.

PADRE FRANCISCO – Basta; nada mais digo a vosso respeito... Porém[,] a senhora Leonor, sei que precisa de uma consolação.

MARGARIDA – Então dirigi-vos a ela.

PADRE FRANCISCO – Sois bem áspera! É esse um defeito imperdoável nas pessoas votadas à devoção e penitência!

MARGARIDA – A tais pessoas também se não fazem certas perguntas, padre Francisco.

PADRE FRANCISCO (*à parte*) – Já sei que esta me odeia; buscarei conhecer-lhe algum segredo. (*Alto*). Consta-me que a senhora Leonor se tem declarado bem indiferente para comigo, e que, mau grado seu, entra para o convento; sei também, que me culpa pela determinação de seu pai: como pensa sem cálculo! Eu não lisonjeio semelhante determinação do senhor Edmundo, ao contrário[,] insinuo-lhe que não deve ir contra a vontade de uma filha. Seu pai lhe tem destinado um convento, aonde pretende enclausurá-la para sempre, buscando desta forma por termo às pretensões de Afonso Peres. Ah! Que é por certo bem terrível semelhante resolução! Uma menina na primavera da vida, única herdeira da sua imensa riqueza, ser violentada a tal sorte!... Oh! É bem austero, bem cruel o senhor Edmundo!

MARGARIDA – Por Santo Inácio, não continueis!

PADRE FRANCISCO – Que quereis dizer nisso, senhora Margarida?!

MARGARIDA – Quero dizer que num manhoso disfarce envolveis vossas palavras.

PADRE FRANCISCO (*formalizando-se*) – Senhora Margarida, respeitai-me!

MARGARIDA – Silêncio, padre! Respeito esse hábito como símbolo de santidade e penitência, porém detesto a alma que ele cobre e a ambição que oculta.

PADRE FRANCISCO – Ousais dessa forma...

MARGARIDA – Maldizer-vos, exprobrar-vos a ambição, clamar em favor de uma infeliz que o vosso artifício vai encerrar para sempre num claustro!... Sois vós – vós[,] homem de gelo!... Que sacrificais essa infeliz Leonor!

PADRE FRANCISCO – Eu?...

MARGARIDA – Vós, sim, que tendes o Deus na boca e o inferno no coração! Vós, que numa mão trazeis um crucifixo, e na outra um punhal ou um veneno, para consumir os planos que a vossa perfídia de dia em dia inventa!... Padre! Vós, com o hábito da Religião, nos confessionários, no púlpito, e mesmo ornado com as vestes sagradas, exercitais tudo quanto há de horrível e ambicioso!...

PADRE FRANCISCO – Insensata!



MARGARIDA – Serei quanto quiserdes; denunciai-me à Inquisição, maquinai contra mim todas as arguições que vos aprouver; armai-vos de punhais e de venenos para me sepultardes em vossos escuros subterrâneos!... Porém, homens cruéis e sem temor de Deus! Enquanto tiver alento, enquanto puder respirar, hei de sempre clamar que sois uns sacrílegos! Uns infiéis!... Que vos servis do nome de Jesus para exercerdes vossa sórdida avareza; que selais com o sangue das vossas vítimas os tesouros que possuíis – o vosso patrimônio! Que em cada pedra do vosso convento está escrito um crime, uma traição!... E estes crimes e o vosso nome passarão como legado terrível às gerações vindouras[,] para vos amaldiçoar! Para maldizer-vos!...

PADRE FRANCISCO – Mulher do inferno! Teme um ministro de Deus!

MARGARIDA – Ministro de Deus! Quem?... Vós!... Vós!... Antes vos chamarei um emissário de Lúcifer!... Um delegado do inferno! Retrocedei enquanto vos é permitido, apresentai a verdade aos olhos de um velho crente nas vossas palavras. Tirai essa máscara de hipocrisia com que enganais o mundo, e dizei-lhe não violenceis sua filha a um voto que a sua vontade repugna! Deixai livre o seu coração, e o direito da sua alma!... Ai da hora em que se aproximar o vosso castigo! (*Vai-se*).

Cena XIII

PADRE FRANCISCO, só.

PADRE FRANCISCO – E pude escutá-la!... Pude ouvir tantos insultos de um ente tão fraco como seja uma mulher!... Ficarei imóvel, sem que me vingue do seu arrojo!... Eu, que, pelos votos mais sagrados, pelas regras da minha Ordem, juro vingança contra os inimigos, hei de consentir que zombem impunemente de quem devem temer e respeitar!... Mulher imbecil!... Insensata mulher!... Que não pensas, que não meditas, que num átomo podes deixar de viver[,] por qualquer meio fácil e seguro de que lance mão!... Desculpo-te, porque és frágil, porque és mulher, é prerrogativa do teu sexo: a força nas palavras, e a fraqueza nas ações. Já triunfei! – Já colhi às mãos o tesouro que desejava! Eis o testamento de Edmundo!... Seu corpo em breve descerá a uma sepultura no claustro de Santo Antão, e depois seus bens pertencerão aos filhos de Santo Inácio! Leonor entrará para o convento, Afonso cairá morto, com um golpe de punhal, ou com um veneno nas entranhas!

Cena XIV

O MESMO e o PADRE NICOLAU.

PADRE NICOLAU (*saindo, ouve as últimas palavras*) – Um punhal, ou um veneno nas entranhas!

PADRE FRANCISCO (*sobressalta-se*) – Ah!... Padre Nicolau Nóbrega?!



PADRE NICOLAU – Temos o testamento de Edmundo; seu corpo descerá a uma sepultura no claustro de Santo Antão, e depois seus bens pertencerão aos filhos de Santo Inácio!

PADRE FRANCISCO – Logo, já sabeis tudo!... Leonor, antes de três dias no convento de Santa Clara, e Edmundo, pouco tempo depois, no nosso colégio de Santo Antão!

PADRE NICOLAU – E seu corpo em uma das sepulturas do nosso claustro.

PADRE FRANCISCO – E sua alma, talvez, para o inferno!

PADRE NICOLAU – Um milhão de cruzados...

PADRE FRANCISCO – Está neste testamento.

PADRE NICOLAU – Dois assassínios!

PADRE FRANCISCO – Neste punhal, e num veneno. (*Mostra o punhal*).

AMBOS – Seja o sangue de duas vítimas o selo desta herança!

FIM DO PRIMEIRO ATO.



ATO II

A NOITE DA DESPEDIDA

Gabinete de Leonor. A um lado, a janela que deita para o jardim: uma mesa ou cômoda, tendo em cima um oratório fechado. Junto ao oratório, alguns livros de devoção. É noite. Um candeeiro com luz junto ao oratório.

Cena I

EDMUNDO e LEONOR.

*(Edmundo sentado, em uma cadeira de braços; Leonor[,] de joelhos a seus pés, com os cabelos soltos, e a cabeça inclinada sobre as mãos[,] nos joelhos de seu pai; mostra estar em uma grande aflição. São oito horas da noite).*⁴⁰

EDMUNDO – Não há remédio, Leonor! Amanhã é o dia destinado para tua recepção no convento de Santa Clara. Já os sinos anunciaram a tua entrada; já nas abóbadas sagradas soam harmoniosos sons do órgão que acompanha hinos em honra da tua virtude; já as religiosas, contentes e satisfeitas, preparam flores para lançar sobre tua cabeça... E Deus, no céu, te contempla no número das suas fiéis servas. Tudo, ó filha! Tudo anuncia a tua ventura eterna!

LEONOR – Ah! Meu pai! Tudo será alegre, tudo será brilhante!... Porém essa alegria, esse brilhantismo não dissipará a nuvem negra que gira na minha alma!... Raiará para todos um dia feliz e prazenteiro!... E para mim só haverá lágrimas!... Pesares!... Uma contínua melancolia!

EDMUNDO – Leonor! Que dizes?... O dia da tua salvação, da salvação de tua alma, é um dia de lágrimas, tristeza e melancolia?!... Maldizes a vida do claustro para desejares os prazeres do mundo e os pecados que ele encerra?!... Trocas verdades por enganos, paz por discórdia, virtudes por vícios, e maldizes ainda a tua sorte?!... Pensa bem, ó filha! Um instinto divino falou no meu coração para te encaminhar ao lugar santo e religioso! É a voz de Deus quem te chama! Escuta[,] pois[,] a Sua voz, emprega tuas ideias nas orações e penitência; abandona para sempre o mundo como um precipício de enormes fatalidades!

LEONOR – Oh! Meu Deus!

EDMUNDO – Vence-te, Leonor! Vence a forte repugnância que te combate o coração; vence o espírito maléfico de Satanás[,] que busca perder-te e arruinar tua alma, para triunfar de Deus!... Afasta da ideia essas recordações de alguns dias de teu amor, esses dias, que poderiam originar-te séculos de tormento. Ânimo, ó filha de Deus! Abandona essas lembranças do mundo, que tanto te arredam do caminho da salvação.

⁴⁰ Na edição original esta rubrica antecede o nome das personagens.



LEONOR – Ó meu pai! Essa virtude! Essa virtude, principal dote que me deve acompanhar ao claustro!... Essa pureza que a vivifica, que a sustenta em todos os lances da vida!... Oh! Meu pai!...

EDMUNDO – Leonor! Os teus pensamentos devem agora elevar-se a Deus!... Só a Deus!... É no asilo sacrossanto da religião, que vais lançar para sempre a tua virtude e castidade.

LEONOR – Virtude!... Virtude!... Oh! Meu Deus!... Tão pecadora!

EDMUNDO – Os pecados, minha filha, deixam de fazer peso na criatura quando um arrependimento as purifica das manchas da culpa. A sincera vocação para amar a Deus é um bálsamo salutar que cura as chagas da nossa alma. Nenhum constrangimento ou má vontade do coração profane o ato religioso a que vais ser conduzida. É mister que disponhas tua consciência para uma confissão geral. Medita no silêncio desta noite em todas as tuas faltas... Por muito graves que sejam, jamais debes ocultá-las ao teu confessor. (*Ergue-se, levantando também a filha*). Adeus. (*Abraçando-a*). A paz do Senhor seja contigo; eu não tardarei aqui. (*Leonor beija a mão de seu pai, este lhe deita a benção e retira-se*).

Cena II

LEONOR, só.

LEONOR (*um pouco meditativa, limpando as lágrimas*) – Meu Deus!... Quem melhor do que Vós conhece o meu coração!... Para Vos amar, para ser Vossa serva, desnecessário é ficar oprimida e encerrada num retiro. Não é o silêncio do claustro quem salva nossa alma!... Ai de mim!... Infeliz Leonor!... E poderás dar um passo para te encaminhares a essa morada de virtude, acompanhada de um remorso que te gastará a existência?!... Um remorso, que pode um dia declarar-te pela mais criminoso das criaturas... e condenar-te, então!... Ah! Que castigos!... Que maldições!... Os ódios de um pai, arrebatado na vingança!... A justiça de Deus!... O poder da Inquisição!... Oh! Meu filho!... Meu filho! (*Cai na cadeira, chorando e deitando a cabeça sobre as mãos*).

Cena III

LEONOR e MARGARIDA.

MARGARIDA (*abrindo sutilmente a porta e tornando a fechá-la*) – Leonor?...

LEONOR (*levantando-se e indo a ela*) – Margarida!... Minha boa amiga!

MARGARIDA – Venho prevenir-vos, que o padre Francisco Mansos vos vem confessar.

LEONOR – Ah!... É mister agonizar a vítima que caminha para o suplício!... Minha amiga, hoje é a última noite em que te encontro a meu lado, para chorar em teus braços... Amanhã já não te verei mais!... Só! E sempre só!...



Derramando lágrimas e dores... Saudades e martírios!... E mais tarde a sepultura!... Um descanso eterno! (*Chora*).

MARGARIDA – Infeliz! Tão moça e já padecendo!... Envenenaram-lhe a vida[,] para a matarem!...

LEONOR – Mandaste a Afonso Peres a carta que esta manhã te entreguei?

MARGARIDA – Já está de posse dela. E vosso pai nada resolveu?

LEONOR – Nada – pertinaz sempre!

MARGARIDA – E que tendes projetado?

LEONOR – Obedecer-lhe.

MARGARIDA – Obedecer-lhe?!...

LEONOR – Não há outro meio. Quero abreviar meus dias devorados pelas lágrimas de uma eterna separação.

MARGARIDA – Senhora, ainda tendes um recurso! O último de que deveis lançar mão!

LEONOR – E qual é? Explica-mo?

MARGARIDA – Vosso pai ignora a situação em que vos achais; declarai-lhe o segredo que[,] há oito anos[,] existe entre vós e Afonso Peres.

LEONOR – Em que falas?!... O que me aconselhas, Margarida?... Queres que meu pai, furioso e exasperado, atormente a vida ao meu caro Alberto?!

MARGARIDA – A força da natureza lhe embargará os passos.

LEONOR – Mas o fanatismo que lhe tem arraigado na alma os Jesuítas, será bem capaz de o armar de vingança contra um inocente: Margarida, em cada hora da minha vida vejo aproximar-se o castigo do meu crime!... Um casamento clandestino será condenado pelo Tribunal da Inquisição... da Inquisição... que severo, e terrível, serve de instrumento a vis ambiciosos!... Ah! Que será de mim?!... Que será de meu filho, se for descoberto o segredo do seu nascimento! (*Ouve-se dentro um assobio*).

MARGARIDA – Senhora, aquele é o sinal!...

LEONOR – Afonso Peres!... Ó meu Deus!... Nesta hora!...

MARGARIDA – Esperai, vou dar-lhe entrada. Tende cautela em fechar a porta. (*Vai-se*).

LEONOR (*vai fechar a porta e depois abre a janela*) – Quero ainda vê-lo na hora extrema da minha liberdade. (*Vindo para a cena*). Noite de eterna separação e do meu último adeus!

Cena IV

LEONOR e AFONSO.

AFONSO (*na janela*) – Leonor?...

LEONOR (*correndo a Afonso[,] que desce para a cena*) – Silêncio, meu amigo! Afonso Peres, sabe...

AFONSO – Sei tudo, nada mais me relateis; é mister fugir, deixar Coimbra, já, agora mesmo.



LEONOR – Fugir!... Ó meu Afonso!... Fugir!... E para onde?

AFONSO – Para a Holanda; tudo está disposto; esta mesma noite, agora mesmo, tenho cavalos prontos, e o mais necessário; antes de cinco dias passaremos à Espanha, embarcaremos num de seus portos para Estocolmo.

LEONOR – Oh! Quanto temo semelhante resolução!... E o nosso filho, o meu querido Alberto?

AFONSO – Leonor!... Ah! Que lembrança me despertas!

LEONOR – Meu querido Afonso – meu único amigo –[,] meditemos um pouco: não nos deixemos arrastar por falsas aparências; encaremos os perigos antes de neles cairmos; ainda me restam algumas horas no mundo para te chamar meu, ainda conto alguns instantes de liberdade primeiro que entre no convento... Eu procurarei[,] à custa de lágrimas[,] vencer a tenacidade de meu pai...

AFONSO – Que dizes, Leonor?!... Vencer teu pai!... Teu pai que, pertinaz e austero, não escuta um brado da sua consciência, nem sequer te enxuga uma lágrima!... Teu pai, que, à semelhança de uma estátua de pedra, não tem boca para falar quando tu também lhe falas!... Quando lhe suplicas?!... Teu pai! Que não tem coração que se sensibilize, alma que se enterneca, quando lhe pedes de joelhos a tua liberdade!... Teu pai, Leonor, que em seus ódios é todo raiva e furor contra uma única filha que só deve amar?!... Ignoras[,] acaso, que esses avaros Jesuítas tentam lançar mão de todos os meios[,] para revoltar contra ti o coração de um fanático crente em todas as fábulas que a hipocrisia tem inventado?!... A herança que eles almejam, e de cujo testamento já estão de posse, há de ser sustentada por artifícios e tramas. Vem, vem, Leonor; nem mais um instante hesites. Não queiras perder-me, e perder também o nosso filho. Uma mão oculta empunha um ferro para enterrar no meu coração, e outra conserva um veneno para despejar no de teu pai! São os seus afeiçoados que o matam, e que também te matarão com ele, e sou eu, Leonor, sou eu, que o salvo, que me salvo, e que também te salvo. O dia de amanhã está destinado para o teu sacrifício, e se seus primeiros raios te encontrarem neste lugar, a tua e a minha perda é sem remédio.

LEONOR – Oh! Meu caro Afonso!

AFONSO – Vamos, segue-me, nem mais um instante.

LEONOR – Oh! Meu Deus!...

AFONSO – Recusas, Leonor! Recusas acompanhar-me?!... Pois bem; então quero declarar tudo. Abre aquela porta; quero ir ter com teu pai, quero dizer-lhe que és minha esposa, que tenho um filho, que... (*Partindo*).

LEONOR (*detendo-o*) – Silêncio... Silêncio[,] que me perdes!

AFONSO – Por aquela janela está a ventura da nossa união, e por esta porta a desgraça!... Os flagelos!... E talvez a morte!

LEONOR – Afonso!... Oh!... Eu já não tenho forças para resistir!

AFONSO – Leonor!... Decidi sem demora. (*Partindo*).

LEONOR (*detendo-o*) – Suspende... Suspende... Oh! Meu Deus!



AFONSO – Poucos momentos me dilato... Resolve, Leonor! Ou seguir-me ou perder-me para sempre.

LEONOR – E não temes, desgraçado, o furor dos Jesuítas?!

AFONSO – Não temo. Bem sei que me encerrarão num subterrâneo escuro no convento de Santo Antão; que, lá mesmo, com um ferro, ou um veneno, me darão a morte!... Que me abrirão uma sepultura em lugar oculto e reservado para não ser descoberto o meu cadáver!... Que o enterrarão ali[,] à semelhança de um animal que expirou no canto de uma rua[,] cheio de frio e fome! Que nem um sufrágio! nem uma oração sequer acompanhará minha alma ao tribunal de Deus!... Nem sequer a imagem do mesmo Deus porão junto ao meu corpo com a luz dos finados!... A mão de um assassino me dará a morte e cobrirá de terra, e quando no futuro, por instinto divino, outra mão revolver essa mesma terra, achará meu corpo desfeito pelos vermes; meus ossos, secos e mirrados, envoltos nesse mesmo pó que os criara... Então[,] Leonor... esse ente piedoso deixará cair uma lágrima sobre eles!... Levá-los-á para o campo dos finados, e se lembrará de fazer uma oração pela minha alma!... E tu, Leonor, se me sobreviveres, te lembrarás também dela, recordando esta cena presente.

LEONOR – Oh! Eu morrerei antes que tudo tenha começo. Não posso seguir-te, não posso fugir contigo, porque no coração ouço uma voz que clama – Leonor, vê que te perdes!

AFONSO – Leonor!... Ah!

LEONOR – Aqui estou a teus pés, aqui me tens prostrada; se queres que eu morra, acaba-me aqui mesmo; abre então aquela porta, corre a meu pai, e dize-lhe que nossas almas estão ligadas clandestinamente; que um sacerdote nos abençoou poucos dias antes da sua morte; que este sacerdote levou consigo o segredo do teu nascimento, entregando a Roberto uma carta, cujo mistério não ousou declarar... Esta carta está em seu poder para um dia ser aberta, conforme lhe hão recomendado. O venerando sacerdote chamava-se padre Calheiros, o confessor do Infante D. Afonso[,] hoje nosso Rei!... Dize-lhe tudo, tudo lhe declara!... Mas[,] ah!... Nada descubras enquanto eu viver!... Não me sinto com forças de sofrer as suas iras, os seus furores e as suas maldições!

AFONSO – Leonor!... Leonor!... Ah! Que momento exasperado!... E queres voluntária separar-te de mim?!... Talvez para sempre?!... Oh! Saudade estragadora que irá atormentar minha existência!... Ausente de teus olhos!... Sem ver-te[,] para adorar-te!... Oh!... Antes morrer!

LEONOR – Não desanimes; tem esperança que ainda seremos felizes; por agora é mister obedecer, e mais tarde então recusar. Afonso! Enche tua alma de uma resignação capaz de resistir neste momento. Abracemo-nos, meu amigo, abracemo-nos nesta hora extrema do nosso terno adeus. (*Abraça-o*).

AFONSO (*abraçando-a*) – Ah! Minha Leonor!



LEONOR – Meu esposo, recebe este suspiro do coração. Virgem das Virgens! Compedeei-vos de nós! (*Ajoelhando ao oratório*).

AFONSO (*ajoeilhando*) – Olhai por nós! Fazei que a virtude triunfe das tramas de um malvado.

EDMUNDO (*dentro, batendo na porta*) – Leonor, abri esta porta.

LEONOR (*levantando-se assustada, cheia de inquietação*) – Céus! Meu pai[,] a esta hora!

AFONSO (*tem feito o mesmo*) – Vem buscar-te, Leonor, é mister resistir.

EDMUNDO (*dentro, com mais furor*) – Leonor, abre já esta porta; abre[,] antes que mande arrombá-la.

LEONOR – Escuta!... Não ouves a voz de meu pai?

AFONSO – Segue-me, segue-me[,] Leonor. (*Puxando-a, ouve-se dentro forçarem a porta[,] para abrirem*).

LEONOR – Lá arrombam a porta!... Estou perdida!... Meu Deus! Tende compaixão de mim!

AFONSO (*com furor*) – Insensata mulher!... Que não hás de ceder aos rogos do teu esposo!

EDMUNDO (*o motim tem continuado em arrombar-se a porta, vê-se quase esta arrombada*) – Criados, trazei luzes, apressai-vos, vinde ligeiros! (*Dentro da cena*).

LEONOR – Vai-te, que arrombaram a porta! Foge, salva-te, salva meu filho! (*Ajoelhando*).

AFONSO (*levantando Leonor violentamente, e com furor a arroja de si*) – Leonor!... Leonor, que me exasperas!... Daqui a pouco[,] nos tornaremos a encontrar. Fica-te, cruel!

LEONOR (*arrojada por Afonso, vai cair de joelhos em frente do oratório*) – Ah!... Mãe de Deus!

Cena V

LEONOR, EDMUNDO, PADRE FRANCISCO e CRIADOS, com luzes.

(*Entram na cena depois de[,] com grande motim[,] arrombarem a porta*).

EDMUNDO (*correndo furiosamente a Leonor*) – Leonor, não disfarces o pesar em que estás submersa... (*Levantando-a*).

LEONOR (*caindo de joelhos[,] aos pés do pai*) – Perdão!... Perdão para uma infeliz!

EDMUNDO (*apresentando-a ao padre Francisco*) – Aqui a tendes[,] bem criminosa e pecadora!... Uma rigorosa penitência apague em sua alma a chama do amor que alimenta por esse indigno Afonso Peres! Pecado inaudito!... Que tem preso tantos corações virtuosos!... Amanhã ficarás encerrada para sempre no teu retiro, sem que possas ver mais que as paredes da tua cela, e os muros que a cercam.



PADRE FRANCISCO – Abrandai-vos, senhor Edmundo; a ira é um dos pecados que nos afasta do caminho da salvação. Levantai-vos, filha, beijai a mão a vosso pai. (*Levantando Leonor*).

EDMUNDO – Uma penitência aonde esgote todas as faltas que tem cometido. Segui-me todos, deixemo-los! (*Vão-se*).

Cena VI

PADRE FRANCISCO e LEONOR.

PADRE FRANCISCO – Chegai-vos, minha filha, (*sentado*) vinde escutar a voz da verdade[,] proferida por meus lábios; – verdade, que vos vai contritar para com Deus. Tranquilizai o vosso espírito atribulado, e preparai a consciência para uma confissão geral.

LEONOR – Ah!... Padre Francisco!...

PADRE FRANCISCO – Disponde-vos para receber uma salutar absolvição de todas as vossas faltas; foi o céu, que, em seus incompreensíveis mistérios[,] me enviou aqui para vos confortar neste momento em que tanto necessitais de um auxílio espiritual. Que vale o mundo e suas quiméricas grandezas, quando no meio dessas mesmas grandezas uma morte rápida dele nos arrebatava?... Ai do pecador! Se uma forte contrição não tem purificado sua alma nessa hora extrema da vida!... Deponde sem receio todos os vossos segredos perante aquele que representa Deus sobre a terra! O único que tem poder de ouvi-los da vossa boca; por mais graves que eles sejam, eu jamais serei capaz de revelá-los.

LEONOR – Padre! Nada guardo na minha consciência que mister seja revelar-vos; nenhuma falta, por mais leve que seja, conservo oculta na minha alma, para dela vos fazer sabedor.

PADRE FRANCISCO – Muito bem; à vista de tão franca declaração, claro está, que uma existência de virtudes vos tem desde o berço acompanhado; porém, ó filha! Sois bela!... Sois encantadora!... Dizei-me: nunca fostes tentada para amar?... Nunca o vosso lindo olhar respondeu a outro olhar?... A um olhar do amante terno e carinhoso?... Nunca sentistes no coração um doce palpitar, e nunca vossas faces coraram, quando ouvias articular uma palavra de amor?

LEONOR (*dando um suspiro*) – Ah!

PADRE FRANCISCO – Declarai-o com franqueza; torno a dizer-vos que sou eu o único ente que no mundo tem direito a conhecer vossos segredos. Nada vos assuste. À fé de sacerdote, juro que tudo quanto a meus pés declarardes ficará sepultado no fundo da minha alma.

LEONOR – Oh! Deus! (*Com uma expressão de alívio, limpando as lágrimas*).

PADRE FRANCISCO – Esse expressar lacrimoso e sensível, essas lágrimas que acabais de enxugar, envolvem grandes pesares, e guardam importantes segredos. – Não receeis dizer-mos. Falai, ó bela Leonor! Desabafai comigo a



vossa dor, procurei a consolação nas minhas palavras – nas doutrinas do vosso confessor... Eu também amei, também sei avaliar as doces e ternas palpitações que este sentimento nos causa...

LEONOR – Também amastes, padre Francisco?!...

PADRE FRANCISCO – Oh!... E com que força eu amei uma mulher, que fiz desgraçada!... Depois de longos anos de uma forte correspondência, me separei dela para sempre. Troquei os votos de himeneu pelos votos da religião, e[,] no mesmo dia que entrei para o claustro, ela desceu a uma sepultura. (*À parte*). Busquemos iludi-la, para lhe arrancar o segredo que desejo conhecer.⁴¹

LEONOR – Oh! Meu padre!... Sou muito infeliz!... Muito desgraçada! (*Chorando*).

PADRE FRANCISCO – Filha, em que sois infeliz?... Em que sois desgraçada? Falai!

LEONOR – Não vo-lo posso declarar. É um segredo que descerá comigo ao túmulo.

PADRE FRANCISCO – Mas eu, só eu, posso ouvi-lo da vossa boca.

LEONOR – Deus! – E só Deus sabe!... E só Ele o saberá!

PADRE FRANCISCO – Ponderai, que o espírito divino costuma inspirar-nos nesta cadeira da verdade, para conhecermos as culpas que os pecadores reservam dos ouvidos do seu confessor!... Ponderai, que o demônio vos está tentando para ocultardes crimes, que sem o perdão de Deus se punem no inferno!

LEONOR – Eu tenho suplicado a Deus o perdão.

PADRE FRANCISCO (*levantando-se[,] cheio de cólera*) – Basta! Já penetrei os vossos segredos; já fui inspirado deles. Temei que a ira do Senhor descarregue sobre vós a espada da justiça celeste!

LEONOR (*possuída de terror*) – Padre!... Padre!

PADRE FRANCISCO – Ainda vos resta um momento para confessardes a culpa; passado este momento, não tendes mais que pedir ou rogar!... A vossa alma será escrita no livro dos condenados, e o inferno a guardará para sempre! Declarai, ó alma em perigo, se alguma paixão de amor vos prende os passos à clausura. No vosso semblante descubro verdadeiros sinais de uma ternura que revela as mais doces e ternas expressões... Confessai... Confessai essa verdade...

LEONOR – Padre!... Padre Francisco!... Orai a Deus por mim!

PADRE FRANCISCO – Vede que o tempo foge[;] não deixeis escapá-lo para vossa salvação.

LEONOR – Padre Francisco!... Ah!

⁴¹ Na edição original, a rubrica (*À parte*) sucede a fala do padre Francisco. Sempre que, mais adiante, depararmos com essa situação, adotaremos o mesmo procedimento: deslocaremos a rubrica, de forma que a mesma anteceda a fala a que se refere.



PADRE FRANCISCO – Falai...

LEONOR – É verdade... Eu amei Afonso Peres. (*Caindo de joelhos*).

PADRE FRANCISCO – Amaste-o!... Ah! (*Senta-se[,] indignado*).

LEONOR – E ainda o amo.

PADRE FRANCISCO (*levantando-se*) – Ainda o amais, filha?... Que tentação vos cega?!... Na véspera em que ides abandonar para sempre o mundo! Na véspera de entrardes para essa mansão da paz, ainda alimentais em vossa alma uma paixão, que há muito deveríeis ter extinguido! Ainda vossas ideias se empregam num homem que é todo inferno e maldição! Um herético!... A quem satanás já domina para servir de instrumento às suas infernais tentações! (*Ajoelhando e abrindo os braços*). Espírito de Deus, que neste momento me inspiraste para salvar esta alma das garras do demônio, digna-te confortar-me para combatê-lo, e arredar esta criatura Vossa das penas eternas!

LEONOR – Sabe o céu, ó meu padre, o sacrifício a que vou ser reduzida. Minha alma, meu coração e minha vida estavam preparados para um esposo.

PADRE FRANCISCO – Um esposo, filha!...

LEONOR – Oh[,] meu Deus!... Um esposo que perco para sempre!

PADRE FRANCISCO – Leonor! Um esposo, que vos poderia dar uma vida toda cheia de amarguras, de flagelos e de desesperação! Um esposo, que, cheio de ingratidão e perfídia, vos abandonaria ao desprezo do mundo!... À desgraça!... À infâmia!... E depois, aos vícios e à miséria!... Filha, vós estais cheia da conduta dos homens; a maior parte, ingratos, faltos de fé, originam desgraças a muitas donzelas; vosso pai pensou bem na sorte que vos destina. Que deliciosa vida não é aquela aonde[,] a todo instante[,] se ouve invocar o nome de Deus! Aonde só respira o ar puro da virtude preconizada!... Deixai essas falsas recordações do amor mundano, que vos podem originar um tormento em toda a vossa vida. Destinai para Deus o vosso coração – vossa alma vai ser santificada numa mansão divina!... Fugi desse amor que é presa do demônio!... Dessa invenção das fúrias!...

LEONOR – Ou vós sois o mesmo demônio disfarçado nas vestes sagradas da religião, ou escondes a existência de uma verdade qualificada por Deus na sua sublime obra!... Dizeis que o amor é uma invenção das fúrias, e um laço maldito de satanás!... Oh! Que sacrilégio!... Que horrível profanação!... Quem, senão o amor[,] vos lançou no mundo?!... Quem dá impulso ao nosso coração?!... Quem maravilha o universo?!... Este suave instinto da alma, que mesmo entre as feras é querido e respeitado!... Este sentimento[,] companheiro fiel[,] dá virtude a todos os entes, que os enlaça, que os une numa mesma vontade!... Este sentimento que faz a glória da vida e o ornamento da natureza!... Basta, padre Francisco. Não posso mais escutar-vos. Convertestes a cadeira da verdade em laços de traição, em argumentos de mentira...

PADRE FRANCISCO – Moderai-vos, filha, eu não me oponho à vossa inclinação. Censurar...

LEONOR – É repreender.



PADRE FRANCISCO – Longe... Longe de mim tal ideia. O meu empenho é mostrar-vos o caminho da verdade, conduzir-vos à casa de Deus, apresentando-vos os enganos do mundo. Filha, não há mais que uma vida para nós – uma alma! Esta alma, e esta vida, têm um único fim: glória ou pena. A glória alcança-se com martírios, com penitência, e com o orar a Deus! Passa-se assim uma vida transitória! Uma vida que é o sonho da criatura na terra!... Esta vida, cheia de precipícios, de enganos e de consumições, e que depois a morte a vai pesar na balança da verdade, é o nosso contraste na presença do supremo juiz[,] que dela toma contas. É necessário considerar que o mundo é um caminho por onde transitamos[,] desde que nascemos; andamos nele o espaço que o destino nos tem marcado, indo depois repousar para sempre no lugar que Deus nos há destinado. Aquele, que nesta rápida passagem se engolfa nos prazeres mundanos... Aquele que, dissoluto, não emprega um momento em encomendar sua alma ao criador!... Aquele[,] finalmente, que passa nos festins, nas galas e louçanias, e que nestes enleios deixa escapar o tempo[,] aí o vereis estendido sobre um túmulo!... Seus olhos cerrados para sempre!... Sua boca fechada!... Seu corpo imóvel!... Ai deste pecador!... Aonde estará sua alma?... Está no fogo do inferno!... Eis em que se trocarão tantas venturas!... As alegrias e os prazeres na terra!... De um lado, os gritos dos condenados!... Do outro[,] os alaridos dos que sofrem o fogo das chamas!... Ali, as fúrias embravecidas esmagam as suas vítimas!... Acolá[,] as mesmas fúrias exasperadas atormentam com tentações as almas dos pecadores...

LEONOR (*aterrada e confusa*) – Padre!... Padre!... Salvei minha alma.

PADRE FRANCISCO – Raios!... Coriscos!... E centelhas chovem nessa habitação fatal!... Em cada grito dos condenados[,] ouve-se o estampido de um trovão medonho!... As lágrimas dos infelizes são risos para os demônios que os flagelam!... É satanás!... O maldito satanás! No seu trono de fogo, rodeado das fúrias que o cercam, ri alegre do padecimento de tantas almas perdidas.

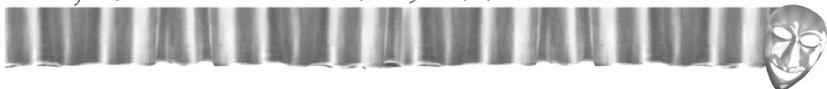
LEONOR – Padre Francisco[,] encaminha-me ao convento... Tirai-me das garras de satanás.

PADRE FRANCISCO – Salvaste-vos[,] neste momento. Prostrai-vos, e louvai a este Deus o haver-vos dado força e coragem para alcançardes o triunfo. (*Dá-lhe o crucifixo[,] que tira do peito*).

LEONOR (*de joelhos, abraçada com o crucifixo*) – Deus meu!... Amparai a minha alma!

PADRE FRANCISCO – Jurai[,] por esse mesmo Senhor, que não arredareis um só passo da clausura, que sereis sua fiel serva, que deixareis o mundo para sempre.

LEONOR – Sim, por este Deus[,] juro de todo o meu coração. (*Levanta-se e dá o crucifixo ao padre*).



PADRE FRANCISCO – Abraçai-me, filha da religião!... Exultemos de prazer[,] neste momento de ventura para vossa alma. (*Levantando Leonor nos braços*).

Cena VII

OS MESMOS e AFONSO PERES.

(*Afonso tem[,] da janela[,] presenciado o juramento de Leonor; desce silencioso para a cena, e segura furiosamente o padre Francisco[,] no momento que abraça Leonor*).

AFONSO – Padre de maldição

PADRE FRANCISCO – Ah!...

LEONOR – Meu Deus!

AFONSO – É em ti, que a minha ira vai cevar-se. Infame!... Impostor!... Estás seguro pelo meu braço!

PADRE FRANCISCO – Santos do Paraíso!

LEONOR – Afonso, ah!, que estamos perdidos!

PADRE FRANCISCO – Afonso!

AFONSO – Sim. Sou este mesmo homem que tem servido de alvo às vossas intrigas e maquinações, para me arredardes dos braços desta infeliz mulher!... Afonso, que sabe de todos os vossos planos, e que os há de desfazer[,] punindo-vos com este ferro – este ferro, que a minha exasperação há de enterrar nesse coração malvado!

PADRE FRANCISCO – Ah!

LEONOR – Desgraçado!... Que te perdes!

AFONSO – Insensata! Que te deixaste vencer pelos ardis de um vil sedutor... Frágil criatura[,] a quem a superstição já domina, e fez que deixasses esquecer para sempre deveres, amor, lembranças tão sagradas!... Aonde está o sentimento que brota do coração ternos transportes?... Aonde está a lembrança desse ente por quem há pouco choravas, por quem carpias lacrimosa?... E por quem tantas vezes me dissestes havias morrer!... Abandonado por ti... Abandonado por sua...

LEONOR – Silêncio... Silêncio, que nos perdemos!

AFONSO – Não, não posso ocultar por mais tempo. É mister revelar tudo – tudo.

LEONOR (*caindo de joelhos aos pés de Afonso*) – Em nome de Deus! Vê que me perdes!

AFONSO – Embora tudo se perca, tudo se acabe. Quero rasgar o véu que cobre o nosso segredo. Quero vingar-me destes ambiciosos.

LEONOR – Ah! Poupai-me essa terrível hora, eu to suplico em nome do nosso amor.

AFONSO – Do nosso amor? Ah! Que desgraçado amor!



PADRE FRANCISCO (*levantando Leonor*) – Ânimo, filha! (*À parte*). É preciso não desampará-la.

AFONSO – Foste tu, padre! Tu, que lançastes pelos lábios palavras abrasadoras, pensamentos de terror[,] para obrigar seu coração a um juramento, que vai torná-la ainda mais criminosa! Foram as tuas invectivas, doutrinadas falsamente, que a perderam, e obrigaram a postergar um juramento, que havia feito a Deus!... Cruel! Infame Jesuíta!... Teus esforços serão inúteis. Sabe, sim, sabe, que um nó...

LEONOR – Pelo céu! Oculta o crime que nos condena!... Ah! Não queiras que se desprenda o raio que já declina sobre nossas cabeças.

AFONSO – Pois bem, eu serei mudo; – guardarei segredo; porém[,] exijo também de ti um juramento...

LEONOR – Um juramento!... Oh! Grande Deus!

AFONSO – É sobre a minha mão direita enlaçada com a tua, é com os olhos no céu e o coração para Deus, é por aquela imagem, que também deves jurar... (*Apontando para o oratório*).

PADRE FRANCISCO – Leonor...

AFONSO – Silêncio!

LEONOR – Ah!... Outro juramento!

AFONSO – Leonor! Jura na presença de Deus que nos ouve; amanhã é o dia da tua entrada para o convento de Santa Clara... E amanhã mesmo será o dia em que te legitimarei por minha esposa[,] em frente dos altares da sua Igreja!... Jura pela tua alma... pela tua vida... e pela tua salvação.

PADRE FRANCISCO (*à parte*) – Ah! Que terrível hora!

LEONOR – Ah! Meu Deus! Numa mesma hora dois juramentos!

PADRE FRANCISCO (*à parte [,] a Leonor*) – Senhora, vede o que fazeis!... Temei o inferno!

AFONSO – Resolve, Leonor! Ainda mais outra condição[,] se recusares o juramento – com este ferro me verás cair morto a teus pés.

LEONOR – Céus!... Que terrível coalizão!

PADRE FRANCISCO (*à parte, a Leonor*) – Se jurardes, vos amaldiçoarei em nome de Deus!

AFONSO – Leonor, a minha morte, ou o teu juramento!... Dize – juras?

LEONOR – Pela minha alma, pela minha vida, e pela minha salvação, juro ser tua esposa. (*Caindo-lhe nos braços*).

AFONSO – Bendito Deus!

PADRE FRANCISCO (*possuído de furor, ao retirar-se*) – Anátema contra os hereges!... Vingança de Deus caia sobre eles. (*Vai-se rápido*).

AFONSO (*saindo dos braços de Leonor, correndo ao padre Francisco*) – Malvado!

LEONOR (*impedindo-o*) – Suspende!...



Cena VIII

LEONOR e AFONSO.

AFONSO – Nada há mais que esperar, agora cumpre acompanhares-me.

LEONOR – Agora, Afonso Peres, também cumpre esperar o castigo de meu pai.

AFONSO – Fugamos do seu encontro; vem comigo, vem Leonor, vamos ser felizes na companhia do nosso caro filho.

LEONOR – Desse filho da desgraça e do crime!... Oh!... Para que vivo ainda?!... Deus! Tirai-me do mundo!

AFONSO – Leonor, ainda persistes na louca ideia?... O teu juramento...

LEONOR – O meu juramento afundou ainda mais o abismo que me espera!... Jurei para perjurar!... Ofendi a Deus! Oh! Que as suas iras não tardam em mandar minha alma para o inferno!

AFONSO – Oh! Céus!... Que proferes, Leonor?

(*Ouve-se motim e gritos no interior*).

DENTRO – Acudi!... Acudi todos.

LEONOR – Ah!... Escuta... Ouve os gritos de meu pai... (*Observando*). Ah! Vai-te. Oh! Deus! Valei-me.

AFONSO – Sair... Ah! Nunca! A morte e os crimes são a partilha da minha desventura.

DENTRO (*mais próximo*) – Entraí, prendei-o; é um celerado!

LEONOR – Desgraçado! Foge, salva-te.

AFONSO – Este punhal lançará no inferno todos os meus inimigos.

LEONOR – Mata-me, enterra-o primeiro neste peito. Estou perdida!... Criminosa!... Infamada de um delito execrando!... Maldição eterna vai lançar-me em todos os tormentos da vida!

EDMUNDO (*dentro, perto da porta*) – Prendei-o...

LEONOR – Céus! Meu pai!... Ah! (*Cai por terra*).

AFONSO – Ah!... Que não possa valer-lhe. (*Vai-se pela janela*).

Cena IX⁴²

LEONOR, EDMUNDO, PADRE FRANCISCO e CRIADOS,
com luzes e outros armados.

(*Os criados entram primeiro, e levantam Leonor, sentando-a*).

PADRE FRANCISCO – Anátema contra os hereges!

EDMUNDO (*entrando[,] sem ver a filha*) – Vingança contra o celerado! (*Vendo Leonor e indo a ela com fúria*) – Filha indigna!... O mais severo castigo vai punir-te!

⁴² Na edição original: "Cena 7ª".



LEONOR (*já tornando a si e caindo de joelhos aos pés do pai*) – Perdão!...
Perdão, ó meu pai!

EDMUNDO (*com furor, afastando-a de si*) – Maldição!... Maldição!

LEONOR (*ergue-se, quer caminhar a seu pai, e lhe faltam as forças*) – Ah!

EDMUNDO (*com furor, ao retirar-se*) – É a minha vergonha!... A minha infâmia! (*Retira-se furioso e os criados o seguem*).

PADRE FRANCISCO (*apontando para Leonor[,] com riso sarcástico*) – Triunfei!... Amanhã entrará no convento de Santa Clara.

FIM DO SEGUNDO ATO.



ATO III

A HÓSTIA ENVENENADA

O Teatro mostra a vista de um claustro, no convento de Santo Antão[,] em Lisboa; no fundo ou a um lado, uma porta que dá entrada para a igreja. O claustro está guarnecido com emblemas da religião, retratos de pontífices, bispos e outros da Ordem dos Jesuítas. – São oito horas do dia: ouve-se cantochão, acompanhado de órgão, que figura ser reza no coro, o qual durará alguns momentos.

Cena I

ROBERTO e o PADRE FRANCISCO.

(Logo que finda a reza, entram o padre Francisco e Roberto Gonçalves[,] vestido de Jesuíta. O padre Francisco traz uma carta aberta[,] que figura ter acabado de ler).

PADRE FRANCISCO – Entrai; o nosso padre Avelar me pede que sejais admitido na nossa sagrada comunidade, e me diz na sua carta que nos podeis fazer grandes serviços. Muito carecemos de vós. Já sei que preparais bons venenos: é justamente a arma que precisamos para triunfar dos que pretendem aniquilar-nos. Temos cruéis inimigos que nos detestam. É-nos[,] pois[,] necessário lutar com eles, assassiná-los sem que conheçam a arma que os feriu e a mão que os sepultou; para este efeito, deveis andar disfarçado com o nosso hábito; ele vos porá a coberto de todos os receios e indagações.

ROBERTO – Aceito de bom grado as vossas proposições, e certo ficai, que saberei revestir-me de todos os disfarces para exercer o horrível cargo que entre vós vou ocupar; porém, não é só isso que exijo de vós: – quero segredo e valimento⁴³; os meus venenos estão à vossa disposição; matarei com eles as pessoas que vos aprouver, mas não quero ser sacrificado na ocasião de ministrá-los.

PADRE FRANCISCO – Ficai descansado, que não correreis o menor risco. Dizei-me[:] tendes alguns preparados?

ROBERTO – O meu laboratório os prontifica em poucas horas; precisais de alguns preparados?

PADRE FRANCISCO – Talvez amanhã, ou hoje mesmo, poderei precisar. Daqui a algumas horas[,] entrará para o nosso convento um velho[,] de nascimento nobre, que nos legou por sua morte todos os bens que possui; chama-se Edmundo de Castro de Ávila Castelo Branco, homem de crença e bem fácil de persuadir; este cavalheiro tem parentes nesta cidade[,] que nos são desafetos. Tem Edmundo uma única filha, que a instâncias nossas foi obrigada a

⁴³ Influência, prestígio.



entrar para o convento de Santa Clara, em Coimbra; daqui a 15 dias será a sua profissão; é mister que este velho morra[,] no mesmo instante em que ela fizer o voto... É mister preparar o veneno.

ROBERTO – Antes de 24 horas[,] vo-lo entregarei.

PADRE FRANCISCO – Antes de 24 horas[,] receberéis três mil cruzados.

ROBERTO – Serei de hoje em diante um Jesuíta.

PADRE FRANCISCO – Chamar-vos-eis irmão Roberto.

ROBERTO – Estamos justos, irmão Francisco.

PADRE FRANCISCO – Subi aquela escada; caminhei no dormitório à esquerda, procurei a cela nº. 36; entrai nela – que breve lá irei ter convosco.

ROBERTO – Lá vos espero. (*Vai-se*).

Cena II

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] – A nossa segurança!... A fortuna de um milhão de cruzados passará[,] em poucos dias[,] ao poder dos filhos de Santo Inácio! Algumas gotas de veneno farão sepultar para sempre o crédulo Edmundo.

Cena III

O MESMO e o PADRE NICOLAU.

PADRE NICOLAU – Certamente, padre Francisco, é mister lançar mão do último meio que nos resta. Edmundo teve hoje uma larga conferência com o conde de Castelo Melhor, e sobre esta conferência tenho feito diversos cálculos.

PADRE FRANCISCO – Já de tudo estou ciente. É mister desfazermos o que se urde contra nós. Os padres Lourenço de Arvelos e Anastácio de Gusmão devem empregar-se[,] exclusivamente[,] em promover a queda do ministro de D. Afonso VI. O conde de Castelo Melhor é desafeto aos Jesuítas, e o conde ministro é cunhado de Edmundo, e próximo parente de Leonor.

PADRE NICOLAU – Eu encarrego-me de falar aos padres Lourenço e Anastácio; conferenciaremos com eles o melhor meio de segurarmos a herança de Edmundo; no entanto[,] encarregai ao nosso amigo incógnito, ao nosso alquimista, a pronta fatura de um veneno[,] para com ele triunfarmos e segurarmos de uma vez o legado.

PADRE FRANCISCO – É também mister escrever ao nosso padre João Gonzaga, diretor das freiras de Santa Clara, para que não perca ocasião de observar os passos de Leonor, proibindo-lhe toda e qualquer comunicação com pessoas de fora do convento, e insinuar-lhe, ao mesmo tempo, que empregue com ela os meios persuasivos para aceitar o voto, em cujo ato pretendo achar-me.

PADRE NICOLAU – Vou para o lado de Edmundo; é mister não o deixar só. (*Vai-se*).



Cena IV

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] – Eu disse[,] um dia, que o corpo de Edmundo desceria a uma sepultura no claustro de Santo Antônio! – Este dia chegará breve, e, na sepultura da vítima, ficará gravado para sempre mais um crime dos Jesuítas!

Cena V

PADRE FRANCISCO e AFONSO PERES.

(Afonso, de cabelos e barbas crescidos, rosto pálido e desfigurado, vestido com hábito de Jesuíta).

AFONSO *(entrando lentamente e ouvindo as últimas palavras do padre Francisco)* – Um crime, meu irmão, que envilecerá para sempre a nossa memória!

PADRE FRANCISCO *(reparando)* – Um padre da nossa Ordem!... De onde vindes, meu irmão?

AFONSO – Da Índia! Há pouco[,] dei fundo no Tejo.

PADRE FRANCISCO – O vosso nome?

AFONSO – O meu nome é bem pouco conhecido, porque desde tenra idade que me entranhei no centro da Ásia, pregando o Evangelho. Ali sofri... Padei tormentos consideráveis, porém, graças ao poder de Deus, que me libertou das mãos da heresia. Agora[,] pois[,] venho encarregado de beijar a mão ao rei, e suplicar-lhe uma graça em benefício do nosso colégio de Goa⁴⁴, porém consta-me que o monarca está bastante indignado contra a nossa Companhia.

PADRE FRANCISCO – Ainda são restos das intrigas desse infame Francisco de Lucena, seu secretário, que há pouco acabou num patíbulo. Sua morte é inteiramente obra de nossos ocultos tramas.

AFONSO – Serve-nos muito a proteção de Pedro Vieira da Silva, que trabalha incessantemente em nosso favor. Irmão, é mister haver cuidado; temos muitos e bem terríveis inimigos[,] que buscam arruinar-nos.

PADRE FRANCISCO – Descansai, que nada conseguirão; para deles triunfamos tratamos agora de introduzir no paço o nosso padre Antônio Vieira; esta circunstância nos será bem proveitosa, muito principalmente nesta ocasião em que temos importantes negócios com a Cúria Romana.

AFONSO – Acusam-nos da morte de príncipe D. Teodósio, e já disseram ao rei, que D. João IV, apesar da sua reserva a nosso respeito, não deixou de ser vítima de ocultos planos, morrendo nas nossas mãos.

⁴⁴ O contato de europeus com a Índia, iniciado com a chegada do explorador português Vasco da Gama (1498), prosseguiria com a conquista portuguesa de Goa (1510), provocando a rivalidade entre as potências europeias interessadas em comerciar no subcontinente.



PADRE FRANCISCO – Essas arguições têm feito que o soberano se mostre pouco contente com a Companhia de Jesus. Eis a principal causa, porque Henrique de Rezende se declarou nosso contrário.

AFONSO – Cuidai em extinguir esse ódio. É mister derrubá-lo do poder que tem ao lado do rei; – é mister lançar mão de um meio eficaz.

PADRE FRANCISCO – Ayres de Figueiredo e Aleixo de Miranda já deram os primeiros passos contra a existência desse poderoso inimigo, porém a fortuna o protegeu no aviso que lhe deram para prevenir-se.

AFONSO – Permiti que vá fazer a minha oração na igreja. (*Entra*).

PADRE FRANCISCO – Ide em paz.

Cena VI

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] (*depois de pensar*) – Sim, Aleixo de Miranda e Aires de Figueiredo serão o meu braço oculto. Miseráveis!... Que não se recordam que somos terríveis inimigos, mais ainda que ambiciosos!... Pregamos[,] ao povo rude[,] máximas enganadoras e supersticiosas para o dispor a nossos bens, e este mesmo povo fanatizado por falsas doutrinas nos julga uns santos e oráculos de Deus!... Este mesmo povo se move à nossa voz empunhando armas para nos defender, sacrificando-se em favor dos filhos de Loyola... Oh[,] cegueira humana!... Oh[,] terrível fanatismo!... Quantas vítimas se têm imolado por tua causa! Enquanto os que conhecem nossa malícia, nossas maquinações, nos alcunham de idiotas, de sacrílegos, semeando cizânias e revoltas, nós tudo sofremos, mudos e quedos, com semblante sereno, e cheios de resignação nos preparamos para a vingança! No instante em que nos prostramos com a frente no pó, é esse o terrível momento em que os nossos emissários nos vingam e pedimos perdão a Deus de assim o havermos feito.

Cena VII

PADRE FRANCISCO e o CONDE DE CASTELO MELHOR.

CONDE – Padre Francisco Mansos!...

PADRE FRANCISCO – Vós, senhor conde!

CONDE – Certamente, que haveis admirar-vos da minha visita, ela não é por certo sem motivo.

PADRE FRANCISCO – Em verdade, que vossa excelência me causa surpresa. Muito se honram os padres jesuítas em receber uma visita do ministro do rei D. Afonso! Vem sem dúvida assistir à recepção do cavalheiro Edmundo de Castro, digno parente de vossa excelência, no convento dos padres da Companhia?



CONDE – Sem dúvida, padre Francisco Mansos; uma resolução inesperada da parte do meu nobre parente é, em verdade[,] um triunfo jesuítico!... Muito podeis vós[,] padres!... Sois bem zelosos do aumento da vossa Ordem! Fanatizais uma criatura por tal forma, que a obrigais a entrar para vosso claustro, a fim de vos apoderardes dos seus bens, por meio de um testamento.

PADRE FRANCISCO – Senhor conde, essas acusações ofendem demasiado!

CONDE – As verdades algumas vezes ofendem; é um provérbio nosso[,] muito antigo, porém que não caiu em desuso.

PADRE FRANCISCO – Vossa Excelência vem hoje com propósito de nos ofender?

CONDE – Não pense tal!... Eu venho ver e admirar como o padre Francisco Mansos teve maneiras e astúcias de dispor o coração de Edmundo para um tão estranho fim. Depois de 60 anos de uma vida feliz, soube encaminhá-lo ao seu claustro, e à Leonor, sua filha, ao convento de Santa Clara; soube fazer que[,] por sua morte[,] fosse a vossa Companhia herdeira de toda a sua riqueza!... Oh! É na verdade uma vitória ganha sem derramar sangue. O rei[,] meu amo[,] vos estima e deve ter-vos sempre em sua lembrança.

PADRE FRANCISCO – Ministro do rei! Não continueis a lançar-nos em rosto tantos insultos! Bem sabeis que debaixo destas abóbadas, em frente mesmo dos altares, se projetam lances terríveis! Lances, que de dia se formam, e de noite se executam! Bem sabeis que temos feito arredar do lado dos reis muitos bons e fiéis ministros, que muitos desses ministros têm descido da grandeza e do valimento, e subido depois ao cadafalso!... Pensai conde de Castelo Melhor, que os filhos de Santo Inácio sabem vencer com as palavras, ainda mais que vós outros com as armas!... Os seus tramas têm sepultado bem fortes adversários!... Não temem a cólera dos príncipes, quanto mais as iras de um de seus vassallos!

CONDE – Sim, padre! Bem sei que entre os vossos confrades se tem encontrado muitos assassinos, celerados e ambiciosos! Bem sei que o vosso infernal ódio, a vossa maldade soube envenenar o infeliz D. João da Áustria, filho natural de Filipe IV!... Bem sei que a conspiração tramada pelos vossos consócios do Colégio de Ruão pretendeu envenenar Luiz XIV e o Delfim!... Bem sei que protegestes a causa da Espanha no reinado de D. João IV[,] para sujeitardes Portugal ao domínio de Castela, e, como o trama se descobriu, envenenastes então o bastardo do rei de Espanha.

PADRE FRANCISCO – Não quero exasperar-me... Senhor conde!... Não quero insultar os altares deste claustro com pensamentos de ódio e indignação. O ministro do rei D. Afonso VI há de um dia arrepender-se de haver dito tanto a um membro da Companhia de Jesus!... O ministro do rei D. Afonso VI pode sofrer num cárcere da Inquisição tormentos e horríveis tratos!... Pode morrer condenado numa fogueira ou num patíbulo!

CONDE – Padre Francisco Mansos! – O ministro de D. Afonso VI pode com a régia assinatura do seu monarca destruir vossos conventos, vosso poder, e



até vossa memória! Pode mostrar ao povo que a vossa existência era um crime na sociedade!... O ministro do rei, aquele que, sempre a seu lado, dirige a sorte de uma nação, pode também encarcerar, mandar-vos para as terras de além-mar, entregar-vos à vigilância de seus governadores, proibir-vos, sob pena de morte, de voltar a este reino!... Padre Francisco Mansos, é mister declarar-me. Daqui a algumas horas, Edmundo de Castro receberá o vosso hábito, será um recoleto⁴⁵, e, mais tarde, esse mesmo Edmundo descerá à sepultura mandado por vós!... Daqui a alguns dias, a única filha desse mesmo Edmundo fará o seu voto no convento de Santa Clara[,] em Coimbra, será freira professa, porque vós assim o quereis, e não porque seja a sua vontade. Em meu poder existe uma carta dessa infeliz vítima da cegueira de seu pai e da vossa ambição... Leonor recusa a vida do claustro, e Leonor deve sair do claustro!... Edmundo entra enganado para o vosso convento, e Edmundo de Castro deve sair do vosso convento!... Sua fortuna, sua nobreza, e seu nome, devem pertencer à sua filha!... Pensai, padre Francisco!... Resolvi antes que o tempo se acabe. (*Sai*).

Cena VIII

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] (*depois de pensar*) – Resolvi antes que o tempo se acabe!... Insensato, que te declaraste inimigo nosso, quando devias ocultá-lo!... Louco, que não sabes[,] à nossa semelhança[,] dissimular no riso as ofensas que te fazem[,] para melhor exercitar a vingança!... Padre Roberto! Vão agora ter começo os teus venenos. (*Vai a um lado, puxa uma corda, toca uma campainha*⁴⁶ e sai um comparsa vestido de Jesuíta). Tenho o coração em chamas... E este fogo me abraça na vingança!

Cena IX

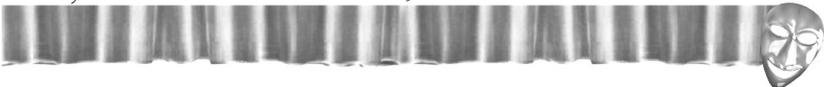
O MESMO e UM JESUÍTA.

PADRE FRANCISCO – Subi ao dormitório à esquerda; batei na cela nº. 36 e dizei ao nosso irmão[,] que lá existe, que me venha falar. (*Vai-se o comparsa*). Antônio de Sousa Macedo, Edmundo de Castro! Vão terminar-se as vossas vidas!... Poucas horas dilatarei o último período que vos resta! Algumas horas de vida para vós, e de ansiedade para mim!... Que súbito terror se apodera da minha alma!... Mas quê!... Eu tremer!... Eu recuar⁴⁷ diante de um crime, quando já não tenho coração que os sinta, nem consciência que os

⁴⁵ Relativo ou pertencente a um dos ramos da Ordem dos Agostinianos; e/ou quem leva vida austera.

⁴⁶ Na edição original, "campa".

⁴⁷ Na edição original, "eu recusar".



tema!... Eu, que sou todo inferno e desesperação!... Eu, que tenho esta alma petrificada de remorsos, que, por mais forte que seja o seu combate, já lhe não sinto abalo!... Estes hábitos... Esta cruz, que revela mistérios da cristandade!... Esta imagem que[,] a cada instante[,] desacato e insulto!... Este Senhor, que tem visto praticados por mim tantos sacrilégios!... Nada disto me intimida... Um testamento!... A morte de Edmundo!... O envenenamento do ministro de Afonso VI!... E depois a herança de um milhão de cruzados!

Cena X

O MESMO e ROBERTO.

ROBERTO – Um milhão de cruzados passará em poucos dias às nossas mãos.

PADRE FRANCISCO – Irmão Roberto!...

ROBERTO – Aqui estou, determinai-me.

PADRE FRANCISCO – Trata-se de um meio para nossa segurança. Temos à vista o inimigo que busca arredar-nos o legado de Edmundo. Miserável!... Que teve a fraqueza de se declarar nosso contrário, sem pensar que somos terríveis contra eles!... Amigo, é mister cautela; o nosso êmulo é poderoso, e o seu poder é contra nós!

ROBERTO – E receais esse poder, quando o temos mais superior!... Duvidais, que serei capaz de envenenar-lhe tudo, o mesmo ar que respira!... Dizei-me o seu nome?

PADRE FRANCISCO – O conde de Castelo Melhor, ministro de Afonso VI!

ROBERTO – O conde!... Que temerário!... Quantos dias lhe quereis conceder de vida?

PADRE FRANCISCO – 24 horas... E, depois, na sepultura!

ROBERTO – 24 horas!... Está bem. Na noite de amanhã o ministro de Afonso VI não será mais que um cadáver.

PADRE FRANCISCO – Dai-me um abraço! (*Abraça-o*).

ROBERTO – Esta noite sairei do convento, irei executar o plano.

PADRE FRANCISCO – Meu irmão!... Meu caro amigo!... Sereis bem premiado. Mandai, pedi de nós o que quiserdes.

ROBERTO – Que pretenderei eu mais que o vosso valimento?

PADRE FRANCISCO – Quereis um alto emprego na Corte?... Quereis[,] finalmente[,] ser ministro do rei?! Tudo vos poderemos alcançar.

ROBERTO – Agradeço-vos. Nada quero. Para satisfazer minha ambição, basta o lucro dos meus venenos; este lucro dá-me tesouros que se não esgotam, e valimento que nem todos podem alcançar. (*Ouve-se dentro órgão que acompanha cantochão*).

PADRE FRANCISCO – Edmundo vai receber o hábito de Jesuíta!... Está principiando a solenidade da sua recepção no nosso claustro.

ROBERTO – E eu estou marcando a sepultura[,] que em poucas horas receberá o seu cadáver envenenado.



PADRE FRANCISCO – Com esta mão vos entregarei uma bolsa[,] contendo três mil cruzados em ouro.

ROBERTO – Eis o veneno neste vidro! (*Mostra-o*).

PADRE FRANCISCO – Despejai-o no coração do ministro de Afonso VI e depois nas entranhas de Edmundo. (*Vai-se*).

Cena XI

ROBERTO, só.

[ROBERTO] (*olhando para o padre Francisco[,] que se retira*) – Nos lábios o nome de Deus, e no coração o espírito de satanás!... Eis a máscara com que se disfarçam estes homens tão perversos e ambiciosos!... Imagem de Deus[,] que sobre os altares da nossa crença ornais o templo destes idólatras, como és escarnecida e profanada! Religião[,] cujos símbolos em dourados painéis adornais as paredes deste claustro, como insultam com crimes os teus dogmas!... Santos do Paraíso[,] que bafejados da graça divina subistes ao céu, como sois desacatados por aqueles mesmos que deviam respeitar-vos e seguir vossos exemplos!... Em cada hora da sua duração inventam um crime! – Uma perfídia!... Estes crimes, esta perfídia, passam do pensamento aos lábios, e depois à mão de um assassino!... Oh! Futuro de vinganças!... Tu punirás tantas ofensas.

Cena XII

ROBERTO e AFONSO.

AFONSO (*saindo da igreja*) – Irmão! Deus seja em vossa companhia!

ROBERTO – E na vossa também. Porém[,] que vejo?!

AFONSO – Roberto!

ROBERTO – Afonso Peres!

AFONSO – Silêncio! Silêncio!... Que podem ouvir-nos.

ROBERTO – Saístes de Coimbra, e há mais de oito meses que não sei notícias vossas.

AFONSO – Fugitivo sempre[,] para escapar à morte! Depois da entrada de Leonor para o convento de Santa Clara, ajudado com o auxílio de uma noviça que noutra tempo me conheceu em casa do meu protetor[,] o padre Calheiros, entretinha com Leonor uma oculta correspondência; porém[,] a vigilância que os Jesuítas haviam insinuado à abadessa[,] para proibir qualquer comunicação durante o seu ano de noviciado, fez que uma das cartas que me dirigia fosse ter às mãos da mesma abadessa. Esta carta foi entregue ao padre João Gonzaga, diretor das freiras, e pouco depois ao poder do padre Francisco Mansos. Um assassino me surpreendeu em uma noite, quando, sobre o muro da cerca, em frente da cela de Leonor, procurava falar-lhe; porém, graças à minha destreza, depois de alguns momentos de luta, o de-



sarme e, com o mesmo ferro com que pretendia assassinar-me, o assassinei. A noite ocultava o delito, porém[,] o meu agressor ainda teve algumas horas de vida para declarar quem o havia ferido. A justiça se moveu toda contra mim!... Foi mister então abandonar Coimbra, e buscar um disfarce que me pusesse acautelado das vistas dos meus perseguidores. Depois de[,] fugitivo[,] percorrer algumas províncias do reino, vim para Lisboa, tomei este hábito, inculquei-me por um Jesuíta chegado da Ásia. Estas barbas, estes cabelos hirtos e cerdosos, a cor pálida e tostada de meu rosto, são fruto⁴⁸ de longas vigílias e privações, e facilmente fazem acreditar o caráter que represento. Penetrei o claustro de Santo Antão[,] para observar os tramas contra mim e Leonor. (*Ouve-se na igreja cantochão[,] acompanhado de órgão*). Escutai!... Ouvís aquele cântico?... Aqueles sons?... É a recepção de Edmundo! – É Edmundo que está recebendo o hábito de Jesuíta!... É o pai de Leonor, que, depois de uma idade de 60 anos, vem fixar neste claustro os poucos dias que lhe restam.

ROBERTO – Tudo sei – sei ainda mais que vós, Afonso Peres!... É necessário que vos retireis deste lugar. Deixai entregue ao meu cuidado a vossa sorte – e a sorte de Leonor. Foi por vossa causa e dela, que me revesti com hábito; este hábito que oculta traições, perfídias e enganos!... Afonso Peres!... Este hábito também guarda a vossa salvação. Chegou o tempo em que vos devo declarar um segredo, que há vinte e cinco anos tenho guardado no fundo da minha alma. Não fui eu quem abraçastes quando neste mundo principiastes a sorrir – quando a vossa inteligência sabia avaliar um gesto – um carinho de ternura?!...

AFONSO – Fostes vós.

ROBERTO – Não fui eu quem[,] sempre a vosso lado[,] vos sustentava com bons conselhos, conduzindo-vos somente pelo caminho da verdade?

AFONSO – Fostes vós.

ROBERTO – Não fui eu, que também cuidei na vossa educação nesses primeiros dias da infância, entregando-vos depois ao virtuoso padre Calheiros, que foi então vosso mestre de latim e vosso benfeitor, mandando-vos estudar Medicina na Universidade de Coimbra?

AFONSO – Fostes vós... É verdade, fostes vós mesmo!

ROBERTO – Não fui quem muitas vezes vos disse, quando me perguntavas por vossa mãe, que ela havia morrido no mesmo dia em que vos deu à luz, deixando-me em suas últimas palavras um legado misterioso que depois de muitos anos seria cumprido?

AFONSO – É verdade, que assim mo haveis dito.

ROBERTO – E sabeis o que seja este legado?

AFONSO – Não.

⁴⁸ No original: “é fruto”.



ROBERTO – Este legado é uma carta e um pequeno cofre, que guarda[,] sem dúvida[,] joias de grande valor! Este legado está em meu poder, porém[,] não vo-lo posso entregar.

AFONSO – E quem vo-lo proíbe?

ROBERTO – Esta carta, Afonso Peres! Ainda vos lembrareis da hora em que[,] secretamente[,] o padre Calheiros abençoou os vossos laços com Leonor, abraçando-vos e depois, dizendo – meu filho!... Eu amo-vos tanto[,] como vosso pai!

AFONSO – E quem é meu pai?

ROBERTO – Esse segredo também está no cofre; eu o ignoro inteiramente.

AFONSO – Roberto, meu caro amigo, dai-me o cofre.

ROBERTO – Não posso[,] por agora[,] obedecer-vos; lede essa carta que me escreveu o padre Calheiros, poucas horas depois da morte de vossa mãe.

AFONSO – Dai-ma.

ROBERTO – Aqui a tendes. *(Dá-lhe uma carta).*

AFONSO *(abrindo a carta e lendo)* – “Lisboa[,] 16 de Julho de 1663. Meu fiel Roberto Gonçalves, recebestes um cofre da mão de D. Luiza Guiomar, essa jovem senhora, que sucumbiu com o nascimento de um menino. Esse cofre encerra a origem desse mesmo menino. À fé de verdadeiro cristão, pela maldição de Deus, vos imponho o preceito de o não abrires, senão em época, ou em ocasião de perigo para ele”. *(Fica pensativo).* Ah! Que estará encerrado neste cofre?!... Que conterà ele de misterioso e singular para mim?!...

ROBERTO – Ignoro. Agora lede também esta, que o padre Calheiros me entregou poucas horas antes de morrer. Abri-a – só a vós pertence abri-la, porque ela foi escrita por vossa mãe, para um dia vos ser entregue. *(Dá-lhe a carta).*

AFONSO – Escrita por minha mãe!... Oh! Grande Deus!... Foi minha mãe quem a escreveu!?... Ah! Eu a beijo com toda ternura de que é capaz o coração de um filho!... Eu a uno ao meu peito!... Eu torno a beijar estas palavras... estes pensamentos traçados em caracteres pela sua mão... por essa mão que, agora desfeita na terra[,] não posso beijar neste venturoso instante! *(Chora, limpa as lágrimas, abre a carta e beija-a).* Meu filho. Oh! Como é doce ouvir este expressar tão terno, tão tocante!... “Meu filho!” Ah! Este nome tão doce! Tão querido de uma mãe!... Eu te torno a beijar, ó papel sagrado, única herança que possuo de minha mãe!... Ah! Meu Roberto!... Meu caro amigo!... Que legado precioso me entregastes[,] depois de 25 anos de minha vida!... No meio de tanta desventura, esta carta veio dissipar essa nuvem de tristeza, que gira na minha alma, e fazer que de hoje em diante só viva para me lembrar de minha mãe! *(Continua a ler).* “Poucas horas terei de vida; abraço-te e beijo-te[,] despedindo-me de ti... Teus olhos ainda mal abertos não podem ver-me, nem conhecer-me... Tua inteligência adormecida só acordará com o andar dos tempos, à semelhança da flor, que presa no seu



cálice não pode dali soltar-se sem que a natureza lho conceda... Adeus[,] meu filho!... Levo-te no meu último suspiro, e se é crime uma mãe na sua derradeira hora lembrar-se de seu filho, lastimar em deixá-lo para sempre, Deus me perdoe de assim o haver praticado... Não ousou dizer-te nada sobre a origem do teu nascimento; um cofre que neste momento entrego ao meu benfeitor, ao fiel Roberto Gonçalves, revelará tudo; este cofre ser-te-á entregue na idade em que só devas possuí-lo. Adeus. Lembra-te da minha alma, que eu[,] em presença de Deus[,] também me lembrarei de ti. Luiza Guiomar”.⁴⁹ (*Fecha a carta*). Roberto!... Ingrato Roberto!... Quantos anos me privastes deste prazer!... Dizíeis-me tão somente que minha mãe morrera no mesmo instante em que eu vi a luz, e que ignoravas o seu nome e agora vejo que o seu nome é Luiza Guiomar!... Luiza!... Luiza!... Nome tão sagrado, tão querido, que existirá de hoje para sempre no meu pensamento e na minha alma!... Esta carta me acompanhará em todas as venturas ou desgraças; será o precioso talismã de toda a minha vida! Lê-la-ei uma e mil vezes, fartarei minhas saudades ao ver estes caracteres traçados pelo seu punho... Porém[,] meu pai?... O nome de meu pai!... Quero já saber o seu nome. – Roberto Gonçalves, quero que me entregueis o cofre, já, agora mesmo!

ROBERTO – Afonso Peres, detende-vos.

AFONSO – Não, não! O cofre, neste mesmo instante, quando não[,] desfazemos essa aliança que há tantos anos nos prende. – O cofre, Roberto Gonçalves, boticário de Belém!

ROBERTO – Afonso Peres de Bragança, o boticário de Belém, vos entregará o cofre, porém com uma condição.

AFONSO – Dizei!

ROBERTO – Depois de o abrides e conhecerdes quem é vosso pai, tornar a entregar-mo.

AFONSO – Está ajustado.

ROBERTO (*tirando da algibeira uma pequena caixa e dando-lha*) – Aqui tendes o cofre.

AFONSO (*ao recebê-lo*) – Ah! Como o coração palpita de alegria!... Dai-me a chave.

ROBERTO – Eis a chave. (*Dá-lha*).

AFONSO (*abrindo, tira um retrato*) – Que vejo? Um retrato!... Será este o de meu pai?... Por baixo tem uma legenda!... Leiamo-a – D. Afonso, Infante de Portugal! – Roberto!... Roberto!... Que quer isto dizer?

ROBERTO (*chegando-se e lendo*) – D. Afonso, Infante de Portugal, em testemunho de amor, oferece o seu retrato a D. Luiza Guiomar Peres!... Abraçai-me!... Abraçai-me, filho do rei de Portugal! (*Abraçando-o*).

AFONSO (*caindo nos braços de Roberto*) – Ah! Minha mãe!

⁴⁹ Na edição original os textos da carta não figuram entre aspas.



ROBERTO (*saindo dos braços*) – Silêncio! Dissimulemos – é mister ocultar esta aventura! O rei ignora a vossa existência. Dai-me o cofre. Parti a Coimbra; não temais aparecer agora; daqui a alguns dias é a profissão de Leonor... Porém, ocultai o segredo que vos revelou este cofre; é preciso cautela!... Ide-vos, vem gente. (*Reparando*).

AFONSO – Preciso ainda falar-vos.

ROBERTO – Esta noite, no palácio do conde de Castelo Melhor, vos esperarei no jardim.

AFONSO – A que horas?

ROBERTO – Depois das nove.

AFONSO – O sinal para nos conhecermos?

ROBERTO – O bastardo do rei.

AFONSO – Lá estarei. (*Vai-se*).

Cena XIII

ROBERTO, só.

[ROBERTO] – E havia Roberto Gonçalves, o boticário de Belém, ser o depositário de um semelhante segredo! Havia eu pensar que educava um menino em cujas veias gira o sangue de nossos soberanos!... O rei D. Afonso VI breve saberá de seu filho. Padre Calheiros!... Abençoada seja a tua memória!... Como foste previdente em teu segredo!

Cena XIV

ROBERTO, PADRE FRANCISCO e PADRE NICOLAU (*saindo ambos apressados da igreja*).

PADRE NICOLAU – [?] ⁵⁰

PADRE FRANCISCO – Hoje!... Agora mesmo!

ROBERTO – Que acontece, meus irmãos?!

PADRE FRANCISCO – Estamos em perigo.

ROBERTO – Eu aqui estou para valer-vos.

PADRE FRANCISCO – Há pouco, no confessionário, o velho Edmundo me declarou que, a instâncias do seu parente, o conde de Castelo Melhor, tentou fazer novo testamento; que a consciência o acusava de cruel e desumano, em forçadamente obrigar Leonor a entrar para o convento; – que não a obrigaria a professar; que deixaria livre a sua vontade; finalmente, que um segundo testamento destruiria as disposições do primeiro.

PADRE NICOLAU – Ah! E um veneno!...

PADRE FRANCISCO – Morra Edmundo!

⁵⁰ Fala, constituída de duas palavras, ilegível na edição original.



ROBERTO – Agora mesmo! Tendes vós, padre, seguro meio para lho ministrar?

PADRE FRANCISCO – Na hóstia da comunhão.

ROBERTO (*tira um vidro e dá-lho*) – Aqui o tendes neste vidro, parti a dar-lho.

PADRE NICOLAU – Triunfaremos! (*Vai-se*).

PADRE FRANCISCO (*levantando a mão[,] em que tem o veneno*) – Eis aqui a vingança de um Jesuíta! (*Vai-se rápido para a igreja*).

ROBERTO (*olhando o padre[,] que se retira*) – Eis aí o castigo de um Jesuíta! (*Vai-se*).

Cena XV

O CONDE e UM CRIADO.

CONDE (*ao criado*) – Vai-te, e chama um tabelião da minha parte; dize-lhe que o espero no meu palácio[,] às duas horas da tarde, e recomenda-lhe que tenha o cuidado de levar em sua companhia algumas testemunhas. (*Vai-se o criado*). Aqui esperarei Edmundo de Castro, este velho fanático[,] a quem as minhas palavras fizeram que retrocedesse no intento de doar todos os seus bens aos Jesuítas. À força de muitas instâncias, pude conseguir realizar-se a fatura de um outro testamento[,] para destruir o primeiro; disfarçarei este plano com o convite que fiz para jantar hoje comigo. – Padres ambiciosos!... Eu armarei contra vós a cólera do rei!

Cena XVI

O MESMO e o PADRE NICOLAU.

(*O Padre Nicolau sai da igreja[,] com os braços cruzados, ouvindo as últimas palavras do conde, e aproximando-se-lhe*).

PADRE NICOLAU – A cólera do rei não terá força contra nós, conde de Castelo Melhor!

CONDE – Oh!... Ouviste-me, Padre! Folgo muito. Bem sabeis que D. Afonso VI não é fanático e, por isso[,] o deveis temer.

PADRE NICOLAU – Também o rei não é falto de inteligência para conhecer as intrigas contra nós.

CONDE – Abusais demasiado da sua bondade...

PADRE NICOLAU – Como súditos o respeitaremos, quando atender às nossas justas reclamações.

CONDE – Entendo-vos, padre!... Ele ouvirá[,] sem reserva[,] as vossas e minhas queixas; vós outros dir-lhe-eis que eu sou um ministro traidor, que o engano a todos os instantes, que exorbito da minha autoridade para mandar prender e desterrar os homens que julgo perigosos ao Estado; que lhe apresento decretos de proscição e extermínio; que esses decretos são um grame para o povo, para esse mesmo povo que, iludido por vós, murmura dos



meus atos... Finalmente, sofisticareis e inventeis tudo quanto possa horrorizá-lo[,] para chamar contra mim seus ódios e sua indignação!... E eu[,] que lhe direi então, quando ele me pedir contas deste proceder?!... Dir-lhe-ei que vós mentis, que escandalosamente o enganais!... Justificar-me-ei perante ele e perante vós também. – Confundirei meus falsos acusadores!... Direi que, com artifícios... com a máscara da hipocrisia, enganastes um nobre cavalheiro, que, com palavras santas ao través⁵¹ de uma fabricada superstição, vos apoderastes dos seus tesouros e da sua imensa riqueza; que fabricastes um testamento a vosso bel prazer; que a fatura desse testamento custou o sacrifício de uma vítima[,] lançada por vossa causa no claustro das religiosas de Santa Clara!... Direi... (*Ouvem-se dentro dobres de sinos pelos finados*). Ah! Porém[,] aquele dobre!...

PADRE NICOLAU (*com riso sardônico*) – Continuai! Dizei que as vossas insinuações a Edmundo, para assinar um novo testamento, ficaram sepultadas com a morte desse mesmo Edmundo!... Dizei-lhe que no claustro dos Jesuítas de Santo Antão se abriu uma sepultura, que essa sepultura recebeu o cadáver de um velho, que no mesmo dia em que tomou o hábito de Santo Inácio... Este hábito lhe serviu de mortalha! Dizei-lhe que seus irmãos Jesuítas seguiram com uma mão num esquiife, e com a outra na herança que seu testamento lhes conferia!... Conde de Castelo Melhor! Edmundo de Castro já não é mais que um cadáver! (*Com muita força*).

(*Atravessam a cena, silenciosamente, alguns Jesuítas, e dentre eles quatro que vem carregando um esquiife coberto com um pano preto[,] tendo uma cruz branca. O padre Francisco dá alguns passos e se dirige ao conde. Cantam o – Memento*⁵²).

CONDE (*ao ver a procissão fúnebre*) – Assassinos!

Cena XVII

OS PRECEDENTES, O PADRE FRANCISCO, e o mais aparato acima.

PADRE NICOLAU (*apontando para o esquiife*) – Ali está seu corpo! Agora só resta pedir a Deus pela alma de um finado!

PADRE FRANCISCO (*que tem vindo atrás do esquiife*) – Ide, senhor conde, buscar o tabelião para a fatura de um novo testamento. (*Com ironia*).

CONDE – Infames!... Vossos crimes desafiaram a cólera de Deus. (*Vai-se arrebatadamente*).

PADRE FRANCISCO – Leonor ficará encerrada no convento de Santa Clara, e Edmundo descerá a uma sepultura no claustro de Santo Antão! (*Vai-se*).

PADRE NICOLAU – E seus bens passarão ao domínio dos filhos de Santo Inácio. (*Segue o padre Francisco*).

⁵¹ Ao lado.

⁵² Cada uma das duas preces do cânon da missa.



Cena XVIII

ROBERTO, só.

(Roberto aparece, ao limiar⁵³ da porta da igreja, e de lá mesmo fica apontando para os que se retiraram, entrando depois).

[ROBERTO] – E vossas almas irão jazer para sempre no fogo do inferno!

FIM DO TERCEIRO ATO.

⁵³ Na edição original, “lumiár”.



ATO IV

O DIA DA PROFISSÃO

O Teatro apresenta o coro baixo, no convento das religiosas de Santa Clara[,] em Coimbra: no fundo, grades de ferro e uma porta que deita para a igreja, que a seu tempo se deve visivelmente conhecer; a um lado, um órgão, e no meio da cena uma lâmpada pendente do teto, com luz escassa.

Cena I

(São três horas da madrugada. A cena é simplesmente iluminada pela lâmpada. Ouvem-se ao longe trovões, que pouco a pouco vão aumentando o estampido. – Leonor simplesmente com a túnica escura, véu branco e sem escapulário; ao abrir o pano, está de joelhos[,] reclinada na cadeira de braços que está a um lado. Dão três horas no relógio, findas as quais, se levanta, dando alguns passos para a boca do Teatro⁵⁴).

LEONOR, só.

[LEONOR] – Já o relógio marcou três horas!... Oh! Quão rápidas passam estas horas!... Como voam os momentos em que ainda posso dispor da minha vontade!... Agora... Daqui mais a alguns instantes, ainda poderei rejeitar o voto!... Ainda poderei correr aos braços de meu esposo e de meu filho!... Oh! Que lembranças me contrastam!... Sim... São estes dois objetos que me devem arredar para sempre do claustro... Mas[,] ah! Que dizes, infeliz Leonor!... De tudo me esquecerei!... Fixarei meus pensamentos na religião, e meus olhos em Deus. Que será de meu pai?... Há bastante tempo que não me escreve. Ah! Quanto receio da sua ida para Lisboa!... Afonso Peres!... Que destino terá sido o teu?!

Cena II

LEONOR e TEREZA.

(Tereza entra com passos vagarosos, observando a fala de Leonor, e vai-se aproximando, até que, perto dela, ouve as suas últimas palavras).

TEREZA – Vive, e vive para amar-vos!

LEONOR *(dando um grito de espanto, vai a desmaiar)* – Ah!

TEREZA – Leonor! Tranquilizai-vos, minha irmã; sou eu que vos falo; é a vossa fiel amiga.

LEONOR *(saindo-lhe dos braços e olhando em redor de si)* – Sois vós! *(Encarando-a)*. Ah! Sois a minha boa e fiel Tereza! Que susto me causou a vossa

⁵⁴ O mesmo que boca de cena, designação da parte frontal do palco.



vinda inesperada!... Deixai-me respirar[,] da surpresa que me fizeste sentir. Para que me buscais a tais desoras?... Que pretendeis de mim?

TEREZA – Consolar-vos; ajudar-vos a sentir saudades, e chorá-las também[,] unida a vós.

LEONOR – Oh! Muito vos agradeço, minha boa irmã. Por agora[,] deixai-me entregue às minhas devoções. – Estou pedindo a Deus me dê força e coragem, para resistir às contínuas recordações que me combatem na alma. Tereza!... Minha boa amiga!... Agora uma noviça e, mais tarde[,] freira professora!... Oh!... Uma mulher criminosa que proferirá seu voto sagrado sobre uma superfície enganadora! (*Chora*).

TEREZA – Senhora Leonor, perguntaste-me o que me conduziu a procurar-vos, e eu então nada vos respondi; quero[,] pois[,] agora fazer-vos sabedora do motivo que me trouxe à vossa presença.

LEONOR – Falai, eu vo-lo permito.

TEREZA – Sabeis o tempo que tem decorrido desde a fatal noite em que a mão de um assassino pretendeu ferir o coração de Afonso Peres, quando, sobre o muro da cerca em frente da vossa cela, procurava falar-vos, e que, depois, este mesmo assassino caiu morto pelo braço daquele que buscava ferir e matar?

LEONOR – Para que trazeis à lembrança esse fatal acontecimento?

TEREZA – Porque assim hei mister fazê-lo.

LEONOR – Haverá talvez decorrido perto de dez meses.

TEREZA – Justamente, perto de dez meses, que Afonso Peres saiu de Coimbra[,] para escapar à justiça que tanto o procurava.

LEONOR – Ah! (*Dando um suspiro e limpando as lágrimas*).

TEREZA – Ouvi-me, senhora. Ontem, quase às horas de fechar a grade da portaria, vi um homem vestido com hábito de Jesuíta; seu semblante infundia santidade e respeito; tinha os cabelos e barbas muito crescidos, rosto descarnado, pálido e desfigurado; este homem tinha a seu lado um menino com idade de sete para oito anos, este homem lia em um livro com muita atenção. Saudei-o, e pedi-lhe me desse licença de fechar a grade; então ele me encara fixamente, prostra-se a meus pés... Este homem disse-me[,] pois...

LEONOR – O quê? O que vos disse ele?... Quem era esse homem?

TEREZA – Era Afonso Peres, o meu antigo companheiro da casa de um velho padre que já é morto.

LEONOR – Afonso?... Oh[,] céus!

TEREZA – Ele próprio, que também conduz vosso filho.

LEONOR – Oh!... Bom Deus!... Afonso e meu filho!... Ah! Sem dúvida quer que eu morra de saudades, ao deixar para sempre esse menino!... Quer perder-me!... Quer que declare, no instante de proferir o terrível juramento, – que sou mãe!... Que tenho um filho!... Que não posso ser do claustro!

TEREZA – Escutai-me. Depois de bem o reconhecer, ele me pediu que queria ter convosco uma entrevista; que vos desejava falar esta mesma noite; e que



tinha a revelar-vos importantes acontecimentos... Pediu-o com lágrimas, e prostrado a meus pés! Pediu-o também por seu filho! Afinal[,] eu cedi, sem reear os perigos que daí poderiam resultar. Auxiliada pela noite, pude conduzi-lo a este lugar, e daqui passou à igreja, aonde se acha oculto, esperando a hora em que vos possa falar.

LEONOR – E como poderei falar-lhe? Oh[,] meu Deus! Quanto temo.

TEREZA – A um sinal meu, ele aparecerá.

LEONOR – Oh! Quantos sustos!... Quantos terrores nesta hora me assaltam o coração!... Não sei que sinto!... O meu espírito agitado me faz tremer de medo!... Parece que todo este teto desabada sobre minha cabeça!... Que estas paredes abatem e me sepultam nas suas ruínas!... Oh! Nem já posso respirar!... Tereza!... Meu corpo treme!... A vista me foge!... Amparai-me... Amparai-me! (*Vai encostar-se no ombro de Tereza*).

TEREZA – Ânimo! Ânimo, senhora!

LEONOR – Aqui, estão amarrando meu filho para lhe dar a morte!... Acolá, levanta-se um patíbulo, sobre o qual atam o corpo de uma mulher condenada pela Inquisição!... Ao lado desta mulher, está outro patíbulo[,] com um homem preso de mãos e pés!... Este homem... Esta mulher... Trajam as vestes dos condenados ao fogo!... A esse fogo crepitante que há de queimar meu corpo e consumir meus ossos!... Oh! No último voo do meu espírito ouvirei o alarido do povo[,] que em altas vozes apregoará – Anátema aos hereges!... Aos relapsos nos crimes contra Deus!

TEREZA – Senhora! Que terríveis ideias forma o vosso pensamento agitado!... Tranquilizai-vos! Deus será em vossa guarda.

LEONOR – Ah! Minha boa Tereza! Quais os quadros que podem formar-se na minha imaginação, senão os da vingança de Deus?! Aqui! Aonde a virtude e a religião se simbolizam com emblemas santos e divinos!... Aonde só a castidade tem asilo... Aqui está uma mulher criminoso!... (*Ajoelha*). Oh! Deus meu! Tu sabes quem me arrastou a este lugar; sabes que[,] em cada dia que nele habito[,] sofro um ano de tormento!... Tereza!... Minha amiga!... Espera!... (*Vai observar a cena*).

TEREZA – Que me quereis?

LEONOR (*chegando-se, segura na mão de Tereza*) – Ah! Tudo dorme tranquilo no seu leito de descanso, e só eu velo, atormentada de pesares! Esta ansiedade... este temor... que me atormentam a vida, deve hoje findar-se. Ide, abri aquela grade, chamaí Afonso Peres e meu filho!... Quero nesta hora viver ou morrer para eles... Ide-vos... Ide-vos... Ah!... Que peso tenho nesta cabeça!... Deus de piedade! Olhai por mim? (*Deixa cair as mãos e a cabeça sobre o peito*).



Cena III

LEONOR, só.

(A luz da lâmpada está a findar-se).

[LEONOR] – Lâmpada do tabernáculo!... A tua luz, já fraca e amortecida, revela em seus últimos lampejos a aproximação do meu desastre! Tu és à semelhança do fogo sagrado que se ateia nas mãos dessas virgens castas e puras, e só te extingues quando impudico crime as denuncia!... Tal eu te contemplo agora! Dás luz às que são dignas de ver o teu sagrado clarão, e a esconde, a meus olhos[,] porque vês aproximar-se o meu castigo! *(Apaga-se a luz)*. Eis o anúncio fatal!... Desgraçada!... Humilha-te, que a ira de Deus não tarda sobre tua cabeça! *(Cai de joelhos, abaixando a cabeça)*.

Cena IV

LEONOR, AFONSO, ALBERTO e TEREZA.

(A cena está totalmente escura. Tereza entra, conduzindo Afonso Peres, que trará o filho pela mão. Tereza traz uma luz).

TEREZA – A lâmpada está apagada. *(Traz a luz[,] põe-na em uma mesa e vai buscar Afonso)*. Vinde, eis[,] ali[,] Leonor. *(Vai-se)*.

Cena V

LEONOR, AFONSO e ALBERTO.

AFONSO – Leonor! Depois de uma ausência de dez meses... *(Levantando-a)*.

LEONOR – Encontras-me nos teus braços, porém[,] só para despedir-me de ti – para dizer-te adeus. Entraste como um recoleto, talvez, no convento dos Jesuítas, abraçastes a religião[,] fizestes um voto, porque só esse voto sagrado – só o claustro seria capaz de separar-nos. Porém[,] disse-me, Afonso, que fizestes do nosso filho? Aonde está o meu caro Alberto?

ALBERTO *(correndo à sua mãe, abraça-a)* – Nos braços de sua mãe!

LEONOR – Unido ao meu coração! *(Abraçando-o com transporte)*.

AFONSO – Leonor, enxuga tuas lágrimas – o tempo foge – é mister aproveitá-lo! Daqui a pouco, chegará a hora em que tenha lugar a cerimônia da tua profissão!... É preciso que te armes de coragem[,] para retroceder do caminho que há um ano tens trilhado. – Ânimo, Leonor! Deixa este claustro[,] que não se formou para ti, abandona-o, vem ser feliz com teu filho e teu esposo.

LEONOR – Deixar o claustro?!... E meu pai? – Meu pai que se vingará então de mim!... Meu pai, que me não perdoará, e lançará de novo a maldição!

AFONSO – Teu pai já é morto!

LEONOR – Morto?!... Meu pai!... Ah! *(Chora)*.

AFONSO – Seu corpo jaz em uma das sepulturas do claustro de Santo Antônio!

LEONOR – Oh! Meu pai! *(Chorando)*.



AFONSO – Há perto de quinze dias que os sinos dos Jesuítas dobravam pedindo sufrágios pela alma de um finado. Eram oito horas da manhã[,] do dia 14 de maio. Edmundo Ferreira de Castro d'Ávila Castelo Branco recebia o hábito de Santo Inácio[,] na igreja dos Jesuítas, em frente dos altares de Deus, e[,] quatro horas depois[,] esse mesmo Edmundo estava recebendo o pão dos anjos!... Essa hóstia sagrada da comunhão caiu por terra, e ele não era mais que um cadáver. O seu corpo foi lançado num esquite, e, no outro dia, envolto na terra, e coberto com uma lousa!

LEONOR – Meu pai!... Meu pai!... Eu te choro com lágrimas de dor e sentimento!

AFONSO – Ah! Leonor!... Chora embora a morte de teu pai, mas ela te dá a liberdade!

LEONOR – Oh! Parece-me estar vendo-o debruçado no meu berço[,] sorrir-se alegre com a minha inocência!... Abençoa-la... E[,] rodeado de prazeres[,] beijar-me... Abraçar-me!... Oh! Meu bom pai!... Deus tenha tua alma em paz! (*Chora*).

AFONSO – Leonor!... Estás livre – a tua vontade já não pode ser constrangida – agora podemos ser felizes.

LEONOR – Felizes!... Oh! Céus!... Felizes!... Não fizestes também voto?!... Não entrastes para a religião?!... E como agora queres abandoná-la?

AFONSO – Louca!... Que não compreendes que estes hábitos são um disfarce[,] para me pôr a salvo dos perseguidores[,] que buscam prender-me pela declaração que o malvado que pretendia assassinar-me fez no último momento da sua vida!... Oh! Quantos frios, quantas fomes tenho suportado!... Imensas vezes o meu leito foi a relva úmida, e a minha coberta o céu claro e puro[,] que então me servia de manto!... Por muitas vezes o sibilar dos ventos[,] despegando do tronco de uma árvore a já seca e desfeita rama, me fez tremer horrorizado. O estrondo dessa rama se me figurava o braço armado de um assassino[,] que me descarregava um golpe. Ah! Leonor!... Quantos sustos! – Quantas noites perdidas, ululando⁵⁵ exasperado por entre as matas solitárias, para afugentar as feras que[,] famintas[,] buscavam devorar-me! Oh! E ainda isto é pouco para merecer-te?!...

LEONOR – Infeliz!

AFONSO – Sabe, pois, que os Jesuítas só esperam a tua profissão[,] para se apossarem dos bens de teu pai. – O padre Francisco Mansos e o padre Nicolau Nóbrega chegaram ontem a Coimbra, a fim de assistirem à tua profissão. É mister coragem! Lembra-te do nosso filho, que ficará perdido e desgraçado no mundo!... Lembra-te de mim, que não poderei viver sem ti!

LEONOR – O meu filho!... O meu Alberto viverá sempre ao lado de sua mãe. (*Abraçando-o*).

ALBERTO – Ao lado de minha mãe, sem nunca me separar dela.

⁵⁵ Na edição original, “olulando”.



AFONSO – Quero[,] enfim, Leonor, ouvir o teu desengano. Persistes em ser freira professa?...

LEONOR – Eu!... Ah... O temor! O respeito!...

AFONSO – O temor e o respeito são um embaraço que não te devem importar. Temor de quê?... Respeito a quem?... Temerás[,] Leonor, responder com firmeza – Não! – quando te mandarem ajoelhar em frente do sacerdote[,] para dares o juramento[,] e esse mesmo sacerdote te perguntar: – Filha, é da vossa livre vontade o voto que ides fazer?

LEONOR – Oh! Que terrível momento será esse!

AFONSO – E sabes quem seja o sacerdote que assim te falará?

LEONOR – Não sei.

AFONSO – Pois sabe, que esse sacerdote será o padre Francisco Mansos!... O assassino de teu pai!... O meu assassino!... E que será também teu!

LEONOR – O assassino de meu pai!... Ah!

AFONSO – Sim, foi ele mesmo, que, revestido dos sagrados ornamentos, com mãos criminosas empunhou o vaso sagrado da Comunhão!... Foram seus dedos que polvilharam com veneno a sagrada partícula[,] que deu a Edmundo!... Ó sacrilégio inaudito, que não fizeste cair as paredes do santuário!... Que não fizeste abater os seus dourados tetos[,] sepultando nas ruínas tão grande atentado!

LEONOR – Porém, Afonso Peres fará que eu rejeite o voto. Vem a meus braços. Agora começo de novo a ser tua e de meu filho. *(Abraçando-o)*.

AFONSO – Completar-se-á a nossa felicidade quando te descobrir um segredo.

LEONOR – Um segredo?!

AFONSO – Um segredo misterioso, que há vinte e cinco anos estava encerrado em um cofre.

LEONOR – Em um cofre, que cautelosamente guardava o bom Roberto Gonçalves!

AFONSO – Nesse cofre precioso, bela Leonor, que guardava a nossa ventura!... A ventura de nosso filho!

LEONOR – Ah!... Declarai-me esse arcano⁵⁶!... Não mo escondas por mais tempo... Dize, dize, o que continha o cofre?

AFONSO – O retrato de meu pai.

LEONOR – E quem é teu pai?

AFONSO – Não to posso declarar.

(Ouvem-se repiques de sinos no convento, a cena vai ficando clara, e o dia vai raiando: surpresa de ambos).

LEONOR – Estão chamando as freiras para a oração. Meu filho, abraça a tua mãe.

⁵⁶ Segredo, mistério.



(Afonso vai querer entrar, e ouve rumor na igreja; vê-se estar acendendo o altar-mor, que aparecerá todo iluminado: o resto da cena[,] está claro).

AFONSO – Ah! A igreja está com gente!... Estão acendendo o altar-mor!

LEONOR – Meu Deus!... Que terrível lance!

AFONSO *(indo à grade)* – Esta grade fechada!... Tereza sem aparecer! *(Ouve-se dentro tocar uma campainha).*

LEONOR – Chegam as freiras... Deus meu! Protegei-me... Inspirai-me[,] para salvá-lo!

AFONSO – Leonor! Estamos perdidos!

LEONOR – Detrás daquele órgão!... Oculta-te ali[,] até que te ponha a salvo.

AFONSO – Oh! Providência! Socorrei-me! Leonor, em nome de Deus[,] recusa o voto. *(Esconde-se).*

LEONOR – Em nome de Deus, serei tua esposa!

Cena VI

(Ouve-se tocar o órgão; entram as freiras, prostrando-se nos lados da cena, como em oração; depois de estarem um momento de joelhos, levantam-se, e ao retirarem-se fazem vênua à abadessa: o órgão toca até todos se retirarem).

Cena VII

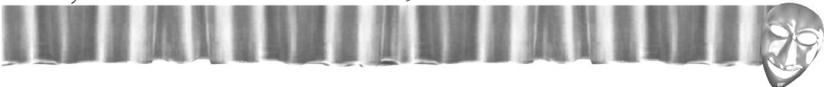
TEREZA, LEONOR e CATARINA.

CATARINA *(aproximando-se a Leonor, que está distante, com ar triste e pensativo)* – Chegai-vos, minha irmã.

LEONOR *(reverenciando-a e beijando-lhe o hábito)* – Graça!

CATARINA – Está próxima a hora em que para sempre deveis abandonar o mundo. Eu nutro uma firme esperança de que não retrocedereis do caminho que tendes começado. Um ano de apertada regra tem passado na vossa vida, – um ano de experiências para conhecer-se a firmeza e vocação ao nosso claustro. A resignação e perseverança que apresentastes em todo este tempo, nos dá ampla e verdadeira prova de que sereis o modelo das nossas irmãs. Tendes virtudes que brilham, e que prometem eterna duração no caminho da penitência!... Ah! Minha querida irmã, tantos bens devem somente pertencer à nossa religião. – Entregai-vos[,] pois[,] a ela, e sereis ornamento da nossa Ordem. Os Santos do Paraíso entoam[,] no céu[,] hinos de louvor à vossa profissão, e a Igreja Católica beatificará o vosso bem aventurado nome.

LEONOR – Madre abadessa, eu faço por vencer as contínuas recordações que se despertam na minha alma... Lembranças... Sentimentos... que o correr dos tempos não será capaz de apagar na minha memória!



CATARINA – E que lembranças são essas que tanta impressão vos fazem na alma?... Que outra ideia[,] senão a da vossa salvação eterna[,] pode despertar-vos sentimentos nesta hora tão sagrada para nós?!

LEONOR – Irmã!... Nem ousou, nem devo referi-los. Vós não ignorais que aqui se tem gelado muitas lágrimas!... As lajes dos vossos claustros tem coberto imensos cadáveres[,] dessas filhas que o fanatismo dos pais aqui tem arrojado, e estas infelizes, obrigadas pela submissão e respeito, não ousam levantar a voz nessa última hora em que vivem para o mundo e clamarem então – Não, não posso aceitar o voto, porque a minha vontade repugna, e o meu coração o rejeita!

CATARINA – E pensais vós, que na longa duração dos nossos claustros[,] uma só tenha havido que isso tenha praticado? Logo que se dão os primeiros passos sobre estas lajes, na imaginação se escurecem todas as ideias do mundo, e a nossa alma se reveste de uma substância divina!... Pecadora e bem pecadora é a criatura que dentro destas grades ainda encara uma, sequer, ideia da sua passada vida! Volve os olhos a um e outro lado e encontra os mistérios de Deus estampados nas nossas paredes, nos apertados ritos, e até nestes trajes, único ornamento em toda a nossa vida. Enquanto no mundo dos pecadores se vestem sedas e outros enfeites que lisonjeiam o gosto e fantasia, nós vestimos um hábito escuro[,] que prendemos à cintura com uma corda, porque este hábito simboliza a penitência em que vivemos. Minha filha, se tendes as ideias fixas nessas galas, nessas grandezas, e nos prazeres da vida criminosa, abandonai essas ideias! Vede que é o demônio quem as forma na vossa imaginação[,] para vos perder e arredar do verdadeiro caminho que deveis trilhar. A hora em que fazeis o voto é bem semelhante à hora da morte! Dela pende a vossa ventura, a vossa salvação!... Dela também pende a vossa ruína, a perdição da vossa alma!

LEONOR – É verdade que a nossa salvação pende muitas vezes por um fio bem delgado. Ah!... A minha salvação está na hora em que eu professar!

CATARINA – E não o duvideis. (*Ouve-se dentro tocar uma campainha*).

LEONOR – Tenho o coração tão agitado!... Não sei o que me vaticina...

CATARINA – Tendes o coração agitado?!... Hoje que ele deve estar tranquilo e alegre, hoje é que ele está triste?!... Santa da nossa Ordem! Fortalecei esta vossa filha!... Leonor, que sentis? Que tendes?!... Declarai-mo, nada receeis!

LEONOR – Ah! Que a hora se aproxima!

Cena VIII

TEREZA, CATARINA, LEONOR e o PADRE FRANCISCO.

(Vêm saindo as freiras[,] em comunidade[,] para a cerimônia; uma traz[,] sobre uma bandeja[,] a capa, o cordão branco, e o mais ornato próprio, vindo também uma coroa de rosas brancas; outra freira traz uma salva com flores, outra com a cruz &c. O órgão toca[,] à saída do préstito).



(O Padre Francisco entra do fundo. Tereza vai abrir-lhe a grade. Depois da cerimônia, as freiras se colocam em ordem, e Leonor vai prostrar-se entre a abadessa e o padre Francisco; todos cantam o seguinte hino:)

HINO

Deus, que no céu nos escuta,
Atende aos rogos destas servas,
Salvando esta irmã tão querida,
Dos laços do inimigo.

CORO

Salvando esta irmã tão querida,
Dos laços do inimigo.

Com o santo fervor de nossa súplica,
Concedei-nos, Senhor, auxílio e graça,
Arredando do mundo pecador,
A vossa fiel serva.

CORO

Arredando do mundo pecador,
A vossa fiel serva.

E vós, Clara, santa e venerada,
Devota fundadora deste claustro,
Com prazer recebei a vossa filha,
Tão pura e imaculada.

CORO

Com prazer recebei a vossa filha,
Tão pura e imaculada.

PADRE FRANCISCO – Em nome de Deus e da santa religião, vós, religiosas de Santa Clara, vós, que durante um ano presenciastes a boa conduta e resignação que patenteou a todas as regras da penitência a nossa querida irmã[,] Leonor Cândida de Castro de Ávila Castelo Branco, declarai se alguma falta a afasta do caminho do claustro. (*Tudo se conserva silencioso*). Leonor, chegou o instante em que ides deixar o mundo[,] para vos encerrardes neste santo asilo da penitência; no curto espaço que o dilata, ainda a vossa vontade é livre, e, findo ele, a vossa eterna morada será este claustro.

CATARINA – Ânimo, minha irmã!

PADRE FRANCISCO – Dizei[,] sem constrangimento: abraçais o voto sagrado da religião que agora ides professar?... Falai!

LEONOR – Oh[,] meu Deus!

CATARINA – Que vos demora? Dizei em nome de Deus; aceitais o voto sem constrangimento?

LEONOR (*trêmula*) – Meu Deus!... Meu Deus! Não me desampareis!



PADRE FRANCISCO – Falai!

LEONOR – Padre!... Irmãs!... Oh[,] Deus!... Eu aceito o voto!

Cena IX

OS MESMOS, AFONSO e ALBERTO.

(Afonso sai furioso do seu esconderijo, trazendo o filho).

AFONSO – Que fizeste, Leonor?

TODOS – Ah! *(Grito geral e grande surpresa).*

LEONOR – Aceitei o voto.

AFONSO – E teu filho[,] que aqui está?!... E teu esposo, que sou eu?!

TODOS *(com vozes alternadas[,] em confusão)* – Seu filho! Seu esposo!

LEONOR *(caindo de joelhos, erguendo as mãos ao céu)* – Meu Deus!... Meu Deus! Ampare-me a Vossa compaixão!

ALBERTO – Minha mãe!... Minha querida mãe! *(Correndo aos braços de Leonor).*

LEONOR – Oh! Meu querido filho! *(Abraçando-o[,] com muito interesse).*

TODOS – Sacrilégio!

AFONSO – Ela é minha esposa!

TODOS – Temerário!

CATARINA – Desgraçada!

FIM DO QUARTO ATO.



ATO V

OS HORRORES DA INQUISIÇÃO

O Teatro representa um salão do subterrâneo da Inquisição de Lisboa; na parede do fundo, haverá um grande painel sobre uma mesa com o retrato por inteiro de um Inquisidor: este painel tapa uma porta falsa que[,] a seu tempo[,] aparece; ao lado direito do espectador, uma escada que dá serventia para o interior da Inquisição, e do esquerdo, uma grande porta que dá serventia para fora. Algumas portas[,] com grades de ferro[,] que deitam para diversos corredores[,] aonde haverá prisões, e uma porta oculta por baixo da escada.

Cena I

ROBERTO, só.

(A cena simplesmente iluminada por um grande candeeiro preso ao teto; no fundo[,] uma mesa com cadeiras de espaldar; sobre a mesa, haverá tinteiro e papel; do outro lado, um busto inteiro da figura da Fé sobre um pedestal de três palmos de altura; junto a ela, um grande fogareiro de ferro[,] com fogo[,] e vários ferros para tratos dos padecentes; do lado oposto, uma corda que correrá sobre uma roldana presa ao teto; ferros e algemas lançados em diversos lugares da cena).

[ROBERTO] (*vestido de farricoco*⁵⁷) – É a primeira vez que entro neste inferno de vivos!... Que horrível lugar!... Miseráveis dos que nele habitam!... Eu por cento não andaria aqui disfarçado[,] se não fossem os quinhentos cruzados que dei a certa personagem que ocultamente me introduziu no meio destes algozes, ensinando-me todos os esconderijos e portas falsas que por aqui há! Que será feito de Leonor? Há dois meses que a encerraram na Inquisição!... Infeliz!... Porém[,] eu espero salvá-la com a ajuda dos meus venenos. O conde de Castelo Melhor há vinte dias que morreu para os Jesuítas... Loucos! Que me julgam capaz de tanta infâmia! Hoje é o dia do último interrogatório. Em que prisão estarão eles? Tenho-a procurado em todos os cárceres[,] sem a poder achar. (*Ouve-se dentro o tinir de um ferrolho*). Vem gente, disfarce-mos.

Cena II

ROBERTO e o CONDE DE CASTELO MELHOR (no mesmo disfarce).

CONDE (*com o rosto coberto*) – Que te detém neste lugar?

⁵⁷ Cada um dos condutores da tumba da misericórdia; ou encapuzado que acompanha as procissões de penitência, tocando trombeta de vez em quando.



ROBERTO – Executar as ordens de sua excelência[,] o Inquisidor.

CONDE – Para que fim?

ROBERTO – Pois não sabeis que se vai proceder hoje o novo interrogatório a Leonor, a essa religiosa de Santa Clara[,] de Coimbra?

CONDE – Não sei. Em que cárcere existe ela encerrada?

ROBERTO – Também o ignoro.

CONDE – Fala-se pela cidade que um certo Roberto Gonçalves, boticário de Belém, preparara veneno e o dera ao Jesuíta Francisco Mansos, afim deste envenenar e lançar na sepultura o cavaleiro Edmundo de Castro de Ávila[,] para depois se apoderar do legado que este cavaleiro conferiu à Companhia de Jesus por um testamento, e de cujo legado já estão de posse.

ROBERTO – E também se fala que esse Roberto Gonçalves receberá três mil cruzados em ouro[,] da mão dos mesmos Jesuítas[,] na ocasião de consumar o crime.

CONDE – Sei também dessa circunstância. A Inquisição procura com muita presteza esse Roberto Gonçalves[,] a ela denunciado pelo padre Francisco Mansos.

ROBERTO – Pelo padre Francisco Mansos!... Ah!

CONDE – Certamente; porém[,] consta que uma pessoa de grande valimento na Corte defende esse homem.

ROBERTO – Infame Jesuíta!

CONDE – Trata-se de consumir um crime inaudito, e para este efeito se despendem grandes somas de dinheiro! Os Jesuítas trabalham com muito interesse em conseguir que debaixo destas abóbadas se acabe a existência da infeliz Leonor!

ROBERTO – Ah! Que desígnio infernal!

CONDE – Há perto de três meses que um homem com hábitos de jesuíta penetrou de noite no jardim do conde de Castelo Melhor, e ali encontrou outro indivíduo também vestido de Jesuíta, e ambos procuraram o ministro do rei. Entregaram-lhe um cofre[,] em que por espaço de 25 anos existia guardado um segredo!... Este segredo era o retrato do rei D. Afonso ainda Infante, dado a uma dama por nome Luiza Guiomar Peres.

ROBERTO (*transportando-se*) – Quem quer que sejais, declarai-vos!

CONDE – O ministro do rei ouviu toda a narração que estes dois indivíduos lhe fizeram, e dali, por alta noite[,] partiram ao claustro de Santo Antão[,] afim de desenterrarem o cadáver de um velho que poucas horas antes havia sido sepultado, e se dirigiram depois a Alcântara, aonde estava o rei.

ROBERTO – Oh! Terminai que já estou impaciente.

CONDE – No outro dia se espalhou na Corte de Lisboa que Antônio de Souza Macedo, ministro de D. Afonso VI, havia sido morto com veneno!... E o ministro se sepultou na capela do seu palácio[,] no túmulo dos seus maiores.

ROBERTO – Em nome de Deus, declarai quem sois!



CONDE – Não foi o conde que se sepultou; é verdade que um cadáver se achava estendido no ataúde; porém, na hora em que foi mister depositá-lo, ocultou-se a todos a sua vista; um outro caixão escondia o que se havia apresentado, e em lugar do corpo do conde de Castelo Melhor, existia o de um soldado que havia morrido no castelo de São Jorge!... O conde ministro vive encerrado em um lugar oculto[,] no palácio de Bemposta! – Só o rei sabe que ele ali existe.

ROBERTO – Homem misterioso! Vós que sabeis tanto do próprio conde, também vos haveis lembrar que quando os dois indivíduos vestidos de Jesuítas penetraram no jardim...

CONDE – Era noite! Já tinham dado nove horas!

ROBERTO – E meia hora depois dessas mesmas nove, uma voz declarou o sinal que havia ajustado – O bastardo do rei!

CONDE – Ah!...

ROBERTO – Essa voz foi minha! – Era eu, Roberto Gonçalves, o boticário de Belém! (*Descobre o rosto*).

CONDE – E o indivíduo que vos acompanhou ocultamente ao gabinete do conde ministro era eu, o ministro do rei D. Afonso VI. (*Descobre também o rosto*).

ROBERTO – Ah! Senhor...

CONDE – Silêncio! Saí ontem[,] por alta noite[,] do paço de Bemposta, entrei na Inquisição ajudado por um homem que[,] pela sede do ouro[,] me proporcionou todos os meios de andar oculto, ensinando-me ao mesmo tempo todas as portas falsas que aqui existem. Roberto Gonçalves, eu só vivo para o rei, para vós, e para salvar Leonor! Para todos os outros sou morto, e sustentarei este disfarce até que seja mister apresentar-me outra vez no mundo! A minha morte é formalmente acreditada pelos Jesuítas, e não convém que eles penetrem o contrário. Vinde comigo; temos a combinar alguns meios para a salvação de Leonor. (*Ouve-se[,] dentro[,] motim de abrir e fechar portas, e ruído de chaves*).

ROBERTO (*reparando*) – Vem gente; é preciso que nos ocultemos.

CONDE – Esperai. (*Tira um papel e lê*). Ao pé da coluna de pedra[,] por baixo da escada que dá entrada para a casa dos tormentos[,] há uma porta falsa que comunica com o pátio do paço. (*Vai examinar*). Justamente, eis aqui a porta. Vinde.

ROBERTO – Partamos. (*Vão-se*).

Cena III

PADRE FRANCISCO e O INQUISIDOR.

(*O Padre Francisco vem embuçado em um capote, com um chapéu de abas largas e caídas*).

INQUISIDOR – Julgo, senhor padre Francisco, que este lugar é bastante seguro para a nossa conferência.



PADRE FRANCISCO – Não há dúvida, e creio firmemente que ninguém a escutará.

INQUISIDOR – Podemos estar tranquilos.

PADRE FRANCISCO – Então, senhor Inquisidor, que tem confessado a nossa presa?

INQUISIDOR – Nada que possa interessar-vos; está bem pertinaz em esconder a celebração do casamento clandestino com esse Afonso Peres.

PADRE FRANCISCO – Ah! Esse Afonso Peres[,] que cautelosamente soube evadir-se, iludindo a vigilância dos familiares do Santo Ofício.

INQUISIDOR – Descansai[,] que um dia o juntareis no número dos condenados ao Auto de Fé.

PADRE FRANCISCO – Oh! Se chego a ver o dia da sua punição...

INQUISIDOR – Talvez não diste muito: os nossos agentes são ágeis em descobrir os culpados.

PADRE FRANCISCO – Ainda não foi recolhido aos cárceres da Inquisição um certo Roberto Gonçalves[,] boticário de Belém... Sim, um feiticeiro?

INQUISIDOR – Tem-se feito exatas diligências para capturá-lo, porém[,] todas elas malogradas; segundo as mais exatas informações que temos colhido, esse indivíduo não está no reino.

PADRE FRANCISCO – Quê?! Evadiu-se?... E para onde?

INQUISIDOR – Para a Holanda.

PADRE FRANCISCO – Se isso for exato, antes de dois meses o tereis em vosso poder. Porém, senhor Inquisidor, tenho a prevenir-vos que o dito Roberto Gonçalves se disfarça com o nosso hábito[,] para escapar às pesquisas dos vossos agentes secretos.

INQUISIDOR – E não podeis informar-me o lugar certo em que pode ser encontrado?

PADRE FRANCISCO – Não sei. Há bastante tempo que esse indigno homem fugiu do nosso convento! Desde a fatal noite em que[,] no claustro de Santo Antão[,] se abriu uma sepultura[,] de onde tiraram um cadáver, que dez horas antes havia sido lançado nela, que nunca mais vimos esse maldito homem!

INQUISIDOR – Padre Francisco Mansos, a tirada desse cadáver tem não sei quê de misterioso para a vossa Companhia!... Asseguro-vos que desse acontecimento vos sobrevenha algum mau resultado!

PADRE FRANCISCO – Quatro mil cruzados é o prêmio de quem descobrir ou assassinar esse maldito Roberto Gonçalves.

INQUISIDOR – Se não conseguirdes o quanto acabais de expender, afirmo-vos que podeis ser esbulhados da herança[,] de que já estais de posse.

PADRE FRANCISCO – Ah! E será possível que o não possa conseguir?!

INQUISIDOR – É mister tomar uma resolução que vo-la segure. – É mister derramar sangue, ou acender fogueiras.



PADRE FRANCISCO – A vossa proteção, senhor; em nome da Companhia de Jesus, a vossa proteção! Queremos!... Temos ouro para comprá-la, eu vo-lo oferto em nome de todos os meus irmãos!

INQUISIDOR – Posso satisfazer-vos, entaipando algumas vítimas, ou estas mesmas vítimas podem exalar o seu último alento no suplício de horribéis tratos. Posso também predispor[,] em vosso auxílio[,] o horror de um Auto de Fé.

PADRE FRANCISCO – À fé de Jesuíta, em nome da nossa sagrada comunidade, que não faltarei ao que prometo.

INQUISIDOR – Pela dignidade do meu cargo, em nome do supremo Tribunal do Santo Ofício, que sereis satisfeitos.

PADRE FRANCISCO – Partirei em busca da soma ofertada.

INQUISIDOR – Em paga vos entregarei o cadáver de Leonor.

PADRE FRANCISCO – Ah! Dessa Leonor[,] que tantas inquietações me tem causado!... E não fôra melhor vê-la eu mesmo padecer, gemer nos tratos e nos martírios?

INQUISIDOR – Vós presenciareis o seu suplício, eu não tardo. (*Vai-se*).

PADRE FRANCISCO – Aqui[,] vos aguardo.

Cena IV

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] – Morra, sim, porque eu quero que morra!... Porque assim apetece à minha vingança!... Ah! Esse maldito Roberto Gonçalves!... Que o não possa colher às mãos[,] para saciar-me nas dores dos seus martírios! Para beber-lhe as lágrimas derramadas pelas angústias do suplício!... O cadáver de Edmundo[,] arrebatado por alta noite do nosso claustro[,] sem que ninguém o pressentisse!...

Cena V

O MESMO e EDMUNDO.

(Edmundo tem entrado pela porta falsa, com trajas mudados, tendo o rosto coberto com uma máscara preta e ouve as últimas palavras).

EDMUNDO – Sim, sem que ninguém o pressentisse, padre Francisco Mansos!

PADRE FRANCISCO (*com sobressalto*) – Ah! Um desconhecido neste lugar!... Um mascarado!... Por onde entrastes?

EDMUNDO – Não é mister que o saibas, porém[,] sempre quero declarar-te que entrei aqui com a mesma chave com que tu entraste; – com a chave de ouro – que abre todas as portas[,] por muito bem fechadas que estejam.

PADRE FRANCISCO – E assim me falas? Quem és, miserável? Dize, o teu nome?



EDMUNDO – Quem sou?... Ainda exiges saber quem eu seja!... Pergunta-o à tua consciência e aos teus remorsos!... Do número das vítimas da tua infernal ambição, vê qual delas eu possa ser!... Vê se serei Ernesto Soares de Couto[,] a quem iludiste com supersticiosas doutrinas, fazendo que este crédulo homem degradasse para a Índia seu filho[,] que lá morreu à mingua... Este infeliz filho que era o seu herdeiro universal, e que por causa da sua morte avocaste uma herança de cem mil cruzados em terras e propriedades na província do Além-Tejo!... Vê, se serei Caetano de Castro Gomes, que, chegou do Brasil a Lisboa[,] com recomendação para vós – para vós, padres Jesuítas, que o recolhestes no vosso Colégio de Santo Antão, e juntamente seus cofres recheados de ouro[,] em que logo pusestes a mira, porém[,] que nunca lhe puseste a mão porque um escravo fiel os guardava com cautela... Assim mesmo, padres, conseguistes a fatura de um documento... Aproveitastes-vos de um delírio de febre[,] quando Caetano de Castro Gomes caiu enfermo, e no meio deste delírio lhe fizeste assinar uma doação!

PADRE FRANCISCO – Ah! Que maldito!

EDMUNDO – Uma doação pelo bom agasalho que lhe havieis feito!... Oh! Que belo e guapo tratamento... Padres Jesuítas!...

PADRE FRANCISCO – Ou és o demônio que me falas, ou então alguma criatura que ele inspira! Quem te fez sabedor de tantos acontecimentos?

EDMUNDO – O padre Nicolau Nóbrega, que há pouco entregou sua alma ao Criador, descobriu todos estes feitos e um célebre Roberto Gonçalves.

PADRE FRANCISCO – Ah! Esse infame Roberto Gonçalves! E que eu não possa vingar-me dele!

EDMUNDO – Padre Francisco Mansos, no pleito judicial que a vossa Congregação moveu contra os herdeiros de Caetano de Castro Gomes, vencestes e recebestes quarenta mil cruzados, porém no terrível pleito que vai suscitar-se para anular o testamento de Edmundo, ficareis vencidos, padres Jesuítas.

PADRE FRANCISCO – Anular o testamento de Edmundo!... E quem a tanto se atreverá?

EDMUNDO – Este novo testamento[,] cuja cópia te entrego, Jesuíta infame! *(Atira um papel ao padre Francisco e retira-se. O padre[,] com grande avidez[,] apanha o papel e o lê. Edmundo sai pela porta oculta).*

Cena VI

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] – Ah! Que a raiva me exaspera! *(Lê)*. “Declaro que é minha espontânea vontade, e para salvação da minha alma, se minha filha recusar o voto no convento, consentir que case com Afonso Peres, ficando ela na livre posse e gozo de todos os meus bens, deixando então à Companhia de Jesus cem mil réis[,] para serem aplicados em sufrágios pela minha alma!”. *(Representa)*. Ah! Isto é obra tua, conde de Castelo Melhor!... Foi a



tua vingança quem ditou estas palavras. (*Continua a ler*). “Declaro mais, que, se minha filha morrer antes do voto, todos os meus bens passarão ao poder dos filhos de Santo Inácio[,] com os encargos no codicilo⁵⁸ deste testamento.” (*Com força*). Morra[,] Leonor!... E sejamos nós os herdeiros!... Nós[,] que temos sustentado uma luta terrível para conseguir esta herança, consentiremos largá-la das mãos[,] para outro se apossar dela?... Oh! Não o consentirei. Leonor, mulher terrível[,] que a meu pesar ainda vives para me abrires o inferno, para arremesses-me a todos os crimes e atentados, de balde serás possuidora da fortuna de teu pai!... Porém[,] ah! eu vejo na tua existência fugirem-me os tesouros que teu pai nos havia deixado! Estes cofres[,] aonde existe encerrado o ídolo da minha ambição!... Esse ouro[,] de cuja posse o meu prazer se exalta e a minha vida se alenta!... Oh! Que desesperação me rala o peito!... Morra[,] Leonor!... Acabe neste mesmo lugar aonde muitos infelizes tem exalado seu último alento, aonde muitas vítimas soltaram o último suspiro da sua agonia!... Um veneno sepultou teu pai no claustro dos Jesuítas, e este punhal levantará a lousa que há de esconder o teu cadáver!... Inquisição! Terror da humanidade!... Instrumento da minha vingança!... Em teus escuros subterrâneos se abafará hoje a existência a uma vítima! (*Vai arrebatadamente a partir e encontra Roberto[,] que tem saído: recua horrorizado e Roberto se aproxima*). Ah!

Cena VII

PADRE FRANCISCO e ROBERTO.

(*Roberto tem ouvido parte da fala do padre Francisco, e se lhe aproxima*).

ROBERTO – Senhor...

PADRE FRANCISCO – Ah! Tu aqui!... Donde viestes? Quem te mandou à minha presença?

ROBERTO – O Inquisidor, que me ordenou vos obedecesse em tudo que me determinasses.

PADRE FRANCISCO – Certamente... Oh! Já compreendo. Serás tu o instrumento para a minha vingança? Tens ânimo?

ROBERTO – E também valor.

PADRE FRANCISCO – É quanto basta. Amigo, é mister derramar sangue!... É mister acabar a existência de uma mulher que aborreço! Uma mulher[,] cuja presença me inquieta e desespera! Ouro e valimento!... Duas potências que de mim receberás se solícito cumprires as minhas ordens. Ouro e valimento te oferece um filho de Santo Inácio[,] a troco de um golpe... de um assassínio, de algumas gotas de sangue!... Recusarás?

⁵⁸ Na edição original, “codicílio”. Ato escrito de última vontade, pelo qual alguém faz disposições especiais sobre seu enterro, lega bens, nomeia ou substitui testamentários.



ROBERTO – Mandai.

PADRE FRANCISCO – Abri a prisão de Leonor; eis aqui a chave; por aquele corredor, o terceiro cárcere à esquerda. Conduzi-a arrastada a este lugar... Aqui... Sobre estas lajes será o seu leito da morte!... Aqui mesmo[,] com este punhal[,] abre-lhe um golpe no coração!... Toma-o, executa quanto te ordeno, nada temas... Ânimo... Ânimo!... Quero ver derramado o seu sangue – o seu sangue[,] para saciar minha vingança. *(Dá-lhe o punhal)*.

ROBERTO – Quereis somente o sangue dessa mulher?

PADRE FRANCISCO – O seu sangue, e também a sua morte.

ROBERTO *(com voz forte e solene)* – O seu sangue e a sua morte!

PADRE FRANCISCO – Ouro e valimento!

ROBERTO – A vossa vingança...

PADRE FRANCISCO – Escrita na ponta desse punhal!

ROBERTO – Parto a obedecer-vos. *(Vai-se rapidamente)*.

Cena VIII

PADRE FRANCISCO, só.

[PADRE FRANCISCO] – Que tens, coração?... Tremes!... Para que bates com tanta ansiedade?... Acaso não deve ela morrer[,] para terminarem de uma vez os meus receios?!... Coragem, padre Francisco!... Não retroceder... Ah! Não retroceder!

Cena IX

PADRE FRANCISCO, ROBERTO e LEONOR.

(Roberto e mais dois farricocos conduzem Leonor[,] que virá quase de rastos[,] sem sentidos; ela traja um vestido escuro, seu rosto pálido e descordado[,] seus cabelos em desordem. Roberto a apresenta ao padre Francisco, tendo na mão o punhal que recebera; os que a conduzem, saem).

LEONOR – Céus! Aonde me arrastam? Quem se compadece de mim? *(Diz isto, ao sair arrastada para a cena)*.

ROBERTO *(com a mesma voz solene e forte)* – O seu sangue e a sua morte!... Eis aqui a vítima. *(Ao padre Francisco)*.

LEONOR *(ajoelhando-se e erguendo as mãos suplicantes)* – Piedade!... Compaixão!... Tende compaixão de mim!

PADRE FRANCISCO – Não, não há para ti compaixão, mulher do inferno!...

LEONOR – Oh! Meu Deus!

PADRE FRANCISCO – Leonor, encara aquele homem que[,] antes[,] no caráter de ministro de Deus[,] te falava com a docilidade própria do seu sagrado ministério, e agora nos furores de um demônio só pragueja e blasfema a tua existência, sequioso somente de ver derramado o teu sangue e sepultado o teu cadáver!... Morres, desgraçada, porque assim o hei mister, para acalmar



a cruel agitação em que me põe a tua indigna presença... Leonor, prepara tua alma para Deus!... Apenas te restam alguns momentos de vida[,] para arrependeres-te das culpas que te condenam... Aí o tens, com mão de ferro[,] descarrega-lhe um golpe no coração... Um golpe profundo[,] que lhe faça quebrar o derradeiro fio da vida!... Mata-a... Assassina-a!... Nem um gemido... Nem um ai consente que lhe solte do peito.

LEONOR – Ah! Por piedade[,] não me assassineis!... Eu vos suplico em nome de Deus!... Ah! Não roubeis a meu filho a sua terna e querida mãe!

ROBERTO (*consigo mesmo*) – Desgraçada!

PADRE FRANCISCO – Em vão suplicas. Neste momento[,] só tenho iras – desesperação!... Todo o inferno existe encerrado neste peito... Obedece; executa o quanto te ordeno. Nem mais um instante dilates o golpe. (*Roberto fica imóvel, padre Francisco o encara com admiração*). Recusas?

LEONOR (*num excesso de súplica*) – Piedade... Piedade!

PADRE FRANCISCO – Morte!... Dai-lhe a morte!

ROBERTO (*com resolução*) – Não sou assassino! Sou humano! Minhas mãos nunca se mancharão com sangue inocente. (*Arroja o punhal*).

PADRE FRANCISCO – Ah!... Fraco! Imbecil!... Eu te ensino a ter valor! Eu te mostro a vingança de um Jesuíta. (*Apanha o punhal*). Leonor, é a tua última hora. (*Vai a correr sobre Leonor, e para horrorizado à vista da disposição de Roberto*).

LEONOR – Ah! (*Dando um grito, e cai sem sentidos*).

ROBERTO (*tomando a frente do padre Francisco, aponta-lhe uma pistola[,] que traz oculta*) – É a tua última hora!

PADRE FRANCISCO – Temerário! (*Recuando*).

ROBERTO – Nem mais um passo.

PADRE FRANCISCO – Infame!

ROBERTO (*com muita força, e dando um passo*) – Nem mais um passo!

PADRE FRANCISCO – Quem és tu, miserável, que assim te atreves?

ROBERTO (*descobrimo o rosto*) – Roberto Gonçalves.

PADRE FRANCISCO – Ah!... Que maldição! (*Horrorizado[,] deixa cair o punhal, pondo as mãos na cabeça[,] como em desespero[,] e retira-se rapidamente*).

Cena X

ROBERTO e LEONOR.

ROBERTO (*levantando Leonor*) – Senhora, recobrai o ânimo! Eu vos defenderei.

LEONOR – Ah! Meu Deus!... Quem sois vós?... Céus! Roberto Gonçalves!... Oh[,] Providência! Tu és em meu amparo!

ROBERTO – O mesmo que, ajudado com os auxílios do céu[,] vos há de arranjar das mãos dos assassinos.



Cena XI

OS MESMOS e AFONSO (vestido de armadura de cavaleiro, entrando na cena com a espada em punho).

AFONSO – Leonor!... Leonor! (*Como procurando*).

ROBERTO – Céus! Afonso Peres!

LEONOR (*correndo a seus braços*) – Afonso! Meu querido esposo!

AFONSO – Querida Leonor! (*Abraçando-a*).

LEONOR – Vós[,] neste sítio!

AFONSO – Venho salvar-te. Arrisquei a vida[,] em todos os perigos. O meu pensamento eras tu, e eu exasperava por não poder libertar-te das mãos dos teus verdugos.

LEONOR – Ah! E como pudestes chegar até aqui?

AFONSO – Transpus todos os embaraços[,] para te arrancar das garras dos feros monstros que buscavam a tua morte. O coração me predisse que hoje[,] neste lugar[,] te dariam a morte, e sem temer nem recear, com a espada em punho, voei em teu auxílio... Ninguém ousou impedir-me...

LEONOR – Ah! Quanto temo!

AFONSO – Bem temerário será aquele que ouse opor-se contra mim.

ROBERTO – Que fizestes?

AFONSO – O que me cumpria, Leonor. Depois de tantos sustos, tantos embaraços[,] venho gozar a teu lado o prazer de amar-te e possuir-te!... Leonor... Leonor, completa a minha ventura!... Abraça D. Afonso de Portugal, o filho natural de D. Afonso VI.

LEONOR – Filho do rei!

AFONSO – Sim, do rei[,] que já sabe tudo. (*Ouvem-se[,] dentro[,] toques de sinos como a rebate, todos se espantam e inquietam*).

ROBERTO – Pedem auxílio na Inquisição! Aquele é o sinal de socorro! Salvemo-nos, salvemo-nos.

LEONOR – Meu Deus!

AFONSO – Nada temas. Segue-me, Leonor.

ROBERTO – Por esta saída oculta.

AFONSO – Vamos. (*Vão a sair, e entram pelos dois lados farricocos, soldados e familiares*).

Cena XII

OS MESMOS, PADRE FRANCISCO, INQUISIDOR, SOLDADOS e FARRICOCOS.

INQUISIDOR – Detende-vos!

LEONOR, AFONSO e ROBERTO – Ah!

PADRE FRANCISCO – Prendei-os. (*Seguram em Leonor, e outros vão prender Afonso, ele desembainha a espada e quer lutar, porém apoderam-se dele e lha tiram*).



AFONSO – Com esta espada[,] me defenderei. Tema quem se aproximar.

INQUISIDOR – Desarmai-o.

AFONSO – Covardes... Covardes! Morrerei primeiro que consinta no vosso infernal desígnio.

PADRE FRANCISCO – Calai-vos.

AFONSO – Indignos! Monstros do inferno!

INQUISIDOR – Temerário! Respeita a minha autoridade e o poder da Inquisição.

AFONSO – Nada vejo, nada escuto!... A minha razão se transtorna e o coração[,] cheio de raiva[,] me arrebatava aos mais cegos transportes! Diante de meus olhos[,] existe a vingança que apeteço, e o furor que na alma me combate impele todas as minhas forças para uma luta de sangue!... Não receio castigos!... Não temo a morte!... Porém, antes que as fogueiras da Inquisição consumam meu corpo, quero também que proves, infame Jesuíta, quanto é cruel o suplício. *(Tira um punhal[,] segurando furiosamente no padre Francisco).*

PADRE FRANCISCO – Posseço de satanás! Teme os furores dos Jesuítas!... Teme os castigos da Inquisição!

AFONSO – O filho do rei D. Afonso não teme o vosso furor, nem os castigos da Inquisição!

TODOS – Filho do rei!

AFONSO – Sim, o mesmo que agora te segura com esta manopla de ferro e que te faz ajoelhar; sou esse homem que escarnecias e insultavas! – Esse homem[,] a quem premeditavas dar a morte!... *(Carregando e obrigando-o a ajoelhar).* Humilha-te a meus pés... Implora o perdão... Suplica...

PADRE FRANCISCO – Maldito!... Maldito sejas tu...

AFONSO – Assim dizia eu[,] quando tentastes assassinar-me junto aos muros da cerca do convento de Santa Clara; quando mandaste dar-me a morte, eu também dizia[,] falando contigo – Maldito! Maldito sejas tu!

PADRE FRANCISCO – Oh! Que desesperação! Supremo Inquisidor! Em vossa presença consentis tanta ousadia!... O decoro da Inquisição[,] tão vilmente ultrajado e escarnecido por um indigno celerado.

INQUISIDOR – Afastai-o. Arrancai-lhe esse ferro. *(Os soldados seguram de novo em Afonso, e lutam até lhe tirarem o punhal).*

AFONSO – Malvados!... Deixai-me, deixai-me punir um criminoso que faz garbo de seus delitos.

PADRE FRANCISCO – Segurai-o, cumpri as ordens do Inquisidor.

INQUISIDOR – Levai[,] igualmente[,] essa mulher ao seu cárcere; carregai-a de ferros.

LEONOR – Socorro, ó meu Deus!

PADRE FRANCISCO – Vinganças... Maldições!...

ROBERTO – Os raios da justiça celeste punam tanta maldade. *(Os farricocos e soldados vão conduzindo os presos para dentro, e se suspendem).*



Cena XIII

OS MESMOS, O CONDE DE CASTELO MELHOR e EDMUNDO
conduzindo ALBERTO.

(O painel do fundo cai rapidamente e aparece a porta falsa[,] por onde saem o Conde, Edmundo, Alberto e soldados apressados).

CONDE – Soltai-os[,] em nome do rei!

TODOS – Ministro!

LEONOR *(correndo aos braços do pai)* – Meu pai!

EDMUNDO – Minha cara filha. *(Abraçando-a).*

ALBERTO – Minha mãe!... Minha mãe!

LEONOR – Meu filho! Meu querido filho!

PADRE FRANCISCO – Ah!... Que hora maldita!

CONDE *(ao padre Francisco)* – Em que, na Praça do Rocio, se executar um Auto de Fé.

INQUISIDOR – Que horrível traição!

CONDE – É por ela que o rei vos despe do cargo de Inquisidor. Soldados, em nome do rei, apoderaí-vos do padre Francisco Mansos. Está punido o crime.

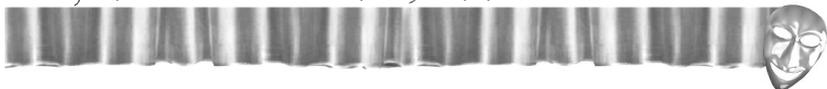
ROBERTO – E premiada a virtude.

(Edmundo, Afonso Peres e Leonor se ajoelham a Roberto[,] que abraça o pequeno Alberto).

ROBERTO – Alberto, foi o céu que me deu forças para amparar tua inocência!

TODOS – Meu libertador!

FIM DO DRAMA.



OS LAZARISTAS

*Drama original em três atos
por
Antonio Ennes*

*PELOTAS
Tipografia do Correio Mercantil*

—
*1875*⁵⁹

⁵⁹ Drama representado, pela primeira vez, no Ginásio Dramático de Lisboa, em 17 de abril de 1875. No ano seguinte, foi encenado pela Sociedade Dramática Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre. A Biblioteca Central da PUCRS (Acervo Júlio Petersen) possui exemplar da edição.



PERSONAGENS

CARLOS DE MAGALHÃES
LUÍSA DE MAGALHÃES
ERNESTO DA SILVEIRA
JOAQUINA DE MAGALHÃES
INÁCIO BERGERET
CONDESSA DE S. FRUTUOSO
D. JOSÉ DE MELO
D. JOANA DE VASCONCELOS
RUI DE VASCONCELOS
BARONESA DE SELGAS
JOÃO DE ALBUQUERQUE
JÚLIA (COLEGIAL)
CRIADO.
IRMÃS DE CARIDADE FRANCESAS,
SÓCIAS DA CONFRARIA DAS “FILHAS DE NOSSA SENHORA”,
E COLEGIAIS.

Lisboa – Atualidade



ATO I

Sala bem mobiliada. Portas à direita e à esquerda. Ao fundo[,] vidraças abrindo para um jardim.

Cena I

JOAQUINA DE MAGALHÃES, CRIADO e depois ERNESTO.

(Joaquina entra pela esquerda, vestida para sair[,] e toca num timbre).

CRIADO *(aparecendo da direita)* – Vossa excelência chamou?

JOAQUINA – Está pronta a carruagem?

CRIADO – Sim, minha senhora.

JOAQUINA – Se vier o senhor D. José de Melo enquanto estiver fora, diga-lhe que me espere. Vou ao colégio de São Lázaro.

CRIADO – Sim, minha senhora. *(Vai para sair).*

JOAQUINA – Vá ao quarto do senhor Ernesto da Silveira e diga que lhe mando pedir o favor de vir acompanhar meu pai.

CRIADO *(olhando para a porta)* – Sua excelência vem aí. *(Entra Ernesto pela direita).*

JOAQUINA *(a Ernesto)* – Ah! Tinha-o mandado chamar, para fazer companhia ao nosso doente. *(O criado sai).*

ERNESTO – Com muito gosto.

JOAQUINA – Não me demoro. Vou ao colégio buscar minha irmã.

ERNESTO – Que bem desejada é!

JOAQUINA – Pelo pai?

ERNESTO – E por mim. Tão pouco há já que a não vejo?

JOAQUINA – E... ainda a ama!

ERNESTO – Amá-la-ei sempre.

JOAQUINA *(levemente irônica)* – Oxalá que seja correspondido! Meu pai está ali. Até já. *(Ernesto, que parece ter notado a ironia de Joaquina, demora-se um momento e sai para a esquerda).*

Cena II

CARLOS DE MAGALHÃES e ERNESTO DA SILVEIRA.

(Entram da esquerda – Carlos, com aspecto de valetudinário, encosta-se ao braço de Ernesto).

CARLOS – Pudera[,] não! Se foi o desejo de vê-las que me deu força para a fadigosa viagem da Índia! Quando me senti doente e sem cura, porque não são para os meus anos esperanças de saúde, não receei a morte, mas sim morrer antes de ter apertado sobre o coração as queridas filhas. Tinha saudades de oito anos, e se as levasse para a outra vida não teria sossego a minha alma. *(Senta-se numa poltrona e[,] junto dele[,] Ernesto).*



ERNESTO – Mas resistiu aos trabalhos do mar, o que denota que seu estado não é tão melindroso como o descreve. Não desanime, meu tio; canseiras do governo e rigores do clima o puseram enfermo; descanso, ares pátrios e alegrias domésticas hão de sará-lo e prolongar-lhe a vida.

CARLOS – Verdade é que sinto mais vigor desde que cheguei: foi a medicina moral que me deu alívios. Este coração dilatado que me estava pedindo repouso, ainda quis pulsar com a ventura de pai.

ERNESTO – E nenhum pode ser mais venturoso...

CARLOS – ... do que eu, se aventura dos pais é o carinho dos filhos. Contudo[,] não gostei de ver a minha Joaquina: achei-a tristada, como se algum pesar lhe gastasse a juventude, e tão dada a devoções que se diria em idade de pensar na morte. Será seu mal saudades do marido, que tão cedo perdeu?

ERNESTO (*friamente*) – É provável.

CARLOS – Amavam-se muito, coitados! E Luísa?... Como está ela? Estou ansioso por vê-la! Não deve demorar-se, não?

ERNESTO – O colégio é perto daqui. Mas as despedidas hão de ser longas; os padres têm que dar os últimos conselhos à sua pupila!

CARLOS – Dizes isso com má sombra? (*Sorrindo*). Tomaste malquerença às irmãs de caridade[,] por não te deixarem ver Luísa, senão através do coro?

ERNESTO – Não é por isso. Não escondo que[,] tendo visto crescer minha prima e amando-a por noiva desde a sua infância, me foi doloroso o apartamento. Mais do que as saudades, que o exagerado rigor de clausura me proibiu mitigar, persegue-me, porém, o receio...

CARLOS – ... de que os lazaristas dessem com ela em beata!

ERNESTO – Por que não, se tantas donzelas têm arrebatado às famílias? Confesso que se houvera podido ter vontade em assuntos da educação de Luísa, nunca a teria deixado regrar pelo instituto de S. Vicente de Paulo, que consigo, meu tio, com os seus discursos e os seus livros[,] aprendi a recear.

CARLOS (*animando-se*) – É que eu também receio e abomino, Ernesto. Sou o mesmo homem que sempre fui em crenças, e só difiro da virilidade em faltar-me o vigor que outrora pus o peito à popa daquele navio, que afinal se fez ao largo, levando a bordo os missionários da reação.

ERNESTO – Bem sei, meu tio.

CARLOS – Velho como estou e desenganado, ainda me entusiasma a recordação dessa campanha, em que militei com a palavra a par de José Estevão, e sinto tão entranhado ódio ao fanatismo, que creio que até o meu cadáver se defenderia dos corvos do vaticano. Não sou trãsfuga, nem tíbio, meu sobrinho!

ERNESTO – Nem eu duvidei da firmeza das suas convicções; mas também não duvidam da sua inimizade os ultramontanos⁶⁰, e é por isso mesmo que mais

⁶⁰ Adeptos da doutrina e política dos católicos franceses (e outros), que buscavam inspiração e apoio além dos montes, os Alpes, isto é, na Cúria Romana. O Ultramonta-



temo por minha prima. Não podendo obter pazes do pai, os malvados hão de ter querido vingar-se na filha, caída em suas mãos, fanatizando-lhe o espírito. A empresa é digna deles: é ferir o inimigo no coração e levar-lhe a guerra ao lar.

CARLOS – Capazes dessa infâmia são eles, são; e têm artes para muito! (*Fica pensativo*).

ERNESTO – É certo que Luísa sabe o nome de seu pai e é inteligente, e que a inteligência e a piedade filial podem ter repellido a sedução dos hipócritas: todavia, não teria sido melhor não a expor ao contágio de ideias e sentimentos[,] que se a houvessem contaminado[,] fariam a sua desgraça e a nossa?

CARLOS – Teria sido melhor, tens razão; mas que querias que eu fizesse? Bem sabes que nunca pude ocupar-me com a educação das filhas, e entendi sempre que era encargo exclusivo das mães. Quando fui nomeado governador da Índia, sendo falecida minha mulher, deixei Luísa em companhia da irmã mais velha, já casada, e a cargo da sua vigilância. Havia de levá-la comigo? Bem o desejei, mais era impossível. Dois anos depois da minha partida do Reino, meu genro foi para São Petersburgo, como secretário da legação, e preferi que a pobre criança ficasse em Lisboa[,] numa ótima casa escolar[,] à que fosse residir num clima pernicioso para sua débil saúde. Foi então que, sem me consultarem, a meteram no colégio das irmãs de caridade francesas.

ERNESTO – Havendo na cidade tantos outros regidos por senhoras respeitáveis!

CARLOS – Foi de Joaquina a escolha, que deixara ao seu bom juízo. Quando me anunciou[,] desaprovei-a formalmente e tive desejos de me demitir e volver a Lisboa. Não mo consentiram, porém, as circunstâncias, porque isto sucedeu ao tempo de uma revolta militar na Índia, e também os cuidados do governo me distraíram da solicitude paterna. Escrevi muitas vezes a Luísa, pedindo informações do regime da casa e perguntando se queria mudar-se para outra, mas nas respostas que obtive, minha filha falou-me sempre das mestras, com terno respeito, dizendo não querer separar-se delas[,] que antes eram amigas carinhosas do que educadoras severas. Esta linguagem nunca se modificou, nunca observei nela sintomas de preocupação religiosa ou desamor por mim, e com isto se me foram desvanecendo os receios que a princípio nutri.

ERNESTO – E não suspeitou de que a correspondência de Luísa[,] consigo[,] fosse vigiada pelas mestras e ditada em termos de lhe inspirar confiança?

CARLOS – Lembrei-me disso, mas não quis julgar de leve e também me acatuei da intolerância, que é vulgar defeito de liberais. Fiz mal, não duvido; culpa do meu caráter[,] que nunca me deixou olhar atentamente pelas coisas domésticas! Minha mulher fez muita falta às filhas, isso é verdade; – ainda

nismo, tão combatido, principalmente pelos maçons, nos séculos XVIII e XIX, é o sistema dos que defendem a autoridade absoluta do Papa em matérias de fé e disciplinas.



que ela propendia para a igreja e para os padres, como Joaquina, sem embargo de ser modelo de esposa e mãe. Olha, Ernesto, as mulheres precisam tanto da religião como nós de ciência!

ERNESTO – Mas sem fanatismo, sem falsas doutrinas.

CARLOS (*impaciente*) – E assim há de ser a piedade de Luísa, da tua noiva, de que me pareces que tens medo como do jejum e do cilício. Não quererás tu casar com ela por ter sido educada pelas irmãs de caridade? Pois olha, estou ansioso para abraçá-la, beata ou não beata!

ERNESTO – E eu nunca renunciarei à sua mão[,] se ela quiser conceder-ma.

CARLOS – Não me quebres, pois, a cabeça com as tuas ideias pavorosas. Se os lazaristas se apossaram do coração de Luísa[,] desapossa-os tu, que para isso terás direitos de esposo. Se lhe foi errado a educação, fio de ti a emenda. O marido é o melhor dos mestres e não há discípula mais dócil do que a mulher que ama. Grande é a tua franqueza se te arreceias... (*Interrompe-se e escuta*). Ela aí vem.

ERNESTO – Entrou uma carruagem no pátio.

CARLOS (*alvorçado*) – Até que enfim recobro a minha rica filha! Augura-se-me que vou vê-la entrar, correndo[,] como aos treze anos, buliçosa e risonha como então era, e vir suspender-se ao meu pescoço[,] pedindo-me beijos... Se estará mudada?... Pudera, não; oito anos!... Pois desejava-a criança ainda... Já lhe sinto os passos!... Era tão meiga! Deve estar hoje uma mulher... Luísa, minha filha!

(*Luísa entra e lança-se-lhe nos braços. Ernesto coloca-se de forma que Luísa o não vê*).

Cena III

OS MESMOS, LUÍSA, JOAQUINA e PADRE BERGERET.

LUÍSA (*abraçando o pai*) – Meu pai!

CARLOS (*abraçando a filha[,] com frenesi*) – Minha filha... Luísa... Abraça-me[,] outra vez... Outra: – por tantos anos de apartamento. (*Mirando-a*). Que formosa és!... Mas tão pálida! (*Beijando-a*). Filha, filha, nem tu sabes como te quero e como estou feliz... E tu[,] meu amor[,] tinhas saudades deste pobre velho? Lembravas-te de mim?

LUÍSA – Nunca deixei de o encomendar a Deus nas minhas orações.

CARLOS – E Deus ouviu-te[,] porque me deixou vida para te abençoar. (*Abraçando-a*). Pobre Luísa, oito anos sem pai!

BERGERET – Mas não sem a graça do Senhor[,] que é pai de todos os órfãos.

CARLOS – Ah! (*Vendo e ouvindo Bergeret, aperta a filha ao peito, como a defendê-la*).

JOAQUINA (*acudindo[,] à surpresa do pai*) – É o senhor padre Bergeret, capelão do Colégio de São Lázaro e diretor espiritual de Luísa.



BERGERET – Acompanhei a minha querida pupila, para ter ocasião de asseverar a vossa excelência que sua filha foi educada no santo temor de Deus.

CARLOS (*com rudeza*) – E no amor da família? E no respeito a seu pai? (*Abrandando-se*). Obrigado, senhor padre.

LUÍSA – O senhor padre Inácio tem sido para mim um santo conselheiro, e a minha alma deve-lhe muitos benefícios... Custar-me-ia perder os seus conselhos.

JOAQUINA – Mas por que hás de perdê-los? Continuará a ser sua confessanda, e as portas desta casa estarão sempre abertas para o melhor amigo de minha irmã.

CARLOS (*descontente*) – Sim... Sim... São bem-vindos a esta casa todos os homens de bem.

BERGERET – Se vossa excelência me permitir...

CARLOS (*interrompendo-o*) – Luísa, não era só eu que te esperava ansiosamente, depois de ter devorado amargas saudades. Ali está teu primo...

LUÍSA (*avistando Ernesto*) – Ernesto! (*Com um movimento de susto e de timidez[,] lança o véu sobre o rosto*). Ah!

ERNESTO (*adiantando-se para Luísa*) – Minha prima! (*Vendo-a cobrir o rosto*). Senhora!

CARLOS (*irado*) – Luísa, que significa esse bioco?... Não vês que é teu primo?

BERGERET (*a Luísa*) – Minha filha, pode levantar o véu. (*A Carlos*). É a timidez, o descostume de se mostrar com o rosto descoberto...

JOAQUINA – Foi um movimento natural...

CARLOS (*a Bergeret*) – Acho timidez demais. (*A Luísa*). Que criancice! Escondes dele o rosto, dele, que tantas vezes o cobriu de beijos quando te trazia ao colo!

LUÍSA – Meu pai, eu não quis...

ERNESTO (*a Carlos*) – Não ofenda o melindre de Luísa com semelhantes recordações. Sobre ela e sobre a sua infância caiu um véu espesso, que eu não ousarei erguer.

LUÍSA (*enfeada*) – Desculpe, Ernesto... Foi a surpresa. Eu folgo de tornar a vê-lo.

ERNESTO – Não se desculpe, que não há palavras que desdiguem a eloquência do seu gesto. (*Luísa faz um movimento para interrompê-lo*). Mas eu não lhe quero mal por isso, Luísa. Perdi a sua confiança? Os seus vinte anos não se recordam dos quinze? Resigno-me, se não me tira a esperança de recuperar o que perdi e levantar-me da posição de estranho, em que me colocou.

LUÍSA – Estranho, não. Nunca me esqueci do primo.

ERNESTO – Deveras, Luísa?

LUÍSA – Quero dizer: sempre o estimei como um irmão.

CARLOS – Nem eu te perdoaria, se lhe tivesses retirado o afeto que dantes lhe consagravas. A ausência não lhe fez perder⁶¹ o direito à tua... estima,

⁶¹ Na edição original, "A ausência lhe fez perder o direito..."



nem a mim[,] ao teu amor. (*Com meiguice*). E olha que o quero bem carinhoso, bem veemente, para me indenizar da ternura que empregaste nas mestras. Agora és minha, és nossa e só nossa.

JOAQUINA – E de Deus: não somos todos suas criaturas?

CARLOS – E de Deus; mas para as filhas piedosas são os pais imagens de Deus, não é assim? A família é o mais santo tabernáculo[,] em que ele pode ser adorado: não foi isto que te ensinou o senhor padre!

BERGERET – Honrarás pai e mãe, disse o Senhor.

CARLOS (*sorrindo*) – E não proibiu estimar os primos, nem ordenou às priminhas bonitas que escondessem o rosto das suas visitas.

LUÍSA (*vexada*) – Meu pai!

CARLOS – Está bom, não falamos mais nisso. Estão feitas as pazes e não tardará a cordialidade. Luísa eu nada quero ver ou perceber em ti que me recorde o colégio, porque é recordar-me o apartamento e as saudades que sofri; desejo-te alegre como a inocência, festiva como a tua idade, e amorável para nós todos como eras na infância. Hoje começa vida nova para ti e para mim: vem tomar posse do ar e da luz. (*Levantando-se*). Destinamos-te um quarto que é um céu aberto: vamos vê-lo. Dá-me o teu braço. (*Agarrando-se à filha*). Assim... Que eu sinta o teu rosto bem chegado ao meu. (*A Bergeret*). Senhor padre, quer acompanhar este grupo da decrepitude[,] amparando-se na piedade filial?

BERGERET – Formoso grupo, em verdade, que o Senhor abençoará prolongando os dias do ancião, e enchendo da sua divina graça o coração da virgem. Mas eu retiro-me, senhor; deveres do sacerdócio me requerem.

LUÍSA – Meu padre, deixa-me?

JOAQUINA – Mas promete visitar-nos a miúdo, sim?

BERGERET (*a Luísa*) – Filha, ficarão contigo a misericórdia do Todo Poderoso e a benção do seu ministro. (*Luísa larga o braço do pai, que se segura á poltrona, e vem ajoelhar diante de Bergeret*). O céu te defenda das maquinacões do inferno e faça viçar em tua alma a flor de castidade. Ensinamos-te, com a mercê de Deus, os caminhos da glória; não te apartes deles para te perderes nos labirintos do mundo, donde não há saída senão para o suplício eterno. Adeus, filha de Maria. (*Deitando-lhe a benção*). Conserva-te nas santas disposições, que a tua padroeira te inspirou, e eu lhe suplicarei que não deixe desgarrar a cândida ovelha do aprisco do seu bendito filho.

LUÍSA (*chorando*) – Meu padre, não me falte nunca com a palavra do Senhor. Eu sou uma pobre pecadora, ignorante da vida e dos seus perigos.

CARLOS (*que tem dado indícios de irritação*) – Luísa...

ERNESTO (*levantando Luísa*) – O amor de teu pai velará por ti. É ele o conselheiro e o protetor que te destinou a Providência, e nenhum outro seria mais sábio nem mais venerável.



BERGERET (*a Carlos*) – Senhor Magalhães, deixo-lhe um anjo[,] para guiar a sua alma ao céu. Deus lho mandou na sua infinita misericórdia, e Deus lhe pedirá contas dele.

CARLOS – Vamos, vamos. (*Toma o braço da filha*). Adeus, senhor padre. (*A Ernesto*). Ernesto, acompanha-nos. (*Sai apressadamente com Luísa*).

ERNESTO – Aí vou, meu tio. (*A Bergeret[,] acercando-se dele*). Padre Inácio, pense também nas contas que há de dar a Deus quem rouba a um pai o amor e a veneração da filha. (*Sai*).

Cena IV

JOAQUINA, PADRE BERGERET e depois D. JOSÉ.

BERGERET (*depois de se afastar Ernesto*) – Ai! Minha senhora, que prevejo grandes perigos nesta casa[,] para salvação de sua irmã!

JOAQUINA – Também eu, padre Inácio: mas[,] com o seu auxílio e o favor de Deus[,] espero conjurá-los.

BERGERET – Satanás abriu um alçapão no caminho de uma alma que ia para o Senhor. Eu esperei que Luísa houvesse de reconciliar seu pai com o Cristo e a igreja, que dele receberam tantas lançadas, mas começo a temer que a peste da impiedade contagie a minha querida pupila.

JOAQUINA – Não é de meu pai o que mais receio. Os seus erros liberais – que oxalá pudessem ser expiados pelas minhas lágrimas – não hão de ser obstáculo à vocação de Luísa, porque ele, apesar da sua desgraçada alucinação, nunca foi perseguidor da fé sincera dos outros; – seja-lhe isso levado em desconto das culpas! O pior inimigo é Ernesto.

BERGERET – Mormente se não estiver de todo extinto no coração de Luísa o amor que lhe teve, e que tanto lidei para desenraizar. Ele ama-a?

JOAQUINA – Eu sei! O Senhor me perdoe se erro, mas parece-me que Ernesto ama, mais do que a minha irmã, a grande fortuna que ela há de herdar do pai. Há de herdar toda a casa, bem sabe, visto como eu recebi em dote a legítima paterna, e talvez ainda mais. Nada tenho que receber, e não sei mesmo...

BERGERET – ... se terá de repor parte do que lhe foi doado, para completar a meação de Luísa, segundo uma cláusula da escritura, que uma vez me mostrou?

JOAQUINA (*com amargura*) – Repor? Como, se quase nada me resta? Não é isso que me inquieta, nem a fortuna de minha irmã precisa de que eu a aumente, para ser de cobiçar.

BERGERET – Meu Deus, e consentireis vós em que vão cair tantas riquezas em mãos que delas façam uso abominável?

JOAQUINA – Em obras pias e no serviço da religião não hão de consumir-se, decerto, se meu primo as embolsar, como se consumiu boa parte dos meus haveres! Mas que se lhe há de fazer?



BERGERET – Pergunte-o à sua piedade, que ela lhe inspirará o que deve fazer em serviço de Deus!

JOAQUINA – Mas se parece que Ele abandona às vezes a sua santa causa? Fora eu rica, como há de ser Luísa, que não faltaria pão à santa infância, nem os ministros do templo teriam de esmolar para os seus pobrezinhos: havia até de fundar um asilo para os meninos chineses. Mas[,] infelizmente[,] nada posso, e aos que podem falta-lhes a fé!

BERGERET – Pode muito[,] para que Luísa persevere nas santas intenções, que o céu lhe inspirou.

JOAQUINA – Para que vá professar em França[,] como irmã de caridade? Desejo-o de todo o coração; mas, padre, temo que se diga que incito minha irmã a fazer voto de pobreza[,] para que me abandone os seus bens. Porque eu não sou ambiciosa, bem sabe, e se a Virgem, intercessora, permitisse que fosse outra vez abastada...

BERGERET – E por que não há de permitir? Ela premia os desígnios piedosos e proporciona-lhes satisfação.

JOAQUINA – E merecer-lhe-ei tanta misericórdia? A minha pobreza é a expiação dos pecados da mocidade, perdida nos prazeres e regalos, e quem sabe se um castigo dos erros de meu pai. Pois não está escrito que os crimes dos homens recaem sobre os seus descendentes até a última geração? Ó Senhor Deus, por que não me fizestes de um tronco abençoado por Vós, ainda que fosse humilde e rasteiro? A glória de meu pai, o seu talento, os respeitos de que o cerca o mundo, tudo me pesa[,] porque nada foi consagrado ao serviço....

D. JOSÉ (*à porta*) – Vossa excelência dá licença?

JOAQUINA – O senhor D. José!

D. JOSÉ (*entrando*) – Perdão, vim talvez interromper uma piedosa conferência. (*Cumprimenta os dois*).

JOAQUINA – Não, D. José!... Aguardava-o.

D. JOSÉ – E eu ardia em desejos de saber se foi falta de saúde que a privou[,] ontem[,] de concorrer ao ensaio da novena.

JOAQUINA – Não, graças a Deus. Não quis deixar só meu pai, enfermo.

D. JOSÉ – Terna e amável como Noemi!⁶² (*A Bergeret*). Que manancial de virtudes é a religião!

⁶² Personagem do Antigo Testamento, mencionada no livro de Rute. De acordo com o relato bíblico, nos tempos em que os juízes governavam a nação de Israel, houve um período de carestia em Canaã, pelo que Noemi e seu esposo Elimeleque, bem como seus filhos Malom e Quiliom, migraram para o país de Noabe. Com a morte de Elimeleque, seus filhos casaram-se com Orfa e Rute, mulheres noabitas. Porém, ambos os descendentes vêm a falecer, razão pela qual Noemi resolve voltar para Israel. Enquanto Orfa decide permanecer em sua terra, Rute, mesmo sendo estrangeira, acompanha Noemi e ambas seguem para a cidade de Belém. Sabiamente, Noemi busca aproximar Rute de Boaz, um rico parente de seu falecido esposo. Os dois se casam e geram um filho, a que dão o nome de Obed. Informam os últimos versos do livro de Rute que Obed teria sido criado por Noemi, vindo a ser o avô do rei Davi.



BERGERET – Sem ela só há maldade... E vossa excelência[,] como está? Ouvi que passara mal.

D. JOSÉ – Uma constipação ligeira, coisa de nada; resultado dum golpe de ar daquela porta do coro de São Lázaro[,] de que tanto nos temos queixado. (*Para D. Joaquina*). Estava transpirando, porque cantei o *Pater* em lugar do D. Tomé, porque tinha enrouquecido... Vossa excelência não assistiu?

JOAQUINA – Não. Faltei nesse dia, com bastante pesar, porque sou muito devota do rosário. (*Para Bergeret*). Rezei-o em casa. (*Para D. José*). Mas ainda me não deu notícia do ensaio de ontem.

BERGERET – A viscondessa cantou seraficamente.

D. JOSÉ – Mas há de concordar em que desentou muito naquela arenga com a D. Rosa. Não assistiu, padre? Que escândalo, anjo bento!

JOAQUINA – Uma arenga? Por quê? Como foi? Ai! Ainda bem que não presenciei o desatino!

D. JOSÉ – Uma arenga, uma batalha, um temporal desfeito... Eu sei lá! Se não fosse o padre Mallet[,] tinham-se esgatanhado⁶³. Que gente! Que fúrias!

BERGERET – Fraquezas humanas!... Uma discussão acerca de quem levaria o estandarte das Filhas da Virgem[,] na próxima solenidade.

D. JOSÉ – A viscondessa e a D. Rosa[,] ambas queriam a honra para as próprias filhas.

JOAQUINA – O quê? O estandarte para a Virgínia? Uma sonsa, que parece que não levanta os olhos do livro e não faz senão namorar?

D. JOSÉ – Isso mesmo disse a D. Rosa à mãe, mas olhe que também as ouviu bonitas. São duas línguas que valem por dois floretes; sim, senhores!... Mas, perdão, eu vim para me informar da senhora D. Luísa. Já cá está?

BERGERET – Estou aqui por ter vindo acompanhá-la, e ia retirar-me quando vossa excelência chegou. Se, porém, me dispensa...

JOAQUINA – Pois já? (*Estendendo a mão a Bergeret*). Não nos falte com os seus conselhos, padre.

BERGERET – Ajudemo-nos, que o céu nos ajudará! (*A D. José*). Passe vossa excelência muito bem... Vou já providenciar para que a porta do coro não torne a constipá-lo. (*Vai para sair*).

D. JOSÉ – Obrigado! Muito obrigado! Ô senhor Padre Inácio! (*Bergeret retrocede*). Ainda tem alguma água de La Sallete que possa dar-me?

BERGERET – Não sei... É para vossa excelência?

D. JOSÉ – É para a devota das escrófulas. Tem-lhe feito muito benefício.

BERGERET – Ah! Pois ainda há de haver um resto no pote, e pelo próximo pacote esperamos mais. Pode mandar buscar.

D. JOSÉ – Obrigado; mandarei o João. (*Bergeret saúda e sai*).

⁶³ O mesmo que agatanhado. Ferido com as unhas, arranhado.



Cena V

JOAQUINA, D. JOSÉ, e depois CARLOS DE MAGALHÃES e LUÍSA.

JOAQUINA (*tendo esperado que o padre se distanciasse*) – Por que não vieste ontem? Não recebeste o meu bilhete?

D. JOSÉ – Recebi-o pelo sacristão de São Lázaro, juntamente com a medalha da Associação protetora dos meninos chineses, que te pedira[,] para a baronesa de Selgas.

JOAQUINA – E primeiro lha foste entregar do que acudiste ao meu chamamento. Ai! D. José, que essa baronesa!...

D. JOSÉ – Pareceu-me que a minha visita se faria hoje menos notada. Minha querida, a vinda de teu pai obriga-nos a maiores disfarces.

JOAQUINA – Desejei falar-te precisamente para ajustarmos os meios de ocultar as nossas relações, sem as interromper.

D. JOSÉ – Isso nunca!

JOAQUINA – Quisera que a baronesa de Selgas te ouvisse!... Não as interromperemos, já que Deus permitiu que se apossasse de nós este amor criminoso, mas precisamos ajeitar-nos às novas circunstâncias. Até agora[,] meu pai estava na Índia, minha irmã no colégio, meu primo raro me visitava, não tenho outros parentes, e aos olhos do mundo... (*Interrompe-se e escuta*). Espera, que ouço vozes... É meu pai... Vem por aqui.

(*Tomam ambos atitude de quem faz e recebe visita cerimoniosa*).

D. JOSÉ – Mudemos de conversa. (*Para ser ouvido pelos que chegam*). Foi um perfeito milagre. O padre Mallet já o narrou naquele seu estilo cheio de unção, para ser publicado no *Univers*, e o *Bem Público* também há de falar nele[,] para confusão dos incrédulos.

(*Entram Carlos e Luísa*).

CARLOS (*conversando com a filha*) – ... A sua leitura[,] além de servir de recreio, ministrar-te-á conhecimentos úteis. (*Vendo D. José, que se tem levantado para o cumprimentar*). Ah! É o senhor D. José de Melo.

JOAQUINA – Sim, meu pai, é aquele íntimo amigo de meu esposo, que Deus tenha...

D. JOSÉ – ... que se deu pressa em felicitar vossa excelência[,] pelo regresso de sua filha mais nova.

CARLOS (*indicando Luísa*) – Ei-la aqui, servindo de bordão à minha invalidez.

D. JOSÉ (*cumprimentando Luísa*) – Conhecia já vossa excelência de admirar, na igreja de São Lázaro, o seu recolhimento na oração, e do muito que os padres me louvaram as virtudes da sua educanda. (*Luísa inclina-se*).

CARLOS – Tenho andado a dar-lhe posse da sua nova vivenda. (*Para Joaquina*). E a distração fez-nos bem a ambos. Eu respiro agora com mais desafogo, e ela vai espalhando as saudades e tristuras; não é verdade, filha?

LUÍSA – É tão bom para comigo, meu pai!



CARLOS – lam-me dando com ela em beata, mas hei de torná-la risonha e louçã como dantes era; oh! se hei de!

D. JOSÉ – O que não conseguirá a ternura de vossa excelência?

CARLOS – Basta que consiga a felicidade de minhas filhas. (*Para Joaquina*). Não sabes, tua irmã já projetou, apesar de educanda dos reverendos padres lazaristas, uma construção pagã, um templo de Flora – como diria um poeta do meu tempo, – de que vai ser sacerdotisa.

JOAQUINA – Uma construção? Para quê?

LUÍSA – Uma estufa[,] contígua ao quarto... Mas foi ideia de meu pai.

CARLOS – E o Ernesto encarregou-se do sortimento das plantas. Encomendaram-se-lhe begônias, fetos, genérias, fúcias...

LUÍSA (*para Carlos*) – Ai! Que não lhe pedi violetas... Eu gosto imenso de violetas.

D. JOSÉ – Porque se lhe assemelha[,] na modéstia.

CARLOS (*a Luísa*) – Logo lho dirás. (*A Joaquina[,] com malícia*). Já estão na melhor harmonia. (*A D. Jose*). Senhor D. José, desculpe-me estes requintes do amor de pai; tem exemplos clássicos. Mas vossa excelência está de pé, estamos todos de pé!

D. JOSE – Eu retiro-me. Livre-me Deus de perturbar a festa do seu coração, senhor Magalhães. Vossa excelência deve hoje pertencer todo a sua filha.

JOAQUINA – Para onde se dirigiam agora, que vieram passar aqui?

LUÍSA – Para o gabinete de meu pai, que queria mostrar-me livros e escolher alguns para minha leitura.

CARLOS – Mas ficará para logo a escolha, visto o senhor D. José dar-nos o gosto...

D. JOSÉ – Por quem são!... Eu deixo-os imediatamente. A ocasião seria imprópria para demorada visita.

JOAQUINA (*a D. José*). – Preciso falar a vossa excelência[,] da minha protegida[,] que está no asilo. (*Para Carlos*). Encargos pios, meu pai.

CARLOS – Ah! Nesse caso[,] cumpre-nos a nós não ser obstáculo à caridosa prática. (*A Luísa*). Vamos. (*A D. José*). Beijo as mãos de vossa excelência[,] pela sua fineza.

(*Saem Luísa e Carlos*).

Cena VI

JOAQUINA e D. JOSÉ.

JOAQUINA – Vês que perigos corremos aqui! É preciso que as tuas visitas se limitem às de cortesia; noutra parte[,] nos veremos a miúdo. O meu amor tornou-me culpada aos olhos de Deus e da consciência, mas não quero parecê-lo aos olhos de meu pai.

D. JOSÉ – E não o serás no seu conceito nem no da sociedade. Bem sabes como tenho sido zeloso da tua reputação, e como nenhuma vistas puderam ainda surpreender o segredo das nossas relações.



JOAQUINA – Mas pode descobri-lo meu pai, como suspeito muito que já o descobriu Ernesto, e a menor suspeita sua poderia transtornar todos os meus planos de felicidade.

D. JOSÉ – De felicidade? Oh! A felicidade seria a santificação deste amor!

JOAQUINA – Peço-a incessantemente ao Senhor[,] nas minhas orações, e hei de consegui-la.

D. JOSÉ – Por milagre do céu!

JOAQUINA – Preparado para nós. D. José, há de ser meu esposo.

D. JOSÉ – Não posso ouvir essa promessa⁶⁴ sem me envergonhar!

JOAQUINA – Envergonhar de quê?

D. JOSÉ – Ainda mo perguntas? Devia ser eu que removesse os obstáculos que se opõem à nossa união. Mas[,] como? Sou pobre, pobríssimo, vivo sabe Deus como; da amizade pródiga, da boa recepção que me proporciona o nome de família nas casas nobres... Nas casas de jantar, devia dizer; sou quase um parasita, não me ensinaram a ganhar a vida, não querias que teu esposo cavasse com uma enxada: e em verdade que não posso oferecer à mulher que amo um quinhão de minha miséria!

JOAQUINA – Mas se te amo assim mesmo, e talvez por isso mesmo? Se fosses rico, sábio, ilustre, talvez que a minha vaidade se despeitasse com os teus merecimentos, e o despeito esfriasse o amor. O meu pesar, José, não é a tua pobreza, é a minha; porque[,] se fosse opulenta[,] prender-te-ia a mim com grillhões de ouro, que são os únicos que os homens não quebram, para arrojá-los aos pés... das baronesas de Selgas.

D. JOSE – Não digas isso. Pobre ou rica, amante ou esposa, hei de adorar-te sempre. Para que me falas a todo o momento da baronesa? Eu não...

JOAQUINA – Não te desculpes; não tenho ciúmes. Não me faças protestos; somos[,] porventura[,] dois namorados de quinze anos, que se amem segundo as regras do idílio? Já deves saber que os meus sentimentos resistem até a certeza que tenho de que, se não nutrisses esperanças de que eu tornasse a ser rica, já te haverias arrancado dos meus braços. (*Movimento de D. José[,] para negar*). Cala-te! Não sou insensível à tua ingratidão, infelizmente, e ofereço a Deus o sofrimento que ela me causa[,] como penitência dos nossos pecados. Mas como o amor na minha idade é principalmente um cálculo dos sentidos, uma vez que te possua, perdoar-te-ei a intenção de fugir-me.

D. JOSÉ – Estás afeando os teus sentimentos.

JOAQUINA – Valeria a pena aformoseá-los[,] para que me estimasses? Já te contei a história do meu coração, que daria a Balzac[,] para um daqueles seus romances, que os tolos chamam imorais. Meu marido era um nobre caráter, fez-se respeitar, e o respeito matou a paixão. Possuía um grande talento, de que deveria orgulhar-me; pois tinha ciúmes das homenagens que lhe prestava o mundo, e enfurecia-me a ideia de que não precisava de mim para ser

⁶⁴ Na edição original: "Não poder ouvir essa promessa...".



feliz, porque as carícias da glória dispensavam as da esposa. Creio que são assim todas as mulheres! E o trabalho? Ai! Que desespero me ralava, quando o via deixar-me pelos livros, pela pena, pela política, e só volver pensativo, abstrato e frio[,] como a sua ciência! Antes queria sentir-lhe nos lábios a umidade de beijos que não fossem meus do que dividir-lhe nos olhos as sombras de uma meditação. Era um esposo? Era meu? Não. Pertencia às suas ambições, e só me dava os restos da alma e o repouso do corpo! Cheguei a odiá-lo, e sofri tormentos infernais. Foi então que me fiz devota.

D. JOSÉ – Teu segundo marido te indenizará da indiferença do primeiro, Joaquina.

JOAQUINA – Assim o espero, e para isso te escolhi.

D. JOSÉ – Viveremos num paraíso.

JOAQUINA – Mas a chave desse paraíso é de ouro, não é verdade?

D. JOSÉ – Seria crueldade associar a minha pobreza à tua ruína. Nunca te aceitaria o sacrifício do bem-estar, dos regalos, do luxo, em que foste criada e que[,] em casa de teu pai[,] nunca te faltaram.

JOAQUINA – Enquanto Deus for servido, que ele viva, porque[,] depois, a sorte que me espera é comer as sopas de minha irmã, visto que já devorei a legítima[,] que recebi por dote.

D. JOSÉ – Mas então é impossível?...

JOAQUINA – ... O nosso enlace? Não há impossíveis para quem tudo espera da proteção divina, que não cesso de implorar. Sossega, D. José, que hei de ser rica e escapar à dependência humilhante. (*Ironicamente.*) O céu inspirou-me um plano soberbo, e se lograr realizá-lo terei ao mesmo tempo consumado uma obra piedosa, que me há de merecer as bênçãos do Senhor, e assegurado dias de inefável ventura para nós ambos. É preciso nunca separar os nossos interesses dos da religião, meu José, porque o plano que tracei tanto serve a uns como a outros, espero eu que o hão de auxiliar os padres.

D. JOSÉ – E esse plano consiste?...

JOAQUINA (*olhando em derredor de si e tomando o braço de D. José*) – É mais fácil que tenham ouvido as paredes do que as árvores... É um plano que já vai em execução, e em que diria que tinha posto toda a astúcia de que é capaz uma mulher ambiciosa e amante, se o padre Bergeret (*com ironia*), que é um santo, não me tivesse assegurado que só a devoção o sugerira e só o zelo religioso me empenhara no seu bom êxito.

(*Encaminham-se para o jardim, conversando até sumirem-se as vozes.*)

D. JOSÉ – Ele que o assegura!...

JOAQUINA – Oh! É quanto basta para tranquilidade da consciência. Julgava[,] na minha ignorância, que com o amor me entrara na alma a maldade. E até receava que Deus me castigasse. Mas não, é positivo que só trabalho para sua maior glória, e[,] portanto... (*Desaparecem.*)



Cena VII

CARLOS e ERNESTO.

CARLOS (*saindo da direita[,] encostado a Ernesto*) – Já me parece outra, tanto a mudaram os ares de liberdade e a minha ternura. Mulheres, mulheres, não há impressão que dure em seu espírito!

ERNESTO – Mas é preciso não a desamparar e sujeitá-la, deixe-me assim dizer, a um tratamento rigoroso. Os fanáticos ferem as suas vítimas no coração, mas às vezes com estiletos tão finos, que não se lhes divisa a ferida nas carnes.

CARLOS – Que eles ma iam perdendo, não há duvida; percebi-lhe o estado moral[,] logo que a avistei. Tinhas razão nos teus receios, Ernesto.

ERNESTO – Se eu sabia parte do que se passara no colégio! Quando o padre Bergeret me devolveu o anel que tinha dado a Luísa[,] e ela prometera conservar sempre, percebi que minha prima estava dominada pelos mestres.

(*Avista-se Luísa no jardim[,] apanhando flores*).

CARLOS – Felizmente[,] ainda lhe acudimos a tempo, e o mal não é tão profundo que se não remedeie. (*Olhando para o jardim*). Olha, lá anda ela no jardim[,] colhendo flores, e a parecer tão despreocupada como nos dias da sua infância.

ERNESTO – Mostra ir tomando gosto pela nova existência.

CARLOS – E nós lho faremos aumentar, não é assim? Já agora acabarei a vida como a comecei, disputando almas à superstição e ao fanatismo. Ajuda-me tu, que a empresa é meritória. Se eu tenho que recuperar a filha, tu tens que conquistar a esposa. (*Saem pela esquerda*).

Cena VIII

LUÍSA e ERNESTO.

(*Luísa entra do jardim com um braçado de flores, larga-as sobre a mesa e faz menção de as dispor em ramalhete*).

ERNESTO (*entrando da esquerda e acercando-se da prima, sem ser visto por ela*) – Por que me não chamou para ajudar a colher essas flores?

LUÍSA (*sobressaltando-se*) – Estava aí... E meu pai?

ERNESTO – Agora mesmo o deixei na alcova, a repousar. (*Luísa começa de juntar as flores, como para retirar-se com elas*). Vai retirar-se?... Por eu ter entrado?

LUÍSA (*arrependendo-se do movimento*) – Não... Não...

(*Põe-se a fazer o ramalhete, sem levantar a vista*).

ERNESTO (*depois de uma pausa*) – Seria indiscrição perguntar a quem destina essas flores?

LUÍSA – São para o altar de Nossa Senhora da Igreja de São Lázaro.

ERNESTO – Ah! Oferenda de um anjo à sua rainha.



LUÍSA – Primo!

ERNESTO (*depois de outra pausa*) – Que pressa com que está fazendo esse ramallete! Adivinho-lhe a intenção, e pesa-me ver que ainda me não restituiu a sua confiança.

LUÍSA (*assustada*) – Quer obrigar-me a fugir-lhe?

ERNESTO – Não, prima, desejo que fique, e me permita não disfarçar a alegria de tornar a vê-la. É pedir bem pouco... Nem mesmo peço que me corresponda.

LUÍSA – Pois julga que não estou contente por ter abraçado meu pai? É supor-me má filha?

ERNESTO (*alegremente*) – Só me queixo de que seja má prima...

LUÍSA – Em que lhe fiz mal?

ERNESTO (*continuando*) – ... e muito esquecida de um passado, que outros nunca puderam apagar da memória do coração.

LUÍSA – Para que hei de lembrar das loucuras da infância, a não ser para pedir a Deus que mas perdoe?

ERNESTO – Do perdão de Deus precisa quem se arrepende, como de pecados, dos sentimentos puros que ele inspira.

LUÍSA (*severa*) – Deus não inspira outros sentimentos, que não sejam o amor da sua perfeição e o temor da sua cólera, e é por esses que eu desejo esquecer todos os outros.

ERNESTO – Ai! Luísa[,] que cruéis palavras! Matar em nome de Deus de Misericórdia a esperança de uma felicidade prometida, que guardei tantos anos no íntimo da alma, é querer que blasfeme.

LUÍSA – Ernesto, eu nem devo entender o que está dizendo. (*Indica retirar-se*).

ERNESTO – Perdoe-me e fique. Prometo respeitar a sua vontade, que me foi anunciada pelo meu anel devolvido, e pela recepção que há momentos me fez. Sim, não existiu o passado e conhecemo-nos de hoje.

LUÍSA – Estimemo-nos, como parentes... Como irmãos.

ERNESTO – Como irmãos, seja assim. (*Como falando consigo*). Todavia, quando nos separamos, quando entrelaçamos as mãos banhadas pelas lágrimas de ambos, quem diria que só como irmãos volveríamos a encontrar-nos?! E quem então duvidou da constância do outro não fui eu, foi ela, que[,] com os olhos marejados, arfando-lhe o seio, debruçando-se sobre mim até roçar-me as faces com as madeixas soltas, me fez jurar pela memória de minha mãe a fidelidade, que hoje a ofende como uma profanação! Ai! O tempo, o tempo! Mas o que pode o tempo sobre o meu amor? Passou por mim com a minha mocidade, atraindo-me para o redemoinho de prazeres em que se submergem as recordações, tentando-me com mulheres formosas que me estendiam os braços, e eu resisti-lhe...



LUÍSA – Está faltando à sua promessa, Ernesto. Não me fale uma linguagem que eu não devo ouvir, se não quer que lhe fuja, que fuja até desta casa, e volte para o colégio... De onde talvez nunca devesse ter saído.

ERNESTO – Mas fugir de quê? O que receia? Oh! Ter medo seria uma fraqueza! Lembre-se das nossas condições, o passado já não existe. Que lhe importa, pois, que eu fale de uma mulher... que morreu? Olhe, Luísa, ela foi ingrata, mas amei-a sempre (*com veemência*) e ainda a amo!

LUÍSA (*espavorida*) – Senhor!

ERNESTO – Minha irmã, ainda amo a formosa criança que me deu o beijo de noiva entre os braços do pai. Desculpe-me esta confidência; preciso desafogar uma grande mágoa. Apartado dela, olhava para o fundo da alma para remirar a sua imagem; aguardando a ventura que me prometera, antegozava-a⁶⁵ com a imaginação e vivia[,] em espírito[,] no lar iluminado pela dupla chama do nosso santo amor. Assim passei intermináveis dias, porque acreditava ainda nos seus protestos refalsados ou levianos... (*Movimento de Luísa para negar*). Luísa?

LUÍSA (*reprimido-se*) – Nada... Resigne-se com a vontade de Deus.

ERNESTO – Era sempre Deus que ela invocava para me arrebatara a felicidade, que a sua religião devia santificar. O desamor desculpava-se com a piedade, mas sem vingar iludir-me. Se me amasse não nos votariam a ambos a um sacrifício inútil, pois qual é a lei divina que proíbe o consórcio das almas? Invenções de hipocrisia! Mentiras da perfídia!

LUÍSA – Quem sabe o que se terá passado em sua consciência?!

ERNESTO – Não tente desculpá-la, porque não creio que o seu coração a aprove. Quem sabe mesmo se outro amor substituiu o que me confessara e prometera eterno?... É possível, muito possível! E hei de eu viver de recordações, de adorar um passado extinto, de contemplar uma imagem que se velou? Não, que o não merece quem descaróavel⁶⁶ me espedaçou a alma!... Dizia bem, Luísa, devo resignar-me; mais ainda, hei de esquecer-me. Acabou-se tudo, vai raiar para mim vida nova. Se a vida é amor, amarei novamente. E por que não? Não estou eu desligado? Serão para outra os sentimentos veementes que lhe consagrei, para outra o culto fervoroso e puro, para outra, mais sincera, mais constante...

LUÍSA (*com arrebatamento*) – Ernesto, Ernesto... Ouça-me!... (*Para, como [que] arrependendo-se do que dissera*).

ERNESTO – Ah! Luísa, que denunciaste o segredo do coração! Ainda me amas, não é verdade? Diz-mo... Confessa-o...

LUÍSA – Não... Eu não soube o que disse! Ernesto[,] deixe-me!... É verdade que... Oh! Meu Deus, perdoai-me!

⁶⁵ Na edição original, "antegostava-a".

⁶⁶ Descaridoso, inclemente.



ERNESTO – Pobre Luísa! Não me digas nada, nada me contes, que eu tudo sei. Disseram-te que o nosso amor era um crime, um ultraje ao Deus iracundo dos fanáticos, uma mácula na tua pureza, e tu acreditaste-os, criança, e comprimistes o seio para expungir o lodo da paixão mundana! Como deves ter sofrido! Quando os sentimentos se rebelavam contra o esforço cruel da vontade, debulhavas-te em lágrimas como uma Madalena, e ias humilhar-te⁶⁷ aos pés de um desalmado, que te apavorava com a pintura sinistra das fogueiras infernais, ateadas para consumirem eternamente os condenados por amor. Não é verdade que te ameaçavam com a cólera do juiz supremo, os hipócritas? Um dia[,] descobriram-te no dedo um fio de ouro, o anel que te dera o noivo escolhido por teu pai, e nesse dia chamejou com mais violência o abismo, escancarado para tragar-te! Abominação! Horror! Sacrilégio! Aquele anel chumbava-te ao mundo, arrastava-te à perdição, era a algema de satanás, houveste de o arrancar com dor. Pois não foi com dor que lançaste de ti aquele símbolo da nossa aliança, aquela memória dos primeiros anos? Não sofreste, pensando que ias fazer-me sofrer? Oh! Dize-mo, dize-mo para que possa perdoar aos teus verdugos!

LUÍSA – O que exigiram de mim foi para benefício da minha alma. É verdade que chorei muito... muito, mas se era um sacrifício feito a Deus! Olhe, primo, agora que tudo está acabado[,] posso confessar-lhe que me custou a ser digna da graça e a seguir o conselho dos padres, porque... não o tinha enganado, Ernesto, e foi duradoura no meu coração a luta da fé... com os outros sentimentos.

ERNESTO – Obrigado, Luísa.

LUÍSA – Mas não devo iludi-lo, nem deixar-lhe esperanças, que nunca poderão realizar-se. O meu ardente desejo, o meu firme propósito é consagrar-me a Deus, bem vê que é só Deus que lhe prefiro. Pesa-me vê-lo sofrer, e agradeço-lhe a constância do sentimento, a que oxalá me fôra lícito corresponder... Mas o céu castigar-me-ia se renunciasse à vitória, que[,] com seu auxílio[,] sobre mim ganhei. (*Com resolução*). É esta a última vez que falamos do passado, porque tenho medo das recordações. Resigne-se, e se isso lhe pode servir de consolação, saiba que a sua lembrança me perseguiu por muito tempo[,] até no recolhimento da oração, e que às vezes nem me atrevia a levantar os olhos para a imagem de Cristo... porque não era essa bendita imagem que eu via! Ai! Que aflição sofri! Não queria renová-las, Ernesto, por compaixão, porque sou fraca e a justiça divina é inexorável! Se fosse possível que o amor renascesse em mim?!... Oh! Não, nunca; seria uma impiedade! Abrir-se-ia o inferno para me tragar! Oh! Senhor Deus, não me abandoneis! Ai! Ernesto, que era bem mais feliz na casa da religião! (*Prorrompe em soluços*).

ERNESTO (*pegando-lhe na mão, comovido*) – Luísa!

⁶⁷ Na edição original: “e ias-te humilhar-te...”.



LUÍSA (*repelindo-o*) – Deixe-me! Tenha dó de mim!... Não posso, não posso!
ERNESTO – Não me chamou[,] ainda agora[,] irmão? Pois deixe-me falar-lhe como a uma irmã, e pedir-lhe somente que não decida da sua e da minha sorte antes de se haver certificado de que a vida aqui, no seio da família, ao lado de seu pai, não a fará mudar de sentimentos, nem a demoverá dos projetos... que a piedade lhe sugeriu. Até lá[,] permita-me esperar em silêncio.

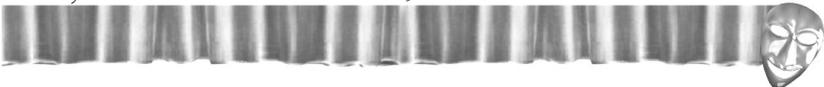
LUÍSA – É inútil.

ERNESTO – Suplico-lho, em nome da sua ventura e não do meu egoísmo. Se fugir ao amor, ao consórcio cristão, à família, à maternidade, encontrará diante de si um vácuo imenso, em que sofrerá todas as privações da alma e todas as negações da felicidade, mas em que não gozará Deus. Quer consagrar-se à fé e à oração, Luísa? Pois não há prece que chegue mais perfumada ao céu do que a prece da mãe que passou pelos lábios balbuciantes de uma criança, ajoelhada no seu regaço e unindo as mãos sobre o seio amantíssimo. Que confissão de fé mais sublime do que o cumprimento religioso dos deveres da esposa, anjo da guarda, que desdobra as brancas asas sobre as existências que une à sua? Do que a abnegação e a constância dos sacrifícios maternos, mais heroicos que os dos mártires que sorriam às feras e aos algozes? O lar é templo para todos os altares, ermitério para todos os rigores da virtude, e até liça para os maiores heroísmos. E não de desertá-lo as almas piedosas, para buscarem caminhos mais curtos e mais certos para o céu? Não os há, Luísa, o fanatismo enganou-a.

LUÍSA (*entre si*) – Oh! Que se assim fosse!

ERNESTO – Eu não contraria a sua vocação; queixo-me do seu exclusivismo. Disse que me preferia Deus, é piedosa a preferência, mas não requer a minha desventura. Seja Dele e minha, que a não há de poluir a seus olhos o hálito do meu amor. Por que não há de contemplar a sua perfeição, repousando a fronte sobre meu ombro? Por que não o havemos de adorar juntos, agradecendo-lhe a ventura? A ideia de ser feliz parece-lhe uma impiedade? Desejas sacrifícios, tormentos, dores lancinantes para oferecer a Deus? Pois mais sofre a mãe vendo o filhinho estorcer-se nas vascas da morte, do que o asceta rasgando as carnes com os cravos do cilício. O sofrimento anda neste vale de lágrimas à procura do homem, não é necessário ir-lhe ao encontro. (*Acercando-se dela e tomando-lhe a mão*). Luísa, Luísa, escute a voz do seu coração. Não lhe peço que renuncie improvisadamente ao propósito que lhe inspiraram, mas, por Deus, espere-me e deixe-me esperar!... Não se arreceie de mim, não me fuja, como se fugisse de um perigo... que respeito até os sentimentos cruéis que me repelem. Sabe o que eu só lhe pediria agora, se o meu imenso amor lhe merecesse uma condescendência? Que conservasse aquele anel, que já foi um símbolo de noivado...

LUÍSA – Isso nunca, eu já lhe devolvi esse anel!...



ERNESTO (*mostrando um anel*) – Ei-lo[,] aqui... E só lhe pediria que o aceitasse novamente... Para outra vez mo devolver, mas espontaneamente, por sua livre vontade, depois de haver consultado o coração, se sentisse que me não amava nem poderia tornar a amar-me. Luísa, Luísa, não posso suportar a ideia de que esteja perdida para mim[,] sem esperança!... Amo-a com tal violência[,] que...

(*Joaquina aparece à porta do fundo, regressando do jardim*).

Cena IX

OS MESMOS e JOAQUINA.

JOAQUINA (*adiantando-se do fundo, com violência*) – Bravo! Bem aproveitaste a piedosa educação que recebeste, Luísa! Fiem-se lá nestas santidades que cobrem o rosto com o véu, para que o não vejam olhos de homem, e escutam com desvanecimento declarações de amor. Sónsa! Hipócrita! O que é feito dessa tão apregoadada modéstia, desse devoto propósito de te consagrar a Deus? Os padres hão de saber tudo, deixa estar!

LUÍSA – Minha irmã... Perdão!

ERNESTO – Joaquina, não posso consentir...

JOAQUINA – Eu é que não hei de consentir que vingue o seu plano de sedução. Se não fosse meu parente, proibia-lhe tornar a pôr os pés nesta casa, que enxovalha, fazendo-a cena de romances imorais.

ERNESTO (*irado*) – Julga que eu ignoro, que se há romances imorais...

JOAQUINA (*assustando-se, mostra Luísa com a vista*) – Ernesto!...

ERNESTO (*emendando-se*) – ... se há romances imorais, nem deles suspeita a candura daquela criança, diante de quem seria irreverência arrancar a máscara à hipocrisia. (*Volta as costas a Joaquina[,] que fica perplexa*).

FIM DO PRIMEIRO ATO.



ATO II

A cena representa uma sacristia ou casa dependente da igreja. Portas à direita, esquerda e fundo.

Cena I

D. JOSÉ e PADRE BERGERET.

BERGERET (*continuando uma conversação*) – Então é coisa decidida a entrada das filhas do barão do Rio Branco para o nosso colégio?

D. JOSÉ – É, mas custou-me a obter o consentimento da mãe. Repugnava-lhe a condição de só ver⁶⁸ as pequenas de quinze em quinze dias, e chegou a exigir licença para que elas fossem passar todos os domingos à casa.

BERGERET – Não lha poderíamos conceder. As visitas das educandas às famílias são perigosíssimas; às vezes[,] destroem em uma hora o trabalho de meses, opondo-se à nossa influência dos pais nos tenros espíritos. Mas a baronesa desistiu da exigência, não?

D. JOSÉ – Está por tudo, mercê das minhas instâncias.

BERGERET – Prestou um valioso serviço, D. José. Precisamos recrutar prosélitos na burguesia opulenta, porque se a nobreza é por nós, vai perdido o seu predomínio nesta sociedade revolta pelas sedições liberais. Caminharemos de cima para baixo até chegar ao povo, que outros agentes do mesmo poder já andam predispondo para aceitar a tutela amorável da Igreja. E tem-se feito muito em pouco tempo, senhor D. José!

D. JOSÉ – Certamente. Entretanto[,] afigura-se-me que o triunfo da boa causa só poderá ser definitivo, quando se haja mudado esta forma de governo. Estamos sempre arriscados a receber golpes profundos.

BERGERET – A mudança depois se fará, e há de fazer-se por si mesma, esteja descansado. Minados os alicerces de um edifício, não se requer grande esforço para derribá-lo. Os liberais deixam-nos trabalhar desimpedidamente, entretidos como andam pelas dissensões de família; conseguimos revogar de fato a maior parte das leis que nos perseguiram, a ponto de não serem expulsos nem inquietados os membros da Companhia de Jesus, que se estabeleceram no País; temos protetores poderosos e dedicados, capazes de se afrontarem com os pedreiros livres, como sucedeu em 1856; possuímos uma força de que os governos débeis se temem e alguns se aproveitam; conservamos sobre o espírito do povo uma influência que[,] felizmente[,] não tem sido combatida por escolas, donde se propaguem as ideias modernas; e nutrimos[,] portanto, fundadas esperanças de que cedo venha o dia em que colhamos o fruto da semente, que nós e nossos irmãos vamos espalhando neste chão fértil e mal guardado. Deus torna insensatos os que quer perder,

⁶⁸ Na edição original: “Repugnava-lhe a condição de só não ver...”.



e desta verdade são exemplo os liberais portugueses, que[,] apenas venceram[,] logo se desarmaram, e tendo em 1834 serrado ao rés do solo a árvore secular, de onde se cortam tábuas para o trono legítimo e hastes para a cruz teocrática, entenderam desnecessário desencravar-lhe as raízes, como se das raízes conservadas vivas na terra não rebentassem vergôntees, a as vergôntees se não tornassem, com o tempo, troncos rijos e frondosos! O Senhor feriu-os com a demência, como outrora ao soberbo rei da Babilônia, para vingar os filhos dispersos e cativos da Jerusalém cristã, bendito seja o seu nome! (*Mudando de tom*). Continuemos na nossa prática. Que mais informações nos trouxe? Averiguou em que relações está agora a D. Ana da Silveira com o esposo?

D. JOSÉ – Não tornei a visitá-los[,] desde que ele me tratou grosseiramente. Mas o criado da mesma disse-me que a D. Ana, cansada do despotismo do marido, se rebelara abertamente e ia lá em casa o inferno.

BERGERET – E da velha marquesa[,] o que sabes?

D. JOSÉ – O padre Mallet pode informá-lo melhor do que eu, porque lhe não tem desamparado a cabeça; mas consta-me que está deveras inimizada com o genro, e é quase certo dispor da terça em favor da irmã.

BERGERET – Assim seja, porque a irmã é temente a Deus e boa católica. Por isso a temos ajudado com dedicação, observando preceito de servir quem nos serve. Também tenho pensado na sua situação, D. José, porque o amo como a filho, somos gratos aos seus bons serviços... E assentei em que lhe convinha... casar.

D. JOSÉ – Casar rico!

BERGERET – Casar com mulher pobre seria aumentar a pobreza de que se lastima. Talvez que já lhe houvesse indigitado noiva se não me constasse que fizera promessas a D. Joaquina de Magalhães.

D. JOSÉ – Promessas que não ligam, padre. Estou livre, embora preferisse a outro o enlace com D. Joaquina, que me ama e é formosa.

BERGERET – Tinha-me lembrado de que lhe conviria a mão da baronesa de Selgas. Até me pareceu que lhe fazia a corte.

D. JOSÉ – Oh! Se convinha! A baronesa é imensamente rica, não me desagrada, e afigura-se-me... que também lhe não sou desagradável.

BERGERET – Pois averiguaremos isso. Entretanto[,] peço-lhe que não tire a esperança a D. Joaquina. É excelente senhora, e precisamos muito da sua cooperação[,] numa grande obra de piedade. Não se decida[,] por agora.

D. JOSÉ – Não decido, não. Ainda que... D. Joaquina desbaratou a fortuna, e não sei se possa esperar que ela volte a ser rica. (*Como para sondar a Bergeret*). Que me diz, padre?

BERGERET – Que de toda maneira casará rico. Fio-lho eu, que me constituo procurador dos seus interesses.

D. JOSÉ – Obrigado! E em que poderei ser-lhe útil? Ordene e obedecer-lhe-ei. Posso servi-lo em alguma coisa[,] no tocante a D. Luísa de Magalhães? Dizem



que Ernesto, seu destinado noivo, tem feito progressos no coração da donzela, e que é para recear-se que a sua vocação religiosa ceda ao amor.

BERGERET – Estou sem receios, porque bastará uma palavra minha para desvanecer o efeito de todos os poemas, que lhe possa ter recitado o primo. Oh! Aquela é nossa e bem nossa! Conto com a sua docilidade até para nos trazer o pai e reconciliá-lo com a religião, e essa é a empresa que mais tenho a peito, porque o seu bom êxito seria um esplêndido triunfo para Deus e a sua causa.

Cena II

OS MESMOS, D. JOANA, RUI DE VASCONCELOS, CONDESSA DE S. FRUTUOSO, BARONESA DE SELGAS, JOÃO DE ALBUQUERQUE e D. JOAQUINA.

D. JOANA (*entrando, seguida de Rui*) – Ai! Que sou a primeira a chegar! (*A Rui*). Ó menino, disse ao cocheiro que voltasse às duas horas?

RUI – Sim, minha tia.

D. JOSÉ (*cumprimentando*) – Senhora D. Joana de Vasconcelos!

BERGERET – Ninguém mais zelosa do que vossa excelência no serviço divino. E a sua preciosa saúde[,] como vai?

D. JOANA – Eu sei lá que coisa é saúde! Sabe Deus com que sacrifício me arrastei até aqui, para orar ao glorioso Santo Inácio! Estou muito mal, padre Bergeret, muito mal! (*Tosse ligeiramente*). Veja que tosse[,] esta! Toda a santíssima noite[,] andaram as criadas de roda da minha cama, pondo sinapismos, mudando sinapismos, fazendo fricções, dando-me tisanas; nenhuma delas pôde pregar olho – vejam a minha desgraça! Tinha espasmos no estômago, e fartei-me de fazer cruces com água benta, sem sentir alívios. Ó padre, sabe de algum remédio para espasmos no estômago?

BERGERET – Eu lhe digo[,] minha senhora... Mas vossa excelência aqui não está bem, pode-lhe vir ar daquela porta.

D. JOANA – É verdade[,] que mesmo agora senti uma picada deste lado do peito! (*A Rui[,] mostrando-lhe uma cadeira*). Ó menino, mude essa poltrona para aquele canto. (*Para Bergeret*). Ali estarei mais abrigada, não lhe parece? As correntes de ar são-me muito prejudiciais. Parece que já tenho mais tosse. (*Tosse levemente*).

BERGERET (*adiantando-se a Rui, que vai para obedecer à tia*) – Não se incomode, senhor D. Rui. Permita que me empregue no serviço de sua tia. (*Leva a poltrona para o fundo, e fica a conversar com D. Joana*).

D. JOSÉ (*a Rui, no primeiro plano*) – Então por cá, senhor Vasconcelos? Vem assistir à festividade?

RUI – Vim ver a pequena, que é cá da minha devoção. Pois bastante me custou a saltar da cama!

D. JOSÉ – Deitou-se tarde, talvez?



RUI – De madrugada, quando me deixaram sair do Carmo. Mas que grande bródio⁶⁹, que nós fizemos! Imagine, éramos cinco, fora duas mulheres, e bebemos vinte garrafas de um *vinhinho* que tem agora o Baldanza, que aquilo é mesmo de estalo. O pior foi que o Taveira entortou-se, quis se meter comigo, e eu que estava com os meus azeites...

D. JOANA – Ó Rui, traga-me uma almofada para os pés, que me estão arrefecendo. Olhe, dê cá também a capa para enrolar nos joelhos.

RUI (*a D. José*) – Se ela tivesse bebido como nós, não tinha frio. (*Obedece a D. Joana*).

CONDESSA (*entrando sacudidamente da direita*) – Que impertinência! Que atrevimento! E não há polícia para evitar estes desaforos!

BERGERET (*indo-lhe ao encontro*) – Que lhe sucedeu, senhora condessa, que tão irada vem?

CONDESSA (*cumprimentando*) – Adeus, D. Joana... Meus senhores! (*A Bergeret*). Protesto não tornar mais a pôr pé na rua é o único meio de escapar a sensaborias destas!... Foi um rapaz, um mendigo roto e imundo, que me seguiu, pedindo esmola, desde o princípio da rua até aqui, ao pé da porta. Como eu não fizesse caso dele, atreveu-se a pegar-me na mão. (*Olhando para as mãos*). Não sei até se me sujou as luvas. Naturalmente[,] quis ver se podia arrancar-me o bracelete.

RUI – Não estar eu lá, que lhe dava a esmola de um sapato!

CONDESSA – Estive quase a gritar, ó da guarda! Anda a cidade tão inçada⁷⁰ destes vagabundos, que é mesmo um perigo sair de casa[,] sem ser de trem. E depois[,] em que estado eles se apresentam à gente: sujos, esfarrapados, cheirando mal; ao menos deviam ser obrigados a andar asseados e bem cobertos. (*Reparando em quem está*). Então[,] estamos só nós? A que horas começa a festa?

BERGERET – Às onze horas, senhora condessa.

CONDESSA – Pois[,] em sendo onze horas[,] não se deve esperar por ninguém, senão acaba isto a umas horas impossíveis. Essas senhoras devem saber que não somos suas criadas. (*Dirigindo-se para D. Joana*). Tenho muito que lhe contar, D. Joana.

D. JOSÉ – Vão aparecendo todos... Aí está a senhora baronesa de Selgas.

BERGERET (*dirigindo-se à baronesa[,] no momento em que ela entra*) – Já tinha dito que vossa excelência não podia faltar a esta piedosa reunião; onde se trata do culto, aí está vossa excelência, sempre incansável em glorificar o Criador.

D. JOSÉ (*arrancando-se da baronesa e cumprimentando-a*) – Sempre o anjo bom da pobreza e a fascinação dos corações. Sem pecado, mas fazendo pecar de amor.

⁶⁹ Comezaina; refeição farta e alegre.

⁷⁰ Na edição original, “içada”.



BARONESA (*sorrindo*) – Galanteios, quando eu me preparei para ouvir a palavra do Senhor?! Padre Bergeret, pois há serpentes neste Éden de devoção?

BERGERET – Se houvesse, também haveriam virtude e temor de Deus para lhes esmagarem as cabeças.

CONDESSA (*ao fundo, em conversa exaltada com D. Joana*) – Ora essa! Nunca ouvi a ninguém semelhante coisa! Zombaram da sua simplicidade, minha boa amiga!

D. JOANA (*abespinhada*) – E eu não tenho culpa da sua ignorância, minha senhora.

CONDESSA – Compreendo a intenção do desconchavo, D. Joana, e acho-a pouco caridosa.

D. JOANA – Desconchavo?... Espere que eu lhe digo já! Padre Bergeret, pois não sou eu que tenho razão? (*Faz menção de levantar-se*). Ai! As minhas dores! Ai[,] que tenho um pé dormente!

CONDESSA (*descendo do fundo, para Bergeret*) – A D. Joana imaginou sobressaltar-me a consciência, dizendo que era pecado...

D. JOANA – É pecado grave, estou na minha. Ó Rui, olhe essa almofada que me fugiu debaixo dos pés.

BERGERET – Mas de que se trata, minhas senhoras!?

CONDESSA – De um assunto de toucador. Ora[,] se há um disparate assim! Diz ela que os santos padres escreveram contra o uso de tintas e elixires para aformosear o rosto! Vejam se é possível que os doutores da Igreja tivessem brigas com os perfumistas, e se metessem com a *toilette* das senhoras.

BERGERET – Pois é certo que alguma coisa escreveram nesse sentido.

D. JOANA – Não lho dizia eu? Aí está o que é a presunção!

CONDESSA – O quê? Pois é certo? Ora[,] que sensaboria! Então, segundo o *Journal des Dames*[,] de S. Bernardo ou S. Agostinho, é proibido...

BERGERET – Convém fazer uma distinção, minhas senhoras. Eu explico a vossas excelências como é a opinião de alguns casuístas... (*Dirige-se a conversar com D. Joana*).

CONDESSA – Ai! Eu dispenso as explicações. Os santos padres que tenham paciência, que não lhes deixo pôr os pés no meu *boudoir*⁷¹. Sempre houve santos muito pouco amáveis!

ALBUQUERQUE (*entrando da esquerda*) – A paz do Senhor esteja nesta casa... Pois que lá fora anda o diabo à solta, insultando Deus e os seus mandamentos!

D. JOSÉ – Sucedeu-lhe algum mal, senhor Albuquerque?

BARONESA – Ai! Meu Deus[,] como está vermelho!

ALBUQUERQUE – E escapei por pouco de uma apoplexia. Padre Bergeret, estes pedreiros livres querem a nossa morte!

⁷¹ Pequena sala de estar de senhora.



D. JOANA – Está nos assustando, senhor. Eu já estou toda numa convulsão.

BERGERET – Meu bom amigo, sossegue!

ALBUQUERQUE – Ímpios, ateus, blasfemos, e não os engole a terra como a Dathan e a Abiron!⁷² Deus está sendo de uma clemência realmente censurável, padre Bergeret! Escarneceram de mim, os filisteus, e arrojaram-me pedradas! Mas eu lhes direi no jornal. Hei de assanhar contra eles todas as víboras do meu estilo!

BERGERET – Mas ainda não explicou...

ALBUQUERQUE – Estive a ponto de sofrer o martírio[,] por pregar a lei de Deus; eu lhes conto, para que vejam como já não há neste País senão sórdida cobiça e desprezo pela religião. Tinha observado que no prédio que está em obras[,] na rua do Regedor[,] se trabalhava ao domingo, e escandalizara-me profundamente semelhante abominação. Não conhecia o proprietário, um fulano da *Câmara*, mas fui ter com ele e[,] enchendo-me de santa indignação[,] lembrei-lhe em frases vigorosas que estava perdendo a sua alma e a dos operários, que trazia assalariados, e emprezei-o para que guardasse e fizesse guardar os domingos e festas da Igreja. Pois sabem o que ousou o miserável?

RUI – Deu-lhe com um sarrafo na cabeça, não?

ALBUQUERQUE – Disse-me que não tinha nada comigo, que não prestava ouvidos às minhas palavras[,] porque eram inconvenientes e grosseiras, e que me pusesse no andar da rua. Inconvenientes e grosseiros os mandamentos da Igreja! Repelir brutalmente quem ia, inspirado pela caridade cristã, exortá-lo à penitência! Deixa estar[,] Golias, Sardanapalo⁷³, anti-cristo, Satã, que eu te traçarei uma cruz nos lombos com o aço da pena! Hás de beber o fel e o vinagre da minha tinta, mau ladrão! A que tempo chegamos, padre Bergeret, a que tempo chegamos!

BERGERET – E que lhe havemos de fazer[,] senão ir sofrendo com resignação e pondo a esperança em Deus!

JOAQUINA (*que tem entrado durante a jeremiada*⁷⁴ de Albuquerque. *A Bergeret, à parte*) – Padre Bergeret, preciso que me ouça antes de ir para a igreja!

D. JOANA – Deixam trabalhar os operários ao domingo, e não querem que haja revoltas como as de Alcoy e Cartagena!

CONDESSA – Eu bem digo que se está fazendo sentir a necessidade de um dilúvio.

⁷² Dathan é um israelita mencionado no Antigo Testamento, como participante do Êxodo. Juntamente com seu irmão Abiron (ou Abiram) e o levite Core (ou Carun), se rebelou contra Moisés e Aarão. O livro dos Números refere que “a terra abriu a sua boca, e engoliu-os e às suas casas”, sepultando também 250 cúmplices.

⁷³ Personagem lendária (séc. IX a.C.), que, segundo a tradição clássica, teria sido rei da Assíria.

⁷⁴ Lamúria ou queixa importuna e vã.



D. JOANA – Isso não, condessa, isso são causas das constipações e dos reumatismos. Por muito agasalhado que se estivesse dentro da arca, sempre se havia de sentir a umidade.

RUI (*gracejando[,] à D. Joana*) – Ó tia, se houver dilúvio[,] já peço um lugar na arca para o meu cavalo baio.

BERGERET – Meus senhores, são quase horas de começar a festividade. Querendo[,] vossas excelências podem ir buscar as filhas de Nossa Senhora, para as acompanhar à igreja. Elas estão reunidas no oratório. (*Movimento para saírem os personagens para a esquerda*).

ALBUQUERQUE – Vamos, vamos pedir a Deus que seque os braços que transgridem os preceitos do Senhor e paralise a língua dos que ordenam a transgressão! Ah! Meu dragão do Apocalipse, que eu te arrancarei as escamas! (*Sai pela esquerda*).

D. JOSÉ (*acercando-se de D. Joaquina*) – Há alguma novidade, Joaquina? Parece-me agitada!

JOAQUINA (*à parte, a D. José*) – Olhe que a baronesa de Selgas está reparando em si. (*Volta-lhe as costas*).

D. JOANA (*levantando-se da poltrona*) – Ai! Que me não posso levantar... Dão-me tonturas. Valha-me Deus[,] com tanto sofrer! (*A Bergeret*). Ó padre, mandou pôr almofadas no coro para eu ajoelhar? (*Sai para a esquerda. Saem a condessa, Rui, D. José e a baronesa de Selgas*).

Cena III⁷⁵

JOAQUINA e BERGERET.

JOAQUINA – Estava ansiando por falar-lhe. As coisas vão mal, muito mal. Não era sem motivo que me arreceava de Ernesto.

BERGERET – O que sucedeu, pois? Está me assustando!

JOAQUINA – A sua obra corre risco de perder-se. Ernesto, que não desistiu de perseguir minha irmã[,] solicitando-lhe o amor, está a ponto de triunfar.

BERGERET – Que me diz?

JOAQUINA – A triste verdade. Lembra-se daquele anel, penhor de aliança, que por seu conselho Luísa devolveu ao primo? Pois vê-lo-á brilhar na mão de minha irmã.

BERGERET – Tão cedo se esqueceu ela dos seus protestos? Oh! Mulheres, mulheres! Está então tudo perdido? Luísa foge-nos para os braços de um marido?

JOAQUINA – Ainda não, mas é visível que a domina o sentimento[,] que julgávamos morto em seu coração. Não se compromete a dar a mão a Ernesto, mas transigiu com ele e comigo mesma, prometendo-lhe não decidir do futuro sem haver consultado longamente os sentimentos.

⁷⁵ Na edição original, "Cena II".



BERGERET – Valha-nos Deus! (*Refletindo*). É preciso dar um golpe certo e decisivo, já assentei no que urge fazer. Será talvez cruel, mas há de ser salutar. Hoje mesmo tornarei Luísa dócil e submissa como nunca foi.

JOAQUINA – Hoje mesmo! Como? O que tenciona fazer?

BERGERET – Vê-lo-á. Gosto de usar de brandura, mas casos há em que o rigor é indispensável. O essencial é produzir no espírito de sua irmã uma impressão profunda, que determine... Aí vêm as nossas devotas.

Cena IV

OS MESMOS, LUÍSA, D. JOSÉ, BARONESA DE SELGAS, CONDESSA DE S. FRUTUOSO, D. JOANA DE VASCONCELOS, RUI, ALBUQUERQUE, DUAS IRMÃS DA CARIDADE, FILHAS DE NOSSA SENHORA e COLEGIAIS.

(*Entram da esquerda as filhas de Nossa Senhora[,] com os emblemas da corporação, acompanhando-as duas irmãs da caridade, e vindo entre elas Luísa. Seguem-nas os outros personagens, conversando*).

BERGERET (*indo ao encontro das recém chegadas*) – As bênçãos do Senhor desçam sobre as vossas cabeças! (*D. Joaquina vai falar com algumas das filhas de Nossa Senhora*). Reunimo-nos hoje, filhas, para celebrar[,] com a oração[,] um dos dias mais festivos para a Igreja, e dos que mais recordam aos espíritos piedosos as virtudes excelsas dos heróis do cristianismo.

D. JOANA (*interrompendo-o*) – Se nos demoramos aqui[,] vou sentar-me, porque estou com tremuras nas pernas. De pé é que eu não posso estar.

BERGERET (*voltando-se para D. Joana*) – Vou dirigir às nossas santas algumas palavras de exortação, minha senhora. (*D. Joana dirige-se para o fundo[,] onde se senta*).

RUI (*à parte[,] a D. José*) – O padre está maçante. Ora[,] eu sempre caio em araras! (*Todos se preparam para ouvir Bergeret, formando grupos*).

BERGERET – Minhas filhas, a Igreja reza hoje de Santo Inácio de Loyola (*Albuquerque assoa-se com estrépito*), o bem afortunado fundador da milícia espiritual, que combateu com as armas da fé e da ciência a heresia sugerida por satanás a um frade apóstata e devasso, que para cevar paixões ignóbeis se rebelou contra a autoridade dos sucessores de São Pedro. Os filósofos do fim do século passado cuspiram sobre a Companhia de Jesus a peçonha das suas almas de répteis, e ainda hoje a perseguem e ultrajam os ateus, os pedreiros livres e todos os libertinos que se empenham em arrancar a fé dos corações dos povos, igualando-os às bestas feras, para depois os açularem⁷⁶ contra os reis investidos por Deus e a Igreja instituída por seu filho.

JÚLIA (*uma das crianças, que acompanham as irmãs. À parte[,] a Albuquerque*) – Ó senhor Albuquerque, os judeus que crucificaram a Cristo eram pedreiros livres?

⁷⁶ Incitarem, instigarem.



ALBUQUERQUE – Por força que eram, e Herodes também.

BERGERET – Mas contra a obra de Inácio de Loyola não prevalecem as portas do inferno, estendendo-se-lhe por especial privilégio a imunidade de que goza a Igreja. (*Ouve-se rumor de vozes e risos da condessa, que conversa com Rui*). Schiu!... Sim, minhas filhas, é gloriosa, sublime, heroica, a luta de paciência, de tenacidade, de sofrimentos, devorados em silêncio, que tem sustentado os membros da Companhia de Jesus, dispersos pelo mundo, contra Belial⁷⁷ e seus adoradores. Onde a intolerância dos Neros e Domicianos da liberdade não lhes consente o apostolado, tomam os jesuítas outros nomes, vestem outros hábitos, mas não deixam o rebanho sem pastores. A impiedade julga tê-los afugentado, e eles, os intrépidos legionários da cruz, andam-lhe nos domínios resgatando almas, e nos países onde lidam e evangelizam a religião recupera o prestígio e o poder eclesiástico sacode o jugo ignominioso, para levantar-se, como no Brasil, a arcar com o estado blasfemo e preparar a vitória pelo martírio.

BARONESA (*a D. José, com quem conversa à esquerda do primeiro plano*) – Assim será, mas noto que D. Joaquina olha para vossa excelência como quem tem direito de estranhar o nosso colóquio. Senhor D. José, veja se me expõe a alguma cena escandalosa de ciúmes.

CONDESSA (*a Rui, com quem conversa à direita do primeiro plano*) – Parece-me que a baronesa e D. José não estão muito edificadas com as virtudes de Santo Inácio; ora[,] repare.

RUI – Talvez que ela lhe esteja aconselhando que faça voto de castidade, como os jesuítas.

BERGERET – Mas afora a influência salutar que exerce na sociedade, a Companhia de Jesus dá exemplo perpétuo de três grandes virtudes, das que mais perfumam a alma e que mais vos recomendo: a humildade, a obediência e a pureza.

JOAQUINA (*que tem dado sinais de irritação, vendo D. José conversar muito amavelmente com a baronesa de Selgas*) – Senhor D. José!... (*Passa para o lado de D. José*).

ALBUQUERQUE (*impondo silêncio, grosseiramente*) – Schiu!

JOAQUINA (*voltando-se para Albuquerque, irritada*) – Senhor Albuquerque, parece-me que foi menos cortês.

ALBUQUERQUE – Ai! Minha senhora, mil perdões! Não supus que fora vossa excelência quem interrompera a palavra do apóstolo⁷⁸.

JOAQUINA (*com alguma confusão, a Bergeret*) – Desculpe-me[,] padre, lembrei-me de repente de que tinha de falar com o senhor D. José ... acerca... de uma obra de caridade. (*Dirige-se para D. José*).

⁷⁷ Personagem bíblica. Designação da inutilidade, ou da indignidade, ou da maldade, como muitas vezes personificadas no Antigo Testamento.

⁷⁸ Na edição original, “aposto”.



ALBUQUERQUE (*à condessa, à parte*) – Que descomedimento, meu Deus! Parece incrível que seja uma senhora de bons princípios!

RUI – Estava tão cheia de ciúmes que estourou. Ai! Que farsa!

CONDESSA – Quis dar nas vistas[,] a propósito da virtude e da pureza.

BERGERET (*continuando*) – É pela pureza que a mulher mais se assemelha à Maria, se é possível que a nuvem se assemelhe à luz, o barro humano ao sopro do Criador. Ah! Minhas irmãs, defendei-vos das instigações da carne e das ciladas em que ela procura fazer cair a alma! Quando sois admitidas nesta santa confraria, o que a sua padroeira exige da vossa devoção antes[,] que a esmola, antes que a prece, é a pureza do corpo, que é impossível sem a pureza da alma.

JÚLIA (*à condessa, à parte*) – Ó prima, que coisa é a pureza?

CONDESSA – Ora! É trazer sempre as mãos limpas, e não deixar cair nódoas no fato[,] como tu fazes.

BERGERET – Sim, minhas filhas, sois as ovelhinhas amadas do pastor, porque sois cândidas: repassa-vos a graça do céu, como os raios do sol repassam o cristal, porque como ele sois imaculadas. Que santa instituição esta, que enramilheta as flores sem roçadura no esmalte da corola[,] para as consagrar à Virgem! E quão desprezível e criminosa não seria aquela de vós que[,] podendo ser um anjo no empíreo, preferisse ser barro e lama na terra? Mas vós sois vasos de eleição, que não contêm as fezes das paixões mundanas, sois a alegria do pai celestial, e todos os vossos pensamentos, todos os vossos... (*Suspende-se improvisamente, e leva a mão ao coração*). Que dor é esta que me trespassa o coração?... Meu Deus, será possível? Parece que vejo Satanás escarnecendo das minhas palavras, ouço uma voz que me fala ao espírito!... Sim! Sim! Ó fragilidade humana! (*Com voz estrepitosa*). Filhas de Nossa Senhora[,] qual dentre vós pecou? (*Movimento de silêncio e espanto. Luísa mostra-se agitada e receosa*).

BERGERET (*falando, como inspirado*) – Eu vou, senhora, e tomarei sobre os ombros a ovelha que se desgarra! Mas onde a encontrarei? (*Percorrendo com a vista as filhas de Nossa Senhora*). Qual é de vós que veio à presença da Virgem com o coração abrasado por uma paixão carnal? Que lhe trouxe uma oferenda de lodo e peçonha? Que, misturada com as suas ervas fiéis, está sendo a seus olhos como um tição num canteiro de lírios? Alguma é, alguma começou a resvalar para o abismo!

LUÍSA (*aflita, erguendo as mãos*) – Meu Deus!

BERGERET – As mãos que levantam para o céu estão arroxeadas de as estriparem outras mãos febris. (*Luísa forceja para encobrir a comoção*). Mas quem é essa desventurada, Senhora, que quero orar por ela[,] para que lhe perdoeis as penas eternas? – Procurai, procurai (*Luísa está no auge da angústia*)[,] que a culpa sobe ao rosto e soluça na garganta! Procurai, que acheis sobre ela, como um adorno, o penhor da aliança com Satanás! – E não lhe queima as carnes como um ferro em brasa? E está já tão endurecida no



pecado, que o não arroja de si, caindo com a face no chão e implorando misericórdia?

LUÍSA (*arrancando o anel do dedo, atirando-o para longe de si, e caindo de joelhos*) – Perdão, meu Deus, perdão!

TODOS – Luísa!

BERGERET – Luísa?! É possível, Senhor! Pois a pomba ainda ontem saída do ninho já poluiu as asas, roçando-as pela lepra do mundo? Ó mundo malvado, mundo de abominação, que roubais ao Senhor os seus anjos!

JOAQUINA – Padre, padre, compadeça-se dela!

BERGERET – E que outro sentimento, senão o da compaixão, pode inspirar esta filha pródiga[,] que quer fugir da casa do pai celestial?

LUÍSA (*súplice*) – Mas eu arrependo-me, e quero fazer penitência. Padre, não me abandone à cólera divina!... A pecadora humilha-se, arrasta-se no pó, confessa em altas vozes a sua culpa. Sim, é verdade, que não tive força para repeli-lo, e senti que o amava. Oh! Não me amaldiçoe... Bem sabe que era um amor de infância! As suas palavras alvoroçavam-me o seio, paralisavam-me a vontade, entorpeciam-me como um magnetismo; queria fugir-lhe e não podia! Fiz mal, confesso-o e suplico a Deus que me perdoe, mas... Não podia! O sentimento que me dominava era irresistível e só Deus sabe o esforço que tive de fazer... para não lançar os braços ao pescoço de Ernesto, dizendo-lhe: amo-te, e ainda que Deus me castigue!... Bem veem que não quero atenuar a minha culpa. Ele prometia-me uma ventura infável e eu acreditava-o, acreditei até que o céu não poderia ofender-se de que eu desejasse ser venturosa! Foi uma fraqueza enorme, mas não foi uma revolta, e se...

CONDESSA (*a Albuquerque, à meia voz*) – É o costume, todas se perdem por fraqueza!

LUÍSA (*ouvindo a condessa, e levantando-se*) – Perdida! Ela diz que me perdi? Oh! Que não mereci esta afronta! (*Com dignidade, à condessa*). Senhora, eu faltei a Deus[,] mas não à honra; sou uma pecadora[,] mas não uma mulher perdida! (*Soluçando, e abraçando a irmã*). É demasiado severo o meu castigo! Joaquina, minha irmã, dize-lhes que a minha culpa não manchou o nome de meu pai, senão eu morro de vergonha.

CONDESSA – Perdão; eu não quis dizer...

BERGERET – Deus bem o sabe, filha, e grande favor lhe mereceis[,] pois que me advertiu do perigo que corríeis para que acudisse e salvasse. (*Voltando-se para os assistentes*). Senhores, ide louvar a misericórdia divina. (*A Luísa*). Luísa, os ministros da Igreja têm o poder de perdoar em nome do céu, vinde a mim! (*Saem todos[,] com sussurro, menos Bergeret, Luísa, Joaquina e D. José*).

JOAQUINA (*beijando a irmã e deixando-a. A Bergeret, à parte*) – Foi cruel[,] padre!

BERGERET (*a Joaquina*) – Doce crueldade a que redime! (*A Luísa*). – Irmã, venha oferecer a contrição que Ele lhe inspira. (*Sai pela esquerda, levando Luísa*).



Cena V

JOAQUINA e D. JOSÉ.

JOAQUINA (*a D. José, que vai para sair pelo fundo*) – D. José!

D. JOSÉ (*voltando-se*) – D. Joaquina!

JOAQUINA – Preciso uma explicação.

D. JOSÉ – Mas a missa vai começar.

JOAQUINA – Que a ouça quem puder ouvi-la com o espírito tranquilo. Diga-me, presenciou uma cena cruelíssima, não é verdade? Viu minha irmã alanceada, humilhada, coberta de vergonha!

D. JOSÉ – O padre Bergeret foi inconveniente.

JOAQUINA – E pensou em que a pobre criança sofria por si e por mim, e para a nossa comum felicidade? Não, enquanto a sua vítima, a nossa vítima, se estorcia no suplício, falava de amor à baronesa de Selgas. É um miserável, D. José!

D. JOSÉ – Não falava tal. É o ciúme que te faz crer...

JOAQUINA – Tive ciúmes, é certo, e tantos senti que não pude dissimulá-los.

D. JOSÉ – Não queres compreender-me! Bem sabes que convém mascarar os nossos amores, é por isso que eu...

JOAQUINA – Outra invenção engenhosa! Ocultas o amante de Joaquina de Magalhães com a máscara do amante da baronesa de Selgas, e ela compromete-se generosamente para que se não suspeite de mim! Não é este o conto?

D. JOSÉ – Bem sabes que te amo, Joaquina. Queres que te diga tudo? Se[,] às vezes[,] não evito que sintas ciúmes, é porque sei que o ciúme aferventa essa paixão (*com meiguice*), que é toda a minha ventura!

JOAQUINA – Embusteiro!

D. JOSÉ – Não posso amar outra mulher.

JOAQUINA – Talvez que não possas amar nenhuma; mas amo-te eu, por vergonha minha, e não quero ser ludibriada. Felizmente que vejo próximo o termo deste martírio de que me condenei, porque pressinto que Luísa não sairá dali (*apontando para a esquerda*)[,] senão irremediavelmente perdida para o amor e para a ambição de Ernesto.

D. JOSÉ – Resolvê-la-á o padre definitivamente a professar?...

JOAQUINA – Como te animas! É possível; o ensejo é favorável.

D. JOSÉ – E nesse caso...

JOAQUINA – O que há de fazer a pobre filha de São Vicente de Paulo, senão doar os seus bens à irmã, que ama? Não viste como ela se abraçou comigo?

D. JOSÉ – Coitada!

JOAQUINA – É lisonjeira para mim essa compaixão! Achas-me má, hipócrita, desalmada? Pois lembra-te de que o sou por tua causa, e compara os meus direitos sobre ti aos dessa tola, a quem andas requestando! E ver-me obrigada a defender dela o meu amor! E ter de descer a esta baixa de seduzir-te





a fidelidade com a promessa de uma fortuna! Ai! D. José, que me assombro de mim mesma e da minha humilhação! O que são as mulheres, e que maldito sentimento é o amor! Já não há em mim altivez nem brio; ferem-me os seios da alma, e não tenho coragem de me rebelar contra a mão que me feriu; os mesmos ciúmes me não levantam deste abatimento vergonhoso, sou uma escrava, uma miserável, uma desgraçada!

D. JOSÉ (*meigamente*) – O porvir te indenizará de quanto tens sofrido!

JOAQUINA – Juras-mo? Asseveras-me que não tenho a recear da baronesa? Mas se assim é, se me amas, poupa-me o tormento do ciúme e o inferno da dúvida!

D. JOSÉ – Não te darei o menor motivo de queixa, Joaquina. Mas não demos em espetáculo os nossos amores, e não façamos murmurar de nós. Olha, demais nos temos demorado aqui.

JOAQUINA – Pois vamo-nos. Lembra-te de que vão ser coroados pelo êxito os nossos esforços. (*Saem pelo fundo*).

Cena VI

LUÍSA e PADRE BERGERET.

(*Entram da esquerda*).

BERGERET – Agora, o Senhor te dará forças, porque Lhe pertences, e te defenderá como a coisa sua, para glorificação do seu nome. Não sentes a consciência mais tranquila?

LUÍSA – Sim, meu padre. E ninguém poderá já duvidar da minha inocência, como ainda agora, não é verdade? O próprio Ernesto, sabendo que já não posso pertencer-lhe, desistirá de perseguir-me. Não imagina de que grande peso me sinto aliviada! Já não são possíveis as hesitações, está tudo decidido para sempre. A luta que rugia cá dentro acabou e vou gozar sossego. Obrigada pelo bem que fez. Só uma coisa me pesa... Mas será um sacrifício para oferecer ao céu.

BERGERET – O quê?

LUÍSA – É o desgosto que causará a meu pai a minha deliberação. Coitado[,] ele está tão enfermo e acabado!

BERGERET – E havias de deixar-te guiar por um cego?

LUÍSA – Mas... é meu pai e eu amo-o.

BERGERET – Nosso pai está no céu[,] Luísa, e Ele aprova-te e lança-te a Sua benção. Se teu pai[,] segundo a carne, se afligir, a sua aflição será a que sente o enfermo quando um pecador se salva e um santo ascende à glória.

LUÍSA – Mas ele é tão bom... Tão extremoso. Oh! Que se eu pudesse salvá-lo?

BERGERET – E por que não se verificará esse milagre? Milagre Lhe chamo[,] porque teu pai é um grande pecador, que desagradeceu à Providência o talento que Lhe acendeu no cérebro e a eloquência que Lhe pôs nos lábios,



empregando os seus dons em difamar o Cristo e a sua esposa. E que grande mal ele fez! E quantos e quantos réprobos foram precipitados no fogo eterno pelas suas palavras e pelos seus escritos! Os inimigos da fé saudavam-no como o chefe, e ele guiava os pagãos à perseguição dos apóstolos e confesores. Quando esta terra hospitaleira se cobriu de infâmia, expulsando as filhas de São Vicente de Paulo, que os próprios selvagens amam como anjos de caridade, quando o populacho ébrio às martirizou com apupos e pedradas, e a negregada⁷⁹ imprensa lhes trespassou os corações[,] acusando-as de corromperem a infância, Carlos de Magalhães foi um dos mais encarniçados algozes das virgens do Senhor, e grande deve ser a clemência que lhe perdoe tão monstruoso crime, que aos olhos de Deus é uma impiedade e aos olhos do mundo uma covardia.

LUÍSA – Se pudesse dar a minha vida para lhe expiar a culpa! Se conseguisse[,] à força de súplicas[,] reconciliá-lo com a Igreja!

BERGERET – É louvável esse empenho, é... Ainda que teu pai o não merece, exorto-te a que não o abandones. Em verdade que a vitória sobre ele seria mais brilhante do que alcançada sobre ti mesma. O arrependimento do velho pecador seria mais agradável do que foi a consagração da virgem. Oh! Luísa, como serias grande e sublime, se triunfasses da impiedade na pessoa de um dos seus mais formidáveis campeões! Assemelhar-te-ias aos vultos gigantes do Velho Testamento, às Judites e às Déboras, e o teu nome seria abençoado...

LUÍSA – Não desejaria mais recompensa que o perdão de Deus para meu pai. E talvez que obtenha... Ele ama-me tanto, que não resistirá às minhas súplicas e lágrimas! Vou dedicar-me toda à piedosa empresa. Que alegria imensa se pudesse ver levantada a maldição divina que pesa sobre os meus! E Ernesto? Ai, padre, padre, por que não hão de[,] os que eu amo, amar como eu o Salvador?!

Cena VII

OS MESMOS, ERNESTO e depois JOAQUINA.

LUÍSA (*vendo Ernesto entrar precipitadamente da direita*) – Ernesto!

BERGERET (*à parte*) – O que o trará aqui?

ERNESTO – Luísa, seu pai chama-a. Onde está Joaquina? Que venha também.

LUÍSA – Meu pai chama-nos? O que sucedeu? Estará ele pior?

ERNESTO – Não se assuste. É verdade que piorou... Mas não está em perigo de vida.

LUÍSA – O primo que vem chamar-nos com tanta precipitação, é porque assustou o seu estado. Oh! Meu Deus, não consintas que ele morra sem o tornar a ver! Eu vou, eu vou. E a Joaquina? Onde está ela?

⁷⁹ Desgraçada, infeliz.



- BERGERET – A senhora D. Joaquina está na igreja.
- LUÍSA – Eu vou por ela. Meu pobre pai! (*Sai pelo fundo[,] correndo*).
- BERGERET (*a Ernesto*) – É realmente perigoso o estado do senhor Carlos de Magalhães?
- ERNESTO – Perigosíssimo. Sobreveio-lhe uma crise a que pode sucumbir dentro de poucas horas.
- BERGERET (*assustado*) – Dentro de poucas horas? Mas então, é preciso... (*Suspende-se*).
- ERNESTO – É preciso?...
- BERGERET – Salvá-lo.
- ERNESTO – A medicina esforça-se para alongar-lhe a vida.
- BERGERET – Referia-me à salvação da alma, senhor. E mostrou desejos de ver as filhas?
- ERNESTO – Não quer morrer sem se despedir delas, é pai amantíssimo. Também tem empenho em ver realizado, antes de deixar o mundo (*com intenção*), o meu enlace com Luísa.
- BERGERET (*com malícia*) – Coitado! Ignora que esse enlace é impossível!
- ERNESTO – Impossível! Sê-lo-ia, se a sua vontade fosse lei.
- BERGERET – A minha vontade não procura dominar a alheia. É a vontade de sua prima que se opõe a essa consórcio.
- ERNESTO – Luísa não resistirá ao pai nem aos próprios sentimentos, atrevo-me a dizê-lo.
- BERGERET – Não poderá ceder.
- ERNESTO – Por quê? O que significam as suas palavras? Algum embuste? Alguma violência?
- BERGERET – Violência seria obrigarem a virgem do Senhor a quebrar um juramento.
- ERNESTO – Um juramento!
- BERGERET – Luísa jurou que, depois de recolher o último suspiro de seu pai, partiria para França, e professaria no instituto de São Vicente de Paulo.
- ERNESTO – Não pode ser! Prometeu-me nada decidir de improviso, e sei que me ama.
- BERGERET (*dando-lhe um anel*) – Eis o anel[,] que o avisa de que deve renunciar para sempre à esperança de possuí-la.
- ERNESTO – Outra vez o anel?... É[,] pois[,] certo que o fanatismo recobrou a presa, para ligá-la com rijas cadeias[,] que eu não possa espedaçar! Ah! Miseráveis, que vencestes por traição e eu nem posso vingar-me, porque não há justiça que castigue os sedutores de crianças, que revoltam as filhas contra os pais, e lançam a discórdia e a dor no seio das famílias! São uns monstros que planeiam a sangue frio e executam com serena ferocidade os crimes mais atrozes, os que torturam a alma, mas são invioláveis porque trazem à flor dos lábios o nome blasfemado de Deus! A sociedade vingar-me-ia se me roubassem a bolsa; quando me roubam a mulher que amo e[,] com ela[,] a



ventura de toda a vida, a sociedade diz-me: resigna-te, porque foste espoliado em nome da religião! É um escárnio, é uma atrocidade! É bem verdade que somos fracos e impotentes contra os opressores das consciências!

BERGERET – O juramento que Luísa prestou foi voluntário, ela mesma lho dirá.

ERNESTO (*sem dar ouvidos a Bergeret*) – Mas por que foi este empenho, esta tenacidade em arrebatá-la? Seria vingança do ódio entranhado que votei aos hipócritas, como se adivinhasse que deles me adviria a desgraça?... Ah! Que já sei. Os aliciadores lançaram-lhe as redes para colherem um tesouro. A alma?... Que lhes importa a eles a alma? Ninguém os viu ainda nas enxovias exortando os criminosos ao arrependimento, nem nos prostíbulos lidando na regeneração das perdidas. Apeteceram a riqueza de Luísa, os bandidos, e...

BERGERET – Fiz voto de pobreza, senhor!

ERNESTO – Para sugar como um parasita a riqueza alheia, bem sei. Fazeis voto de pobreza e arredai-vos dos pobres como de leprosos, o vosso apostolado só bate às portas dos grandes e opulentos, a vossa caridade só ameaça quem pode retribuí-la, não apareceis senão à cabeceira dos enfermos que prometem dons e legados, para as vossas confrarias só recrutais os ricos, e só têm entrada no vosso céu os que pagam luxuosamente a portagem⁸⁰! Ambiciosos, vorazes, sanguessugas, é que vós sois... (*Entram, pelo fundo, Luísa e Joaquina. A Luísa*). Luísa, Luísa, é verdade que este homem te seduziu para fugires da pátria, da família, de mim, e ires ser escrava de fanáticos em terra estranha?

LUÍSA (*confusa*) – Ernesto... Como está exaltado!... Modere-se!

ERNESTO – Fala, por Deus, que morro de angústia! É verdade que fizeste um juramento?

LUÍSA – Jurei... Sim... Por obedecer à vontade de Deus... E peço-lhe que respeite a minha deliberação.

ERNESTO – Está perdida sem remédio!... Mas esse juramento foi-te extorquido... E não é válido porque há leis que proíbem as profissões religiosas!

LUÍSA (*com resolução*) – Só obedecerei às de Deus e da Igreja. O meu juramento é sagrado e inviolável, e não há poder no mundo que me obrigue a quebrantá-lo.

JOAQUINA – E quem é que lhe há de aconselhar um perjúrio? Nem meu pai, que antes de tudo é homem honrado. Ernesto, vamo-nos, vamo-nos.

ERNESTO – Vamo-nos, sim, porque esta atmosfera sufoca-me. (*Dirigindo-se para Bergeret, com ira*). Padre Bergeret, o seu miserável plano vingou, mas... (*Suspende-se, vendo que Bergeret fala com Luísa*).

BERGERET (*a Luísa*) – Minha filha, seu pai vai ser chamado à presença de Deus, vá cumprir junto dele a sua santa missão.

⁸⁰ Pedágio; lugar onde se cobra esse tributo.



ERNESTO – Uma missão junto de meu tio! Entrevejo outro trama ignóbil! Luísa, olha que te aliciam para seres instrumento da desonra de teu pai! Não te recomendaram que abusasse da debilidade de seu espírito enfermo para?...

JOAQUINA – Recomendaram-lhe que o movesse a contrição dos seus erros, e foi uma piedosa recomendação.

ERNESTO (*com violência*) – O erro dos liberais tem sido não afugentarem as aves de rapina, que lhes assaltam os ninhos e devastam as searas: o grande erro de meu tio foi deixar Luísa nas mãos que a desgraçaram! Senhor Bergeret, é um herói da milícia negra a que pertence. O plano faz honra ao seu gênio infernal, mas hei de fazê-lo abortar!

BERGERET – Vossa excelência assumiria uma tremenda responsabilidade se exercesse a coação sobre o espírito do senhor Carlos de Magalhães.

JOAQUINA – Meu pai é senhor das suas ações, e tem razão bastante para não precisar de tutor.

ERNESTO – Quem pensa em coação e em tutela? Basta-me vigiar e esclarecer. Quando esse homem se lhe acercar da cabeceira do leito com gestos e falas hipócritas, hei de dizer ao enfermo: eis o captador de Luísa, e ele há de tremer de cólera e arremessar-lhe à face a tremenda maldição dos pais. Hei de ter também o meu triunfo, padre, e a minha desforra! Hei de salvar a honra de meu tio, juro-lhe! Embora haja de lutar contra as filhas obcecadas, que o renegaram!

JOAQUINA (*irritada*) – E se eu lhe proibir a aproximação de meu pai?

BERGERET – Senhor Ernesto da Silveira, veja o que faz!

ERNESTO – Não haverá submissão nem ameaça que me estorve de cumprir o meu sagrado dever, e de destruir uma conjuração covarde contra um moribundo, que já não pode defender-se!

BERGERET – E eu digo que se quiser revoltar-se contra os desígnios de Deus, há de ser castigado: que se quiser lutar comigo, será vencido ou chorará a sua vitória. Lembre-se de que somos nós e só nós que ainda temos poder para lhe dar a esposa que deseja, e que mais lhe aproveitaria a humildade, que poderia ter recompensa, do que o orgulho temerário que o privaria do único meio de esposar Luísa.

LUÍSA – Mas se eu jurei...

BERGERET – A Igreja tem o poder de ligar e desligar.

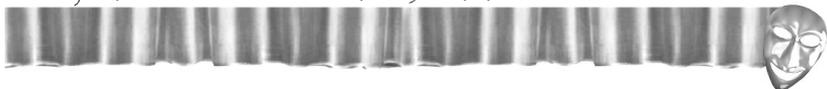
JOAQUINA – Desligar Luísa de seu juramento seria impiedade!

LUÍSA – Eu não aceitaria.

ERNESTO – E o que é necessário fazer para anular esse juramento? Alguma doação de bens? Siga, padre.

BERGERET – Não ofenda quem lhe estende a mão generosa! Se Carlos de Magalhães se reconciliasse com Deus e reconhecesse a falsidade da doutrina, que toda a vida professou...

ERNESTO – Basta, que não há benefício que valha esse preço!



JOAQUINA – É impossível, ele nunca consentirá.

BERGERET (*continuando*) – Se tal milagre se realizasse, Luísa não teria que expiar os pecados de seu pai e purificar-se da maldição que recaiu sobre o seu sangue, e eu pediria aos meus superiores que a desligassem do juramento que prestou.

ERNESTO – Oh! Que terrível dilema!

JOAQUINA – Mas, padre, se ela quiser professar por vocação!?

BERGERET (*a Luísa*) – Luísa, salve seu pai das penas eternas! (*A Ernesto*). Senhor, escolha agora entre a paz e a guerra!

ERNESTO – A guerra, a guerra, por honra da liberdade!

FIM DO SEGUNDO ATO.



ATO III

Sala em casa de Carlos de Magalhães. Portas à direita, esquerda e fundo.

Cena I

CARLOS, LUÍSA e depois JOAQUINA.

(Carlos, com aspecto de doente de gravidade, está recostado numa poltrona e rodeado de almofadas).

LUÍSA – Como se sente agora[,] meu pai?

CARLOS – Alguma coisa mais aliviado: respiro com menos dificuldade.

LUÍSA – Vê, sempre foi bom tomar o remédio.

CARLOS – Tomei-o por condescendência, filha, porque sei que não há remédios que me curem.

LUÍSA – Tenha fé em Deus, a quem não cesso de orar para que lhe prolongue a vida.

CARLOS – Devera antes pedir-lhe que me permitisse acabar de sofrer. Eu estou a encher tempo, Luísa. Ontem e hoje tenho passado melhor, é verdade, mas não tardará a sobrevir uma crise, como essa que tanto me assustou, e depois outra, e talvez ainda outra, até que a congestão me fulmine. É o curso destas doenças de coração.

LUÍSA – Talvez que outra seja a sua doença, e ainda recobre a saúde.

CARLOS – Será o que Deus quiser!

LUÍSA – E Ele é tão cheio de misericórdia. Se recorresse com fé viva à Sua proteção, por intermédio dos ministros do altar, talvez que...

CARLOS *(irritado)* – Outra vez?

LUÍSA – Perdão! Não se encolerize, que eu só desejo...

CARLOS – Não me encolerizo, não... Mas aflige-me a tua insistência. Desejo que me deixem morrer tranquilamente, crendo no que sempre cri.

LUÍSA – Mas se estivesse em erro?

CARLOS – Seria culpa da inteligência falível e não da vontade, e o supremo juiz havia de amercear-se⁸¹ de mim. Não sou e jamais foi inimigo da religião, e receberia agradecido as consolações que ela oferece ao homem na despedida do mundo; bem sabes que consenti em receber o teu padre Bergeret, apesar da antipatia que me inspirava. Quis imitar o bom exemplo de um amigo meu de infância, liberal dantes quebrar que torcer, alma temperada para o heroísmo das revoluções, e coração de pomba repassado pelo amor da família, que sentindo-se arrancado da tribuna e roubado à glória pela mão apressada da morte, enlaçou os braços com os da cruz, dizendo que a liberdade era piedosa filha do cristianismo. E expirou como eu desejava expirar, Luísa, beijando a cruz e os filhos, amando Deus e a liberdade!

⁸¹ Condoer-se, compadecer-se.



LUÍSA – Mas se é esse o seu desejo, por que repeliu o confessor? Por que não quer tornar a recebê-lo?

CARLOS (*exaltando-se*) – Nem quero ouvir falar desse homem, que em vez de reconciliar, inimizava, que em vez de trazer consolação, lança a desordem na consciência. Sabes que preço punha Bergeret ao que ele chamava a minha reconciliação com Deus? Uma apostasia! Uma desonra! (*Animando-se*). Queria que me arrependesse das opiniões de toda a vida, que renunciasse[,] antes de morrer[,] à estima do mundo e infamasse de antemão a minha memória! Renegado, eu? Renegado, Carlos Magalhães? Julgaria ele que eu já estava demente? Oh! Ainda não, e oxalá que se me não apague a luz da inteligência antes de se me consumir a vida!... E por que havia de renegar?

LUÍSA – Renegar, não, pedir a Deus que lhe perdoe ter professado princípios que a sabedoria infinita condena.

CARLOS – E quem diz que Deus condena a liberdade? Dizem-no eles! Pois são eles os cegos de entendimento. Oh! Filha, filha, tem dó de mim e deixa-me morrer em paz! Deixa-me morrer honrado, Luísa, suplico-to porque tenho medo da minha fraqueza, tenho medo de sucumbir e terminar com a ignomínia uma vida nobre! Não me reconheço... A enfermidade voltou-me criança... E sinto que se tu... Oh! Não, não! És boa, generosa e estimas o nome imaculado de teu pai, que será a tua melhor herança, não é verdade? (*Vendo Luísa chorar*). Não chores, não te aflijas! Valha-me Deus! Olha, Luísa, talvez que eu ainda viva muito e tenhamos tempo para nos pôr de acordo. Não questionemos mais; falemos antes de coisas alegres. Eu já estou tranquilo e só me lembro de que te amo muito. Vê que até me sorriu, pensando... Sabes em quê? No teu casamento.

LUÍSA (*sobressaltando-se*) – No meu casamento! Que ideia! Pense somente em recuperar a saúde e em conservar o espírito sossegado. Os médicos tanto lho recomendaram!... Não se fala em casamentos e festas à cabeceira de um enfermo de gravidade!

CARLOS – Mas se não posso ter sossego[,] enquanto não abençoar a tua união com Ernesto! Falemos de bodas e festas, falemos que não estou tão perto da morte que já se enludem os meus. Ouve cá, hoje que estou melhor; não poderíamos ajustar com Ernesto o dia certo da grande festa... Porque há de ser uma grande festa, visto ser a última a que assisto!

LUÍSA – Mas...

CARLOS – Mas?... Que objeção vais fazer? Que significa essa angústia?... Repugna-te o casamento? Não amas teu primo?

LUÍSA – Queria consagrar-me toda a meu pai... Custar-me-ia separar-me de si...

CARLOS – Não sabes que não consentiria na separação?... Luísa, tu escondes-me alguma coisa. Adias incessantemente a satisfação do meu desejo, pareces empenhada em que eu morra sem ver o teu casamento!... Serão intrigas, serão sugestões dos lazaristas?... Malditos, que os tenho sempre diante dos olhos!... Oh! Que horrível suspeita!



LUÍSA – Não excogite⁸² novos pretextos para se afligir. Não é isso, não é nada do que receia. Só desejo esperar pelo seu restabelecimento.

CARLOS – Não sei por que, mas não te acredito. Não me falas com a expressão da franqueza e da verdade. Ai! Que tormentos me estavam reservados para os últimos dias da vida!... Agora me lembro de que o padre Bergeret... Sim, sim, lembro-me bem, quando o repeli disse-me... Não sei já o que a teu respeito... Que estava sendo causa da tua desgraça... Que ficarias perdida para o mundo. O que queria ele dizer, Luísa?... Perdida, desgraçada serias tu... Se te houvesse ligado para a vida a essa gente... Fazendo votos religiosos, professando em algum instituto...

LUÍSA – Isso não seria desgraça, antes a felicidade na terra e a glória no céu!

CARLOS (*levantando-se arrebatadamente*) – É, pois, verdade! Ai! Que me roubaram a filha e eu já não tenho vida para a arrancar às mãos dos roubadores! A filha de Carlos de Magalhães vítima da hipocrisia, ó minha vergonha! Infames, covardes, que me apunhalaram pelas costas! Maldita seja a minha fraqueza! Maldita a hora em que (*para Luísa*) te separei de mim! Maldita sejas... Ai! Que eu... morro! (*Cai prostrado na poltrona*).

LUÍSA – Meu pai, piedade!... Oh! Meu Deus, que amargo transe! (*Vendo o pai desfalecido*). Matá-lo-ia eu?! Meu pai, ouça-me, meu pai! (*Chamando*). Joaquina, Joaquina!... Meu pai, não é verdade! Oh! Senhor, não permitais que ele morra podendo eu acusar-me da sua morte!

CARLOS (*com voz sumida*) – Não é verdade?...

JOAQUINA (*entrando*) – Que é isto, meu pai? O que foi? (*Fala rapidamente com Luísa*).

CARLOS (*a Joaquina*) – Tu foste a culpada... Porque lhe entregaste nas mãos!

JOAQUINA – Valha-nos Deus! Assustar-se sem fundamento! Agitar-se tanto com um sonho!

CARLOS – Um sonho?

JOAQUINA – Luísa casará com Ernesto, sossegue. Ora[,] o que lhe havia de lembrar! E em que estado se pôs, meu Deus! É capaz de piorar. Merecia que eu lhe ralhasse muito.

CARLOS – Tu não me enganas?... Mas por que é que Luísa disse que a sua felicidade seria...

JOAQUINA – Ela só fará o que for da vontade de seu pai. Não fale mais, suplico-lhe. Estivera eu aqui que não teria consentido nessas conversações que o afligem. Agora é preciso sossego... Deve ir encostar-se. Pobre pai! Recolha-se à alcova, sim? (*A Luísa*). Ampara-o desse lado. (*Levantam Carlos e levam-no para fora*).

CARLOS – Mas é preciso que Luísa case quanto antes. Já não tenho descanso[,] sem a ter visto casar. (*Sai nos braços das filhas, pela esquerda*).

⁸² Imagine, cogite.



Cena II

D. JOSÉ e o PADRE BERGERET.

D. JOSÉ (*tendo entrado pela direita, e voltando-se para a porta*) – Padre Bergeret, pode entrar[,] porque já o levaram daqui.

BERGERET (*entrando*) – E como está ele hoje?

D. JOSÉ – Muito mal, apesar das melhoras aparentes. Vão-se-lhe acabando as forças, e os médicos receiam que não dure oito dias.

BERGERET – Sim? É preciso, pois, operar rapidamente. Já desesperei de que Luísa consiga vencer a deplorável obstinação do pai, porque se arreceia dos seus ímpetos de cólera, desde que os médicos lhe disseram que podiam ser fatais. Urge recorrer a um meio heroico, D. José.

D. JOSÉ – Fazer-lhe saber que se não se reconciliar com a Igreja, abjurando dos seus erros, Luísa professará?

BERGERET – Certamente. Pôr em prática o plano que a sabedoria de Deus me inspirou e cujo êxito se me afigura certo. Se Carlos souber...

D. JOSÉ – Mas quem há de dizer-lho? O padre não, porque ele não quer vê-lo. Joaquina empenha-se em que o pai continue persuadido de que Luísa casará com o primo. Ernesto vigia pelo que julga ser a honra do tio.

BERGERET – E é um terrível inimigo. Enganei-me com ele, supondo que o ganharia com a promessa de tornar possível o seu casamento com Luísa, e esperando que nos ajudasse a submeter o ancião, para que a promessa pudesse cumprir-se. Achei-o mais homem de princípios que de sentimentos, e mais liberal do que amante; paciência! Nem por isso a religião deixará de alcançar uma esplêndida vitória, senhor D. José!

D. JOSÉ – Começo a ter dúvidas.

BERGERET – Falta de confiança em Deus, que protege a sua causa, e que o elegeu, ao senhor, para lhe assegurar o triunfo. Vim aqui para lho dizer.

D. JOSÉ – A mim? Mas como? O que quer que eu faça?

BERGERET – O que eu não posso. Que diga a Carlos de Magalhães que[,] se morrer impenitente[,] sua filha consagrar-se-á à religião e à caridade.

D. JOSÉ – Isso nunca!

BERGERET – Dir-lho-á hoje mesmo, dir-lho-á quanto antes.

D. JOSÉ – Não posso... Falta-me a coragem. Receio que a revelação o fulmine, e não quero assumir a responsabilidade de lhe cavar a morte.

BERGERET – Esperava mais da sua dedicação e da sua piedade.

D. JOSÉ – Exige-me quase um crime. Para lhe dizer tudo, padre Bergeret, eu não aprovo que se atormente um velho respeitável nos seus últimos dias, e se queira extorquir à fraqueza de um moribundo uma abjuração... que o desonra.

BERGERET – São esses os verdadeiros motivos pelos quais se recusa a salvar uma alma pecadora?





D. JOSÉ – Decerto. Também compreendo a honra, e não tenho o coração de pedra.

BERGERET – Está faltando à verdade, D. José, como se Deus e eu não lêssemos no seu espírito.

D. JOSÉ – O que quer dizer?

BERGERET – É a cobiça dos bens mundanos que o põe em revolta contra as ordens de Deus, sem se lembrar que Deus pode castigá-lo, fazendo com que só ache o vácuo onde supõe encontrar um tesouro.

D. JOSÉ – Asseguro-lhe que me está julgando erradamente.

BERGERET – O senhor D. José e D. Joaquina conspiraram-se contra o serviço do Senhor, induzidos pelo amor criminoso que os une e pela comum ambição. Puseram o fito dos seus desejos em que Luísa professes para lhes deixar os bens, e por isso opõem-se a quanto possa concorrer para que o pai se reconcilie com a Igreja, e ela desligue a minha discípula do juramento que fez. Mas eu adivinhei-os e preveni-me para mostrar aos que imaginaram fazer da religião e dos seus ministros instrumentos de paixão torpes, que só há desastres, desbaratos⁸³, humilhações e vergonhas para quem quer vencer sem Deus e contra Deus. A lima quis trocar o papel com o do operário, pois o operário despedaça a lima e arroja os pedaços para onde lhe não possam roer na mão. Saiba, senhor D. José, que Luísa de Magalhães fez doação indireta dos seus teres ao Instituto de São Vicente de Paulo, para o caso de professar nele.

D. JOSÉ – Mas isso é uma burla feita a mim e a Joaquina! O senhor promete-nos que lhe aconselharia...

BERGERET – Nada prometi e só conselho o que se me afigura ser para maior glória de Deus. O Instituto não é ambicioso de riquezas, mas desde que a fortuna de Luísa se tornou obstáculo a que vossa excelência e D. Joaquina concorressem para a salvação eterna de Carlos de Magalhães, removeu o obstáculo, destinando-a para ser empregada no culto divino e em obras pias, no caso da sua possuidora querer renunciá-la. Deste modo, senhor D. José, nada tem a perder nem a ganhar com o casamento de minha discípula, e só pode (*com intenção*) perder ou alcançar a mão e a riqueza da baronesa de Selgas.

D. JOSÉ – E o que hei de fazer para alcançar? Padre Bergeret, perdoe-me ter querido lutar consigo; foi Joaquina que me induziu. Por mim[,] nunca pensaria senão em obedecer-lhe cegamente.

BERGERET – Pois obedeça-me agora, agradecendo a anistia que concedo à sua rebelião! Esqueça-se de D. Joaquina[,] que precisa ser castigada por haver encoberto, com fingimentos de devoção, cálculos de miserável interesse, e a baronesa de Selgas, modelo de docilidade, premiará a dedicação com que nos servir nesta grande obra em que ando empenhado. É uma grande

⁸³ Estragos, destroços.



obra, D. José, de que espero os maiores proveitos para a causa da religião e... para mim! A abjuração de Carlos de Magalhães, tão completa e solene como a desejo e como a havemos de conseguir[,] fazendo com que ele assinasse este papel (*mostrando um papel, que tirou do bolso*), fará exasperar os liberais e ímpios, obrigando-os a infamar o homem que antes veneravam, e os meus superiores de França não deixarão de me agradecer tão relevante serviço... Embora eu só deseje que por ele me perdoe Deus alguns pecados! Ajude-me, pois, senhor D. José. É bem recebido aqui, onde tem sido enfermeiro solícito do pobre velho, não inspira desconfiança a Joaquina, e pode, portanto, operar com segurança, com a rapidez, que é imprescindível, e com seguro êxito.

D. JOSÉ – Em verdade, custa-me a resolver.

BERGERET – Também me há de custar a resolver a baronesa de Selgas a esposá-lo, e todavia...

D. JOSÉ – Basta. Tudo farei para lhe ser agradável.

BERGERET – E eu para lhe ser útil.

D. JOSÉ – Hoje mesmo falarei a Carlos de Magalhães.

BERGERET – Ainda hoje espero ter uma conferência com a baronesa de Selgas.

D. JOSÉ – Dê-me a declaração que ele deve assinar. (*Recebe um papel de Bergeret*). Onde poderei encontrá-lo, quando precisar de si?

BERGERET – Em São Lázaro, quando não esteja aqui[,] onde procurarei demorar-me o mais possível em práticas com Joaquina e Luísa. Diga em segredo a Luísa que vim para falar-lhe.

D. JOSÉ – E não me falte, não?

BERGERET – Não desanime, não? (*Bergeret sai para o fundo, D. José para a esquerda*).

Cena III

D. JOSÉ, CARLOS, LUÍSA e JOAQUINA.

CARLOS (*entrando nos braços das filhas[,] pela mesma porta por onde vai a sair D. José, que se detém*) – Ah! É o senhor D. José!... Mas estava falando... que eu ouvi vozes. Com quem conversava?

JOAQUINA (*atalhando a resposta[,] a D. José*) – O pai imaginou que ouvia a voz do padre Bergeret, e quis ver se efetivamente cá estava, embora eu e Luísa lhe dissemos que não era ele.

CARLOS – Queria expulsá-lo outra vez, se tivesse tido a imprudência de voltar a esta casa. Talvez se escapasse.

D. JOSÉ – Pois ouvia-se na alcova o que nós dizíamos aqui?

JOAQUINA – Apenas se ouviu por momentos um rumor de vozes, em que logo distingui a do primo.

D. JOSÉ (*depois de ter hesitado*) – Pois... enganou-se; não era ele que estava aqui.



CARLOS – Bem dizia eu. Era então o padre? Pois ele ainda ousa!...

D. JOSÉ (*baixo[,] a Luísa*) – O padre Bergeret está lá fora e quer lhe falar imediatamente.

LUÍSA (*baixo[,] a D. José*) – Vou já, mas por Deus, não diga!..

JOAQUINA (*fazendo sinais a D. José[,] que finge não percebê-los*) – Ah! Então já adivinho quem fosse, era o Júlio da Silveira, que tem vindo todos os dias saber do nosso querido doente.

D. JOSÉ – Não, minha senhora; era efetivamente o padre Bergeret, que já saiu.

(*Joaquina faz gestos de cólera*).

CARLOS – Ah! E o que veio ele cá fazer? O que queria desta casa, onde introduziu a cizânia e o desgosto?...

JOAQUINA – Não me pareceu a sua voz! Provavelmente veio informar-se de si, meu pai, uma visita de mera cortesia. Ele é muito delicado.

CARLOS – Pois se voltar, digam-lhe que não quero dele nem a cortesia!

D. JOSÉ – Trazia-o aqui motivo mais grave...

JOAQUINA – O senhor D. José está hoje com umas palavras misteriosas e uns gestos solenes, que me fazem desesperar!

D. JOSÉ – Tenho a cumprir um imperioso dever de amizade. Pelo padre Bergeret[,] soube...

JOAQUINA – Guarde para si o que sabe, e não fale desse homem.

D. JOSÉ – Não sei se deva...

CARLOS – Diga, diga, senhor D. José, ainda que me não pode vir coisa boa de inimigos figadais. Estou preparado para tudo.

D. JOSÉ – Senhor Magalhães, se eu merecesse que vossa excelência me tivesse em conta de amigo, rogar-lhe-ia[,] em nome da amizade[,] que recebesse o padre Bergeret e se reconciliasse com a Igreja, que é poderosa, possui as chaves do céu, e pode castigar nos filhos as culpas dos pais.

JOAQUINA (*para Carlos*) – Não me disse que queria falar a Ernesto? (*Para D. José*). Tem a bondade de ir pedir a meu primo que venha aqui?

D. JOSÉ – O senhor Ernesto da Silveira ainda não regressou à casa. (*Para Carlos*). Não rejeite vossa excelência o meu conselho, porque se arrependerá de o ter feito, se ama sua filha e deseja o enlace que a há de tornar venturosa. As circunstâncias são gravíssimas, senhor. Sua filha está em risco de perder-se, e só um rasgo de amor paterno pode salvá-la.

CARLOS – Oh! Meu Deus! O que quer dizer com isso?

JOAQUINA (*exasperada*) – Que é um emissário dos lazaristas, que eles incumbiram de forjar a sua desconfiança, meu pai. Não lhe dê ouvidos. (*Faz gestos suplicantes a D. José[,] para que se cale*).

CARLOS (*para Joaquina*) – Cala-te, deixa-nos.

JOAQUINA – O que há de ter Luísa que recear dos padres? Ela está resolvida a casar com...

D. JOSÉ – Não pode, jurou...



CARLOS – Jurou tomar o hábito de irmã da caridade, não é isso? Ah! Que bem mo dizia o coração!... E tu querias enganar-me, Joaquina!

JOAQUINA – É que... É que... Se não tinha remédio... Para que havia de saber? É melhor deixá-la, se é sua vocação! É verdade, jurou professar e... Não há meio de a desligar...

(Fazendo sinais a D. José, para que a não desminta).

D. JOSÉ – Há, sim, minha senhora, se o não houvesse[,] teria deixado o senhor Magalhães na sua feliz ignorância.

JOAQUINA *(à parte)* – Este homem é um monstro! Atraiçoa-me!... Foge-me!

CARLOS – Que meio é esse? Diga-mo, explique-me que eu tudo farei...

D. JOSÉ – A sua reconciliação com a Igreja[,] senhor Magalhães.

JOAQUINA – A sua desonra, meu pai, a abjuração que lhe propuseram e recusou com tanta nobreza. Não há de conseguir os seus intentos, senhor D. José, não há de ganhar o prêmio que lhe prometeram!

CARLOS – Ah! Que miserável trama! Compreendo tudo. Obrigaram-me a optar entre a minha desonra e a desgraça da filha! E ela consentiu? Onde está Luísa? Chamem-na[,] que quero ouvir da sua boca a confissão da infâmia...

JOAQUINA – E Ernesto, ouça também Ernesto e aconselhe-se com ele. Vou mandá-lo chamar. *(Passando por D. José, à meia voz)*. És um pérfido, mas hei de obrigar-te a ser fiel aos teus compromissos. Não está tudo perdido. *(Sai)*.

Cena IV

D. JOSÉ, CARLOS e LUÍSA.

CARLOS – Nenhuma pai se viu ainda em mais angustioso transe. E foi Luísa, a filha bem amada, que mo preparou, pagando o amor com a mais feia ingratidão! Ela[,] afinal[,] não tem culpa: como havia a pobre criança de resistir à astúcia e à violência dos aliciadores?... O culpado sou eu, que deixei cair a pomba nas garras dos abutres!

LUÍSA *(entrando)* – Meu pai!

CARLOS *(exaltando-se)* – Ah! Luísa, Luísa, que és o tormento da minha agonia e a desonra da minha velhice. Não sabias o nome de teu pai, desgraçada?

LUÍSA *(assustada)* – Meu Deus!

CARLOS – Sei tudo, sei que ofereceste o meu cadáver para servir nas pompas de um triunfo. Mas contaste demasiado com o meu amor e a minha fraqueza! Hei de ser inexorável para com a filha ingrata, e deixá-la-ei despenhar-se no abismo que por suas mãos cavou, porque a minha honra não é minha, é de meu País, é da liberdade! Quem te mandou dispor de que não é teu? Que direito tens para me exigir que te sacrifique o que mais deseja o homem honrado à beira do túmulo – o respeito à sua memória?

LUÍSA – Perdão, meu pai, que eu não mereço estas palavras[,] que me dilaceram o coração!



D. JOSÉ – Senhor Magalhães, abrande-se, que sua filha não é culpada senão por bons desejos.

CARLOS – Ela não é minha filha, é uma escrava dos lazaristas, o instrumento do seu ódio, o punhal que me apontam ao peito bradando que me renda! Escrava dos lazaristas, irmã de caridade, espólio de uma vitória que eles não de apregoar, lançando o nome do pai[,] que não soube defender a filha[,] aos sarcasmos e às maldições do mundo!... De toda a maneira me desonram, meu Deus! Ou eu ou ela seremos sua presa... E ela sê-lo-á para toda vida... Enquanto eu[,] ao menos[,] escapar-lhes-ei pela morte, e não ouvirei os apupos... que não de ser a oração fúnebre... do renegado! – Nunca! Nunca! Não posso suportar essa ideia horrível!

LUÍSA – E que lhe importam os maus juízos dos homens, se Deus lhe há de conceder a glória eterna?

CARLOS – Atraves-te a advogar a tua causa?

LUÍSA – Não é a minha causa que advogo, é a sua. Oh! Não se encolerize, não me amaldiçoe. Como havia eu de lutar contra a vontade do Senhor, que se manifestava em mim? Foram os padres que propuseram desligar-me do juramento que prestara... e consentir num casamento que havia renunciado espontaneamente...

D. JOSÉ – Apesar de amar seu primo!

CARLOS – O quê? Pois tu amas Ernesto, e amando-o consentiste em votar-te ao celibato? Oh! Filha, à que estado te reduziram o espírito, e como os hipócritas se apoderaram dela!... Já não sei senão compadecer-me de ti, desgraçada! (*Abatido*). E julgas que poderei consentir na consumação do teu sacrifício?

D. JOSÉ – Tendo um meio certo de evitar!

LUÍSA – Não me seria doloroso o sacrifício, mas o que me cobriria de luto seria o tê-lo visto morrer impenitente, e saber que a sua alma fora padecer tormentos sem fim. Diga-me, meu pai, poderia ser feliz, sabendo que eu vivia na desgraça e no sofrimento? Não sofreria também, sentiria a minha dor, choraria as minhas lágrimas? Como havia eu, pois, que o amo tanto como sou amada, ter um gozo na vida que não fosse amargurado pela lembrança terrível da sua condenação eterna? Essa lembrança perseguir-me-ia implacável, seria o pesadelo do meu sono e da dor das minhas vigílias; só a oração e a penitência me dariam lenitivo, dando-me esperança de que Deus se amercearia de si e de mim... E por isso é justa a resolução que tomei.

CARLOS (*impressionado, para D. José*) – Creio na sua sinceridade, coitada!

LUÍSA – Deus sabe se sou sincera, Deus sabe se é ardente a minha fé! Quer uma prova? O senhor D. José disse a verdade, amei Ernesto e ainda o amo, apesar dos esforços que fiz para purificar o coração, e conheço que seria feliz com ele, sendo amada, tendo uma família e um lar, e apertando ao peito umas criancinhas que me cobrissem de beijos, chamando-me mãe. Mãe, mãe! Cuida que não sou mulher e que não sinto a magia deste nome de



inefável doçura? Pois bem, renunciei à felicidade, repeli Ernesto, condenei-me (com explosão) a não poder amar, tendo o seio a transbordar, para oferecer a Deus o meu sacrifício, suplicando-lhe que por ele perdoasse as suas culpas!

CARLOS (*enternecido*) – Mas isso é heroísmo de amor filial, Luísa! E eu que te acusava sem compreender-te! Que me importa que as tuas crenças sejam errôneas, se são sinceras e veementes, que o sacrifício a que te destinaste seja desnecessário, se o inspirou uma santa intenção! Pobre mártir! Mas não, não o serás, que não posso aceitar que te condenes por desejo de salvar-me. Farei o que quiseres, filha, deixarei guiar por ti os meus derradeiros passos no mundo (*rebetando as lágrimas*), porque não sei resistir ao carinho.

LUÍSA (*abraçando o pai com efusão*) – Obrigada, meu pai! Que imensa alegria, meu Deus! Agora sim, que haverá sol, amor, puros regozijos na minha vida! Desoprimiu-se-me o peito como se houvesse escapado a um grande perigo! Quando tiver a desgraça de perdê-lo, poderei dizer com confiança: MEU PAI ESTÁ NO CÉU! (*Ameigando Carlos*). E que glória a sua, que salutar exemplo o da sua contrição! Como a Igreja há deabençoar o nobre adversário, que se lança em seus braços assombrado, como São Paulo, por um raio da graça divina! Oh! Meu pai, meu pai, meu pai, como eu o amo!

CARLOS (*repelindo brandamente a filha*) – O meu exemplo?! Triste exemplo da fraqueza!

LUÍSA – Que é isso? Desanima? Senhor, Senhor, amparaí-o!

D. JOSÉ – Não se arrependa da sua generosa resolução.

CARLOS – E quem se mostrará generoso para comigo? (*Repelindo a filha com violência*). Não posso, não posso. Vai-te, que me ias fazendo sucumbir!... Seria uma infâmia não ceder à convicção, mas à violência. Penetrado pela graça divina, eu? Vencido pela astúcia, cedendo a um trama vil, devera dizer esta louca! Não, hei de morrer como vivi, lutando pelos direitos da consciência humana, sacrificando ao amor pela liberdade o meu amor de pai, e crendo na religião do Evangelho[,] mas nunca na do SYLLABUS!⁸⁴ (*Para Luísa*). Vai dizer aos verdugos que antes lhes entrego a filha... (*Suspende-se subitamente*).

LUÍSA – E que a entrega ao desespero, meu pai!

CARLOS (*com abatimento*) – Não vás... Não digas nada!... Ai! Que eu enlouqueço!... Não posso vencer o meu amor por ti, Luísa. Pois haverá deveres mais sagrados que os de um pai, pois há de haver quem me maldiga, por ter querido a todo transe salvar a filha de uma enorme desgraça... Coitada, e ela que ama Ernesto! Que sejam felizes ambos, e o mundo que vocifere e pragueje! Importa-me bem o mundo quando vou deixá-lo! E olha, Luísa, deixá-

⁸⁴ Ou Sílabo: lista de erros que o Papa condenou. O autor refere-se ao sílabo promulgado por Pio IX, em 1861.



-lo-ei em breve, porque esta luta cruel gastou-me as últimas forças, e sinto aqui no peito... Depressa, depressa... O que hei de eu fazer?

LUÍSA – Graças a Deus[,] que o não abandonou! Vou chamar o padre Bergeret.

D. JOSÉ – Ele exige, para poder resolvê-lo, uma abjuração de todos os erros de doutrina, que estão condenados pela Igreja. Tenho aqui a fórmula. (*Dá a Carlos o papel que lhe entregara Bergeret*).

CARLOS (*convulso*) – Sim... É isso... Uma abjuração por escrito... Para que a publiquem... Para que a apregoem! São inexoráveis os fariseus!

LUÍSA – Verá como a sua doutrina é doce e persuasiva.

CARLOS (*arrojando o papel de si*) – Parece que me escalda como um ferro em brasa... Um ferrete infamante. (*Olhando para a filha*). Pobre Luísa! (*Pegando novamente no papel*). Dá cá, dá cá! E o padre? Que venha, que não há suplício sem carrasco!

D. JOSÉ – Eu vou chamá-lo.

LUÍSA – E há de recebê-lo aqui? É melhor na alcova, onde ninguém irá perturbá-los.

(*Luísa e D. José levantam Carlos, para o transportar*).

CARLOS – Que importa à vítima onde se levantará o altar?... Mas aviem-se... Que quero descansar... Que preciso morrer!... (*Saem todos três pela esquerda. Padre Bergeret mostra-se, entreabrindo a porta do fundo*).

Cena V

PADRE BERGERET e D. JOSÉ.

(*Bergeret aparece ao fundo[,] com semblante alegre. Entra. Parece escutar para a direita – do espectador – , dando sinais de inquietação. Entra D. José[,] da esquerda*).

D. JOSÉ (*entrando*) – Já aqui está! Venha, que está ganha a vitória.

BERGERET (*inquieta*) – Ainda não, porque se me afigura ouvir passos de Ernesto, que D. Joaquina mandou procurar por toda a parte.

D. JOSÉ – E a presença dele pode perder tudo. O velho está num estado de espírito em que é fácil dominá-lo.

BERGERET – É preciso evitar que ele lhe fale, e fazer com que Carlos assine a abjuração.

D. JOSÉ – Mas[,] como?

BERGERET – Ele aí está. Detenha-o a todo o custo.

(*Vai para entrar para o quarto de Carlos. Aparece, da direita, Ernesto, seguido de Joaquina*).



Cena VI

OS MESMOS, JOAQUINA e ERNESTO.

ERNESTO (*entrando da direita e vendo Bergeret, grita para detê-lo*) – Padre Bergeret!

BERGERET (*parando e voltando-se para Ernesto*) – Senhor Ernesto de Magalhães?

JOAQUINA (*avistando D. José*) – Senhor D. José, preciso falar-lhe. (*D. José, no momento em que Joaquina lhe dirige a palavra, entra para o quarto de Carlos. Joaquina, com um movimento de cólera, segue atrás dele.*)

ERNESTO (*a Bergeret*) – Foi-lhe proibida a entrada nesta casa, senhor. Cheguei a tempo para lho lembrar, e impedir que vá perturbar com a sua presença o sossego do enfermo. Queira sair.

BERGERET – Fui chamado para reconciliar um pecador com Deus.

ERNESTO – Fui encarregado de o despedir. Saia!

BERGERET – Não sairei, senhor[,] e não me falta coragem para sofrer maus tratos no cumprimento dos deveres augustos do sacerdócio.

ERNESTO – Diga antes que lhe sobejam tenacidade e ousadia para pôr ao serviço da sua torpe ambição.

BERGERET – Senhor Silveira, se não quer respeitar em mim o ministro de Deus, respeite a sinceridade das convicções religiosas, que aqui me trouxeram a arrostar a sua cólera e os seus insultos. Bem se diz que a tolerância dos liberais é só para os ímpios libertinos, e não se estende ao Cristo e seus apóstolos!

ERNESTO – Não é tolerância que oferecemos ao Cristo, é adoração; e como Ele perseguimos os fariseus. Sei que malvado propósito o trouxe aqui, mas estou apostado para defender a honra de meu tio, como teria defendido Luísa das garras que a preiaram, se me houvera sido lícito velar por ela. Perdeu a pobre criança, mas não há de infamar o nome venerável de meu segundo pai. (*Volta as costas a Bergeret, e mostra querer entrar para o quarto de Carlos.*)

BERGERET (*mostrando empenho em deter Ernesto*) – Se tiver de renunciar à mão de sua prima, não será por minha culpa. Apesar da inimizade de vossa excelência, estimo o seu nobre caráter, espero que Deus lhe há de iluminar o espírito com os raios da infinita verdade, e desejei tanto contribuir para a sua felicidade na terra, como para a salvação eterna de seu tio.

ERNESTO – Com a condição de lhe persuadir uma abjuração vergonhosa, bem sei. Mas enganou-se comigo e já deve estar prevenido de que nada tem a esperar de mim, senão guerra sem tréguas. Dispense-se, pois, de me importunar com as suas homilias e dispense-me de lhe repetir a ordem de sair desta casa.

BERGERET – Mas se vossa excelência quisesse...



ERNESTO – Só quero de si que se suma da minha presença, e me poupe o esforço que estou fazendo para não esmagar o réptil, que me mordeu no coração.

BERGERET – Foi Deus que o afligiu, talvez em castigo dos seus pecados, porque foi Ele que inspirou a vocação de sua prima. Mas ainda é possível que inspire também o senhor Carlos de Magalhães...

JOAQUINA (*entreabrindo a porta da esquerda*) – Ernesto, Ernesto, acuda, que meu pai cede. (*Torna a fechar a porta*).

ERNESTO – Cede?! Oh! Desgraçado! (*Precipita-se para o quarto de Carlos. Bergeret passa-lhe adiante e cobre a porta com o corpo, estendendo os braços*).

BERGERET – Agora sou eu que lhe digo: não passará daqui!

ERNESTO (*assombrado*) – Estará louco?

BERGERET – Em nome de Deus[,] te esconjuro, Satanás, para que não transvies a alma que Ele chama a si num rasgo de inefável misericórdia! Não estou louco, não; como bom pastor, defendo a ovelha, que volta ao aprisco, ao assalto do lobo, e primeiro há de lacerar-me as carnes do que lhe lançará a garra. Não passará daqui, senhor!

ERNESTO – Passarei sobre o teu corpo, miserável. Arreda-te, se não queres...

BERGERET (*levantando os olhos*) – Inspirem-me os santos mártires a sua fortaleza!

ERNESTO – Que audácia!... Arrede-se, ou arranco-lhe essas vestes para as não profanar, e piso-o a pés como a um escorpião!

LUÍSA (*dentro*) – Ernesto, padre Bergeret, acudam! Oh! Meu Deus! (*Ernesto precipita-se sobre Bergeret. Este cai de joelhos e toma uma posição de humildade. Ernesto recua*).

BERGERET – Levante as mãos sobre o unguido do Senhor, maltrate-o, martirize-o que ele oferecerá a Deus o martírio e pedirá perdão para o seu algoz!

ERNESTO (*indeciso*) – Valíssimo hipócrita!

BERGERET – Obrigada, meu Deus, por me permitirdes⁸⁵ que sofra pela Vossa causa!

ERNESTO (*exasperado*) – Ah! Tu queres sofrer[,] energúmeno?... (*Vai para bater-lhe*).

BERGERET (*oferecendo a face*) – Aqui está a face, senhor!

(*Ouvem-se dentro gritos de aflição. Ernesto suspende-se. Bergeret levanta-se, escutando*).

ERNESTO (*escutando aflito*) – O que é isto? Gritos e soluços!... (*Dirige-se para a porta. A porta abre-se e aparecem D. José, amparando nos braços Luísa[,] quase desfalecida, e Joaquina, dando sinais de profunda mágoa*).

⁸⁵ Na edição original, “pois me permitirdes...”.



Cena VII

ERNESTO, BERGERET, D. JOSÉ, LUÍSA e JOAQUINA.

D. JOSÉ (*respondendo aos olhares interrogativos de Ernesto e Bergeret*) –
Morto!

LUÍSA (*gemendo*) – Meu pai! Meu pobre pai!

ERNESTO – Morto?!

BERGERET – O Senhor se compadeça de sua alma! (*Dá sinais de inquietação e parece querer interrogar D. José*).

ERNESTO – Livrou-o a morte de cruel padecer! Abriu-se para ele a história, que lhe há de honrar a nobreza de caráter e firmeza de princípios!

BERGERET (*que tem se aproximado de D. José, e falando com ele*) – Bendito seja Deus, que lhe estendeu os braços da sua infinita misericórdia!

ERNESTO – Morreu, dando um generoso exemplo de fortaleza!

BERGERET – A sua intenção há de abrir-lhe as portas do céu; o arrependimento terá bastado para salvá-lo!

D. JOSÉ – Dir-se-ia que Deus lhe esteve prolongando a vida até ao momento da contrição, porque apenas assinou[,] caiu fulminado!

JOAQUINA – Porque o matou o esforço que fez! Mataram-no, mataram-no!

ERNESTO – Mataram-no?!... Assinou?! Luísa, Luísa, que fizestes de teu pai?

LUÍSA (*ajoelhando*) – Oh! Meu Deus, perdoai-me, se fiz mal!

ERNESTO – Mas que sucedeu?... Extorquiram alguma abjuração ao moribundo?... Não me respondem?... Senhor D. José?... Joaquina?

JOAQUINA – Triunfaram, Ernesto; obrigaram-no a assinar...

BERGERET (*interrompendo Joaquina*) – O senhor Carlos de Magalhães, antes de morrer, foi tocado pela graça do céu, e deixou um documento da sua contrição. Ei-lo aqui, firmado pelo seu punho. (*Mostrando um papel*).

ERNESTO – E eu que me aplaudia por havê-lo salvado!... Quem foi[,] então?...

Ah! Luísa[,] que mereceste a maldição do teu pai! E o que diz esse papel?

BERGERET (*lendo*) – “Sentindo-me próximo da morte, mas em uso pleno das faculdades intelectuais, declaro espontaneamente que me pesa de haver propagado, pelos meus escritos e discursos, doutrinas contrárias à santa religião, às da Igreja de Roma e ao poder espiritual e temporal do soberano pontífice, e que condeno como ímpias, criminosas e nocivas à sociedade as que foram condenadas pelo Breve de oito de Dezembro de 1864 e estão enumeradas no SYLLABUS, a que submeto a razão...”.

ERNESTO (*interrompendo com violência*) – Basta! (*Fica prostrado e parece meditar profundamente*).

BERGERET (*com doçura*) – Foi esplêndida vitória da fé, que a todos deve encher de júbilo. (*A Ernesto*). Vossa excelência também lucrou com ela. Hei de cumprir a minha promessa, empenhando-me com os Superiores para que Luísa possa ser sua esposa.

JOAQUINA – Pois ainda mais essa infâmia? (*A Luísa*). E tu hás de consentir?



ERNESTO (*a Bergeret*) – Não represente de vencedor magnânimo, porque não venceu ainda.

D. JOSÉ – Só o senhor Magalhães poderia desfazer o que fez.

ERNESTO – A verdade há de raiar, e ver-se-á que vis astúcias e que torpes violências cercaram meu tio na última hora. Julga ter na mão a desonra de um finado, e prepara-se para a apregoar ao mundo? Pois veremos se fazem mais ruído os seus pregões, do que os brados de indignação com que lhe hei de arrancar a máscara da hipocrisia! Supunha que era só introduzir-se como um ladrão covarde no seio de uma família, roubar-lhe a paz, a ventura, a honra, e ir vender o roubo a quem lhe abençoa a empresa? Há de haver quem o persiga, quem o denuncie, quem corra atrás de si[,] gritando: infâmia! Infâmia! Infâmia!

BERGERET – Vossa excelência bem sabe que não pode aproximar-se de seu tio!

ERNESTO – Hei de marcá-lo com um ferro em brasa, como a um forçado⁸⁶, para que o reconheçam os pais e livrem as filhas do seu contato, que as famílias o mandem expulsar pelos laçaios[,] quando lhes bater às portas. O que chama vitória há de ser a sua perdição e a perdição dos seus. Aí estão os frutos à tolerância degenerada em tibieza, direi eu aos liberais. Não quereis esmagar a víbora? Pois aí tendes como ela vibra o farpão e vos paga a clemência, inoculando-vos a peçonha nas veias! Boa lição para os incautos. Não custasse ela os apodos que vão chover sobre a sepultura de um homem honrado, que seria para agradecer-se. Mas quem há de apodá-lo? O que vale essa assinatura traçada com mão desfalecida pelo agonizante, contra o testemunho da sua vida inteira?

BERGERET – O arrependimento de um homem tão ilustre[,] como o senhor Magalhães, há de trazer muitos pecadores ao grêmio da Igreja.

ERNESTO – Ah! Os verdugos contam que as carnes de uma presa lhes servirão de engodo para colherem outras? Pois enganam-se, porque Carlos de Magalhães morreu abraçado às suas crenças, firme nos seus princípios, amando a liberdade, fazendo votos para que os povos, desenganados, afugentem os abutres da reação, e o progresso sele para sempre o túmulo do passado. Quem diz o contrário mente, que o juro pela minha honra!

BERGERET – Mas este documento... (*mostrando o papel*).

ERNESTO – Esse documento... (*lança mão do papel e rasga-o*) rasga-se!

BERGERET – Senhor... É uma violência!

D. JOSÉ – Mas eu posso ser testemunha da destruição desse papel.

LUÍSA – Ernesto, meu pai não consentiria...

BERGERET – Não está tudo perdido, senhor Silveira. Fica-me ao menos a vingança. Rasgou o seu contrato de casamento!

JOAQUINA – Obrigará Luísa a professar?

⁸⁶ Na edição original, "forçado".



ERNESTO (*respondendo a Bergeret*) – Já estava rasgado há muito e não consentiria em renová-lo. Luísa não pode ser minha, porque a sua alma é do fanatismo, com quem nunca partilharia uma esposa.

LUÍSA – É ele que me repele! Ai! Que sucumbo a tão amiudados golpes!

ERNESTO (*com amargura*) – Não posso fiar a minha ventura de quem atormentou o espírito de seu pai moribundo; a vida, de quem lha encurtou; a honra, de quem não quis herdar um nome honrado. (*Abrandando-se*). Tenho medo de si, Luísa, tenho medo por meus filhos, a quem ensinaria talvez a terem por mim o mesmo horror, que lhe inspirava aquele santo, que tão estremecidamente a amava! Siga o seu destino, já agora irremediável, que eu terei coragem para subjugar o coração. Perderam-na para a família, que consigo não poderia ser o enlace de duas almas, porque haveria entre elas uma vontade a desuni-las!

LUÍSA (*agarrando-se a Bergeret*) – Deus não me enjeitará, não é verdade, padre? Preciso refugiar-me no seu seio! Tarda-me vestir o hábito, e romper para sempre com este mundo de sofrimentos. Vamos, vamos, quero sair desta casa.

JOAQUINA – E os teus bens, Luísa? Não queres dispor deles?

LUÍSA – Já fiz doação de quanto possuo ao Instituto de São Vicente de Paulo.

JOAQUINA (*a Bergeret*) – Ai! Que está tudo perdido!... Percebo agora o procedimento de D. José.

BERGERET – O senhor D. José virá dar parte a vossa excelência do seu próximo casamento com a baronesa de Selgas.

JOAQUINA – Malvados!... Iludiram-me, abusaram de mim! Ernesto, vingame, que renuncio para sempre à hipocrisia.

ERNESTO – Seremos vingados todos, quando os liberais se unirem para debelar o inimigo, de que não há a esperar pazes nem tréguas, recebendo a guerra, trocando golpe, acendendo a luz nas trevas que os protegem; tolerantes, para com o princípio que contesta o nosso princípio, mas não para com o ódio, que combate à traição a nossa lealdade! Padre Bergeret, destruiu a minha ventura[,] mas afervorou as minhas crenças, e arrancando-me a noiva dos braços, soltou-as para ir dar rebate contra a reação e chamar a mim os homens de energia, gritando-lhes com a força do desespero: SALVEMOS A LIBERDADE! SALVEMOS A LIBERDADE!

FIM



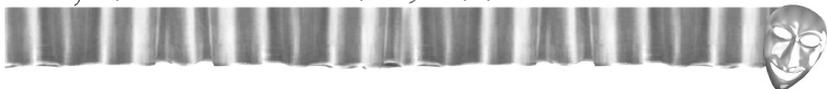
DEUS E A NATUREZA

Drama em quatro atos
de
Arthur Rocha

PORTO ALEGRE

1884⁸⁷

⁸⁷ O drama, que é de 1882, foi publicado juntamente com os dramas *Os filhos da viúva* e *A filha da escrava*, em *Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, em 1884), p. 89-136. A peça, que foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883, 1890, 1898 e 1899, foi encenada, também, no interior do Estado e no Teatro de Exposição do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1908. A Biblioteca do Instituto de Artes da UFRGS possui exemplar da edição.



PERSONAGENS

LEANDRO, velho fazendeiro.
PEDRO, capitalista, amigo deste.
PADRE OSCAR, filho de Leandro.
ARTUR, filho de Pedro.
D. SUZANA, mulher de Leandro.
AMÉLIA, pupila desta.
ELISA, amiga de infância de Amélia.

À imprensa do Rio Grande do Sul
O Autor
Rio Grande, janeiro de 1883.



ATO I

Sala confortável de uma fazenda, no interior da província. Indícios de luxo cidadão se confundem com amostras de simplicidade caipiriniã. Em toda a cena devem notar-se manifestações eloquentes de fanatismo religioso. Quadros de santos e santas pendentes nas paredes laterais e do fundo, e à E. um crucifixo de madeira negra com uma imagem de Cristo[,] de proporções avantajadas. Da disposição de todos os móveis transpira ordem, asseio e recolhimento. É noite.

Cena I

D. SUZANA e PEDRO.

D. SUZANA (*sentada numa poltrona, tem entre mãos um rosário, cujas contas passa a miúdo[,] com ligeiro movimento de lábios. Interrompendo-se e voltando-se para Pedro, que está sentado do lado oposto, adormecido, e tendo as mãos cruzadas sobre o abdômen*) – Não acha que se está demorando, senhor Pedro?... (*Continua a mover os lábios e a passar as contas*). Não fala, homem de Deus?!... (*Reparando*). O tal costume... Está a dormir!... Ó senhor Pedro, senhor Pedro!...

PEDRO (*acordando sobressaltado*) – Viva o senhor padre-mestre!... Viva! Viva!

D. SUZANA – Que está o senhor a dizer?...

PEDRO – Oh! Senhora D. Suzana, queira desculpar, mas... (*bocejando*) estava a sonhar ainda com as festas de recepção do senhor padre-mestre. Ah! Aquilo é que foi coisa!... Quando me lembro...

D. SUZANA – Ninguém fala disso. O que lhe digo é que ele se demora muito. (*Inquieta*). Quem sabe lá se lhe sucedeu alguma coisa. Estes caminhos são tão maus... E então à noite!... Estou com receios, senhor Pedro. Também não sei que ideia foi a do Reverendo meu filho de querer ir ouvir em confissão ao pai de Amélia...

PEDRO – Mas, minha senhora, a sua presença foi reclamada, e o padre-mestre mostrou-se digno de seu sacerdócio[,] correndo solícito a atender a um moribundo, que ao demais foi amigo íntimo desta casa.

D. SUZANA – Pois sim... sim... Mas que hoje é nosso inimigo. Se lhe tirarem a vida aí por esses caminhos[,] os moribundos decerto não virão restituir-me o querido filho. (*Continua a rezar, sempre que se cala*).

PEDRO – Entretanto, minha senhora, seu filho não fez mais do que cumprir um dever, e vossa excelência[,] que é tão religiosa, deve saber que o primeiro dos deveres do verdadeiro sacerdote é sacrificar-se pelos seus semelhantes.

D. SUZANA – Não está mau o dever, senhor Pedro!... Eu sempre queria ver se o senhor falaria do mesmo modo se fosse sua mãe.



PEDRO – A hipótese é inadmissível, minha senhora; pai ainda eu poderia ser[,] se...

D. SUZANA – Pai ou mãe, é a mesma coisa...

PEDRO – Não para mim...

D. SUZANA – Eu[,] se fôra padre...

PEDRO – Outra hipótese inadmissível!...

D. SUZANA – Ora, deixe-me com as suas hipóteses. Eu[,] se fôra padre, jamais, por dinheiro algum, sairia à noite para assistir enfermos.

PEDRO – Estou certo de que a senhora D. Suzana ouviu[,] neste momento[,] apenas o seu coração. Com o temor que tem a Deus e o respeito que consagra aos seus *santos mandamentos* (com gesto hipócrita), estou convencido de que não faria o que diz, *se fôra homem e padre*.

D. SUZANA – Oh! Se fazia! Mesmo porque é máxima divina que nós devemos antes de tudo poupar a nossa existência.

PEDRO – É... é... Mas Deus também disse que a gente devia amar ao seu próximo como a si mesma.

D. SUZANA – O senhor é um homem que tem respostas para tudo... Com efeito!...

PEDRO – Resultado dos meus esforços. Quem lê – aprende.

D. SUZANA – Pois faz mal em ler tanto. O padre Astrogildo, que Deus tenha no reino da glória, dizia sempre nas suas práticas: a leitura de hoje é um mal. Corrompe, vicia, degrada. Os ímpios encarregaram-se de espalhar pela terra as suas obras amaldiçoadas, e o único meio de evitar-lhes os funestos efeitos, que são a excomunhão e a eterna condenação das nossas almas, é ler o menos possível, ou mesmo não ler.

PEDRO – Eu lhe digo, minha senhora; o padre Astrogildo, *que Deus tenha no reino da glória*, muitos anos sem mim, era naturalmente inimigo dos livreiros cá da terra.

D. SUZANA – Que está o senhor para aí a dizer? Inimigos! Ele? Que era uma pomba sem fel... Coitadinho! Tão nosso amigo que era. Às vezes[,] passava os dias inteiros em nossa casa; o meu falecido pai, que lá está na eterna bem-aventurança, saía ao seu trabalho de inspeção da fazenda, e a minha mãe, que era uma santa, ficava horas perdidas no seu oratório, aprendendo doutrina com o padre Astrogildo.

PEDRO – Efetivamente! Santa criatura devia de ser o padre Astrogildo, *que Deus tenha em paz!*... Ao passo que santificava a senhora sua mãe, preparava o senhor seu pai para entrar no reino do céu...

D. SUZANA – Ah! Já se convenceu...

PEDRO – Com uma diferença, porém, minha senhora. Depois que eu li nos livros sagrados estas palavras: *abençoados os pobres de espírito porque deles é o reino do céu*, lamento que tenha para lá ido, naturalmente por engano, um homem como o senhor seu pai, que devia ser forçosamente rico de espírito, a julgar por vossa excelência.



D. SUZANA – Ah! Meu pai!... Quem me dera ter a cabeça que ele tinha...

PEDRO (*com intenção*) – Oh! Devia ser portentosa!

D. SUZANA (*inquieta*) – Mas... E o Reverendo que não chega... Se o senhor Pedro quisesse ir vê-lo...

PEDRO – Eu, minha senhora! E o meu reumatismo, e os meus olhos que já não servem para coisa alguma?

D. SUZANA – Ah! Não me lembrava que só serve para contrariar a gente e para dormir quando está calado.

PEDRO – Eu?!

D. SUZANA – Ainda agora, enquanto eu rezava duas coroas e os competentes padre-nossos, o senhor dormia a bom dormir.

PEDRO – Fiz esse sacrifício, minha senhora, é verdade. Obriguei-me a dormir para não perturbar a tranquilidade de suas santas orações.

D. SUZANA – E[,] mal acordou[,] foi logo para contrariar-me...

PEDRO – Santo Deus! Olhe, D. Suzana, eu penso exatamente como Abraão, o patriarca, quando, sabendo das disputas havidas entre os pastores e Loth, chamou a este e lhe disse: *Nenhuma discórdia deve haver entre nós...*

D. SUZANA – Aí vem já o senhor com as suas citações; não sei onde foi aprender tantas coisas.

PEDRO – É que eu não conheci o padre Astrogildo, *que Deus tenha em santa paz*, e por isso dediquei-me sempre muito à leitura.

D. SUZANA – Também o padre Astrogildo não proibia a ninguém de ler os livros sagrados...

PEDRO – E a prova é que passava dias inteiros no oratório da senhora sua mãe, *que Deus tenha em seu seio*, a ensinar-lhe doutrina cristã. Santo homem!... Digo: santo padre!

D. SUZANA (*levantando-se e indo a Pedro*) – Parece-me que o senhor está querendo ridicularizar as minhas palavras...

PEDRO – Longe de mim semelhante ideia, D. Suzana. A família de vossa excelência me merece tantos respeitos como a minha própria.

D. SUZANA – Ainda bem. (*Alvorçada*). Ouço passos... Será ele? (*Encaminha-se para o fundo*).

LEANDRO (*dentro*) – Deixa-te estar, patife, que amanhã receberás a paga de tudo... Põe de molho as costas, é o que te digo.

D. SUZANA – Céus! O que será? (*Voltando-se a Pedro*).

PEDRO – Nada, minha senhora, é naturalmente algum desgraçado que vai[,] amanhã[,] ainda suportar as *blandícias* do tronco...

D. SUZANA – Também são tão maus estes negros, que, só mesmo à força de rigor se pode tirar deles alguma coisa. Depois que chegou o Reverendo[,] meu filho[,] ficaram muito confiados, porque foram suspensos os castigos. Mas as festas acabaram, e com elas as condescendências.

PEDRO – Em todo caso, eu sempre quero ver como pensa[,] a este respeito[,] o padre-mestre.



D. SUZANA – Ora, ora... Há de pensar como nós. Meu filho, conquanto sacerdote, não pode ser mais religioso nem mais temente a Deus do que nós; mas é o próprio Deus que manda castigar aos que erram.

Cena II

OS MESMOS, LEANDRO, ARTUR e SUZANA.

LEANDRO (*entrando, zangado*) – É um desaforo, em se lhes dando uma pouca de liberdade, adeus respeito... Decididamente[,] sem vergalho nada se faz. (*Reparando*). Olá! Boas noites, Pedro. (*Indo a ele, Suzana vai sentar-se no sofá. Artur senta-se junto à mesa*). Estavas, sem dúvida, a atormentar a minha velha com as tuas eternas cantilenas. (*Vai sentar-se na cadeira*).

PEDRO – Estava simplesmente a fazer-lhe companhia, e a combater os seus receios acerca do padre-mestre, que ainda não voltou.

LEANDRO – Não voltou?! Pois quê? O Reverendo meu filho anda a estas horas na rua?!

D. SUZANA – Foi confessar o velho Irineu, que está moribundo e...

LEANDRO – Bem podia morrer sem se lembrar de incomodar os outros.

ARTUR (*que conversa com Pedro*) – Essas palavras na boca de um cristão, senhor Leandro!

LEANDRO – Que tem? E se Oscar não tivesse ainda vindo[,] a quem recorreria o velho Irineu e a lambisgóia da filha?

ARTUR – Isso era outro caso. Mas uma vez que há um padre na localidade e esse padre compreende os seus deveres, bem fez o velho Irineu, procurando fortalecer a sua crença na hora da morte, e bem andou Oscar não se negando ao cumprimento de seu dever.

D. SUZANA – Digno filho de tal pai! O senhor Pedro[,] ainda há pouco[,] disse-me a mesma coisa; mas é porque nenhum dos senhores pode ter pelo Reverendo meu filho o mesmo interesse de um pai ou de uma mãe.

ARTUR – Peço perdão, minha senhora, para dizer-lhe que, pelo coração, sou irmão de Oscar, com quem passei os melhores dias da minha infância, junto de quem aprendi as primeiras noções da ciência; e que, embora separados pela diversidade das direções que deram aos nossos destinos, nos conservamos sempre unidos pela amizade, a mais verdadeira e sincera.

LEANDRO – O que me surpreende em tudo isto é o ver que vocês dois, que blasonam de liberais e riem-se das nossas crenças religiosas, se mostrem agora tão amigos dos padres e dos seus deveres para com o próximo.

ARTUR – Nem eu, nem meu pai, senhor Leandro, rimo-nos das crenças religiosas de ninguém. Respeitamo-las para que sejam as nossas respeitadas. Simplesmente entendemos que[,] uma vez que Oscar, por vocação ou por outro qualquer motivo, se fez padre, tem obrigação de o ser em toda a extensão da palavra. O hábito religioso, uma vez envergado, impõe uma certa soma de deveres, a cujo cumprimento não pode o seu portador furtar-se,



sem risco de comprometer a seriedade de sua missão de paz, de amor e de caridade.

PEDRO – O que é certo, porém, é que da maneira porque as coisas vão, nós é que parecemos crentes e Leandro e D. Suzana os ateus. Coisas da vida! As aparências sempre enganam.

LEANDRO – Está bem, está bem... Nada de discussões. O que convém é saber de Oscar e tratar do restabelecimento de teu filho, a quem os abençoados ares desta terra prometem restituir todo o vigor que havia perdido.

D. SUZANA – Os ares desta abençoada terra, dizes tu?! Dize também: as nossas orações e promessas. Olha, ainda amanhã tenho que mandar acender uma vela ao Senhor do Monte.

ARTUR – Muito agradecido, minha senhora, pelo interesse que lhe inspiro. Eu e meu pai muito agradecemos... (*Remonta ao fundo E.*)

D. SUZANA – Seu pai, não; seu pai é um ingrato, que está sempre a zangar-me.

PEDRO – Eu?! Que injustiça! Eu, que em 63 anos de existência não me lembro nunca de haver me zangado, nem feito zangar a ninguém.

ARTUR (*que tem ido ao fundo*) – Afinal! Ei-lo que chega... (*Para fora*). Anda, que por aqui estão todos com medo de que hajas morrido.

PADRE OSCAR (*fora*) – Estou[,] infelizmente[,] ainda vivo.

D. SUZANA – Graças, meu Deus! (*A Leandro*). Tens de mandar comprar uma vela de cera de três em libra[,] que prometi a São José se o nosso Reverendo filho chegasse são e salvo.

Cena III

OS MESMOS e PADRE OSCAR.

PADRE OSCAR – Boa noite! (*Dirige-se aos pais e beija-lhes a mão. Enquanto desembaraça-se da capa[,] desce e aperta a mão de Artur e Pedro, este toma a E. da mesa e senta-se. Leandro e Suzana conversam à parte.*)

LEANDRO – Que bonito, não?...

D. SUZANA – A mim o deves...

LEANDRO – E então, eu?!...

D. SUZANA – Que orgulho! Ter a gente um filho padre[,] que nos beija a mão[,] quando todos os outros beijam a dele...

PADRE OSCAR (*sentando-se na cadeira de braços*) – Venho cansado... Oh! Muito cansado. Nem só o trabalho fatiga; também as comoções abalam e enfraquecem. Ah! Que é bem penosa a missão do sacerdote, quando se tem desejos de bem cumprir-la...

D. SUZANA (*a Pedro e Artur*) – O que é que eu dizia? É ele o primeiro a queixar-se...

PADRE OSCAR – Não; não me queixo do trabalho material. O que me aflige, o que me compunge, o que me dilacera a alma é ter de ouvir as últimas confis-



sões de um moribundo, cuja existência passou no meio dos maiores tormentos e sacrifícios, sem ter tido jamais uma compensação, uma hora de gozo, um momento de reparadora delícia. O que torna difícil a nossa missão é o espetáculo da miséria em toda a sua hediondez, em toda a sua plenitude. Venho de assistir a um desses quadros horrorosos. (*Todos procuram acercar-se de Oscar*).

D. SUZANA – Mas o que viste, meu filho, que tanto te impressionou?

PADRE OSCAR – O que vi? Eu lhes digo: vi cinquenta anos de uma proibidade intangível, agonizantes, morrerem por falta de recursos; vi a virtude extenuada, estrebuchar de desespero e de angústia... Vi um pai morrendo quase enraivecido por deixar uma filha desamparada, e uma filha quase louca por perder um pai a quem amava.

D. SUZANA – Coitados!

PADRE OSCAR (*com intenção*) – E, entretanto, havia bem perto desses dois desgraçados quem pudesse salvá-los; a um da morte, a outro da miséria e quiçá da desonra...

LEANDRO – A nós[,] nunca nos pediram nada...

D. SUZANA – Sim, nunca nos pediram...

PADRE OSCAR – Ah!... Não são os que pedem que de ordinário mais precisam. A mais terrível de todas as pobreza é aquela que se envergonha de si mesma, e a verdadeira caridade não é a que espera as humilhações do pedinte e só abre os cordões da bolsa às ações generosas de fácil e antevisto pregão. A verdadeira caridade é a que procura onde a miséria está[,] para minorá-la sem rumores e sem ostentação... e... por que não dizê-lo: eu estranho que[,] a alguns passos da Fazenda das Flores, cujos proprietários são reconhecidamente as criaturas mais religiosas do lugar[,] morresse um homem, por assim dizer, de fome, e uma cândida menina estivesse prestes a sucumbir com ele...

LEANDRO (*constrangido*) – Nós não sabíamos...

D. SUZANA (*idem*) – Com efeito!... Nós não sabíamos...

PEDRO – Sim... É de crer que não soubessem...

PADRE OSCAR (*sorrindo amargamente*) – Perdoem-me. Sabiam, sim, sabiam... A verdade, porém, é que o proprietário da Fazenda das Flores nunca pôde perdoar ao obscuro mestre-escola da vila a independência de seu caráter e o adiantamento de suas ideias políticas. A verdade é que, por indicação de um chefe político, esse pobre professor, de quem recebi as primeiras luzes do saber, foi demitido depois de 30 anos de serviço abnegado e consciencioso. (*Olhando firmemente para o pai*). Não me disse o desgraçado o nome desse chefe...

LEANDRO (*à parte*) – Respiro.

PADRE OSCAR – Foi grande e generoso até ao esquecimento e ao perdão. Quando entrei naquele albergue e vi, sobre uma esteira quase apodrecida, o meu antigo mestre, o amigo da minha infância, que tantas vezes me abraça-



va e beijava; a um canto uma menina cadavérica, lacrimosa, extenuada, e esta cena iluminada pelos derradeiros lampejos de uma candeia amortecida por falta de combustível, juro-lhes que tive uma vertigem e as lágrimas saltaram-me dos olhos. Junto ao moribundo estava um preto velho, o mesmo que me acompanhava à escola quando eu era menino. Ao ver os cuidados de que cercava o moribundo, as lágrimas que chorava também e as preces que dirigia a Deus... Não pude; abracei-o reconhecido e chorei com ele.

ARTUR (*para o pai*) – Esse preto é o tal, ameaçado do tronco por haver saído ocultamente da fazenda.

PADRE OSCAR – Passarei por alto as angústias daquela alma[,] durante o longo tempo de sua atroz agonia. Dir-vos-ei, porém, que no momento em que soltava o último alento e pedia a suprema consolação de ver a sua desditosa filha, a luz da candeia extinguiu-se e lançou entre o pai que morria e a filha que chorava um espesso véu de trevas. Então, o moribundo, com a voz sufocada na garganta, no estertor da derradeira agonia, pedia como o poeta: *Luz, luz...* Quando me foi possível reunir os resíduos de sebo[,] dispersos[,] e reanimar a candeia[,] vi... (*como que sufocado*) um cadáver com os membros inteiriçados pelo desespero, tendo os seus lábios álgidos e espumosos colados à boca descorada de uma moça desfalecida... Ai! Abafo... Preciso de ar... (*Vai até a janela do fundo e entre os interlocutores faz-se longa e silenciosa pausa. Todos levantam-se.*)

LEANDRO (*como que despertando*) – Vou mandar imediatamente levar-lhe todos os socorros...

PADRE OSCAR – É escusado, meu pai; todas as providências estão dadas...

LEANDRO – Por quem?

PADRE OSCAR – Por mim. Resta simplesmente que minha mãe se digne mandar um de seus vestidos pretos[,] para cobrir a quase nudez da pobre órfã.

D. SUZANA – Vou já. E aproveito para rezar a oração dos mortos[,] por alma do pobre Irineu. (*Sai*).

Cena IV

OS MESMOS, menos D. SUZANA.

PEDRO (*indo ao padre, que se conserva ao fundo. Leandro conversa com Artur*) – Meu jovem amigo... O senhor começa uma obra meritória, que oxalá conclua a seu contento. Seus pais o educaram para que o senhor[,] agora[,] os eduque a eles.

PADRE OSCAR – Praza a Deus que eu também, em meio caminho, me não transvie...

LEANDRO (*que se tem aproximado de Artur*) – Como está impressionado o meu Oscar!

ARTUR – E acha que ele não tem razão?



PEDRO (*sempre ao padre*) – Olhe, meu amiguinho, preciso do senhor para impedir uma injustiça.

LEANDRO – Qual razão! Isto é como o médico principiante, a quem o sangue repugna e as vísceras enojam... Há de se habituar, e[,] dentro em breve[,] o espetáculo que hoje tanto o emocionou será para ele uma coisa comezinha e vulgar. *O costume faz lei...*

PADRE OSCAR – O que me diz, senhor Pedro!... Antônio no tronco[,] amanhã, por ter praticado uma ação que o honra?! Não, não é possível!...

PEDRO – Se lhe digo...

PADRE OSCAR – Pois sim... sim... Estará isso resolvido; mas o castigo não se fará.

LEANDRO (*indo ao filho*) – Sentes-te melhor?

PADRE OSCAR – Sim, melhor; e vou concluir a história que principiei a contar-lhes.

LEANDRO – Como! Pois ainda tem continuação?

PADRE OSCAR – Oh! E importante...

LEANDRO (*contrariado*) – Ouçamo-la, então. (*Descem*).

PADRE OSCAR – Irineu, como sabem, era só, sem parentes e sem amigos, porque os parentes e amigos fogem sempre da desgraça. Morreu. Ficou ao desamparo uma pobre moça, sua filha: honesta, bem educada e digna de uma boa sorte. Ora, o moribundo falou-me dela como de seu único bem; preocupava-o o seu futuro mais que a ideia da morte. Que podia eu fazer? Se fora livre, pudera talvez dizer-lhe: não se assuste: será minha esposa! Mas esta túnica me prende e me acorrenta ao celibato eterno. Se houvesse uma família[,] que quisesse recolhê-la?... Chegado, porém, há pouco, a ninguém conheço. Lembrei-me, pois, de consultá-lo, meu pai. (*Estudando em Leandro o efeito de suas palavras*). O senhor deve conhecer muita gente, para quem os preceitos da misericórdia e da caridade não sejam simples pretexto de ostentação banal, e que esteja em condições de servir aos meus projetos... Sim; porque[,] afinal[,] a órfã não pode ficar desamparada.

PEDRO (*a Artur*) – Compreendes o jogo?

ARTUR (*ao pai*) – Perfeitamente.

PADRE OSCAR – ...Então? Não se lembra mesmo de ninguém...

LEANDRO (*depois de indecisão*) – Como queres tu que eu saiba disso? Não saio nunca; vivo aqui[,] quase isolado...

PADRE OSCAR (*sempre observando*) – Ora... Um esforçinho... Há de conhecer por força alguma família, pobre ou abastada, a quem falte uma filha, que encha de alegrias e sorrisos o lar apenas povoado pela velhice e pelas recordações de um passado remoto...

ARTUR (*ao pai*) – Vê como ele atira bem...

PEDRO (*ao filho*) – Saiu-me como eu não esperava, o tal senhor padre-mestre!



LEANDRO (*depois de pausa, resoluto*) – Não me lembro... O melhor de tudo seria entregá-la ao juiz dos órfãos, que tem todos os asilos às suas ordens...

PEDRO E ARTUR – Oh!...

PADRE OSCAR (*com força*) – Por Deus!... (*Reprimindo-se*). Perdão, meu pai, dói-me ouvir semelhantes palavras de seus lábios!... Pois olhe: eu achei... Eu, que estou aqui apenas há oito dias... Achei uma casa que vai recolher essa pobre moça...

LEANDRO – Qual?

PADRE OSCAR – Qual? Esta.

LEANDRO – Aqui!... A filha de Irineu? Nunca!

PADRE OSCAR – Ah! Como é terrível o ódio que ultrapassa os limites da vida! Nunca! E por quê?

LEANDRO – Porque... porque... não, ora[,] aí está.

PADRE OSCAR (*tomando o chapéu e a capa[,] e vindo silenciosamente ao pai, a quem, depois de pausa, diz com intenção*) – Pois bem: vou pedir ao político que cavou a ruína daquela família[,] que recolha, por compaixão, a vítima de seus ódios... ignóbeis. (*Vai a sair*).

LEANDRO – Oscar!... Desculpa-me; eu não sei o que digo... Vou pensar no que me propões... Vou consultar tua mãe. Espera-me um pouco. (*Sai*).

Cena V

OS MESMOS, menos LEANDRO.

PADRE OSCAR (*deixando a capa e o chapéu*) – Perdoem, meus amigos. Impus-me a este penoso sacrifício de despertar no coração de meus pais os sentimentos da paz e do bem... Perdoem-me.

ARTUR (*abraçando-o*) – Oh! Oscar! Eu te admiro.

PEDRO – Nós o admiramos, dize antes.

PADRE OSCAR – Uma promessa, uma fatal promessa de minha mãe matou as minhas aspirações, torceu a minha vocação e aderiu-me ao corpo[,] para todo o sempre[,] esta túnica ciliciosa⁸⁸. Quiseram-me sacerdote; força é que o seja.

ARTUR – És um mártir!...

PADRE OSCAR – Mas resignado, bem o veem. Se há no meu coração ressentimento, ele não transpira; se os meus lábios murmuram queixas, ninguém as ouve; se a minha alma se revolta, a ideia do dever apaga as labaredas íntimas; se choro, tenho o cuidado de enxugar bem as minhas lágrimas, para que ninguém as veja. Às vezes, alucinado, pensando nos meus 25 anos, na minha mocidade perdida, no meu futuro traçado de negro pela mão da fatalidade, pergunto a mim mesmo se sou padre ou se sou homem... E a consciência responde-me depois: és padre!... (*Olhando para a D. A.*). Mas, silêncio; aí vêm meus pais.

⁸⁸ Túnica de lã áspera, às vezes com farpas de madeira, que, por penitência, se trazia vestida diretamente sobre a pele.



Cena Última

PADRE OSCAR, PEDRO, ARTUR, LEANDRO e SUZANA.

LEANDRO – Tua mãe, Oscar... (*constrangido*), tem seus escrúpulos em aceder ao teu projeto...

D. SUZANA – Sim... Não conheço o gênio da pequena... Pode ser mau[,] como o do pai[,] e acarretar-nos muitos desgostos...

PADRE OSCAR – É tudo quanto tem a dizer-me?...

D. SUZANA – Sim... É... Mesmo porque...

PADRE OSCAR – Pois bem, meu pai, vou eu pedir por aí[,] a toda a gente[,] que aceite, por misericórdia, uma órfã, que os proprietários da Fazenda das Flores recusaram admitir no seu lar. E direi[,] então: eles são ricos, é certo; são religiosos até o fanatismo... Mas não têm o costume de fazer esmolas aos pobres, nem praticam os santos preceitos da religião que adotaram.

LEANDRO – Oscar!... Não farás isso... Queres[,] então[,] desconceituar teus próprios pais? Lembra-te de que és nosso filho...

PADRE OSCAR – Não, não sou seu filho; sou um ministro do Senhor. Ao receber as últimas ordens[,] fiz um juramento solene de me consagrar inteiramente ao serviço de Deus; e Deus só ensina a religião do amor, da caridade, do perdão e do esquecimento...

D. SUZANA – Meu filho!...

PADRE OSCAR – Fizem-me padre contra a vontade; pois agora quero ser padre, mesmo com sacrifício das minhas afeições filiais.

LEANDRO – Oscar! Meu filho!

PADRE OSCAR – Padre, só padre, eternamente padre! (*Apona para o Cristo pendente na parede da E.*)

FIM DO PRIMEIRO ATO.



ATO II

A mesma sala do primeiro ato, já alterada. Não se notam mais os quadros de santos e apenas está em seu lugar o Cristo crucificado. À E. está Leandro sentado numa cadeira, com o braço direito estendido, sobre o qual D. Suzana tem um novelo de linha, em que passa muitas vezes uma agulha enfiada.

Cena I

D. SUZANA e LEANDRO (sentados).

D. SUZANA – Em nome do Padre, Filho e Espírito Santo, eu te coso...

LEANDRO – Assim mesmo coso... (*em tom de enfado*). Não acabarás com isto?

D. SUZANA – Espera, homem! É a última vez. (*Mudando de tom*). Sai, tihoso, do corpo são; junta quebrada[,] torna a compor-te; nervo torto[,] volta ao teu lugar. Eu te coso?!...

LEANDRO (*impaciente*) – Assim mesmo coso.

D. SUZANA – Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo – Amém. Pronto.

LEANDRO – Ora, graças a Deus!...(*Recolhendo o braço ao peito*).

D. SUZANA – Arre! Também[,] que impaciência! Queres que se faça tudo a correr... Mas como foi que deste esse jeito no braço?

LEANDRO – Ora, como foi? Depois que essa delambida nos veio para casa, parece que tudo me anda ao revés. Já não sou senhor nem de dar nos meus escravos, sem que me aconteça alguma. Hoje pela manhã[,] vou pespegar um sopapo no Antônio, a quem nunca perdoei o ter ido meter-se em casa do velho Irineu, e zás! Quase parto o braço...

D. SUZANA – E por que não lhe mandas puxar aí umas cinquenta?...

LEANDRO (*levantando-se*) – Qual cinquenta nem meio cinquenta! Pois não sabes que o Reverendo nosso filho não suporta castigos corporais, e está sempre a clamar contra os maus tratos que sofrem os escravos?... Mandar castigar o Antônio?! Deus te livre!... Era capaz de arrasar a casa e sublevar-me a escravatura!

D. SUZANA – Também Oscar tem umas ideias tão esquisitas!... Já reparaste como anda triste e cabisbaixo?

LEANDRO – Hum!... Se já reparei? Primeiro do que tu. E afirmo-te que na coisa anda dente de coelho. Ah! Mas se eu chego a confirmar as minhas suspeitas... (*Pausa*). Olha, sabes o que eu te digo? Que fizemos uma grande asneira em meter o rapaz à padre.

D. SUZANA – Cruzes! Não digas isto, que até ofende a Deus. Pois que mais bonita posição do que a do sacerdote? Queres maior honra para a nossa família do que podermos contar na nossa geração um padre?



LEANDRO – Que estás tu para aí a dizer? Pois se Oscar é o nosso único filho, para dar honra a seus pais, como sacerdote, é preciso antes de tudo que se extinga com ele a nossa geração.

D. SUZANA – Mas ao menos toda a gente se lembrará de nós e dele...

LEANDRO – Se esperas por isso, tens certa a imortalidade. Vai, em todo caso[,] com esta: Oscar... (*em tom confidencial*) Oscar é um padre muito diferente dos que eu tenho conhecido.

D. SUZANA – Ora essa!... Os tempos mudam, naturalmente; e os padres de hoje não podem ser[,] de nenhum modo[,] como os padres antigos. Vamos: em que é ele diferente dos outros?

LEANDRO – Em quê?... Olha para estas paredes!

D. SUZANA – E então?...

LEANDRO – Onde estão os quadros de santos que aí se achavam?

D. SUZANA – Onde estão? Essa é boa... No oratório. O nosso Reverendo filho diz, e com muita razão, que não é na sala principal que uma casa abastada como a nossa deve ter os registros sagrados; mas sim num quarto especial, onde se possa orar tranquilamente. Apenas ficou essa imagem de Cristo, porque eu pedi.

LEANDRO – E[,] no entanto[,] quem nos forçava a adornar a nossa sala com esses quadros? Quem nos fez substituir os lindos painéis[,] que aí tínhamos[,] por estampas de santos, dizendo que não se coadunavam com os nossos sentimentos piedosos aquelas pinturas profanas e tentadoras? Um padre também, e um padre que tu reputavas um santo. O padre Astrogildo. Aquilo, sim, era homem. Quando a gente castigava um escravo rebelde ou fujão e mandava metê-lo no tronco, dizia ele sempre, para desfazer escrúpulos de consciência: *Castigar aos que erram, é uma das obras de misericórdia.*

D. SUZANA – Pois sim... Sim... Tudo isso é exato; mas os tempos são outros...

LEANDRO – São, são, infelizmente... Os tais senhores livres pensadores, com suas ideias exaltadas, têm mudado a face das coisas. Dizem que o século é das luzes; mas, sabes?... Andam todos eles (*apontando os bolsos*) com as candeias apagadas, por falta de azeite. Ah! Que se eu fosse um dia ministro da guerra, eu sei o que faria desses idiotas...

Cena II

OS MESMOS e AMÉLIA.

AMÉLIA (*entrando e deparando com os dois*) – Ah! Perdão!... Não sabia que estavam nesta sala. (*Vai a sair*).

D. SUZANA (*ao marido*) – A hipócrita! Estava[,] sem dúvida[,] a escutar-nos. (*Alto*). Venha cá, menina; temos que falar-lhe sobre negócio sério.

AMÉLIA – Estou às suas ordens, minha senhora.

LEANDRO – Sente-se para aí.

AMÉLIA – Estou bem, senhor Leandro.



LEANDRO – Sente-se; deixe-se de luxos. (*À E. junto à mesa e Suzana ao sofá*).

D. SUZANA – Estimo que viesse agora a esta sala. Teve uma inspiração. A menina há um mês que está em nossa casa e nada lhe tem faltado, não é verdade? Temo-la cercado de todas as atenções e cuidados. Quando aqui entrou trazia apenas lágrimas, e hoje já tem ao menos que vestir e o que comer...

AMÉLIA – De nada disso me esqueço... Ao contrário, recordo-me sempre de todos os benefícios que recebo com reconhecimento.

LEANDRO – Ainda bem. Também tinha que ver se fosse ingrata...

D. SUZANA – Que mais quer a menina? Não está contente?

AMÉLIA (*com um sorriso amargo*) – Oh! Muito.

D. SUZANA – Pois[,] então, como é que[,] conhecendo a severidade dos nossos usos, o respeito do nosso lar[,] santificado pelas nossas orações e pela presença de um sacerdote, tem a coragem de alimentar namoricos e aceitar galanteios do senhor Artur?

AMÉLIA (*levantando-se*) – Eu, minha senhora?! Mas é uma injustiça!

LEANDRO (*levantando-se*) – Injustiça! O que temos visto com estes que a terra há de comer?!

AMÉLIA – Tanto o senhor Artur como seu pai me tratam com muito carinho; e se algumas vezes converso com eles é porque me procuram e me dão os mais sábios conselhos.

D. SUZANA – Pois saiba que conselhos[,] em minha casa[,] só de mim se recebem. Fique-lhe a prevenção.

AMÉLIA (*quase em lágrimas*) – Sim... Minha senhora.

D. SUZANA – Vamos, Leandro, tenho que te falar.

LEANDRO – Vamos. (*Saem ambos para a D. A.*).

Cena III

AMÉLIA e PEDRO (da D.B., que tem aparecido).

AMÉLIA (*deixa-se cair sentada[,] sobre a mesma cadeira onde antes estivera*).

PEDRO – Que é isso, minha filha?

AMÉLIA – Ah! Senhor Pedro! Quanto é amargo o pão da caridade!

PEDRO – Decerto, quando mal compreendido. Mas, então, de que se trata?

AMÉLIA – Receio contar-lho. Tenho medo de que possa chegar aos ouvidos do bom Oscar, a quem[,] por modo nenhum[,] quisera dar a entender os fundos tormentos por que passo.

PEDRO – Minha filha, sabe bem quanto aprecio os seus sacrifícios, e se[,] para poupar a Oscar uma mágoa e à senhora mais sofrimentos, serei ou não capaz de uma eterna discrição.

AMÉLIA – Sei que fala a verdade. Acusam-me de manter desavergonhadamente relações amorosas com...

PEDRO – Com... Acabe... Acabe...



AMÉLIA – Com seu filho.

PEDRO – *Apre!* Tirou-me um peso enorme de cima. Estava a pensar que tinham levado a sua maldade ao ponto de acusá-la de ter relações amorosas com...

AMÉLIA – Com?...

PEDRO – Nada! É cá uma coisa!

AMÉLIA – Mas o senhor ia dizer: com...

PEDRO – Sim; eu ia dizer; mas não disse.

AMÉLIA – As suas reticências inquietam-me. A quem, além do senhor Artur, podiam atribuir...

PEDRO – Ora, ora[,] a quem? A mim. Era esse o meu temor.

AMÉLIA – Até com o infortúnio graceja?

PEDRO – Oh! Não; perdoe-me... Mas, vamos ao resto.

AMÉLIA – O resto é que me proibem de lhes falar.

PEDRO – A nós?...

AMÉLIA – Sim.

PEDRO – Isso veremos... Isso veremos. Lá porque sou hóspede[,] não abdi-quei da minha liberdade. Essa é boa! Proibi-la de me falar, a mim!... Mas em que diabo posso eu[,] com os meus 63 anos[,] comprometer um moça de 25?!

AMÉLIA – Não sei.

PEDRO – Pois vou já deslindar isto!... Quero saber como isto é. (*Vai a sair. D. A.*).

AMÉLIA (*levantando-se*) – É promessa que me fez? Não vê que me perde?

PEDRO (*fora*) – É verdade. Estou de pernas cortadas. (*Refletindo e como monologando*). Realmente... Eu[,] se demoro nesta casa, um dia estouro ou morro de um ataque apopléctico... Este meu amigo Leandro sempre me saiu um suculento patife... E não era assim... Não era assim, o desgraçado. Ensan-deceu-o a mulher[,] com as suas carolices por fora e maldade por dentro... (*A Amélia*). Esteja descansada. Tudo se remediará. Vá, vá para dentro. (*Conduz Amélia até a porta da E. A. e volta a sentar-se no sofá*).

Cena IV

PEDRO e ARTUR (F. E.).

PEDRO (*vendo Artur*) – Chegas à boa hora. Estava pensando em ti. Como te sentes?

ARTUR (*sentando-se na cadeira junto ao sofá*) – Melhor, muito melhor. Mais alguns dias de escrupulosa observância do regime que até agora tenho seguido e penso poder cantar vitória.

PEDRO – Com que, então, tens muitas esperanças?...

ARTUR – Esperanças! De quê?

PEDRO – De ficar bom... E[,] então[,] que mais?



ARTUR – Ah! Sim, tenho...

PEDRO – Pois eu não tenho nenhuma, nem a teu nem a meu respeito.

ARTUR – E por que, meu pai?

PEDRO – Porque tu, que marchavas melhor, de repente[,] voltaste à tua melancolia, fugiram-te as cores do rosto, e sinto[,] cada vez que te tomo a mão[,] que a febre recrudescer de dia a dia. E eu, que já andava com mais franqueza, já fazia as minhas correrias, tenho outra vez comigo o maldito reumático, que não me deixa tranquilo um só instante.

ARTUR (*esforçando-se por penetrar no pensamento do pai*) – Mas, meu pai...

PEDRO – Olha[,] tu: vamo-nos embora?

ARTUR (*estremecendo*) – Embora! (*Levantando-se*).

PEDRO – Sim, embora (*levantando-se*), de que te admiras? Nós não estamos em nossa casa. Há mês e tanto que para aqui viemos[,] à convite de Leandro e a teu pedido[,] assistir às festas da chegada de Oscar. Estavas doente, e eu também. Em poucos dias[,] melhoraste, e eu também. Aconselharam-te a que ficasses[,] para ver se radicalmente te restabelecias, e a mim também. Ficaste e eu também. Agora, tu pioras e eu também... Portanto, vou-me embora e tu também.

ARTUR – Mas uma resolução assim tão brusca pode chocar os donos da casa, de quem temos recebido tantas finezas...

PEDRO – Qual! Os donos da casa já estão acostumados às minhas saídas bruscas.

ARTUR – No interesse mesmo de meu pai, não me parece de bom aviso esta retirada. Se lhe voltaram as dores é, talvez, para que[,] em breve[,] desapareçam de todo. Quanto a mim, meu pai engana-se completamente. Esta diferença que tem observado não é mais do que resultado dos fatos que temos presenciado ultimamente, e que são de natureza a impressionar ao mais indiferente.

PEDRO – Sim, senhor. Falas muito bem, mas não me convences. Esta gente já deve estar aborrecida de nós; e o hóspede precisa pôr todo o seu cuidado justamente em retirar-se a propósito. Pensa bem no que te disse. Comunica a Oscar a minha resolução, e tratemos de aprontar as malas. Eu vou falar a Leandro. (*Sai F. E.*).

Cena V

ARTUR e ELISA (F. D.).

ARTUR (*que tem acompanhado o pai, fica pensativo[,] encostado ao portal. Lado D.*).

ELISA – Bons dias, meu senhor.

ARTUR (*voltando-se*) – Bom dia.

ELISA – Sabe me dizer, meu senhor, se é aqui que está a menina Amélia, filha do velho Irineu, falecido há...



ARTUR (*com interesse*) – É[,] sim, senhora. Desejava vê-la?

ELISA – A isso vim, meu senhor. Eu e ela sempre fomos muito amigas. Criadas juntas. Mas casei-me e tive que seguir meu marido. Soube[,] há poucos dias[,] que lhe tinha morrido o pai, o bom do *papá* Irineu, e como o meu José tivesse de vir para cá, afim de trabalhar na estrada de ferro, fui eu e disse-lhe: Ó Zezinho, se me estimasses de veras, levar-me-ias contigo. Eu queria ver a minha boa Amélia, que perdeu o pai, e sabe Deus se terá encontrado uma alma caridosa que se compadecesse da sua desgraça. – E então[,] o meu José[,] que é muito bom, esteve por tudo, e até disse-me assim: Pois, sim, vamos, e olha que[,] se ela estiver mal colocada, é preciso que a tragas quanto antes para a nossa companhia.

ARTUR (*comovido*) – Boas criaturas!

ELISA – Mas agora vejo que a menina Amélia foi feliz (bem o merecia!) e se acha colocada em uma casa, onde eu até tenho vergonha de procurá-la... Mas eu desejava tanto vê-la e abraçá-la!...

ARTUR – Olhe, minha senhora, o seu quarto é aquele. (*Aponta para a E. A.*). Entre, que lá a encontrará.

ELISA – Muito obrigada, meu senhor... Ah! Como estou contente de ver a minha Amélia!... (*Vai a sair e volta*). O senhor é da família?

ARTUR – Não, minha senhora; apenas sou hóspede. Mas por quê?

ELISA – Quisera agradecer-lhe também e, desde já, o bem que lhe fizeram.

Cena VI

ARTUR e PADRE OSCAR.

ARTUR (*que vai sair[,] encontra Oscar*) – Ia em tua procura.

PADRE OSCAR – Aqui me tens. De que se trata? Teremos, por acaso, de evitar algum novo castigo?

ARTUR – Não se trata disso.

PADRE OSCAR – Então, de quê? (*Vai sentar-se junto à mesa*).

ARTUR – Meu pai acaba de tomar, não sei por que motivo, a brusca resolução de partir hoje mesmo.

PADRE OSCAR – Hoje mesmo! E por quê? Deve haver um motivo muito sério para isso, e tu compreendes que eu preciso conhecê-lo.

ARTUR – Meu pai apenas alega que[,] de há dias a esta parte[,] se encontra pior do seu reumático e acha que eu também pioro dos meus males.

PADRE OSCAR – Isso não pode ser. É um pretexto frívolo, e eu necessito falar-lhe. Além disso[,] ele bem sabe o quanto careço de vocês ambos[,] para me auxiliarem nos meus projetos.

ARTUR – Pois[,] sim... Mas meu pai é persistente (*tristemente*) e eu muito duvido que consigas fazê-lo retroceder de seu propósito.

PADRE OSCAR – Entristeces, pensando em deixar-nos?...



ARTUR – Não... Sim... Decerto... E seria um ingrato se não tivesse pena de abandonar uma casa, onde só benefícios e gentilezas tenho recebido.

PADRE (*investigador*) – É esse o único motivo, Artur?...

ARTUR – Naturalmente... E que mais outro poderia haver?...

PADRE OSCAR – Olha, meu caro, há um rifão que diz *que a coisa mais difícil deste mundo é enganar o soldado, o marinheiro e o padre*. O padre, vê bem!... E se eu não posso assegurar o critério do anexam em relação ao soldado e ao marinheiro, posso te afirmar, em compensação, que ele é inteiramente exato na parte que se refere ao padre.

ARTUR – Mas eu não pretendo enganar-te...

PADRE OSCAR – Oh! Se pretendes!... (*Levantam-se e tomam cena*). Nós outros, aqueles que consagramos a vida ao serviço de Deus e da sua religião, habituamo-nos, no recolhimento e na oração, no silencioso recinto da capela mal iluminada, no pequeno espaço da cela, a apurar as nossas faculdades *perceptivas* e a procurar ler[,] nos olhos do que se confessa[,] a natureza de seu pecado, antes mesmo que ele no-lo delate. Teu pai quase tem razão. Há alguns dias que tu sofres, que te transformaste, que não és o mesmo. Vamos. Bem sei que não crês na religião de que sou obscuro ministro. Pois bem: não te confesses ao padre, confessa-te ao amigo de infância.

ARTUR – Mas, Oscar... Não tenho efetivamente nada que dizer-te. Tu te iludes.

PADRE OSCAR – Antes fora assim.

ARTUR – Supões, então, que eu tenho segredos para ti?

PADRE OSCAR – Não suponho. Tenho certeza de que o teu coração me ocult[,] cuidadosamente[,] alguma coisa...

ARTUR – O meu coração!... (*Simulando um riso de escárnio*). Ah! Ah! Ah! Tens graça, às vezes...

PADRE OSCAR – Terei; mas não para ti[,] que acabas agora mesmo de rir contra vontade.

ARTUR – Homem, essa!...

PADRE OSCAR – Ora, vamos... (*Vai sentar-se na cadeira junto ao sofá*). Tens dito que és meu amigo, e eu sei que o és. Assim, pois, deixa cair a máscara dessa reserva, e permite que eu seja, não o teu confessor; mas o teu confidente.

ARTUR (*com gesto de enfado*) – Apre! Que és teimoso!...

PADRE OSCAR – Ah! Não queres dizer-me? Pior para ti. Pois vais ouvir de meus lábios a história do teu coração...

ARTUR (*rápido*) – Mas que poderia dizer-te?!

PADRE OSCAR – Ora[,] aí tens a confirmação das minhas suspeitas. Então, é sempre certo que o teu coração tem uma história. Ninguém mo contou. Adivinhei-a eu.

ARTUR – Não podes ter adivinhado o que realmente não existe...



PADRE OSCAR – Eu te direi se existe ou não... Mas[,] no fim de contas[,] por que vacilas em confessar-me que *começas* a sentir que *a* amas? Tens tu o teu destino preso a algum compromisso sagrado? Fizeste voto de celibato? Resolveste cerrar o coração às santas emoções do amor?... É sempre assim, infelizmente!... Os que podem, os que têm a faculdade de amar e de sentir livremente; aqueles que não acorrentaram a sua existência ao poste de um dever penoso, os que não têm votos a cumprir, nem juramentos a observar, se ocultam, porventura, um sentimento qualquer que os agita, é porque esse sentimento, em vez de lisonjeá-los, os envergonha.

ARTUR – Envergonhar-me!... Mas de quê? A quem te referes? Posso eu[,] porventura[,] amar a alguém? Perguntas-me se eu tenho algum compromisso que prenda o meu destino? Sim, tenho; e um compromisso terrível: – com a morte! (*Pondo a mão no peito*). Aqui a tenho, aqui a sinto!... Todos pretendem enganar-me acerca do meu estado: é em vão. Eu observo[,] dia a dia[,] os progressos rápidos da enfermidade, e sinto o vírus devorador prosseguir[,] cada vez com mais afã[,] na sua obra destruidora.

PADRE OSCAR – Apreensões, apreensões...

ARTUR – Antes fossem, meu Oscar. Ora, dize-me: achas justo que eu, sabendo estarem contados os meus dias, procure infelicitar uma pobre moça, fazendo-a minha esposa? Para morrer desesperado, lembrando-me que a deixo? Para infortuná-la eternamente[,] se por acaso tiver a ventura de inspirar-lhe amor? Não. O amor para mim é um perigo e sabes bem o que diz a Escritura: *Qui amat periculum, in illo peribit.*⁸⁹

PADRE OSCAR – Ah! Que és bem mais feliz do que eu... Tu – iludes-te a ti mesmo para te julgares desgraçado; eu – procuro em vão enganar-me a mim mesmo[,] para considerar-me feliz. De que te queixas, louco? De ser moço, livre, rico, inteligente, esperançoso? (*Exaltado. Levanta-se e desce à cena*). Queres tu ser desgraçado? Nada mais fácil: entra num seminário e faz-te padre. Sabes o que é ser padre aos 25 anos, no século XIX, em plena época de atividade, de movimento e de rumor? Eu te digo: é te condenares a ti próprio à inércia, no meio da atividade; à perplexidade[,] no centro de todo o movimento; ao silêncio[,] no seio de todos os rumores. É matar[,] em embrião[,] todas as esperanças e todas as ilusões; é parar[,] quando os outros caminham; retroceder[,] quando os demais avançam; morrer[,] quando todos vivem. Enverga uma sotaina por sobre um peito que estremece de aspirações e põe sobre a cabeça um solidéu que destrói todas as tuas ideias... Dentro em pouco[,] não és homem: és imagem de homem, vês passarem por diante de teus olhos, como num caleidoscópio gigante, todas as cenas da vida, todas as alegrias do mundo, todos os perfumes do amor, todos os matices do sentimento... Queres atirar-te... Mas a *volta*, a terrível *volta* que te

⁸⁹ “Quem ama o perigo, nele perecerá”. Eclesiastas, III, 27. (REZENDE E SILVA, 1936, p. 635).



cinge o pescoço[,] te prende como se fora uma golilha⁹⁰ de forçado. Quem há por aí que[,] aos 25 anos[,] não possua *sentimento estético* para perceber o que é belo e sublime; quem há que se não extasie diante da beleza e não aspire ao amor? Deram coração ao padre para sentir, não para gozar; olhos para chorar, não para luzir; ouvidos para ouvir as lamentações dos moribundos e as faltas dos pecadores e nunca, nunca, entendes bem? palavras de conforto e expressões amorosas. O padre, que deve começar a sua tormentosa existência pela renúncia das grandezas da terra, deve findá-la pelo desprezo de si mesmo. É estrangeiro onde quer que esteja; só tem por pátria – a Igreja. Une os que se amam, e é sempre só. Consola os que padecem, e sofre sempre, mudo e resignado. Socorre os necessitados, e ninguém é mais miserável que ele. Em conclusão: nos meus momentos de dúvida, de incerteza, de descrença, de cepticismo mesmo, a Natureza se revolta e diz-lhe: és homem; o dever reage e diz: és padre. Então os dois indivíduos antagonísticos, incluídos num mesmo organismo[,] discutem e questionam... Diz o homem: preciso de ar, de luz, de movimento, de vida, de amor, porque eu sou – da Natureza. Responde o padre: preciso de paz, de sombra, de recolhimento, de fé e de orações, porque eu sou – de Deus!... Oh! É terrível... Muito terrível!... (*Cai abatido, junto à mesa da E.*).

ARTUR (*socorrendo-o*) – Oscar, que é isso? Essa agitação?!...

PADRE OSCAR (*abraçando-o*) – Perdoa-me, amigo; éramos sós; provocaste-me, desabafei. Conheces agora toda a minha alma. Por que me não abres a tua? Tu a amas, não é verdade?...

ARTUR (*com dificuldade*) – Sim... Eu... Silêncio! Vem gente. (*Oscar levanta-se e vai encostar-se, enxugando os olhos, à parede lateral esquerda, de modo a não poder ser visto por Elisa, que entra chorando*).

Cena VII

OS MESMOS e ELISA.

ARTUR – Que é isso, boa mulher? Vem chorando? Sucedeu alguma coisa a...

ELISA – Ah! Meu senhor, as aparências enganam... Quando eu soube onde ela estava, fiquei contente, e fiz ideia de vir encontrá-la tão feliz e satisfeita quanto o pode ser uma pessoa que[,] apenas há um mês[,] perdeu seu pai...

Ah! Que engano! Achei-a banhada em lágrimas, quase sem poder falar. Nada me quis dizer; afirmou-me que era feliz; mas percebia-se que estava a mentir. Mostrava-se inquieta, e perguntou-me com quem tinha falado para chegar até ela. Então, ficou ainda mais desassossegada e pediu-me, com a voz trêmula de comoção[,] que me retirasse e voltasse outra ocasião[,] em que pudesse falar aos seus benfeitores... Quer saber de uma coisa? Tudo quanto ouvi me habilita a dizer-lhe que Amélia não é feliz!...

⁹⁰ Na edição original, “golhilha”.



PADRE OSCAR (*voltando-se rapidamente*) – Que é? Que diz a senhora?

ELISA – Meus Deus! Perdoe-me, senhor. Não sabia que estava aí...

PADRE OSCAR – Mas a senhora não disse que Amélia era infeliz?

ELISA – Sim... Eu... Julgava, mas...

PADRE OSCAR – Viu-a chorar? Disse-lho ela?

ELISA – Mas... Senhor...

PADRE OSCAR – Fale, senhora, fale... Sou da família, sim... Mas saiba que tenho o maior interesse em inteirar-me se D. Amélia é feliz ou desgraçada.

ELISA – Eu não sei, senhor... Talvez que[,] se lhe perguntar... O que sei é que[,] quando a encontrei – chorava, e quando a deixei[,] chorava!... (*Sai*).

Cena Última

[PADRE OSCAR e ARTUR]

PADRE OSCAR – Meu Deus!... Meu Deus!... Ah! Artur!... Tens abundantes razões para amar essa menina: é bela e infeliz!

ARTUR – Não me condenas, não?!

PADRE OSCAR – Condenar-te, eu?!... (*Tomando-lhe as mãos, diz-lhe[,] em voz trêmula e baixa*). Não te condeno... Invejo-te!

FIM DO SEGUNDO ATO.



ATO III

A mesma cena do ato anterior.

Cena I

LEANDRO, D. SUZANA e PEDRO.

(Leandro e D. Suzana entram D. A. do interior, acompanhados de Pedro).

LEANDRO – Não, meu velho, não, decididamente – não! Isso é uma rematada asneira, em que nem eu, nem Suzana, nem o Reverendo meu filho consentiremos.

D. SUZANA – *(indo sentar-se no sofá)* – Vamos lá, senhor Pedro. O rapaz não está tal pior, como o senhor supõe... Até me parece que[,] de certo tempo a esta parte[,] anda mais lépido... Mais vivo...

PEDRO – E eu embirro solenemente com as pessoas muito *vivas*... Portanto, antes que o mal cresça, bom é cortar-lhe a cabeça...

D. SUZANA – E o senhor mesmo não está tal pior do seu reumático...

PEDRO – Como?! Pois a senhora D. Suzana terá por acaso procuração para sentir por mim as dores do meu reumatismo?...

LEANDRO – Não queremos dizer isto... *(Vai sentar-se na cadeira de baixo).*

PEDRO – Ah!... Pensei... Eu digo que sofro e D. Suzana diz que eu não sofro. Ora, sempre quero que tu me digas qual de nós dois deve ser acreditado.

LEANDRO – Pois fazê lá o que entenderes. Em todo o caso[,] o nosso protesto fica lavrado; e a maior dificuldade não está[,] felizmente[,] ainda vencida.

PEDRO – E qual é ela?

LEANDRO *(olhando para a E.B.)* – Aí a tens. Arranja-te.

Cena II

OS MESMOS e O PADRE.

PEDRO – O nosso Reverendo filho... Oh! Perdoem-me!... Pelo costume de ouvi-los tratar assim a Oscar, escapou-me esta barbaridade. *(Continuando).* O Reverendo amigo há de ser razoável. O meu finado avô, *que Deus tenha no reino do céu*, dizia sempre: Depois de três dias[,] põe-se o hóspede a varrer a casa e a limpar panelas... Ora, eu suponho que já se passaram muitos três dias[,] depois que para aqui viemos, e[,] portanto...

PADRE OSCAR – Artur me comunicou a sua resolução, senhor Pedro, que eu muito respeito...

PEDRO *(a Leandro e Suzana)* – Veem?... *(Senta-se ao sofá).*

PADRE OSCAR – ... Mas da qual discordo... *(Senta-se na cadeira).*

LEANDRO E D. SUZANA *(a Pedro)* – Vê?...

PEDRO – Essa agora!...

PADRE OSCAR – É verdade. E se me permite que lhe fale com franqueza...



PEDRO – Diga, diga, homem de Deus...

PADRE OSCAR – À qual me oponho tenazmente.

PEDRO – Bem. Vejamos os motivos.

PADRE OSCAR – Dentro em pouco os conhecerá; e posso lhe garantir que são de ordem muito elevada. (*Levanta-se*). Se meu pai e minha mãe derem licença[,] passaremos ao meu quarto. (*Caminha para a esquerda*).

LEANDRO (*levantando-se*) – Não. Fiquem aqui mesmo. Eu vou ao trabalho...

D. SUZANA – E eu[,] às minhas orações... Até já. (*Saem ambos. Um pelo F.E. e a outra pela D. A.*).

Cena III

PADRE OSCAR e PEDRO.

PADRE OSCAR (*olhando para a porta[,] por onde saiu D. Suzana*) – E é isto o que entendem por crença!... E é isto o que chamam ser religioso e temente a Deus!... Minha pobre mãe! (*Para o Cristo*). Aí tens o que fizeram os teus pérfidos ministros dos santos preceitos da tua lei divina! Especularam com a tua moral[,] para fanatizar os povos; aproveitaram-se da tua filosofia[,] para arrastar a humanidade aos abismos da ignorância e do erro; corromperam as tuas palavras[,] para intimidar os fracos; conspiraram a tua doutrina[,] para se elevarem, os ambiciosos!, sobre os destroços da mentalidade humana ensandecida!... Oh! Mártir! Nunca o teu Templo precisou tanto[,] como agora[,] de ser expurgado dos míseros vendilhões que o desonram! (*Pausa. A Pedro*). Ri-se, talvez, da minha imprecação... (*Senta-se à D. da mesa*).

PEDRO (*levanta-se e senta-se à E. da mesa*) – Não, bem o vê. Já estive para ser padre, como o senhor... Vivi no claustro e sei até que ponto o recolhimento e a oração influem na mente do homem e transformam-lhe as ideias. Supõe que nunca pensei como o senhor? Oh! Sim... E muito mais exaltado fui, na defesa da religião e dos seus dogmas! Hoje, o estudo e a experiência dos anos têm mudado o curso das minhas ideias, e se não sou o que se pode chamar de um *ateu*, fujo pelo menos de ser considerado – um *crente*.

PADRE OSCAR – Acha-se, então, no período do Cepticismo⁹¹?

PEDRO – Não: o *Cepticismo* é o sistema filosófico adotado por aqueles que, encastelados na dúvida eterna, não se preocupam de esclarecê-la nem de procurar onde a verdade está: assim como o *Pirronismo*⁹² é a negação sistemática da incerteza universal. Eu sou, meu jovem amigo, um espírito flutuante[,] no meio dos dois sistemas: nem acho que nada se deve afirmar, nem penso que tudo se deve negar. Se quiser, aceitarei Deus como uma conven-

⁹¹ Cepticismo ou Ceticismo. Atitude ou doutrina segundo a qual o homem não pode chegar a qualquer conhecimento indubitável.

⁹² Doutrina de Pirron de Elis, filósofo grego (c. 365 – c. 270 a.C.), e seus seguidores, caracterizada pelo cepticismo radical; ou o hábito de duvidar de tudo.



ção, que se abriga nos domínios da consciência[,] e Cristo como um mártir, cuja filosofia deve residir no coração humano. Um fala ao dever, outro fala ao sentimento.

PADRE OSCAR – As dúvidas e as incertezas de seu espírito são partilhadas por todos os homens que estudam e que pensam. Eu pudera talvez combatê-las com vantagem... Mas...

PEDRO – Mas, sendo a Religião Cristã fundada sobre um sistema filosófico, cujas bases Sócrates tinha lançado sobre a terra 470 anos antes que o Messias as fortalecesse e sobre elas levantasse o Templo do Cristianismo, o meu jovem amigo não se dá ao trabalho de contestar as minhas opiniões nem de dissipar as trevas de meu espírito, naturalmente porque adota o preceito de Xavier de Maistre⁹³: – *Não há filosofia sem a arte de desprezar objeções. (Levanta-se e vai sentar-se no sofá).*

PADRE OSCAR (*levanta-se e toma o centro da cena*). De Maistre, escrevendo essas palavras, não promulgou uma lei: De Maistre não era simplesmente um cristão, era também um católico, e à Igreja Romana não convém, especialmente na atualidade, a discussão e o debate. Sou padre, é verdade, mas não entreguei o meu espírito à cegueira do fanatismo religioso, e estou bem longe de pensar com Cortês, quando *duvidava que houvesse sob os esplendores do sol alguma coisa de mais vil e demais desprezível do que o gênero humano, fora dos domínios do catolicismo.*

PEDRO – Gosto de ouvi-lo falar assim!...

PADRE OSCAR (*tomando subitamente uma resolução. Senta-se*) – Estamos sós, meu amigo, e eu posso dizer-lhe o que sou e o que sinto, sem perigos; porque conheço-o e sei que me fará justiça[,] sem me desconceituar aos olhos do mundo. Conhece perfeitamente todas as agruras exteriores da vida sacerdotal; tem sido testemunha dos fatos que a caracterizam ou para o bem, ou para o mal. Ministros de Deus que dão-se[,] em escandaloso espetáculo[,] nas práticas mais livres, irregulares e obscenas da vida secular; outros que simulam resignação e afetam o maior respeito pelos deveres de sua missão, e outros, finalmente, que praticam todos os preceitos da religião de que são representantes oficiais. Estes últimos são raros, e os menos perfeitos. Sabe por quê?... Porque, de índole passiva, de temperamento afeiçoado, receberam[,] desde o começo de sua educação moral e religiosa, como únicas verdades, as doutrinas de seus mestres. Nunca procuraram estudá-las, nem compreendê-las pelo sistema da comparação e da análise. Aceitaram tão facilmente a tirania do dogma, como aceitariam a incongruência do paradoxo. Estes são espíritos enfermos. Se erram ao começo, hão de errar até ao fim. Os da segunda espécie são os tartufos⁹⁴ da nossa classe, os discípulos de Loyola: por fora – veludo ao direito; por dentro – veludo ao revés.

⁹³ Na edição original, “... adota o preceito de De Maistre”.

⁹⁴ Homens hipócritas; devotos falsos.



Nos lábios o nome de – Deus; no coração – o ódio e a inveja! Os primeiros que mencionei são decerto os mais execrados, meu amigo; aqueles sobre os quais[,] de preferência[,] chovem as censuras de todos, a condenação geral e até o *ex-informata consciência*.⁹⁵

PEDRO – Esses são os bodes expiatórios.

PADRE OSCAR – Diz bem: os bodes expiatórios. Contra eles se assentam todas as baterias; o fogo da reprovação os envolve; esse grande polvo[,] a que chamam a opinião pública[,] os aperta entre os seus mil tentáculos, comprime-os, esmaga-os, dilacera-os. E tudo por quê? Porque os míseros não sabem furta-se às exigências de seu temperamento; porque neles pode mais o sangue que o dever; porque a voz da Natureza fala[,] àquelas consciências, mais alto do que a voz de Deus. São estes os menos culpados, e[,] no entanto[,] os mesmos sobre os quais mais pedras se atiram. É justa, porventura, esta condenação? É sensata esta sentença? Certamente que não. *Errare humanum est*, dizem os próprios livros sagrados. Então, que coisa mais fácil do que um homem errar a sua vocação? Todas as profissões são livres; todo o homem pode, em meio caminho, retroceder[,] para seguir outro que julga mais adequado às suas aptidões. O padre, não: esse há de ser eternamente padre, quer creia em Deus, quer não creia. Se não crê, tanto pior. A sua condição obriga-o a ser hipócrita: a espalhar ideias que não abraça e a fingir sentimentos que não alberga. Neste caso[,] ser padre é ser vítima da prepotência, do arbítrio e da violência... Logo, como condenar aqueles que, fracos, sem elementos para insurgir-se contra as paixões que os agitam e sufocá-las, esquecem-se do que prometeram perante Deus[,] para só se lembrarem do que são perante a Natureza? Condena-se[,] por acaso[,] o louco por cometer um delito?... A embriaguez não é uma atenuante, uma quase desculpa, para o crime?... Os nossos códigos respondem afirmativamente a estas questões. Mas a sociedade não vê nada disto.

PEDRO (*levantando-se*) – A sociedade é cega quando precisa não ver.

PADRE OSCAR – A Natureza tem leis fatais em relação ao homem, e, muito embora os métodos preservativos do sexto preceito do Decálogo, os padres não estão fora do domínio dessas leis, porque também são homens. Fazem voto de celibato; ficam-lhes defesas as alegrias da família e a doce satisfação de sentirem-se reviver na sua prole. Mas a Natureza insurge-se contra esse voto; e, então, o padre-libertino vai às sentinas, ao prostíbulo, à casa da Messalina devassa, onde não hajam responsabilidades nem perigo de agravar o pecado do rompimento do voto de castidade com o da sedução e o da desonra. Oh! Imortal, ímpio, depravado! Caiam sobre ele todas as maldições de Deus! O padre tartufo, porém, vai ao seio da família: é o confessor da senhora de tal e da menina Sicrana. Vai todos os dias, vai a todas as horas;

⁹⁵ Do latim: “sem ouvir o réu ou o acusado ou condenado”. Literalmente, significa: com a consciência informada, isto é, já com o julgamento de antemão formado.



demora-se quanto quer; tem toda a liberdade; fica infinitamente a confessar, no seu quarto, a senhora e a dar-lhe *salutares* conselhos. E quando o padre sai, deixando após si o adultério ou a sedução, diz o povo, descobrindo-se respeitosamente diante dele: Santo homem! Lá vem de casa da senhora Fulana, e vai para a igreja. Oh! Caiam sobre ele todas as bênçãos do céu!...

PEDRO – É terrível, mas verdadeiro esse quadro.

PADRE OSCAR – É... Mas não é o pior. Isto vê o senhor todos os dias; é comezinho e vulgar. Mas o que ninguém vê e ninguém sabe é o fundo e silencioso tormento de todos nós, bons, hipócritas ou maus. Do que não cogita é desses momentos de recolhimento em que o padre quer ser homem, e no fundo da sua alma trava-se luta sangrenta entre a natureza e o dever. Então, sim: chega-se a descreer de tudo, e a desesperação acaba quase sempre pela impotência do padre caindo contrito aos pés da cruz do Salvador!... Olhe, senhor Pedro, se alguém lhe disser alguma vez: *É muito feliz o padre tal*, responde sem medo de errar: *Mentira! É muito desgraçado!*

PEDRO (*depois de longa pausa, durante a qual tem dado sinal de comoção, abraça extremosamente Oscar*) – Ah! Meu amigo, quanto o senhor é infeliz!

PADRE OSCAR – Sou-o, sim; e é em nome do meu infortúnio que eu lhe peço que fique em nossa casa. O senhor é meu confidente; preciso do seu coração[,] para depósito das minhas lágrimas... Silêncio! Aí vem a menina Amélia, e eu preciso falar-lhe.

PEDRO – Retiro-me; mas fico. Bem me entende. (*Sai D. A.*).

Cena IV

PADRE e AMÉLIA (E. A.).

PADRE OSCAR (*procura compor a fisionomia. Em toda esta cena deve manifestar uma luta íntima; evitar o olhar de Amélia e falar-lhe em tom afetuosos, que em vão procura tornar paternal*).

AMÉLIA (*que, por sua vez, fala constrangida a Oscar e sem levantar os olhos, baixando os seus imediatamente, quando por acaso encontra os dele*) – Fazia-o fora de casa.

PADRE OSCAR – Enganava-se. Esperava justamente oportunidade para falar-lhe.

AMÉLIA – A mim?!

PADRE OSCAR (*indica-lhe o sofá, ficando de pé*) – Sim, à senhora. Penso que o interesse que me inspiram o seu futuro e a sua felicidade não precisam de demonstração...

AMÉLIA – Oh! Não... O que entre nós carece de demonstração é simplesmente o meu profundo e eterno reconhecimento.

PADRE OSCAR – Não disse isto para provocar os seus agradecimentos. Conhecemo-nos pequenos, criamos-nos[,] por assim dizer[,] juntos, e o mesmo homem que deu à senhora a luz da vida, deu-me[,] a mim[,] a luz do espírito.



Ainda me recordo, às vezes, daqueles tempos de infância descuidosa[,] em que brincávamos juntos e construíamos sobre a areia fantásticos castelos.

AMÉLIA – Oh! Que tempos ditosos!...

PADRE OSCAR – E não voltam!... Relebrá-los[,] para mim, no meio das agruras da minha vida presente, em que o futuro é tenebroso e o passado um sonho oriental, é remontar-me àquelas épocas saudosas e viver por instantes uma vida de delícias. O que tenho feito pela senhora é apenas o parco pagamento de uma grande dívida para com seu pai, e para com a senhora mesma: seu pai, porque foi o meu primeiro mestre e o meu melhor conselheiro e amigo, e a senhora[,] porque foi a consócia das alegrias da minha infância.

AMÉLIA – Ainda me recordo dos esforços que ele empregou para dissuadir seus pais da ideia de fazê-lo padre, e dos conselhos que, nesse sentido, lhe dava.

PADRE OSCAR – Ah! Seu pai, minha senhora, via bem e longe... (*Senta-se na cadeira*). Mas, prosseguindo no meu propósito: eu tenho-a cuidadosamente observado desde que aqui está, e, força é dizê-lo, da minha observação resultou chegar ao conhecimento de que a senhora não é feliz.

AMÉLIA (*levantando-se surpreendida*) – Eu? Não sou feliz?!

PADRE OSCAR (*levanta-se*) – Não, e não tente negá-lo. Há ainda em seus olhos vestígios de lágrimas choradas há pouco tempo. A sua palidez denuncia os tormentos da sua alma; os seus lábios descorados e a sua voz trêmula traem as dores íntimas que a afligem.

AMÉLIA – A demasiada bondade com que me trata, a afeição... fraternal[,] que me consagra[,] ilude-o a respeito das causas do meu sofrimento. Não é natural que uma filha chore um pai[,] a quem extremosamente amava[,] e que há tão pouco tempo perdeu?

PADRE OSCAR – Sim, é... Mas as suas lágrimas não vêm somente dessa fonte sacratíssima; outros pesares as originam.

AMÉLIA – Não, por Deus...

PADRE OSCAR – Não jure: vai jurar falso. Sei o que causa a sua desdita. (*Com dificuldade[,] pega-lhe na mão*). Meus pais tratam-na mal.

AMÉLIA (*rápida*) – Oh! Não, não! Tratam-me como filha...

PADRE OSCAR – Não diz a verdade, e eu lhe agradeço a delicadeza. A sua obstinação, porém, não me convence.

AMÉLIA – Nem poderei jamais convencer a quem está disposto a não se deixar *convencer*. Queixei-me já a alguém?

PADRE OSCAR – Não.

AMÉLIA – Viu alguma vez o senhor Leandro ou sua senhora maltratarem-me?

PADRE OSCAR – Não.

AMÉLIA – Constou-lhe sequer que, pela minha conduta, desse lugar ao desagrado dos meus benefatores?

PADRE OSCAR – Também não.



AMÉLIA – Nesse caso...

PADRE OSCAR – Nesse caso[,] o quê?... Nesse caso, é lícito supor que a senhora não se queixa porque tem uma grande alma, cheia de santa resignação; que meus pais evitam cuidadosamente o maltratá-la na minha presença e que[,] em ódios inveterados[,] não há mister de motivos para se manifestarem.

AMÉLIA – Repare que está sendo injusto para com aqueles que lhe deram o ser.

PADRE OSCAR – Não; estou cumprindo um dever, que a consciência me impõe. Sou padre... A palavra o diz: pai. Deixe, pois, que, apesar da minha pouca idade, me considere seu pai, para interrogá-la e aconselhá-la. Jurei que a faria feliz; e se, em vez de ditosa, a tornar desgraçada, não será por culpa das minhas intenções.

AMÉLIA – Já sou bastante feliz, em ter abrigo nesta casa e estima no seu magnânimo coração.

PADRE OSCAR – Pois bem: tudo isso será muito, mas não é tudo. A mulher tem, sobre a terra, um destino superior, uma missão grandiosa a executar... (*Com dificuldade*). Diga-me: já pensou alguma vez no futuro? Nunca cogitou na importância dos seus destinos, nem sonhou nunca com as alegrias do lar, os sorrisos de umas criancinhas gentis e travessas, os carinhos de um esposo bom e adorável?

AMÉLIA (*sobressaltada e rubra*) – Senhor Oscar...

PADRE OSCAR – Diga, Amel... Diga, minha senhora: seu coração de moça nunca se agitou à ideia do amor, que une as almas por um laço indissolúvel, que as transporta a mundos de ignotas belezas, que as santifica e eleva perante Deus?... Nunca essa alma se povoou de quimeras e se entreabriu como flor de uma aspiração aos raios do sol da esperança?... (*A custo*). Nunca amou?...

AMÉLIA (*passando*) – Meus Deus!...

PADRE OSCAR (*esforçando-se por parecer tranquilo*) – Fale... Fale...

AMÉLIA – Como quer que responda a semelhantes perguntas quem traja ainda as vestes de uma orfandade recente? Que aspirações posso eu ter, mísera criatura, que a sorte apostou-se em privar de todos os bens terrenos? Aos 15 anos perco minha mãe, aos 25 perco meu pai. Entre uma e outra desgraça – a miséria, a fome, o horror de uma situação que decerto acabaria com a morte, se uma alma caridosa como a sua não se apiedasse do meu sofrimento e tratasse de o minorar. Pois podia eu pensar em amor?...

PADRE OSCAR – Tem razão. Não pensou... Mas não pensa agora?...

AMÉLIA – Agora?!

PADRE OSCAR (*com interesse mal dissimulado*) – Sim, agora...

AMÉLIA – (*depois de pausa e com esforço*) – Não...

PADRE OSCAR (*com satisfação mal comprimida*) – Não ama, então, a ninguém?!... (*Mudando de tom*). Ah! Continua a querer iludir-me...



AMÉLIA – Oh! Não... Juro-lhe...

PADRE OSCAR – Não jure, lhe peço, não jure... Mas[,] se eu lhe dissesse que há nesta casa quem a ame, com todo o fogo da mocidade... (*exaltando-se e falando como de seus próprios sentimentos*) que vive da sua vida, que vê o futuro pela luz de seus olhos, que chora com o seu infortúnio, que sente as suas dores...

AMÉLIA (*agitada*) – Céus!...

PADRE OSCAR – ... Como se foram próprias, que anseia por um sorriso de seus lábios, como o crente suspira pela palavra sagrada...

LEANDRO (*F.D. Aparece ao fundo e para, admirado*).

PADRE OSCAR – ... que se inspira na sua resignação para ocultar cuidadosamente o segredo do seu coração...

AMÉLIA (*muito agitada e pretendendo-o fazer calar*) – Oh! Cale-se... Cale-se...

PADRE OSCAR – Diga, se soubesse dessa afeição, da grandeza deste amor, o que diria?...

LEANDRO (*retirando-se apressado*) – Oh! As minhas suspeitas!... As minhas suspeitas!... (*D. A.*).

AMÉLIA – Olhe que me mata...

PADRE OSCAR – O que diria, Amélia, o que diria?

AMÉLIA (*como que transfigurada*) – O que eu diria?!... Isto: eu também te amo. Tu, que tiveste lágrimas para chorar o meu infortúnio, coração para sentir as minhas dores, alma para compreender o meu sentimento, caridade para socorrer a minha desgraça, tu és o dono de todo o meu ser. Se mo pedisses, em troca de teu afeto, dar-te-ia tudo: o futuro, o brio, o pudor, a honra, a vida... Não me pertencço, sou tua, tua só... Inteiramente tua...

PADRE OSCAR (*agitadíssimo, a olhar para todos os lados*) – Oh! Cale-se... Cale-se... Cala-te, desgraçada!...Cala-te...

AMÉLIA – Não, já agora, hei dizer: menti-te, sabes? Eu amo, amo doidamente, há muito tempo... E sabes a quem, Oscar, sabes?...

PADRE OSCAR (*agarrando-a pela cintura e querendo tapar-lhe a boca*) – Oh! Não digas... Não digas...

AMÉLIA (*lutando, desvencilha-se de Oscar, e recua de modo a ficar junto ao crucifixo*) – É a um padre que eu amo... É a ti, Oscar!...(Vai desfalecendo e apoia-se à parede[,]) de modo a ficar com a cabeça encostada ao supedâneo da cruz).

PADRE OSCAR (*no auge da agitação*) – Também eu... Também eu te... (*Vai correr a Amélia como para abraçá-la, quando[,]) por um movimento da cabeça da moça, o crucifixo desprendendo-se do prego e cai entre ambos. Padre[,]) com um grito de suprema angústia. Ah!... Desgraçado perjuro!... (*Caindo sobre a cruz*). Perdão, perdão, meu Deus!... (*A Amélia, que está como petrificada*). Saia... Saia... Que eu sucumbo!... (*Ao tempo em que sai Amélia, E. A. entra Leandro[,]) seguido de D. Suzana, Pedro e Artur*).*



Cena Última

PADRE, LEANDRO, D. SUZANA, PEDRO e ARTUR.

LEANDRO – Vejam... Vejam o escândalo...

TODOS – Que escândalo?!...

LEANDRO (*reparando*) – Onde está ela?

PADRE OSCAR (*levantando-se calmo*) – Ela!... Ela[,] quem?...

LEANDRO – Amélia?...

PADRE OSCAR – Aqui só há um padre abraçado à cruz do salvador!

FIM DO TERCEIRO ATO.



ATO IV

A mesma cena dos anteriores.

Cena I

LEANDRO, PEDRO, ARTUR e D. SUZANA.

LEANDRO (*em pé*) – Mas se eu lhes garanto que vi e ouvi. Nesta sala; estavam ambos em colóquio amoroso. Oscar fazia-lhe a mais calorosa declaração, que ela, a hipócrita, recebia comovida e agitada. Retiro-me; e enquanto vou ao jardim buscá-los para serem testemunhas da infâmia, visto que o tinham sido das humilhações que sofri de meu próprio filho, para recolher essa desgraçada, ela se escapa e o tartufo fica... abraçado ao símbolo da Religião, de que é indigno ministro.

PEDRO – O fato é de tal natureza repugnante, Leandro, que é quase certo te haveres enganado.

ARTUR – Eu penso do mesmo modo... Oscar é um verdadeiro sacerdote e a menina Amélia...

LEANDRO – É... O quê?... O quê?... O que ela é[,] eu bem sei... Eu bem sei o que ela é.

D. SUZANA (*levanta-se*) – Leandro, o nosso filho, o nosso Oscar não pode haver descido tanto. Ele, que é um modelo de virtudes cristãs!... Tens prevenção contra ele, e por isso...

LEANDRO – Prevenções contra meu filho?!... Quem mais do que eu desejaria que ele fosse inocente?

PEDRO – Será esse mesmo amor[,] que te leva a ser injusto.

LEANDRO – O amor não compele nunca à injustiça, e sim à complacência...

D. SUZANA (*passando. Em lágrimas*) – Meu Deus! Que desgraça a minha!... O meu primeiro e único filho, o depositário de todas as minhas esperanças, o enlevo da minha alma... (*A Leandro*). Não, não... Tu te enganas, não é possível!

LEANDRO – Não é possível!!... (*Esbravejando. Levantam-se todos*). Com a breca! Mas então eu estou a mentir?... Disse-lhes e repito: meu filho é um indigno, que humilhou seus pais para trazer pro seio deles sua depravada amante. Ora[,] aí está.

D. SUZANA – Leandro! Leandro!...

LEANDRO – Deixem-me... Deixem-me, que eu desespero. (*Sai. D. A.*).

Cena II

OS MESMOS, menos LEANDRO.

D. SUZANA (*deixando-se cair sobre uma cadeira, junto à mesa da E.*) – Oh! Meu Deus! Que infelicidade!...



ARTUR (*passando*) – Coragem, minha senhora, coragem... Seu marido é assomado, mas é bom. Tudo se remediará.

D. SUZANA (*passando*) – Senhor Pedro, senhor Artur... Tenham pena de mim. Oscar é tudo quanto eu amo neste mundo. Se ele me faltar, morro decerto. Senhor Pedro, em nome de sua esposa; senhor Artur, em nome de sua mãe, protejam-me, amparem-me.

PEDRO – Tudo faremos, minha senhora. Não creio que seja duradoura a sua raiva. É deixá-lo: o tempo restituirá àquele espírito a calma[,] de que ora se ressentente.

D. SUZANA – Ah! Não conhecem Leandro, não...

ARTUR – Minha senhora, é preciso refletir[,] em todo o caso[,] que o senhor Leandro é pai[,] assim como vossa excelência é mãe.

D. SUZANA – Ah! Se soubessem como eu padeço! (*Vai sentar-se ao sofá*).

PEDRO – Avalio, minha senhora. E me permita dizer-lhe agora: esse sofrimento que a punge é o castigo do seu erro. Vossa excelência dispôs previamente do futuro de seu filho, como se dispusesse simplesmente de um objeto de luxo. Eis aí as consequências: seu filho já não pertence nem a seu pai, nem à senhora, nem a si mesmo; pertence inteira e exclusivamente à Religião, ao que, sem consultá-lo, arbitrariamente o consagraram. Vossa excelência, para resistir a uma enfermidade fatal, prometeu dar a Deus, em troca de sua saúde, a vida inteira de um filho, que ainda nem era nascido. Achou que o sacrifício do futuro e das aspirações daquela criança que se agitava dentro em si mesma, pouco era em relação à prolongação de sua existência. Deve ser satisfeita.

D. SUZANA (*levanta-se e vai a Pedro*) – Basta, por Deus! Não me atormente.

PEDRO – Não, não a atormento. Vá, vá descansar, que dentro em breve terá talvez ocasião de abraçar-me.

D. SUZANA – Vou, vou, e confio nos senhores. (*Sai para seus aposentos. D. A.*).

Cena III

PEDRO e ARTUR.

PEDRO – Sim, senhores; pois tenho me divertido muito. E tu?

ARTUR – Divertido? Quando só vejo lágrimas, lamentações, discórdias?!...

PEDRO (*senta-se na cadeira junto do sofá*) – Que queres? É preciso quebrar a monotonia da vida com o espetáculo destes dramas ignorados e destas dores íntimas... Pretendes, então, que a gente deve levar toda a sua vida a rir e a brincar?... Aprende, agora, meu filho, que os mais infelizes não são os que assim parecem, e sim os que realmente o são.

ARTUR – Tudo quanto se tem passado ultimamente nesta casa é de natureza a causar a mais seria impressão. E[,] no fim de contas, eu pergunto a mim mesmo o que haverá de verdade no que diz o senhor Leandro, e não obte-



nho reposta que me satisfaça. Tenho a inteligência perturbada por tantas comoções e os sentidos inteiramente confundidos.

PEDRO – O que é ser moço, heim?... (*Levanta-se*). Pois eu vejo tudo claro[,] como se estivera lendo em um livro aberto. Oscar amava essa menina desde pequeno, e deves lembrar-te de que muitas vezes fui obrigado a puxar-te as orelhas, porque zangavas-te com o rapaz por ver que ele preferia[,] à tua, a companhia de Amélia. (*Reparando em Artur*). Mas[,] que tens? Empalideces?

ARTUR – Nada... (*Sentando-se*). Foi evocar recordações da minha infância, e...

PEDRO – Hum!... Mas, como eu ia dizendo: amavam-se os dois desde pequenos. Mais tarde[,] foram obrigados a separar-se. Oscar seguiu para o seminário a cumprir o voto de sua mãe. Com o tempo[,] começou a compreender o fundo abismo que existia entre ele e a sua consócia de brincos infantis. Tentou então esquecê-la; mas a memória da sua amada tanto mais se lhe avivava na lembrança e no coração quanto maior era o esforço que empregava para apagá-la. Voltou[,] afinal[,] ao seu lar e o que veio achar? Aquela a quem nunca esquecera e seu velho pai, lançados à última miséria por sua própria família. Irineu a morrer, sem pão e sem luz, e deixando uma filha quase nua e ao desamparo... (*Artur levanta-se*). Mas[,] que tens? Parece que a minha história te impressiona demasiado...

ARTUR – Me comove, sim; mas... Continue.

PEDRO – Então, quando Oscar reacendia a candeia que devia iluminar o cadáver do pai de Amélia, agitava também, sem o querer[,] o braseiro do amor que estava cinerado nas profundezas de sua alma. Traz para casa a órfã, não para abusar dela, mas por humanidade, e seus pais a maltratam, e ela não é feliz. É nesse momento que a labareda se ateia. Encontram-se. Oscar quer saber de Amélia como a tratam em casa; Amélia recusa falar; dizem-se muitas coisas um ao outro e[,] por fim[,] acabam reconhecendo que... (*reparando em Artur, que cai sentado na cadeira junto à mesa*), que...

ARTUR – Acabe...

PEDRO (*muito agitado*) – Que se amam como sempre e cada vez mais. Neste momento[,] o homem lembra-se que é padre e repele a mulher[,] para se abraçar à cruz.

ARTUR (*levantando-se, em ânsia*) – Tem certeza de que os fatos deram-se deste modo?!...

PEDRO (*observando o filho*) – Certeza, não... Calculo...

ARTUR (*caindo sentado[,] junto à cadeira*) – Ah! Como eu sou desgraçado!...

PEDRO – Artur! Tu amas essa mulher.

ARTUR (*levantando-se*) – Oh! Muito, meu pai, muito... (*Abraça-o*).

PEDRO (*enxugando os olhos*) – Vamos... Vamos... Eu já o esperava... Eu já o esperava. Pois olha que ela é digna de ti. Mas deves esquecê-la.

ARTUR – Impossível!... (*Passa e senta-se no sofá*).

PEDRO (*com a voz embargada pela comoção*) – Impossível! Impossível!... Pois eu acho uma coisa muito fácil... Muito fácil...



ARTUR – Por que não esquece minha mãe?...

PEDRO – Ora, ora, ora... Porque foi a mãe de meus filhos. Essa é boa!

ARTUR – O que é fácil é aconselhar... (*Senta-se*).

PEDRO (*chorando*) – Convence-te... que... sim, que... Homem, eu vou-me embora para não chorar pela primeira vez na minha vida. (*Sai, F.D.*).

Cena IV

ARTUR e AMÉLIA.

AMÉLIA (*E. A*) – Senhor Artur... Senhor Artur...

ARTUR (*levantando-se*) – Ela!...

AMÉLIA – Ansiava por falar a alguém, que me contasse o que se tem passado. Acusam-me, não? Todos me odeiam? Vão lançar-me fora de casa e proclamar-me desonrada?... Oh! Diga, diga...

ARTUR – Não, minha senhora, de nada disso se trata.

AMÉLIA – E ele?... (*Artur estremece*). Oh! Que grande e generosa alma!... Não pode mais ver-me, decerto. Abomina agora a mulher que impudicamente se lhe ofereceu...

ARTUR – Oh! Por Deus! Não fale assim, que eu sofro muito. Poupe-me ao tormento de ouvi-la degradar-se a seus próprios olhos.

AMÉLIA – O senhor padece por me ver sofrer? Também o comovem as minhas dores?

ARTUR – Se me comovem?... Daria a minha vida inteira para evitá-las. Para vê-la feliz, venturosa, eu não regatearia todo o meu sangue, sabes por quê?... Porque também a amo e muito.

AMÉLIA – Ah! Quantos infelizes eu faço em redor de mim. Era talvez do senhor que ele me falava, e eu, alucinada, perdida, tomei por própria a confissão de estranho afeto. Oh! Que funesto engano!

ARTUR – Ama-o, já sei... Ama-o desde pequena... Hoje[,] uma barreira insuperável os separa um do outro. Devem ter perdido ambos as esperanças de se unirem. Pois bem: se alguma vez pensar em fazer a felicidade de alguém; se uma tênue sombra se interpuser entre o seu presente e o seu passado, esqueça tudo, se for possível, mas não olvide que eu lhe ofereci o meu futuro e a minha vida.

AMÉLIA – Nobre e generoso coração!... Bem sinto não poder correspondê-lo. Não quero enganá-lo, porém; não posso pertencer a Oscar, a mais ninguém pertencerei.

ARTUR – Oh! Pelo amor de Deus, não me roube a esperança.

AMÉLIA – Não pode dar esperanças quem já de todo as perdeu. Adeus, senhor Artur. (*Vai a sair, encontra o padre na E. B. e faz um ligeiro movimento[,] para falar-lhe. Oscar faz um gesto de silêncio e aponta-lhe delicadamente a porta da E. A. Oscar senta-se junto à mesa*).

Cena V



ARTUR e PADRE OSCAR.

ARTUR – Era, então, a ti que ela amava?...

PADRE OSCAR – Era, infelizmente para mim.

ARTUR – Ah! Tu és feliz! Ao menos tens a certeza de que és amado, de que há um coração que pulsa por ti, que só por ti palpita...

PADRE OSCAR – Oh! Suprema consolação!... (*Irônico e levantando-se*). Felicidade de Tântalo, não é assim?... Ter a ventura ao alcance da mão e ser obrigado a deixá-la fugir?... Pássaro enamorado, mas abatido pela arma do caçador na ocasião de prelibar o mel da flor?!... Oh! Que ventura, digna de inveja!...(*Passando*).

ARTUR – E o que dirás tu daquele que ama sem esperança, que é francamente desiludido?...

PADRE OSCAR (*senta-se no sofá*) – Direi que é mais feliz do que aquele que ama e é amado e tem necessidade de esconder o seu amor e repelir o que lhe consagram. Isto é que é tormento, entendes?! Bem lhe dizia eu, quando intentava a grande obra de regenerar meus pais: Deus queira me não transvie eu também! Aqui me tens transviado. Anjo decaído, apóstolo perjuro e infiel... Só me restam as penas eternas, que já as sinto lavrarem no meu coração. Sucumbi. Que queres? Também sou homem, e o homem, conquanto afeito à imagem de Deus, é fraco e pecador.

ARTUR – E nunca me disseste nada... E pretendeste arrancar de meus lábios uma confissão que devia magoar-te!...

PADRE OSCAR – Dizer-te?!... (*Levanta-se*). Pois eu podia lá dizer-te semelhante coisa?... Pode o padre abrir o seu coração para expandir mágoas de amor? Deve mesmo fazê-lo?... Ah! Que é preciso não saber até que ponto nos prende e nos sufoca essa túnica de Nessus⁹⁶ que trazemos sobre os ombros. Descansa, porém, que antes de morrer não a darei[,] como o herói da fábula[,] à mulher que amei; e tu podes ainda ser feliz...

ARTUR – Eu!... Agora mesmo, neste lugar, acaba ela de dizer-me que, não podendo pertencer-te, a ninguém pertencerá.

PADRE OSCAR – Infeliz!... E me queres mal por isso?

ARTUR – Eu! Querer-te mal? (*Abraça-o*). Disseste-mo uma vez e eu to repito agora: não te quero mal! Invejo-te!

⁹⁶ Referência ao mito explorado por Sófocles, na tragédia *As traquínicas*. Na tentativa de impedir que Íole tomasse seu lugar no coração de Hércules (mais conhecido entre nós como Hércules e a quem os gregos do século V a. C. prestavam culto de herói), Dejanira recorre ao uso de um filtro mágico: umedece uma túnica no sangue do Centauro Nessus e a envia de presente ao marido. Tardiamente ela compreende que o Centauro a enganara: com o filtro mágico, o monstro se vinga de seu matador. No terceiro episódio da tragédia, Hilo, filho de Hércules e Dejanira, retorna e conta o terrível e violento espetáculo protagonizado pelo pai, depois que ele vestiu a túnica, que incendiaria e aderiria ao corpo do herói.



PADRE OSCAR – Ah! Que bom amigo que tu és!... E pensar que tenho de deixar-te a ti, a meus pais, a todos, para nunca mais os ver! (*D. Suzana aparece da D. A.*) Que tenho de afastar-me destes lugares, onde suavemente transcorreram os dias da minha infância, e onde eu contava ver chegar tranquilamente as primeiras névoas da velhice!... Pensar que tenho de...

Cena VI

OS MESMOS e D. SUZANA.

D. SUZANA (*não podendo mais conter-se[,] atira-se para o filho, banhada em lágrimas[,] e abraça-se-lhe às pernas*) – Não, tu não me deixarás, filho da minha alma... Ou eu irei contigo[,] para onde quer que vás.

PADRE OSCAR (*levantando-a*) – Minha mãe!... Então, que é isto?... (*Artur remonta e vai encostar-se à porta do fundo[,] do meio*).

D. SUZANA – Isto é uma mãe que está aos pés de seu filho... É novo o quadro, não? Inverteram-se as posições, não é assim?... Mas é que eu te amo muito para consentir mudamente em que me abandones para sempre. Oscar, eu morreria, sabes?... Eu morreria...

PADRE OSCAR (*vai sentar Suzana*) – Ah! Minha mãe! Não é ocasião talvez de acusá-la; mas é forçoso que eu me justifique e que a senhora se resigne... Eu não a abandono... Tudo isto que vê; estas desgraças que nos acabrunham; este futuro tormentoso que todos antevemos – preparou-o a senhora mesma. Não foi por sua vontade que me fiz... o que sou?... Não chorei lágrimas de sangue, quando me obrigou a sair do lar para ir habitar no seminário, onde entrei – *homem*, e donde saí – *padre*? Por que chora agora, agora que vê satisfeitos os seus mais caros desejos? Enquanto eu podia ser-lhe companhia e encanto – repeliu-me; hoje, que um juramento solene me afasta do lar e me acorrenta à Igreja, exige que não a abandone!... Mas eu hoje já me não pertença. E quando mesmo os sentimentos do amor filial conseguissem vencer[,] por instantes[,] os sentimentos do amor do próximo, a que estou votado, seria essa uma vitória efêmera, porque dentro em breve a razão, reassumindo o seu império, triunfaria fatalmente sobre o coração.

D. SUZANA – Oh! Meu filho... Cala-te... Demasiado estou castigada do meu erro...

PADRE OSCAR – Ouça: a senhora matou o meu futuro, as minhas aspirações; cortou pelo pé a flor das minhas esperanças de moço; torceu a vocação da minha alma e impediu os voos de meu gênio... Não a condeno, porém, perdoo-lhe. Perdoo-lhe o mal que me fez, porque sei que o não ditou o sentimento da perversidade. Foi a educação, minha mãe, foi o fanatismo, foi a ideia errônea que lhe ensinaram a fazer de Deus e da sua Religião. (*Levanta-se*).

D. SUZANA – Pois bem, meu filho, fica aqui, e me ensinarás a amar verdadeiramente a Deus e a respeitar os seus santos mandamentos... (*Artur desce*).



PADRE OSCAR – Impossível! É tarde.

D. SUZANA – Oh! Não me digas isso?!

PADRE OSCAR – Mas que quer que eu faça, meu Deus?... Quer que eu me perca, minha mãe? Quer que eu fique exposto à tentação e que veja todos os dias[,] aberto[,] diante de mim[,] o precipício em que eu e ela afinal nos abismaremos...

D. SUZANA (*soltando-se dos braços de Oscar e recuando um passo*) – Ela! Então, teu pai não mentia?...

PADRE OSCAR – Não, não mentia... Porque eu amo-a, entende bem?... Amo-a louca e desesperadamente. Se a vejo ainda uma vez, se lhe falo, se ouço a sua voz, sucumbo... E, então, em vez de chorar a minha ausência, terá de lamentar a minha morte!

D. SUZANA – Ah! Essa desgraçada é a causa de tudo isto... Expulsá-la-emos de casa, contanto que fiques...

ARTUR – Que diz, minha senhora?!

D. SUZANA (*passando*) – Pode o senhor levá-la consigo, essa boa joia, que veio desencaminhar meu filho e arrancá-lo de meus braços... Pagou-nos bem o agasalho, pois não!... Resta saber[,] no ajuste de contas[,] quanto exigirá pelos serviços que nos prestou!...

ARTUR – Minha senhora, está insultando uma mártir!

D. SUZANA – Oh! Uma santa!... Logo vi que havia de defendê-la.

ARTUR – Minha senhora!...

D. SUZANA – Vou já, já[,] pô-la na rua...

PADRE OSCAR (*tomando-lhe o passo*) – Seremos, então, dois a sair. E[,] pela rua[,] irei eu a gritar aos transeuntes: aqui vão o padre e a sua concubina! Quem os quer ver? É aproveitar. Grátis tanto para os pobres, como para os ricos. Cheguem, cheguem, senhores exploradores do escândalo. O caso não é novo, mas faz rir... Quem quer ver *a mulher do padre*?... Que bonito, heim, minha mãe?... Como a senhora não há de ficar orgulhosa. Como meu pai não há de ficar contente?

D. SUZANA (*ajoelhando-se*) – Perdão, perdão, Oscar... (*desfalece*).

PADRE OSCAR (*levantando-a[,] ajudado por Artur, e sentando-a no meio do sofá*) – Céus! Desmaia. Artur! Chama por socorro! Acudam!...

ARTUR (*indo às portas do interior*) – Acudam, acudam!...

Cena Última

OS MESMOS, AMÉLIA, LEANDRO, PEDRO, CRIADOS e CRIADAS.

LEANDRO (*correndo à Suzana*) – Suzana! Suzana!... (*Repelindo o padre*). Era só o que lhe faltava, senhor: era matar a sua mãe!

PADRE OSCAR – Porém, ela não está morta!... Diga... diga, meu pai.

LEANDRO – Oh! Não, infelizmente não, para beber até o fundo o cálice de amarguras que o senhor lhe preparou.



PEDRO – Volta a si...

D. SUZANA (*recobrando os sentidos, levanta-se, passa a mão pelos olhos, e depois[,] como que se lembrando de alguma coisa, dá um grito*) – Ah! Meu filho!... Deem-me meu filho!...

PADRE OSCAR (*num transporte de ternura*) – Aqui estou, minha mãe, aqui estou... (*Corre a abraçá-la e ajoelha, ficando Suzana com a cabeça de Oscar encostada ao peito e beijando-a sofregamente*).

D. SUZANA – Graças, graças, meu Deus!... (*Longa pausa, durante a qual todos se libertam da comoção desta cena e o padre se levanta*).

PADRE OSCAR (*levanta-se e vai a Leandro*) – Meu pai. Sei quanto está magoado de mim. Tem razão e eu rogo-lhe humildemente que me perdoe. Eu vou partir... (*Movimento de Suzana*). É fatal!... Mas antes quero deixar o seu espírito vazio de qualquer suspeita. Aquela desditosa menina é inocente, juro-lhe. É tão digna da sua proteção e do seu amparo como quando para aqui veio. Eu... sou padre... Tenho de seguir o meu destino atroz. Vou deixá-los e não sei quando os tornarei a ver... (*Suzana chora*). Bem pode ser que a morte ponha fim aos meus tormentos. Pois bem: um último favor: conservem-na junto a si; que ela ocupe nesta casa o lugar que eu deixo vago. Essa fortuna, esse acúmulo de bens que possuem, partilhem com ela, que bem o merece; eu não preciso deles. (*Ajoelhando-se*). É de joelhos que lho peço: perdoe-me e ampare-a...

LEANDRO – Eu já esperava esta súplica... E teve coragem para fazê-la? E não morreu de vergonha o filho que veio pedir ao pai para pagar, com o suor do seu rosto, com o produto de seu trabalho honesto, os favores de sua amante.

PADRE OSCAR (*levantando-se rapidamente*) – Meu pai!...

AMÉLIA (*desfalecendo*) – Ah! (*Pedro e Artur a socorrem*).

LEANDRO – Desfaleceu a virtuosa menina... Vá, não se constranja; vá socorrê-la, vá reanimá-la com os seus beijos, uma vez que *vive da sua vida e inspira-se na sua resignação*... (*Passando*).

PADRE OSCAR – É demais, senhor!... Se não respeita o sacerdote, respeite ao menos o filho.

LEANDRO – O senhor não é meu filho. Quando tomou ordens fez um juramento solene de consagrar-se inteiramente a Deus e... *ao amor!*

D. SUZANA – Basta, Leandro, basta... (*Desce a ele*).

PADRE OSCAR – É justo. Castiga-me com as minhas próprias palavras!

LEANDRO – Lembra-se das humilhações que então me impôs[,] para me obrigar a receber no meu lar a sua concubina?... Eu não as esqueci. Ah! Mas é sempre certo que toda a virtude tem sua falha. Apresentou-se, querendo regenerar o mundo e foi o mundo quem o regenerou. Onde aprendeu as artes dos dom Juans? No seminário também se ensina disso?

PEDRO E D. SUZANA – Leandro, sê complacente.

ARTUR – Olhe que o mata.

AMÉLIA (*que tem voltado a si*) – Piedade!...



LEANDRO (*ouvindo a voz de Amélia, revolta-se*) – Ah! Vem pedir pelo seu amante?! Pois bem: saiam, saiam ambos. (*Depois de pausa*). Saiam, não ouviram?...

PEDRO (*tomando a mão de Amélia*) – Vamos, minha senhora, na minha casa ainda há lugar para mais uma filha.

AMÉLIA (*beijando-lhe a mão*) – Por poucos dias, garanto...

PADRE OSCAR (*indo a sair[,] é interrompido pela mãe*).

D. SUZANA – Oscar!... Oscar!...

PADRE OSCAR (*voltando-se, abraçando-a e beijando-a*) – Minha mãe, minha mãe... Perdoe-me e esqueça-me.

D. SUZANA – Esquecer-te, oh! Nunca!... Tu não partirás...

PADRE OSCAR – Oh! Deus!... O que será de mim?

LEANDRO – Tu o disseste uma vez e eu to repito agora: *serás padre, só padre, eternamente padre!!*...

FIM DO DRAMA



BIBLIOGRAFIA

- A *Acácia* (Órgão oficial da Maçonaria gaúcha). Porto Alegre: ano 1, n. 3, e n. 38, 1876.
- ÁLBUM *de Família*. Porto Alegre, ano I, n. 38, 22 de dezembro de 1878.
- ALMANAQUE *Enciclopédico Sul-rio-grandense*. Porto Alegre, ano 1, 1898.
- ALMERI, Tatiana. Guinada para a direita. Revista *Leituras da História*. São Paulo: Escala, Ano I, n. 2, 2007, p. 36-43.
- AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- BAHLIS, Jorge. *Coração e dever*. Porto Alegre: Livraria Gutenberg, 1920.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul – do Romantismo ao Modernismo*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997.
- BORGES, Pery. *Deus e a natureza e seu autor: notas recolhidas sobre autor-dramático gaúcho*: Artur Rocha. Rio de Janeiro: [s.e.], 1961.
- BUENO, Franco. Em nome de Deus. *Revista Mensal do Partenon Literário*, 1876, n. 5, p. 193-203.
- CASTELLANI, José. *Origens do misticismo na Maçonaria*. São Paulo: Traço, 1982.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1956.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria gaúcha no século XIX*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- COSTA, Lobo da. *Obra poética de Lobo da Costa* (Pesquisa, introdução, notas e glossário de Alice Campos Moreira). Porto Alegre: IEL, 1991.
- COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. 2ª ed. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Ministério da Cultura (Fundação Biblioteca Nacional), [1990] 2001.
- DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro* (em Porto Alegre no século XIX). Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre: Globo, 1956.



_____. *Imprensa Literária em porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975.

_____; CESAR, Guilhermino et alii. *O Teatro São Pedro na vida cultural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SEC, 1975.

ENNES, Antonio. *Os lazarisistas*. Pelotas: Tip. do “Correio Mercantil”, 1875.

EVARISTO, Susete. Internet: <http://queluz-monteabraao-massama.blogspot.com/2008/04/av-antonio-ennes.html>.

FISCHER, Antenor. *A literatura dramática do Rio Grande do Sul (de 1900 a 1950)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGL da PUCRS, 2007.

FLORES, Moacyr. *O negro na dramaturgia brasileira – 1838 – 1888*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FORTES, Bety Yelda B. Borges. *Arthur Pinto da Rocha – Um homem rio-grandense*. Porto Alegre: UBE-RS, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A campanha rio-grandense. RS: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964.

GOLIN, Cida, CESAR, Guilhermino et alii. *Theatro São Pedro – palco da cultura (1858 – 1988)*. Porto Alegre: IEL, 1989.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul: geografia social, geografia da história, psicologia social e sociologia*. Pelotas: Barcellos e Bertaso, 1927.

HEssel, Lothar. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

____ & RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil – sob Dom Pedro II – 1ª parte*. Porto Alegre: IEL, 1979.

____ & RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil – sob Dom Pedro II – 2ª parte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1986.

____; VILLAS-BÔAS, Pedro Leite et alii. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

“HUM MILITAR AVULSO”. *O político, e liberal, por especulação*. Porto Alegre: Tip. de Fonseca & Cia., 1834.

KILPP, Suzana. *Os cacós do teatro – Porto Alegre, anos 70*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1996.



LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense* (1835-1845). Porto Alegre: Globo, 1936.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Teatro I – Biblioteca Educação é Cultura*. v. 6. Rio de Janeiro: Bloch : FENAME, 1980.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL; CORAG, 2002.

PEIXOTO, Fernando. *Um teatro fora do eixo*. São Paulo: Hucitec, 1993.

PEQUENO *dicionário da literatura do Rio Grande do Sul* (Org. BRASIL, L. A. de Assis, MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina). Porto Alegre: Novo Século, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão religiosa e os protestantes no Rio Grande do Sul. In: *Anais do Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Rotermond / Sinodal, 1986, p. 91-100.

PORTO ALEGRE, Appolinário (Iriema). José de Anchieta (Estudo biográfico). *Revista Mensal do Partenon Literário*, n. 9, 10, 11 e 12, de 1873, e n. 2, de 1874.

_____. Ladrões de honra. *Revista Mensal do Partenon Literário*, ano 4, 2ª série, n. 4, 5 e 7, 1875.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGL da PUCRS, 2005, 2 v.

QORPO Santo. *As relações naturais – Três comédias*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

RAMOS, Flamarion Caldeira. Schopenhauer: vida e obra. In: *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*. São Paulo: Ediouro/Duetto Editorial, n. 4 (Nietzsche–Schopenhauer), 2007, p. 7-13.

REVISTA *Contemporânea*. Porto Alegre, n.1 e 3, 4ª série, abril e junho de 1879.

REVISTA d’O *Guaíba*. Porto Alegre, n. 23 a 26, de 4, 11, 18 e 25 de julho de 1958.

REVISTA *Mensal do Partenon Literário*. Porto Alegre: edições de abril de 1869 a agosto de 1879.



- REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *Frases e curiosidades latinas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Of. Gráf. "A Noite", 1936.
- ROCHA, Arthur. Deus e a natureza. *Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: A Federação, s/d, p. 89-136.
- ROCHA, Artur Pinto da. *Talita*. 3ª ed. Porto Alegre: Chardron, 1924.
- SALDANHA, Benedito. *A mocidade do Partenon Literário*. Porto Alegre: Alcance, 2003.
- SILVA, Lafayette. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do MES, 1938.
- SOUSA, José Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1960, 2 v.
- TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1921.
- TILL, Rodrigues. *Três vultos marcados: Lobo da Costa – Arthur Rodrigues da Rocha – Fontoura Xavier*. Porto Alegre: Flama, 1970.
- TORRES, Joaquim Alves. *O dever*. Porto Alegre: Tip. da Livraria do Globo, 1901.
- _____. *Teatro social* (pesquisa, introdução e notas por Cláudio Heemann). Porto Alegre: IEL, 1989.
- VIANNA, José Manuel Rego. *Os jesuítas ou O bastardo do rei*. Rio Grande: Tipografia de José Maria P. de Carvalho, 1848.
- VIEIRA, Damasceno. *Adelina*. Pelotas: Tip. da Livraria Americana, 1880.
- VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Notas da bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: Nação, 1974.
- _____. *Notas ao dicionário brasileiro de Sacramento Blake* (Parte do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Ed. datilografada, 1978.
- _____ & MARTINS, Ari. *150 anos de literatura dramática no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. datilografada, 1968.
- WERNECK, Nelson Sodré. *História da literatura brasileira*. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, [1938], 1982.

Vol. I – Autores primordiais e textos fundadores ◦ O castelo de Oppenheim ou O tribunal secreto, de Manuel José da Silva Bastos ◦ O nobre e o plebeu, de Manuel Pereira Bastos Júnior ◦ Vitor, de Félix da Cunha ◦ *Vol. II – A desonra como Machina Fatalis* ◦ Risos e lágrimas, de Hilário Ribeiro ◦ Os filhos da viúva, de Arthur Rocha ◦ Frutos da opulência, de Joaquim Alves Torres ◦ *Vol. III – O Jesuitismo na alça de mira* ◦ Os jesuítas ou O bastardo do rei, de José Manuel Rego Vianna ◦ Os lazarettos, de Antonio Ennes ◦ Deus e a natureza, de Arthur Rocha ◦ *Vol. IV – O divórcio em cena* ◦ O marido de Ângela, de Joaquim Alves Torres ◦ Arnaldo, de Damasceno Vieira ◦ Janina, de Mário de Artagão ◦ *Vol. V – O drama abolicionista* ◦ O filho duma escrava, de Apparício Mariense da Silva ◦ A filha da escrava, de Arthur Rocha ◦ Um fruto da escravidão, de Boaventura Soares ◦ *Vol. VI – O ideal republicano* ◦ Estrelas e diamantes, de João da Cunha Lobo Barreto ◦ Lucinda, de Hilário Ribeiro ◦ Escrava e mãe, de José Alves Coelho da Silva ◦ *Vol. VII – A mulher como autora* ◦ Uma lágrima derramada ou O ramo de violetas e A flor do deserto, de Maria da Cunha ◦ A culpa dos pais, A calúnia e As vítimas do jogo, de Anna Aurora do Amaral Lisboa ◦ *Vol. VIII – A comédia* ◦ Político, e liberal, por especulação, de “Hum Militar Avulso” ◦ Uma manhã em casa dum autor crítico, de “O Freguês” (Pedro Antônio de Miranda) ◦ Por um retrato, de Damasceno Vieira ◦ File-o, de José de Sá Brito ◦ Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora, de Arthur Rocha ◦ Epidemia política, de “Iriema” (Appolinário Porto Alegre) ◦ Impalpáveis, de Joaquim Alves Torres ◦ O primeiro cliente, de Gomes Cardim.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68558-05-8



9 788568 558058